

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



As ciências sociais aplicadas
e seu protagonismo
no mundo contemporâneo

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-744-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.441210612>

1. Ciências sociais aplicadas. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea intitulada *As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo* apresenta vinte e dois artigos, decorrentes de projetos interventivos, pesquisas teóricas e de campo decorrentes de: levantamento bibliográfico, análise documental, revisão de literatura, pesquisas exploratórias, estudo transversal, estudos de caso, observação, entrevistas, dentre outros.

Os artigos discutem temáticas de relevância na atual conjuntura, tais como: envelhecimento populacional, feminização no cuidado à pessoa com transtorno mental e do processo migratório e como estas singularidades impactam na saúde pública da população usuárias do Sistema Único de Saúde.

Na coletânea também são apresentados importantes contribuições de pesquisadores do México com as discussões sobre pobreza e vulnerabilidade social; turismo sexual; formação docente e análise de barreiras físicas. O leitor também acessará discussões vinculadas à Democracia, agências regulatórias, educação e trabalho, cinema e influência da mídia.

Os textos apresentam ainda discussões vinculadas ao mundo do trabalho, apontando relevantes contribuições, nas temáticas vinculadas à demonstração de valor adicionado; Compliance, indústria têxtil e operações portuárias. E finalmente, o leitor também é convidado a conhecer as produções vinculadas às temáticas de folclore e religiosidade, turismo religioso, dentre outros.

A coletânea possibilita, através das riquezas de análise, estudos e textos de áreas interdisciplinar e interinstitucionais, envolvendo docentes, discentes e profissionais de distintas áreas profissionais e regiões. Essas características enriquecem o processo de sistematização e produção do conhecimento alinhado às demandas contemporâneas em constante atualização.

Convidamos o leitor a acessar às discussões, conhecer os trabalhos e realizar suas próprias conexões de modo a reverberar nos diversos espaços profissionais.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PENSAMENTO LATINO-AMERICANO: A CONTRIBUIÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO E SEUS ESTUDOS SOBRE OS PROBLEMAS DA FOME NA AMÉRICA LATINA”

Tânia Elias Magno da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106121>

CAPÍTULO 2..... 14

FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO À PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL NA SAÚDE MENTAL

Maria da Conceição Silva Rodrigues

Lucia Cristina dos Santos Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106122>


CAPÍTULO 3..... 25

A MULHER MIGRANTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO COMO MEIO EFETIVO DE INTEGRAÇÃO LOCAL

Fernanda Aparecida Novelli Sanfelice

Maiara Furquim Lunardello

Maíra Furquim Lunardello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106123>


CAPÍTULO 4..... 33

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA, COGNITIVA E DE MEMÓRIA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Thaís Cunha Dias Ferreira

Priscila Larcher Longo

Sandra Regina Mota Ortiz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106124>

CAPÍTULO 5..... 45

CIRCUNFERÊNCIA DA PANTURRILHA E FATORES ASSOCIADOS EM IDOSOS DE COMUNIDADE

Mariana Passos Carregosa

Carolina Cunha de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106125>


CAPÍTULO 6..... 54








POBREZA Y VULNERABILIDAD SOCIAL A TRAVÉS DE LOS INDICADORES DE EXCLUSIÓN Y MARGINACIÓN DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DEL ESTADO DE OAXACA






Laura Irene Gaytán Bohórquez


Verónica González García

Isabel González García

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106126>

CAPÍTULO 7	64
ANÁLISIS DE BARRERAS FÍSICAS EN LA CIUDAD DE PUEBLA A PARTIR DE LA COLABORACIÓN INTERINSTITUCIONAL	
Beatriz Martínez Carreño	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106127	
CAPÍTULO 8	74
FORMACIÓN DOCENTE EN LA LICENCIATURA EN GASTRONOMÍA	
Julio César Lira García	
Deheni Sánchez Legorreta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106128	
CAPÍTULO 9	81
TURISMO SEXUAL EN MÉXICO, ENFOQUE CRIMINOLÓGICO	
Martha Fabiola García-Álvarez	
Luz Adriana Nápoles-Durán	
Carla Monroy-Ojeda	
Dante Jaime Haro-Reyes	
Jorge Humberto Medina-Villarreal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106129	
CAPÍTULO 10	91
COMO AS DEMOCRACIAS PODEM SER RESILIENTES	
Virgilius de Albuquerque	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061210	
CAPÍTULO 11	110
LIMITES DA REGULAÇÃO SETORIAL	
Alyne Leite de Oliveira	
Bethsaida de Sá Barreto Diaz Gino	
Gilbene Calixto Pereira Claudino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061211	
CAPÍTULO 12	126
A VOZ DA TIPOGRAFIA NO CINEMA ANTES DO SOM SINCRONIZADO. CINEMA MUDO?	
Fernanda Pacheco de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061212	
CAPÍTULO 13	143
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI	
Danton Guilherme Caraça Pantoja	
Fausto Junqueira de Paula	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061213	

CAPÍTULO 14	152
REFLEXOS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO NA ATUALIDADE Andrea Oliveira D’Almeida  https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061214	
CAPÍTULO 15	162
O USO DO COMPLIANCE NO COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NAS EMPRESAS Mateus Catalani Pirani Ana Carolina Alves Dias Ana Beatriz Aquino de Macedo Martins Emily Romera Fagundes  https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061215	
CAPÍTULO 16	174
ANÁLISE MACROERGONÔMICA DO TRABALHO NO SETOR DE COSTURA EM UMA INDÚSTRIA TÊXTIL COM ÊNFASE NA INOVAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO Cristiane Affonso de Almeida Zerbetto Rodrigo Martins de Oliveira Spinosa  https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061216	
CAPÍTULO 17	194
DESAFIOS DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS PORTUÁRIAS: O CASO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO Wallison Albino dos Santos Fábio Braun Marcus Brauer Denílson Queiroz Marcela Lobo Celso Pieroni  https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061217	
CAPÍTULO 18	206
A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS Rosyana Araújo Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061218	
CAPÍTULO 19	220
NOS COMPASSOS DO FOLCLORE E DA RELIGIOSIDADE: ASSOCIAÇÃO DO FOLCLORE DE PARINTINS COM PROCESSO RELIGIOSO DE NOSSA SENHORA DO CARMO Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira Lúcia Cláudia Barbosa Santos Maria Jacqueline Ramos Iwata Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061219>

CAPÍTULO 20.....233


UMA VIAGEM DE FÉ AOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PROPAGADORES DO TURISMO RELIGIOSO NO AMAZONAS: PRINCIPAIS ASPECTOS RELIGIOSOS DOS EVENTOS NOSSA SENHORA DO CARMO (PARINTINS); A FESTA DE SANTO ANTÔNIO DE BORBA (BORBA); E NOSSA RAINHA DO ROSÁRIO (ITAPIRANGA)

Maria Adriana Senna Bezerra Teixeira

Lúcia Cláudia Barbosa Santos

Maria Jacqueline Ramos Iwata

Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061220>

CAPÍTULO 21.....245

MUSEU E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE IEPÉ-SP

Fabília Dias da Cunha de Moraes Fernandes

Sarah Musa dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061221>

CAPÍTULO 22.....260

ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DAS ZONAS DEGRADADAS, DERIVADAS DA FALTA DE ESTRUTURAÇÃO NO BAIXO VALE DO JEQUITINHONHA EM MINAS GERAIS

Carlos Andrés Hernández Arriagada

Mariana Chaves Moura

Raquel Ferraz Zamboni

Carlos Murdoch

Paulo Roberto Corrêa

Edgar Roa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061222>

SOBRE A ORGANIZADORA.....278

ÍNDICE REMISSIVO.....279

CAPÍTULO 1

PENSAMENTO LATINO-AMERICANO: A CONTRIBUIÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO E SEUS ESTUDOS SOBRE OS PROBLEMAS DA FOME NA AMÉRICA LATINA”

Data de aceite: 01/12/2021

Tânia Elias Magno da Silva

Professora Emérita da UFS, docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia - Mestrado e Doutorado/PPGS-UFS. Coordenadora no Grupo de Estudos e Pesquisas Itinerários Intelectuais, Imagem e Sociedade

RESUMO: O artigo analisa a contribuição do médico e sociólogo brasileiro Josué de Castro (1908-1973) na busca de soluções para os principais problemas decorrentes da pobreza, exclusão e desigualdades sociais que marcavam a realidade brasileira e da maioria dos países da América Latina e seu legado para o pensamento sociológico latino-americano a partir de seus trabalhos sobre a fome, o desenvolvimento, as contradições do modelo capitalista, os condicionantes históricos do problema e a vertente social, política e cultural da questão. O arcabouço teórico de seus estudos foi a base para o surgimento de uma Sociologia da Fome. O artigo se detém em uma releitura crítica das obras marcos do autor: **Geografia da Fome, Geopolítica da Fome, Sete Palmos de Terra e um Caixão e o Livro Negro da Fome.**

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Social; Sociologia da Fome; Josué de Castro

LATIN AMERICAN THOUGHT: THE CONTRIBUTION OF JOSUÉ DE CASTRO AND HIS STUDIES ON THE PROBLEMS OF HUNGER IN LATIN AMERICA”

ABSTRACT: This paper analyzes the contribution of Brazilian physician and sociologist Josué de Castro (1908-1973) in the search for solutions to the main problems arising from poverty, exclusion and social inequalities that marked the reality of Brazil, as of the majority of Latin American countries. It also looks for his legacy to Latin American sociological thinking, as from his work on hunger, its historical determinants, its relations to development and the contradictions of the capitalist economic model, as well as other social, political and cultural aspects. Josué de Castro was considered the Sociologist of Hunger, a pioneer of this new field, for whose emergence a theoretical framework of his studies was used as its very foundation. Based on an analysis of the present times and of the challenges that social inequalities still imply to several Latin American countries, especially Brazil, this paper presents a critical re-reading of this Castro’s landmark works: *Geography of Hunger, Geopolitics of Hunger, Seven Sides of Earth and a Coffin, and the Black Book of Hunger.*

KEYWORDS: Social Thought; Sociology of Hunger; Josué de Castro.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é refletir sobre a contribuição de Josué de Castro para o Pensamento Social Latino-Americano, bem como compreender a construção das bases

teóricas que o autor nos legou como pioneiro na construção de uma Sociologia da Fome. Os dados e argumentos aqui apresentados resultam de mais de 20 anos de pesquisa sobre este autor e sua obra e já resultou em uma tese de doutoramento, que foi publicada em forma de livro em 2021, organização de um volume sobre Josué de Castro (2012) para o Projeto Memória do Saber patrocinado pelo CNPq, além de diversos artigos e capítulos de livros. Sua obra continua atual e nos leva a refletir sobre a dura realidade a que está submetida imensa parcela da população da América Latina que sobrevive miseravelmente em países de abundância de terra e de riquezas naturais, como é o caso brasileiro. Josué de Castro em seus estudos denuncia as injustiças sociais, a ganância dos países ricos e de um modelo econômico perverso que necessita da criação de imensos continentes de miséria para que possa criar suas ilhas de abundância. É um grito contra a exploração de seres humanos e a indiferença do mundo frente à imensa procissão de famintos que clamam por justiça e pelo direito de viverem condignamente. É uma obra política, uma obra de denúncias, mas também de propostas e de esperanças.

APRESENTANDO O AUTOR

Josué Apolônio de Castro, ou simplesmente Josué de Castro como gostava de ser chamado, nasceu em 08 de setembro de 1908, na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco, região Nordeste do Brasil e faleceu no exílio, em Paris, no dia 24 de setembro de 1973. Médico de formação com especialização em doenças da nutrição, em seu percurso intelectual embrenhou-se no campo das ciências sociais, em particular da geografia e sociologia, foi professor, político e escritor. Ganhou notoriedade nacional e internacional em meados da década de 1940 e início da de 1950 ao publicar suas duas obras marcos: **Geografia da Fome** (1946) e **Geopolítica da Fome** (1951). Na primeira analisa a fome no Brasil, na segunda faz um estudo sobre a fome no mundo (SILVA, 1998, 2012, 2021).

Ao lançar *Geografia da Fome*, já havia publicado no campo médico nutricional e no campo da investigação social, aliado aos problemas alimentares, cerca de doze livros, inúmeros artigos, proferido uma enorme quantidade de palestras e conferências, bem como integrado uma série de Comissões e Projetos de Estudo visando solucionar o problema da fome, tanto a nível nacional como internacional. Exerceu por duas vezes consecutivas o cargo de presidente da FAO (1952-1956). Ao ser eleito pela primeira vez já era um pesquisador conhecido e reconhecido neste campo do conhecimento e uma voz respeitada na defesa dos interesses dos povos do Terceiro Mundo.

Em 1962 foi escolhido para representar o Brasil como embaixador junto as Nações Unidas em Genebra, contudo em 1964, em virtude do Golpe Militar no Brasil, é cassado e têm seus direitos políticos suspensos. Considerado um perigoso subversivo é impedido de retornar ao Brasil e fixa residência em Paris, pouco tempo depois passa lecionar na

recém fundada Universidade de Vincennes. No exílio continua sendo muito requisitado para conferências, palestras e continua seu trabalho junto a ASCOFAM – Associação Mundial de Luta contra a Fome, fundada em 1957. Funda o CID – Centro Internacional de Desenvolvimento e publica uma série de artigos e estudos. Embora saudoso de sua terra natal e sempre alimentando o sonho de poder um dia retornar só o faz depois de morto, para ser enterrado sem nenhuma pompa e vigiado pelos agentes de segurança, em setembro de 1973. Morto, continuava ainda a ser visto como uma ameaça.

A DESCOBERTA DA FOME

A fome marcou seu mundo na infância. Filho de retirantes da seca de 1877, cresceu ouvindo do pai as histórias tristes dos que como ele e a família tiveram de migrar de sua terra, para não morrer de fome. Em **Documentário do Nordeste** (1957) e **Homens e Caranguejos** (1967), este último seu único romance publicado, vai trazer à tona esses quadros. Já adulto, em uma entrevista, confessa que os contatos humanos mais proveitosos que teve na infância foram com essa gente do povo, que mais tarde iriam lhe orientar nos estudos de categoria social e foi através deste contatos que aprendeu a difícil matéria que é a solidariedade humana. Menino, de olhos atentos, despertando para o mundo, guardou na memória, como cenas inapagáveis, os trágicos quadros da fome que embalsamaram suas tardes de brincadeiras na rua e que lhe revelavam os contrastes entre a riqueza e a pobreza, a fartura e a miséria, a ganância e a injustiça social que desfilavam a sua frente. Essas cenas deixaram marcas que nunca se apagaram. Em seu único romance, escrito no exílio e publicado em 1966, primeiramente na França com o título *Des hommes et des crabes* e em 1967, no Brasil, com o título *Homens e Caranguejos*¹, revela todas essas histórias.

É sobre a fome, suas raízes, consequências e grillhões que constrói os marcos para sua Sociologia da Fome. Entendia ser a sociologia uma ciência que por sua complexidade, teria mais condições, no seio das demais ciências sociais, em especial da geografia, de melhor explicar determinados fenômenos sociais. A sociologia sempre foi entendida por Josué de Castro como um campo reflexivo multidimensional e não como instrumento de ação para modificar as sociedades.

UMA SOCIOLOGIA DA FOME

Em 1937 publica a obra **Documentário do Nordeste** e apresenta na primeira parte do livro uma série de contos escritos no início da década de 1930, alguns inspirados na época quando trabalhou como médico em uma fábrica de Recife. Nesta obra está latente, ainda que de forma embrionária, o início de sua contribuição aos estudos sociológicos sobre a fome no Brasil. Talvez, sem intenção e consciência do fato, estava se fazendo sociólogo. Era ele, não raro, que se travestia nos seus personagens, bem como eram as

¹ Esta obra foi publicada em espanhol com o título *Um niño entre hombres y cangrejos*.

suas lembranças que serviam de matéria para as imagens que construía literariamente e que mais tarde floresceram em escritos como **O Livro Negro da Fome** (1960 – 1ª edição), **Sete Palmos de Terra e um Caixão** (1965), além de **Geografia da Fome** (1946) e **Geopolítica da Fome** (1951) e que, sem sombras de dúvida, constituíram seu legado ao campo de estudos sociológicos para a construção das bases estruturais de uma sociologia da fome, como bem afirma Renato Carvalheira (2010, 2012).

As duas obras que acabaram consagrando-o no cenário nacional e internacional foram **Geografia da Fome** (1946) e **Geopolítica da Fome** (1951). Nestes trabalhos o fenômeno da fome é analisado a partir do entrelaçamento de várias áreas do conhecimento, com ênfase aos fatores estruturais como a correlação entre a formação histórico-econômica de cada área de fome e os condicionantes físico-geográficos, fisiológicos, culturais e políticos da fome. Através de uma perspectiva mais ampla de estudo, objetiva abarcar a globalidade e a complexidade do fenômeno e para tal recorre ao método geográfico, justificando sua escolha metodológica por considerar que este era o que melhor daria conta do estudo².

Geografia da Fome é um divisor de águas em sua carreira intelectual (ANDRADE, 1993). Nesta obra revela-se o cientista social. Embora se utilize do método geográfico para muitas de suas análises, prioriza a paisagem humana e a relação desta com a ecologia. É a trama das relações sociais que marca o estudo. Por sua formação autodidata na área, estabeleceu sempre um diálogo interdisciplinar com o tema da fome. No primeiro parágrafo do prefácio alerta: “O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constitui num dos tabus de nossa civilização.”³

A fome e o sexo são apontados e analisados como dois grandes temas considerados tabus por longo período. O tema relativo ao sexo foi, segundo Castro, desmascarado por Freud, “um homem de gênio que afirmou diante do fingido espanto da ciência e da moral oficiais, que o instinto sexual é uma força invencível, tão intensa que atinge a consciência e a domina inteiramente,” quanto a fome seu desmascaramento só decorreu após duas guerras e uma revolução social - a revolução russa - “nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas das quais doze milhões de fome.”⁴

Os diálogos que manteve com Pierre Deffontaines, Preston James, Pierre Verger, Pierre Monbeig, Max Sorré, Roquette Pinto, Arthur Ramos, Câmara Cascudo, Fernando Azevedo, Roger Bastide, Thales de Azevedo, Djacir Menezes, Donald Pierson, Claude Lévi-Strauss, entre outros intelectuais e pesquisadores de sua época, muito contribuíram para sua percepção da globalidade e complexidade dos fenômenos sociais, ampliando seus horizontes cognitivos para uma compreensão mais totalizadora da relação homem e sociedade, bem como aguçaram sua sensibilidade para as questões de ordem política e

2 Josué de Castro foi professor catedrático de Geografia Humana na Universidade do Brasil com sede na cidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

3 CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares-Achiamé, 1982. (Clássicos da Ciências Sociais). p. 29.

4 Idem, p. 31.

cultural que envolvem o fenômeno.

Geografia da Fome representa um marco nas análises da realidade brasileira, primeiro por mapear a fome revelando os seus nichos e segundo por correlacionar fome e subdesenvolvimento (ANDRADE, 1993; SILVA, 2021). Ao traçar o Mapa da Fome divide o Brasil em cinco “áreas culturais”, cujo critério de divisão toma como premissa as análises dos sistemas alimentares. Através da elaboração deste Mapa buscou identificar onde se situavam e como se caracterizavam as zonas de fome no país, desmascarando as propagandas oficiais e denunciando que o Brasil era um país famélico. Utiliza-se de uma metodologia embasada nos princípios da geografia humana e analisa os condicionantes históricos estruturais, culturais, políticos, econômicos e sociais de cada região, dando a fome não um caráter de calamidade ou castigo divino, mas denunciando-a como um flagelo resultante das ações humanas e de um sistema político e econômico perverso e gerador de desigualdades sociais. A fome é analisada como um produto do subdesenvolvimento, como uma questão política.

Ao analisar as carências alimentares do povo brasileiro e denunciar o estado de calamidade em que vegetava significativa parcela da população devido as mazelas advindas das precárias dietas que enganavam o estomago de milhares de trabalhadores e de suas famílias e ao denunciar o estado de subnutrição de substancial parcela de nossa população, buscando suas raízes e apontando saídas, tornou-se pioneiro de uma sociologia da fome (CARVALHEIRA, 2012) e de uma antropologia da saúde alimentar.

A análise da correlação entre ecologia e alimentação é o fio condutor desta obra que busca responder duas questões: Porque a fome? Resulta de que fatores? Demonstra como as condições climáticas, econômicas e culturais influenciaram e influenciam esses costumes alimentares, muitas vezes empobrecendo-os, resultando em uma série de doenças da fome como o beribéri, a pelagra, o escorbuto e a tuberculose entre outras. A luta contra a fome deveria ser encarada como uma luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, pois todas as medidas e iniciativas não passariam de paliativos enquanto não se procedesse a uma reforma agrária racional que libertasse as populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades.⁵

5 Nesta edição inclui a consideração feita por Gabriel Ajdant em “Le Monde en Friche”, de que “se é válida a existência de uma geografia da fome. Também é válido o conceito de uma “geografia da desocupação” “Géographie du Chômage – e dentro deste conceito podemos considerar o Nordeste como uma das grandes áreas do desemprego”.

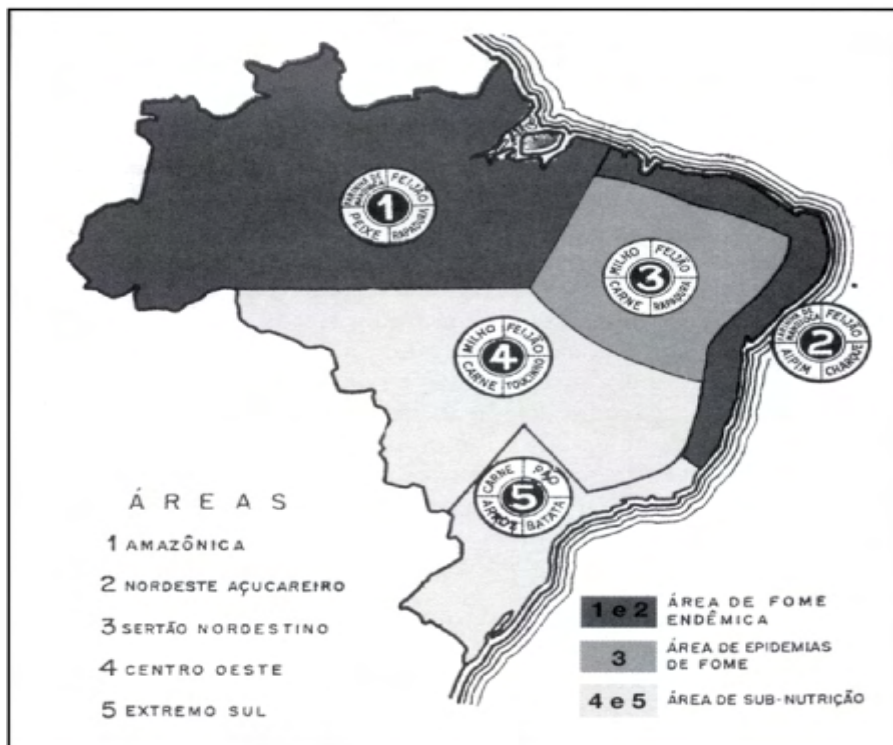


Figura 1: Mapa das áreas alimentares do Brasil.

Fonte: Geografia da Fome (1982)

Embora os dados estatísticos divulgados pelo governo brasileiro, nos anos de 2012 a 2016, apontassem para uma redução da miséria e a saída do país do Mapa da Fome Mundial, e realmente a situação de extensa camada da população brasileira tenha conseguido uma ascensão social graças ao benefício de inúmeros programas sociais criados para o combate à fome e a miséria e buscado a inserção social destas pessoas através de políticas e programas na área de educação, serviço social, infraestrutura, habitação entre outras, nos últimos 04 anos em decorrência dos cortes orçamentários e mudanças nas prioridades políticas do novo governo, defensor do neoliberalismo, o combate à fome e a miséria deixaram de ser prioridades e infelizmente voltamos a figurar no Mapa da Fome, conforme mostram os dados apresentados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em seminário realizado em Setembro de 2021. Dados da pesquisa Food for Justice realizada em conjunto com a **Freie Universität Berlin (Alemanha); UFMG e UnB** mostraram que:

- 59,4% dos domicílios entrevistados estavam em situação de insegurança alimentar, são seis em cada 10 domicílios brasileiros ou 125 milhões de brasileiros.

- 15% IA grave ou 31 milhões de pessoas. Mais comum em domicílios chefiados por pessoas pretas (66,8%) e por mulheres (73,8%); que têm crianças de até quatro anos (70,6%); e uma renda per capita mensal de até R\$ 500 (71,4%); domicílios situados em áreas rurais (75,2%) e nas regiões Nordeste (73,1%) e Norte (67,7%).
- Redução de 85% do consumo de alimentos saudáveis nos domicílios em situação de insegurança alimentar, sobretudo de carnes (44%), frutas (40,8%), hortaliças e legumes (36,8%) e ovos (17,8%).
- <https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813>

O fosso entre os pobres, miseráveis e os ricos cresceu em igual período, evidenciando que a renda continua concentrada nas mãos de uns poucos. A fome, longe de ser um problema solucionado ou sob controle, em que pese às inúmeras campanhas, projetos e programas desenvolvidos com esta finalidade no mundo pelos organismos internacionais desde a década de 1960, ainda é um problema a ser superado e solapa inúmeras vidas. A reforma agrária continua a ser o “calcanhar de Aquiles” da política brasileira, como muito bem asseverou Castro ao tratar da questão. Ao contrário do que apregoam os arautos governamentais, o pouco que tem sido feito nessa área deve-se à luta empreendida pelos trabalhadores sem-terra, através de suas organizações e das entidades que os representam ou apoiam, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, de setores da Igreja Católica Progressista, bem como de outras organizações religiosas e civis que se mostram intolerantes com a perversa tolerância governamental.

O resultado desta inoperância governamental tem se traduzido nas inúmeras mortes no campo decorrentes da luta pela terra e que deve ser entendida como uma luta pelo alimento, contra a fome e em defesa da vida. Neste cenário estão também os índios brasileiros cada vez mais espoliados de suas terras e ameaçados pelo agronegócio. As marcas geográficas da fome assinaladas por Josué de Castro e consideradas na época, por muitos críticos, como um desserviço ao país, foram e continuam sendo um desafio a ser superado. Estas marcas resultam de uma dívida social acumulada ao longo de séculos para satisfazer os interesses mesquinhos de uma elite dominante que tem se alternado no comando do país, subserviente ao capital internacional e sem nenhum compromisso com os estratos mais pobres da população. Esta análise serve para quase toda a América Latina vítima da aventura colonial.

O ALERTA DA GEOPOLÍTICA DA FOME

Em Geopolítica da Fome (1951) duas questões são colocadas como norteadoras do estudo: Será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem? Segundo Castro tudo levava a crer que havia uma espécie de “conspiração de

silêncio” em torno da temática e acusa a literatura ocidental, com algumas exceções, de ser “cúmplice do silêncio, que ocultou aos olhos do mundo a verdadeira situação de enormes massas humanas debatendo-se dentro do círculo de ferro da fome.”(P. 41) Buscando desmascarar as verdadeiras causas da fome no mundo, denuncia a economia colonial pela feia tragédia da fome, produto, em grande parte, desse colonialismo desumanizado, ao tempo que se contrapõe veementemente às teses neomalthusianas, denominadas por ele de “o espantinho malthusiano”: “Os neomalthusianos não fazem mais que atribuir a culpa da fome aos próprios famintos. (...) esses povos famintos não passam, a seu ver, de povos criminosos, criminosos culpados desse feio e tremendo crime: passar fome (Op.Cit, 54).

As absurdas projeções demográficas apresentadas pelos neomalthusianos como ameaça a vida no planeta, embasados na premissa de que a produção de alimentos já não pode ser aumentada por nos encontrarmos, praticamente, nos limites máximos de aproveitamento do solo e de saturação humana da terra, careciam, segundo Josué, de qualquer fundamento científico, além de serem ideologicamente reacionárias.

Geopolítica da Fome foi escrita e publicada pouco depois de terminada a Segunda Guerra Mundial e o conflito entre os Estados Unidos e o Japão quando as trágicas consequências destes dois acontecimentos que abalaram o mundo ainda estavam bem presentes na memória de boa parte da população mundial, em especial o horror causado pelas duas bombas atômicas lançadas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki e os horrores dos campos de concentração nazistas, responsáveis pelo extermínio de milhares de judeus, ciganos e outros povos de etnias consideradas “mestiças”. Os quadros resultantes da intolerância estavam bem presentes na mente das pessoas e o livro busca dar ênfase as situações calamitosas que o mundo enfrentava e despertar os leitores de uma possível apatia e descaso para com o destino de mais de três quintos da população mundial vitimadas pela fome. É contra a tolerância do intolerável que o autor se volta.

O quadro mais preocupante e perigoso, segundo Castro, é o representado pelas fomes qualitativas específicas a que grande parte da população está permanentemente submetida: fomes de proteína, de sais minerais e de vitaminas. “A fome de proteínas é extremamente generalizada, desde que as fontes de proteína completa, como a carne, os ovos, e o leite quase não participam da dieta (O cit., 212)”. É enfático ao afirmar que a fome é um flagelo fabricado pelos homens em suas opções econômicas e políticas e, portanto, flagelo capaz de ser eliminado pela vontade dos homens, e é a essa “vontade” que apela ao defender que a batalha da fome não se constituía em nenhuma tarefa quixotesca, mas uma necessidade que se transparecia à análise fria e realista da situação política e econômica do mundo na época.

O estudo feito em 1951 sobre a fome no mundo encontrou eco na campanha mundial que a FAO lançou em 1960 contra a fome e que previa que em um decênio que o problema estaria amenizado. Em 1996 a ONU diante do fracasso da campanha anterior, viu-se obrigada a repetir a mesma façanha em campanha similar diante do imenso número

de famintos e desnutridos do planeta: mais de 800 milhões de pessoas! Sendo que o maior índice estava concentrado na faixa etária de 0 a 5 anos de idade. Esta realidade pouco ou nada mudou até o presente, em que pese todos os avanços científicos e tecnológicos para a produção de alimentos⁶.

O LIVRO NEGRO DA FOME

Em 1957, por ocasião da fundação da Associação Mundial de Luta Contra a Fome – ASCOFAM, Castro publica **O Livro Negro da Fome**, como um manifesto de denúncia. Esta entidade criada por Castro e mais um grupo de personalidades de renome internacional interessadas pela sorte da humanidade, entre as quais destacavam-se: o Padre Joseph Lebret, Abbé Pierre, Alber Schweitzer, Raymond Schein, Louis Maire, Kuo-Mo-Jo, Paul Martin, Lord Boyde Orr, Tibor Mende, René Dumont e de Max Habitch, homens preocupados com a tolerância do intolerável e intolerantes diante do drama da fome, tinha como objetivo principal demonstrar que a fome e o subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome senão o da emancipação econômica e da elevação dos níveis de produtividade das massas de famintos, que constituíam (e ainda constituem) cerca de dois terços da população mundial. (CASTRO, 1968)

Como afirma o autor no Prefácio do livro, “é a fome – a fome crônica e endêmica em escala universal – o traço mais típico da miséria reinante em nosso mundo”, e a sua revelação constituiu sem dúvida a grande descoberta da ciência e da cultura do século XX. O objetivo desta obra é comover os leitores e leva-los não só a tomada de consciência do problema, mas aumentar o número de aliados na luta contra a fome, ou seja, tira-los da inércia, da indiferença. Segundo Josué de Castro era preciso desenvolver uma consciência planetária, uma responsabilidade para com o planeta para uma mudança radical que só poderia começar na irmandade dos homens contra a mais terrível situação de miséria humana: a fome. Este é sem dúvida um libelo contra a intolerância tirânica de um sistema econômico e político que bane do direito de vida cerca de dois terços da população do planeta, matando-os lentamente.

SETE PALMOS DE TERRA E UM CAIXÃO – ENSAIO SOBRE O NORDESTE UMA ÁREA EXPLOSIVA

Apesar de **O Livro Negro da Fome** ser considerado por Castro “uma verdadeira sociologia da fome”, será em **Sete Palmos de Terra e um caixão** que irá assumir de fato sua condição de sociólogo. Propõe uma ciência engajada, comprometida com seu objeto de estudo como sujeito participante do processo social. Na defesa de suas concepções

⁶ No artigo “A situação de Fome no Mundo, publicada em 29/07/2016 e assinada por Rodolfo Almeida e Beatriz Demasi, cerca de 794,6 milhões de pessoas ainda se encontram em estado de subnutrição e o Haiti lidera o ranking com mais da metade de sua população nessa condição. In: www.nexojornal.com.br/grafico/2016/07/29/A-situacao-da-fome-no-mundo-hoje

contrapõe a “sociologia comprometida” à “antiga sociologia”, defendendo a cientificidade da primeira e considerando a “antiga sociologia” como utópica e imobilista.

Esta postura frente à responsabilidade do investigador com a sociedade e os homens, bem como a rejeição dos determinismos contidos em supostas “verdades científicas”, está em consonância com as discussões mais recentes sobre os paradigmas tradicionais das ciências sociais e com a constatação de que os avanços e conquistas da ciência nos apresentam cada vez mais incertezas na busca de uma “ciência com consciência” como projeto cognitivo para as humanidades (MORIN,1994). Na introdução há uma nota explicativa sobre as dificuldades encontradas para trazer a mesma a público:

Este livro foi escrito entre outubro de 1962 e fevereiro de 1964, quando a 1º de abril deste ano um movimento militar depôs o Presidente Goulart, estabelecendo um novo governo no Brasil, os originais deste livro já se encontravam nas mãos do tradutor (...). O primeiro impulso do autor foi o de pedir a devolução destes originais para acrescentar ao livro um novo capítulo.

O livro tem como objetivo central mostrar o processo de transformação social acelerado que o Nordeste estava vivendo e apreender o complexo problema do seu desenvolvimento econômico e social. Ciente que a análise do desenvolvimento social nunca seria tarefa de um só campo de especialistas quer fossem geógrafos, antropólogos, sociólogos ou economistas, esclarece:

Achamos que, para dar ao retrato um colorido que não se distancie muito das nuances vivas de sua realidade, tínhamos que usar tintas de várias origens, molhando aqui e acolá o nosso pincel no campo da geografia, da economia, da antropologia, da etnografia e de várias outras disciplinas, que tentam surpreender aspectos parciais da vida coletiva. Foi desta forma que chegamos à conclusão que o nosso ensaio não podia rigorosamente ser considerado como um ensaio sociológico. (...) é apenas um ensaio (...).⁷

Josué de Castro busca fornecer um retrato exato dos dados sobre a região para elaborar uma carta atualizada da mesma e revelá-la em especial aos Estados Unidos e a certos países da Europa onde tanto se falava do Nordeste, sem se dizer quase nada do verdadeiro Nordeste e de seus autênticos problemas humanos. Buscava fazer penetrar “um pouco de luz no cipoal escuro de visões equivocadas que acusavam a região de estar sendo doutrinação para o comunismo”. Toda a luta das Ligas Camponesas era vista sobre este prisma e o livro busca mostrar a verdadeira causa das revoltas, embora estivesse ciente de que os que se negavam a ver as evidências “diante de livros como este, ficarão ainda mais cegos — cegos de raiva ou cegos de medo.⁸ No capítulo O Nordeste e a América Latina, conclui que o caso do Nordeste brasileiro deve ser analisado como resultante não apenas do processo de subdesenvolvimento em que a região se encontrava, mas das contradições

7 Idem, p. 18.

8 Ibidem, p. 22. Este livro está dividido em sete capítulos: I- A Reivindicação dos mortos; II- Seiscentas Mil Milhas Quadradas de Sofrimento; III- A Primeira descoberta: O Feudalismo Português do Século XVI; IV- O Brasil Colonial: A Ausência do Povo ou a Luta Contra o Progresso; V- A Segunda Descoberta ou a Conscientização do Povo Nordestino; VI- O Nordeste e a América Latina e VII- Anos Decisivos.

econômico-sociais mais amplas que marcavam todo o drama latino-americano.⁹

Após analisar os condicionantes históricos, econômicos e políticos da miséria nordestina, evidenciando as causas da revolta social como endógenas, de mostrar como esta situação não é um caso isolado na “subdesenvolvida América Latina”, e denunciar os engodos propiciados pela “Aliança para o Progresso”, alerta que a explosiva situação do Nordeste — em diferentes graus de intensidade, de toda a América Latina — não era uma armadilha maquiavélica da “hidra comunista”, monstro gerado no próprio ventre da oligarquia feudal, mas resultante do processo histórico de exploração e exclusão social que marcou todo o processo de desenvolvimento da região e que se mantinha ainda até aqueles dias. E questiona os pretensos ideais democráticos da elite brasileira e latino-americana.

CONCLUSÕES

A partir de 1964, suas análises adquirem maior consistência sociológica na explicação das desigualdades sociais, da fome e da miséria e Castro assume sua condição de cidadão do Terceiro Mundo e de cientista social, empreendendo uma luta aberta contra o intervencionismo econômico e suas mazelas. Em maio de 1961 havia participado do Encontro da Abadia de Royaumont com a comunicação, “A Fome e o Subdesenvolvimento”,¹⁰ no final desta apresentação tece duras críticas ao Fundo Monetário Internacional. Ao analisar o que considera um “falso desenvolvimento” desses países, alerta que o indicador “renda per capita” que, em alguns casos, pode até ser semelhante ao de um país desenvolvido (Venezuela e França, por exemplo, ambos apresentavam na época uma renda de 700 dólares) é inócua porque “constitui uma abstração; o que conta é a distribuição dessas rendas”. Conclui denunciando o desinteresse das grandes potências em integrar a economia dos países pobres num sistema universal de solidariedade econômica.

No início da década de 1970, a temática ambiental passa a ser prioritária nas suas discussões sobre a sobrevivência do planeta. Ao inserir com mais ênfase a discussão ambiental em suas análises, busca ampliar a compreensão da problemática da fome e das desigualdades sociais, identificando os verdadeiros alçozes do que denomina de “agonia planetária”. Em junho de 1972 participa do “Colóquio sobre o Meio” com o trabalho “Subdesenvolvimento: Causa Primeira da Poluição”.¹¹ Neste estudo questiona se os países subdesenvolvidos deveriam se preocupar com os problemas do meio, inserindo a discussão da questão ambiental na relação subdesenvolvimento/desenvolvimento. A defesa incontestável do direito ao desenvolvimento para os países do Terceiro Mundo e o

9 Vide a respeito da América Latina a análise feita por Eduardo Galeano, que se coaduna com os postulados apresentados por Josué de Castro. GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

10 Ver: *Que Futuro Espera a Humanidade? (Ideias e Critérios do Progresso Social)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 86.

11 Este texto foi publicado na revista “O CORREIO” da UNESCO, ano I, nº 3, março de 1973 e integra o livro *Fome, um tema proibido*. Últimos escritos de Josué de Castro.

desmascaramento do relatório do Instituto de Tecnologia de Massachussets, apresentado ao Clube de Roma, deveriam ser priorizadas para que fosse possível reorientar as políticas que deveriam redefinir o processo de desenvolvimento econômico.

Seus últimos escritos apresentam um cunho mais filosófico acerca dos problemas do mundo no final do século XX, revelam um homem experiente e cauteloso a indagar sobre o futuro da humanidade, preocupado com o destino dos povos do Terceiro Mundo e com o flagelo da fome, buscando estratégias de solução para este drama.

A questão levantada por ele em *Geografia da Fome*: “Será que a calamidade da fome é um fenômeno natural inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?”,¹² ganha contornos analíticos mais abrangentes e cada vez mais universais. Suas análises irão enfatizar a necessidade de uma nova cultura, um novo modo de pensar, um novo homem para se alcançar um futuro de paz e felicidade. Este novo modo de pensar o mundo exigiria que repensássemos o nosso modelo de desenvolvimento e considerássemos a diminuição do fosso entre ricos e pobres afim de que pudéssemos evitar uma explosão mais perigosa que a atômica: a explosão dos famintos. Questões que permanecem atuais e continuam sendo um desafio.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. *Atualização do Pensamento de Josué de Castro*. In: CONJUNTURA ALIMENTOS – Secretaria de Agricultura e abastecimento, Coordenadoria de Abastecimento, Governo do Estado de São Paulo, v. 5, n.º 2, junho/93.

CASTRO, Anna Maria. (Org.) *Fome, um Tema Proibido. Os Últimos Escritos de Josué de Castro*. 3 ed. Comemorativa do cinquentenário da publicação de *Geografia da Fome*, Recife: CONDEPE/CEPE, 1996.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.

CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué de. *Ensaio de Biologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué de. *Sete Palmas de Terra e um Caixão. Nordeste uma zona explosiva*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

----- *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

----- *O Livro Negro da Fome*. 3ª.Ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

----- *Geografia da Fome (O dilema Brasileiro: Pão ou Aço)*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1982. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil)

12 CASTRO, Josué de. *A Fome Mundial e Neomalthusianismo*. México: Instituto Indigenista Interamericano. Sobretito de América Indígena, Outubro, 1949, Vol. IX. n.º 4. p. 287 – 297.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Portugal: Europa-América, 1994.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. *Josué de Castro: O Sociólogo da Fome*. Brasília: UNB, 2003. Mestrado

_____. Josué de Castro. Cientista Social. In: SILVA, Tânia Elias M. da. (Organizadora). *Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012. Coleção Memória do Saber.

SILVA, Tânia Elias M. da. *Josué de Castro: Para uma Poética da Fome*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1998. Doutorado.

_____. *Josué de Castro – Para uma Poética da Fome*. 1ª. Ed. Curitiba: Editora CRV, 2021

CAPÍTULO 2

FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO À PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL NA SAÚDE MENTAL

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 14/10/2021

Maria da Conceição Silva Rodrigues

Universidade Federal do Piauí/UFPI
Departamento de Serviço Social
Barras – PI
<http://lattes.cnpq.br/0524195431523015>

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Universidade Federal do Piauí/UFPI
Departamento de Serviço Social
Teresina – PI
<http://lattes.cnpq.br/1155495958494760>

RESUMO: A Reforma Psiquiátrica objetivou transformações sociais, culturais e políticas, conseguiu construir um novo modelo de cuidado e assistência na saúde mental, visibilizando outros sujeitos no processo de cuidado como a família e a comunidade, tendo como principal dispositivo o Centro de Atenção Psicossocial (CAPs). No entanto, o cuidado familiar da pessoa com transtorno mental, recaiu, sobretudo, sobre a mulher e geralmente é perpassada além do gênero por marcadores, como classe e raça, havendo uma naturalização, invisibilidade, desigualdade e sobrecarga de trabalho sobre a cuidadora, pois essa desigualdade no provimento do cuidado é uma expressão estrutural, que é persistente no Estado brasileiro. Nesse sentido, este trabalho tem por proposta discutir aspectos relacionados ao cuidado realizado por mulheres às pessoas com transtorno mental no processo

de desinstitucionalização e impactos sobre sua existência. Para tanto, foi discutido como a família é vista no novo processo de cuidado à pessoa com transtorno mental e como considerase o cuidado na sociedade. Para discutir tal tema, este estudo apresenta contribuições de pesquisadores sobre o assunto em questão. Para a realização desse trabalho utilizou-se o método de revisão de literatura e os artigos utilizados foram encontrados no Scielo, em revistas, Banco de teses e dissertações e livros. Como resultado consideramos que o cuidado é uma construção social, que girou em torno do ser feminino, sendo naturalizado, invisibilizado e velado. E, ainda verificou que nesse novo processo de assistência à pessoa com transtorno mental mantém-se a feminização do cuidado, com parca problematização, com ausência de suporte nas políticas voltadas para as cuidadoras, que são sobrecarregadas.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidado. Mulheres. Saúde Mental.

FEMINIZATION OF CARE FOR PEOPLE WITH MENTAL DISORDERS IN MENTAL HEALTH

ABSTRACT: The Psychiatric Reform aimed social, cultural and political transformations, managed to build a new model of care and assistance in mental health, making other subjects visible in the care process as the family and the community, with the Psychosocial Care Center (CAPs) as the main device. However, the family care of the person with mental disorder has fallen, above all, on the woman and is usually permeated, besides gender, by markers such

as class and race, having a naturalization, invisibility, inequality, and work overload on the caregiver, because this inequality in the provision of care is a structural expression, which is persistent in the Brazilian State. In this sense, this paper proposes to discuss aspects related to the care provided by women to people with mental disorders in the deinstitutionalization process and the impacts on their existence. To this end, it was discussed how the family is seen in the new process of caring for people with mental disorders and how care is considered in society. To discuss this theme, this study presents contributions from researchers on the subject in question. To carry out this work we used the literature review method and the articles used were found in Scielo, magazines, thesis and dissertation banks, and books. As a result, we consider that care is a social construction that revolved around the feminine being, being naturalized, invisibilized and veiled. And, it also verified that in this new process of assistance to the person with mental disorder, the feminization of care is maintained, with little problematization, with no support in the policies directed to the caregivers, who are overloaded.

KEYWORDS: Care. Women. Mental Health.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente, as manifestações do transtorno mental ficaram restritas à área e política da saúde, sobretudo a partir da conformação dos hospitais psiquiátricos, modelo manicomial, constituído no Brasil a partir de 1852, quando é criado o Hospício Pedro II no Rio de Janeiro, modelo de atenção que se disseminou pelo Brasil, tornando-se central na assistência em saúde mental, pela presunção da periculosidade e incapacidade da pessoa com transtorno mental, um segmento que foi homogeneizado. A partir do processo de redemocratização, sobretudo final dos anos de 1970 essa forma de cuidar é denunciada pela violação de direitos humanos, a partir da luta dos trabalhadores em saúde, que lutavam por melhores condições de trabalho, e assim, passam a dar visibilidade para as prejudiciais e violadoras condições assistenciais.

A reforma psiquiátrica brasileira originada no final da década de 1970, considerada um movimento significativo de questionamento do paradigma psiquiátrico e de luta pela transformação da relação da sociedade com o valor social construído em torno da loucura tem apresentado diversos caminhos e tendências na direção da desinstitucionalização. Mas, o projeto consensual, que se tornou hegemônico e foi implementado como política pública de saúde mental pela Coordenação da Saúde Mental do Ministério da Saúde, a partir de 1990 gira em torno da perspectiva da desinstitucionalização (AMARANTE, 1996) como desconstrução de toda arquitetura que moldou e deu sustentação para o manicômio. Nessa perspectiva, a produção do cuidado à pessoa com transtorno mental é encargo da comunidade, assim o cuidado deve acontecer no território, onde a existência sofrimento da pessoa ganha expressão e a vida pode ser reinventada, com as relações sociais ressignificadas, na direção da permanência da pessoa no meio social e reconstituição das relações sociais em torno do louco e da loucura e suas manifestações em cada localidade.

Com o processo de desinstitucionalização, construiu-se dispositivos substitutivos aos modelos de tratamento manicomial, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), envolvendo tanto os sujeitos com transtorno mental quanto a família, o Estado e a sociedade. Esse modo de assistência pauta-se em um modelo de saúde pública, a qual procura efetuar o cuidado como direito social, em que a implementação de serviços de saúde mental é um encargo principal do Estado, a fim de não mercantilizar a loucura e a pessoa com transtorno mental é alçada no estatuto da cidadania, embora em muitas situações uma cidadania especial. Logo, o acolhimento, o acompanhamento e a inserção na sociedade são uma premissa fundamental, disponibilizando-se serviços de modo integral. Ou seja, há o pressuposto da intersetorialidade, que as necessidades sociais da pessoa com transtorno mental são complexas e que não se esgotam na política de saúde, convocando os saberes e as experiências das demais políticas sociais, que deve atuar integradamente.

Nesse novo modelo de cuidado da Política de Saúde Mental houve a introdução da família como agente parceiro no processo de cuidado e a reinserção social do cidadão com transtorno mental na cidade. Assim, o lugar da pessoa com transtorno mental é em qualquer lugar da cidade em que seu direito se efetiva, não apenas no manicômio, como postulava o modelo anterior. No entanto, o cuidado familiar da pessoa com transtorno mental, sem políticas públicas específicas direcionadas aos familiares na perspectiva de desfamiliarização, recaiu, sobretudo, sobre a mulher e geralmente é atravessada por marcadores como a classe e raça, tendo uma naturalização e, como consequência, a sobrecarga de trabalho sobre a cuidadora.

Dessa maneira, este trabalho pretende discutir aspectos relacionados ao cuidado realizado por mulheres às pessoas com transtorno mental no processo de desinstitucionalização e impactos sobre sua existência. Para a realização desse trabalho utilizou-se o método de revisão de literatura e os artigos para a produção deste estudo foram encontrados em diferentes plataformas como Scielo, em revistas, Banco de teses e dissertações e livros. Parte-se do pressuposto que o cuidado é uma construção social, que a sociedade capitalista se apropriou do feminino, naturalizando tal processo, o que se reproduz com parco questionamento no cerne desinstitucionalizante, ocorrendo assim a feminização do cuidado, acompanhada da ausência ou precariedade de suporte, sem políticas voltadas para esses familiares, com a sobrecarga do cuidar entre as mulheres, mantendo assim a opressão das mulheres, que tem seu existir e sua cidadania desconsiderados.

21 A MULHER COMO PRINCIPAL CUIDADORA DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL

Apartir do movimento conhecido como Reforma Psiquiátrica, ocorreu tanto denúncias e contestações do modelo asilar, coberto por violência física e psíquica, mortes, isolamento

e violações de direitos quanto a transformação social, cultural, política e de assistência e cuidado à pessoa com transtorno mental. Esse movimento ocorreu em meio a influências tanto no âmbito redemocratizante nacional, quanto com a solidez da experiência italiana, a única que efetivamente desconstruiu o manicômio e promoveu intensa alteração cultural da sociedade com o louco, reconstruindo seu lugar social, inclusive como trabalhador(a). O contexto sociopolítico do Brasil, foi favorável para o desenvolvimento da Reforma Psiquiátrica no país. Com essa reforma construiu-se redes de assistência, que de acordo com Almeida (2015) é focada em

princípios e práticas psicossociais privilegiando novos espaços que possibilitam a integração do sujeito em sofrimento psíquico, reafirmando e buscando incorporar nas ações de saúde mental, os princípios e garantias dos direitos humanos (ALMEIDA, 2015, p. 348).

O modelo de cuidado defendido nessa reforma, constrói-se em um contexto contraditório, pois de um lado, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é ampliada a cidadania, sendo a saúde universalizada e colocada na seguridade social. Ao mesmo tempo, o ideário neoliberal ganha força na implementação das políticas sociais, que passam a ser orientadas crescentemente pela focalização, seletividade e privatização, com tendência de desuniversalização de direitos e restrição de gastos com o social, cada vez mais remetido ao mercado e à família. Tal fato, em uma sociedade e Estado com um sistema de proteção social meritocrático particularista (DRAIBE, 1989), que historicamente ofereceu parca proteção social, configurando-se como familista (TEIXEIRA, 2013), por delegar ao grupo familiar a condição de principal fonte de proteção social, ao lado do mercado, trava o processo de consolidação democrática, que visa incluir aqueles que até então estavam excluídos da cidadania. Logo, o Estado orientado por tendências neoliberais, delega suas funções para outras instituições, setores e principalmente para a família, na qual essa é considerada parte fundamental na Política de Saúde Mental no processo de desinstitucionalização.

A partir de 2010 e mais amplamente a partir de 2016, com a intensificação de inclusão das comunidades terapêuticas na implementação da política de saúde mental antimanicomial, os desafios para a saúde mental se alargam com os constantes desmontes das bases que redirecionaram o modelo assistencial manicomial, necessitando de debates e de direcionamentos em prol da transformação da sociedade, de direitos e dos serviços substitutivos defendidos pela Reforma Psiquiátrica.

Ao haver uma mudança de perspectiva sobre a família, da loucura e do adoecimento de um membro familiar, a família passa a ser vista como responsável, parceira e como protetora e cuidadora da pessoa com transtorno mental. Esse cuidado no processo de desinstitucionalização é considerado fundamental, uma vez que o sujeito ficou bastante tempo institucionalizado e a inserção no seio familiar é importante para apoiar na condução de sua autonomia e de construção de novos relacionamentos. Mas, a reinserção social

é um processo complexo, que requer da família e do Estado investimentos de variadas dimensões e intensidades. Há vários processos sociais que ocorrem concomitantemente no interior da reforma psiquiátrica. De um lado, ela tem obtido êxitos na reorientação da “carreira do doente mental” (GOFFMAN, 1992), ao obstar internações em manicômios/hospitais psiquiátricos, que reforçam processos de estigmatização e desabilitação para a vida social. Então, pessoas em primeiras crises psiquiátricas, tem a possibilidade de ser cuidada no seu território de vida, através dos Caps e de leitos em hospitais gerais.

Por sua vez, pessoas que sofreram os efeitos da institucionalização e foram desospitalizadas, foram inseridas em dois procedimentos principais. Aquelas com vínculos familiares frágeis ou consideradas “sem família”, foram encaminhadas para os Serviços Residenciais Terapêuticos. Ou seja, o Estado manteve a desfamiliarização, criando serviços específicos para a reinserção social, serviços que figuraram como uma mistura de residência e serviço, como a própria denominação enseja.

De outra maneira, aquelas pessoas com transtornos mentais com vínculos familiares reconhecidos e avaliados como potentes para o recebimento desse segmento de “volta para casa”, foram submetidos a processos familistas, em que a família se tornou a principal referência do cuidado e da reinserção social, como mostra Galba Vieira (2009).

Obviamente, as relações familiares no geral, tendem a oferecer vínculos, tais como o afeto, a preservação da memória coletiva e o sentimento de pertencimento que o Estado através de suas políticas sociais não tem condição de prover. Mas, a família tem limites, de variadas ordens, até por que no Brasil este grupo, desde 1930, vem passando por muitas alterações sociodemográficas, algumas inclusive induzidas pelo Estado e outras pelo mercado, como a inserção da mulher no mercado de trabalho. Desse modo, a inserção ou reinserção da pessoa com transtorno mental no território requer repensar: quem é essa família; como suas relações se configuram; que condições tem de prover cuidados e como o Estado, através das políticas sociais, se organiza para também expandir sua ação para proteger a família, para estar junto com a mesma, que tem sido convocada a ser corresponsável por um processo muito complexo.

O núcleo familiar é perpassado por relação de poder. É um espaço repleto de tensões e onde se produz práticas de saúde, como o cuidado. Dessa forma, a abordagem dirigida aos familiares das pessoas com transtorno mental, segundo Rosa (2011) foram bastante limitadas, uma vez que não foram preparados para cuidar dos seus familiares com transtornos mentais. Emergindo assim, nesse processo de desinstitucionalização problemas, como o sofrimento das famílias, majoritariamente, do cuidador, frequentemente uma mulher, cuidadora, que no geral é única na provisão do cuidado, e que precisa de assistência contínua e preparo na vida cotidiana com esses sujeitos.

Para Passos (2018) o cuidado é uma necessidade ontológica do Ser Social que devido as transformações históricas passou a ser algo privado, invisível e relacionado ao sexo feminino e ainda visto como uma dimensão do trabalho doméstico, “não

sendo diferenciado ou reconhecido de forma distinta em relação à função, ao exercício e às atribuições” executadas no lar (PASSOS, 2018, p.22). Desse modo, o cuidado se apresenta como uma atividade com valor de uso e privado, mas como uma “qualidade feminina” e conseqüentemente naturalizado e desvalorizado. A naturalização desse tipo de trabalho contribui para a permanência da estrutura da sociedade e sua desvalorização acaba incidindo de modo diferente a partir da classe social e da etnia/raça a qual a mulher pertence. Assim, o que se percebe é que

na sociedade dita democrática em que nos encontramos, o cuidado informal provido por mulheres é associado a um trabalho improdutivo que não gera lucro, na lógica capitalista, mas que mesmo assim, tem contribuição decisiva ao mercado (OLIVEIRA, 2015, p.34).

A sustentação dessa “qualidade” atribuída à figura feminina na sociedade serve para a manutenção da ideologia patriarcal, da exploração da mulher na lógica capitalista e também em outros âmbitos sociais. Dado a legitimação da função social de cuidadoras e reprodutoras dirigidas à própria condição biológica das mulheres, nega-se a categoria trabalho nesse tipo de atividade e intensifica-se a ideia de subalternização e de desprestígio na sociedade.

E, dessa maneira, conforme Passos (2020),

a distribuição das tarefas é determinada a partir do gênero e se aprofunda com a raça e a classe, promovendo a naturalização de supostas habilidades como parte componente de determinado sexo biológico definindo, inclusive, com relação a comportamentos (PASSOS, 2020, p. 118).

Isso demonstra de forma clara que os marcadores sociais, como a classe, a raça e o gênero se apresentam fortemente em práticas de cuidado e esse cuidado considerado informal, no sistema capitalista, representa função significativa, e, sendo assim, Alves salienta que o “corpo marcado por gênero, sexualidade e raça aparece como um dispositivo fundamental para a constituição das situações de opressão” (ALVES, 2018, p. 280). Nesse sentido, por mais que a família seja considerada como parceiras e sujeitos políticos, a atenção a esses é escasso, havendo impacto e dificuldades graves para o sustento e subjetividade desses sujeitos, que tem seu ser invadido integralmente pelas necessidades de cuidar do outro.

Sobre o trabalho realizado por mulheres cuidadoras, esse vai sendo velado, invisibilizado e marcado pela divisão social e sexual do trabalho, no sentido, de permanecerem com a atribuição de cuidar como sendo preponderante da mulher, relacionada ao lar, encarregada do preparo da comida, da roupa, dos filhos, do marido, da família. Ao homem foi atribuído e mantido o papel de provedor, refletindo valores morais e culturais construídos socialmente, pois sem compartilhamento do cuidado entre todos. As relações de cuidado são atravessadas e tensionadas pelas diferenças de sexo e o trabalho realizado por mulheres, historicamente oprimidas foi

Explorado e expropriado, na medida em que elas são força de trabalho disponível para o capital e que as tarefas destinadas à reprodução da própria força de trabalho como cozinhar, lavar, cuidar de crianças (ALVES, 2018, p. 275).

Nessa visão, Silva (2019) aponta que

a subalternização da mulher e o papel do homem são criações humanas, não baseadas integralmente em atributos naturais, pois a cultura acompanha este movimento, se apresentando enquanto produto da complexa equação executada pelos Seres Sociais (SILVA, 2019, p. 23).

Assim, essa desigualdade no provimento do cuidado é uma expressão estrutural que há muito tempo existe e persiste no Estado brasileiro. O patriarcado reforça as desigualdades entre homens e ao mesmo tempo reforça sobre as mulheres a exploração e a opressão, sendo uma das suas grandes expressões a divisão sexual do trabalho, extremamente benéfica ao modo de produção capitalista. Frente a essa questão, urge uma transformação da divisão social e sexual do trabalho na sociedade. Já que, segundo Saffioti (2004) esse sistema não abarca apenas a família, mas permeia a sociedade em geral, na qual disseminam e perpetuam valores e atitudes subjetivados.

Diante disso, Passos (2011) pontuou que antes mesmo da desinstitucionalização nos diversos âmbitos já era função da mulher o cuidar e ainda segundo a autora, uma das heranças deixadas para as mulheres negras foi o cuidado colonial pelo colonialismo, expressando-se de diversos modos na contemporaneidade (PASSOS, 2020). Nessa perspectiva, no que diz respeito à Política de Saúde Mental e o papel de cuidar que continua cabendo prioritariamente às mulheres, arrisca-se reforçar a psiquiatria tradicional, sem articulações com as lutas e o legado feministas e antirracistas (PASSOS, 2020).

As mulheres, através de associações têm buscado construir estratégias para a transformação societária e as famílias têm buscado desenvolver habilidades para lidar com as situações cotidianas na produção de cuidado e fortalecimento de relações entre a pessoa com transtorno mental e a familiar cuidadora. Mas, os desafios são intensos, precisando de redes de apoio e cuidados, principalmente sobre a cuidadora uma vez que há sofrimento, sentimentos de sobrecarga e cansaço, precisando segundo Kantorski *et al.*, (2019) que

os serviços de saúde mental adotem práticas que favoreçam cada vez mais a desconstrução da naturalização do papel de cuidador/a como atribuição preferencialmente feminina, por meio da inclusão de todos os membros da rede afetiva dos usuários nos projetos terapêuticos desenvolvidos (KANTORSKI *et al.*, 2019, p. 65).

Logo, nas reuniões de família dos Centros de Atenção Psicossocial - Caps, a preponderância de mulheres tem que ser problematizada, assim como o dia e horário em que ocorrem as reuniões, que muitas vezes impedem a presença masculina. Os Caps têm que fomentar o compartilhamento do cuidado no interior da família, desnaturalizando essa

tarefa como algo inerente ao feminino.

3 | SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO

A profissão de Serviço Social surgiu no capitalismo monopolista, em um momento em que necessitava de um novo modo de atuar frente às necessidades sociais. Assim, frente à eclosão da questão social, sua agudização e assunção como questão política a partir da década de 1930 no Brasil, o profissional de Serviço Social foi requisitado para atuar e lidar com a administração das suas expressões, mediado por políticas sociais. A profissão desde sua origem tem sido construída por mulheres e carrega em seu seio subjetividades e valores construídos socialmente.

Nesse sentido, as profissionais de Serviço Social vêm trabalhando, discutindo e estudando diferentes questões, como o gênero, a classe, raça, pobreza e outras expressões da questão social. Especificamente sobre a categoria gênero, passa no Serviço Social a ser discutida por volta de 1990. A importância em debater gênero ganha importância nas diretrizes curriculares da profissão em 1996 (LIMA, 2014). Desse modo, essa questão deve estar presente na formação profissional, mas a sua discussão ainda não foi generalizada para todos os cursos e processos formativos. Essa ausência interfere na mudança de valores e, conseqüentemente, na sua problematização nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Precisa assim, problematizar e discutir outras dimensões atravessadas pelas expressões da questão social, como gênero, raça/etnia, cuidado e ainda conforme Lima (2015) precisando de

um processo de formação profissional que considere tais questões como fundamentais, e não simplesmente como discussões acessórias que não têm verdadeira centralidade no processo de formação profissional (LIMA, 2015, p. 55).

Nessa visão, Alves (2018) assinala que há na profissão um entendimento de que gênero se relaciona com as relações de poder na vida social. E essas relações entre os indivíduos são perpassadas por uma questão biológica e social, que se reproduzem e a forma como se apresentam cotidianamente, como a divisão do trabalho, naturalizadas pela sociedade, foram socialmente construídas. Assim, pode-se dizer que gênero pode ser considerada uma categoria relacional e ao mesmo tempo política, pois altera relações de poder na sociedade. Incluir tal aspecto no processo formativo, faz a diferença, pois, a maioria das demandantes de todas as políticas sociais são mulheres. Então, no dia a dia profissional do/a assistente social, as relações de mulher para mulher são muito comuns, e sua naturalização também. Logo, o que parece óbvio, precisa ser revisto, problematizado.

Desse modo, é fundamental a categoria profissional compreender que as relações de poder são definidas e fortalecida pela cultura patriarcal e é imprescindível a desnaturalização dos papéis de gênero socialmente estabelecidos, uma vez que os danos dessa estrutura

recaem, majoritariamente sobre as mulheres. Recaindo sobre essas a sobrecarga laboral, excesso de tarefas, impactando na saúde física e mental e em outras esferas da vida.

Referente à questão do cuidado realizado pelas mulheres percebe-se que esse é estereotipado na sociedade e exige trabalho que demanda afeto, intimidade, proximidade física e emocional, a presença de pessoas dependentes, muitas vezes em situação de vulnerabilidade, sendo muitas vezes mulheres, pobres e negras que as realiza. Diante disso, consideramos que a função de cuidar pode ser compartilhada por todos, sem a diferenciação de gênero.

Aliás, as pesquisas sobre o uso do tempo vêm mostrando as crescentes sobrecargas do trabalho doméstico e de cuidar sobre as mulheres. Então, para efetivamente implementar o projeto ético político, na direção de uma nova ordem societária, é fundamental, rever a formação na direção das problematizações e alterações das relações de gênero, o que requer um repensar sobre a cultura e seus padrões na sociedade brasileira, até por que nas sociedades em que foram implementados projetos na direção socialista, houve persistência das desigualdades de gênero, com reforço à lógica patriarcal e, conseqüentemente opressão das mulheres, como mostra Xinran (2009), a partir da realidade da condição feminina na China moderna. Portanto, uma perspectiva revolucionária deve incluir a abordagem de gênero, raça e classe, de maneira interseccionada.

4 | CONCLUSÃO

A preocupação com as relações de gênero e seu impacto na ordem social se apresenta no código de ética profissional do profissional de Serviço Social. Nesse documento, dentre um dos princípios, tem a opção por um projeto profissional relacionado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação de classe, etnia/raça e gênero. Assim, pelo exposto, vemos que a categoria profissional na política de saúde mental precisa aprofundar e posicionar-se criticamente em debates que abarcam a dimensão de gênero e de cuidado, os quais incidem sobre os marcadores de classe, raça/etnia, no sentido de provocar reflexões de como esses temas estão sendo historicamente tratados e vistos, bem como discutir a categoria de gênero na formação profissional, uma vez que essa categoria possui caráter de transversalidade e é dotada de relações de poder e desigualdade, existente há muito tempo na sociedade.

Logo, com base nas discussões aqui processadas, consideramos que o cuidado é uma construção social do que é feminino e, assim, foi naturalizado, invisibilizado e velado nas famílias que possuem como cuidador da pessoa com transtorno mental a mulher. Além disso, foi possível perceber que há impactos, sofrimentos e sobrecarga sobre a cuidadora e, desse modo, precisando da desnaturalização do papel de cuidados realizados por mulheres, sejam elas, mãe, esposas, filhas ou irmãs e também de implementação de políticas públicas a esses sujeitos já que são importantes atores e fonte de apoio para

seus membros e para a Política de Saúde Mental. As mudanças postuladas pela reforma psiquiátrica têm que se associar com o legado feminista e antirracista, problematizando a ordem de gênero e a opressão que ainda paira sobre as mulheres no processo de prover cuidar. Assim, a reforma psiquiátrica não pode se limitar à política de saúde/saúde mental, tem que se entrecruzar com as políticas públicas pra as mulheres, para a população negra, LGBTQIA+, e efetivamente produzir mudanças culturais, exigindo a presença das políticas sociais na retaguarda às famílias e sobretudo às mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.M. **Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, 2018, p. 268-286.

ALMEIDA, M.C.L. **Desinstitucionalização do tratamento psiquiátrico e gênero: o impacto causado na vida do cuidador do portador de transtorno mental**. Estudos de Sociologia, Recife, vol. 2, n.21. 2015.

AMARANTE, P. **O homem e a serpente**. Outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

BATISTA, G.S., et al. **Repercussão familiar da desinstitucionalização do ente com transtorno mental**. Research, Society and Development, v. 9, n.11, 2020.

DRAIBE, S.M. "O 'welfare state' no Brasil: características e perspectivas" **Ciências sociais hoje**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais/ANPOCS, 1989.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992

KANTORSKI, L.P. et al. **Gênero como marcador das relações de cuidado informal em saúde mental**. Cadernos Saúde Coletiva, v. 27, n. 1, 2019, pp. 60-66. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/S74WJPq7v98BQdpvvGT79VS/?lang=pt&format=html#>>. Acesso em: 31 jul 2021.

LIMA, R.L. **Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, 2014. p. 45-68.

OLIVEIRA, B.W.S. **Mulheres e Saúde Mental: a construção da provisão de cuidados a pacientes com transtorno mental na perspectiva social**. 2015. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PASSOS, R.G. **Teorias e filosofias do cuidado: subsídios para o Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2018.

_____. **"De quem é a responsabilidade do cuidado"? O papel de mulheres no processo de desinstitucionalização da pessoa em sofrimento psíquico**. In: Saúde e direitos humanos/Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Grupo Direitos Humanos e Saúde Helena Besserman. – Ano 7 n. 7 (2010). – Rio de Janeiro, 2011. P. 101-121.

_____. **Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial.** Revista em Pauta, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, 2020, p.116-129.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, Patriarcado e Violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, L.O. **Feminização do cuidado: análise das determinações de gênero, raça e classe nos processos de produção e reprodução da sociedade capitalista no Brasil.** 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Rio de Janeiro, 2019.

ROSA, L.C.S. **Transtorno Mental e o cuidado na família.** São Paulo: Cortez, 2011.

TEIXEIRA, S.M. **A família na política de assistência social: concepções e as tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina-PI.** Teresina: EDUFPI, 2013.

VIEIRA, G.T.S. **A família e o provimento de cuidados à pessoa com transtorno mental no contexto da desinstitucionalização.** 2019. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

XINRAN. **As boas mulheres da china.** São Paulo: Companhia de bolso, 2007.

CAPÍTULO 3

A MULHER MIGRANTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO COMO MEIO EFETIVO DE INTEGRAÇÃO LOCAL

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 05/10/2021

Fernanda Aparecida Novelli Sanfelice

Faculdade Ceres
São José do Rio Preto – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/3855608819323056>

Maiara Furquim Lunardello

Faculdade Ceres
São José do Rio Preto – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/0959881501962021>

Maira Furquim Lunardello

Universidade Presbiteriana Mackenzie
São Paulo – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/8746630272165483>

RESUMO: O objetivo principal da pesquisa consistirá em analisar o protagonismo das mulheres migrantes e como a dificuldade de acesso ao sistema de saúde brasileiro, de forma digna e integral, consiste em um fator prejudicial à efetiva integração local. O referencial teórico partirá da leitura e análise dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), da política de atenção do SUS a distintos grupos populacionais, da legislação brasileira em relação ao direito da mulher migrante à saúde, e das constatações de autoras e autores quanto a políticas públicas, à saúde como um direito humano das migrantes e ao acesso à atenção integral de saúde, e acerca dos meios de integração local destas mulheres. Como metodologia, a pesquisa terá caráter qualitativo, por meio da revisão bibliográfica de

pesquisas, artigos científicos, livros, legislações, portarias e políticas do SUS. Quanto aos possíveis resultados, a pesquisa demonstrará que as mulheres migrantes, apesar de serem agentes políticos, são silenciadas no processo de elaboração de políticas públicas de saúde e irá expor a fragilidade do SUS em assisti-las nos âmbitos bio-psico-sociais, culturais, linguísticos e espirituais e como o acesso integral à saúde é um efetivo meio de integração local.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres migrantes; saúde; políticas públicas; integração; Brasil.

MIGRANT WOMAN AND PUBLIC POLICIES IN THE BRAZILIAN TERRITORY AS AN EFFECTIVE MEANS OF LOCAL INTEGRATION

ABSTRACT: The main objective of the research will be to analyze the role of migrant women and how the difficulty of accessing the Brazilian health system, in a dignified and integral way, is a detrimental factor to effective local integration. The theoretical framework will start from the reading and analysis of the principles and guidelines of the Unified Health System (SUS), the SUS care policy for different population groups, the Brazilian legislation regarding the right of migrant women to health, and the findings of the authors about public policies, health as a human right of migrants and access to comprehensive health care, and about the means of local integration of these women. As a methodology, the research will have a qualitative character, through a bibliographic review of research, scientific articles, books, legislation, ordinances and SUS policies. As for the possible

results, the research will demonstrate that migrant women, despite being political agents, are silenced in the process of elaborating public health policies and will expose the fragility of the SUS in assisting them in the bio-psycho-social and cultural spheres, linguistic and spiritual and how comprehensive access to health is an effective means of local integration.

KEYWORDS: Migrants women; health; public policies; integration; Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

Ocorre, atualmente, o fenômeno de “feminização” das migrações (OIM, 2018), tendo em vista que as mulheres passaram a constituir, em 2019, 48% do número de migrantes internacionais (OIM, 2020). Diante deste cenário, entende-se imprescindível utilizar o gênero como categoria de análise da mobilidade humana, já que as mulheres são seres singulares no processo migratório em decorrência das imposições de gênero que as afetam em diversas esferas.

Embora tenha ocorrido esta elevação no número de mulheres migrando, é importante ressaltar que estas sempre foram agentes do processo migratório, contudo tais imposições de gênero invisibilizaram e invisibilizam suas presenças neste contexto, apresentando apenas os homens como protagonistas dos deslocamentos humanos. As migrações, então, refletem as interações sociais criadas e estruturadas para a manutenção de uma sociedade patriarcal, na qual as mulheres são consideradas como agentes passivos da mobilidade humana, ignorando-se, assim, suas agências políticas (MORALES, 2015, p. 24).

Estes deslocamentos femininos são motivados por diversos fatores, como a reunificação familiar, a procura por trabalho ou por melhores condições econômicas e laborais, a busca por refúgio ou asilo, a conquista por maior independência familiar, a fuga de violência doméstica e das discriminações de gênero, raça, classe e sexualidade (MORALES, 2015).

Deste modo, as mulheres se deslocam por razões políticas e econômicas, sendo, pois, protagonistas do fenômeno migratório. Contudo, apesar desta mobilidade feminina simbolizar um “[...] sinal ou instrumento de empoderamento por parte da mulher” (MARINUCCI; MILESI, 2015, p. 58), este fenômeno ainda é permeado por imposições de gênero que, além de serem uma das causas do deslocamento feminino, apresentam-nas como seres invisíveis e, ainda, faz com que a possível vulnerabilidade social a qual estavam expostas em seus países de origem se perpetuem no trajeto e nos países de destino (MARINUCCI; MILESI, 2015).

O Brasil pode, então, ser analisado como um importante *locus* para a compreensão da mobilidade humana, considerando que, até junho de 2016, havia no país 1,2 milhão de migrantes e que, nos últimos anos, o fluxo de refugiados para este território elevou – em 2017, o Brasil recebeu 33,8 mil solicitações de refúgio¹ e 10,1 mil já residem no país

1 É relevante salientar que [...] dos 33.866 pedidos de refúgio ocorridos em 2017, 17.865 foram feitos por cidadãos venezuelanos” (VENTURA, 2019, p. 46), cuja mobilidade é notória, ante os problemas políticos e sociais que assolam

(VENTURA, 2019). Inseridas nestes números, as mulheres consistem em 45% do número de imigrantes e 40% do número de refugiados no país (OSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO, 2020).

Para tutelar sobre este contingente de migrantes, o Estado brasileiro, a partir da Constituição de 1988, estabeleceu que nacionais e estrangeiros possuem igualdade de direitos². A legislação infraconstitucional também se atentou em proteger este grupo, tendo sido editada, em 2017, a Lei nº 13.445/2017, denominada “Lei de Migração”³. Estas legislações concederam aos migrantes acesso a inúmeros benefícios de ordem social, como educação, assistência jurídica gratuita, trabalho, saúde, moradia, serviço bancário e seguridade social, transporte e lazer (artigos 6º da Constituição Federal de 1988 e 3º, inciso XI, da Lei nº 13.445/17).

Todavia, há no Brasil barreiras na implementação prática das supracitadas leis. Assim, apesar da igualdade formal entre brasileiros e migrantes, o país não possui políticas públicas específicas às necessidades das migrantes, tornando o Estado incapaz de efetivar o acesso destas mulheres a direitos sociais, como a saúde, e, conseqüentemente, de assegurar sua concreta inserção na sociedade (VENTURA, 2019). Neste sentido, aponta Lussi:

O Brasil está em seus primeiros passos nas respostas às demandas específicas da população migrante, está aprendendo com os novos fluxos que já não se assimilam anonimamente aos tecidos sociais como por vezes aconteceu com fluxos menores, no passado recente. É uma aprendizagem que leva a reinventar a relação da população autóctone e de seu governo com pessoas, famílias e grupos de imigrantes para além do que foi a migração histórica, que hoje é sentida como uma experiência distante cultural e socialmente. Essa reinvenção marca a abordagem com que os temas relativos à mobilidade humana são tratados e a capacidade de pensar, planejar e implementar serviços que representam e fomentam o acesso a direitos e processos progressivos de cidadania para toda a população, sem exclusão de quem nasceu em outro país (2015, p. 137).

Infere-se, assim, que o processo migratório expõe desigualdades e incoerências relativas ao acesso às políticas públicas. Tais desigualdades se relacionam com a situação de vulnerabilidade que sujeita as mulheres migrantes à exclusão. Logo, ao invisibilizar o protagonismo destas mulheres na mobilidade humana, suas particularidades são ignoradas, sendo inseridas em programas e políticas já existentes no Brasil, os quais não foram formulados para atender suas demandas específicas, limitando, assim, suas possibilidades de decisão e de “empoderamento”, já que não manifestarão discursivamente no processo de elaboração dos mecanismos pensados para proporcionar-lhes novas oportunidades de vida (MOREIRA, 2014).

a Venezuela nos últimos anos, merecendo serem, também, objeto de particular análise.

2 Artigo 5º, caput.

3 Esta lei substitui o antigo “Estatuto do Estrangeiro” (Lei nº 6.815/80), promulgado durante o regime da ditadura militar no Brasil, o qual, ao invés de criar mecanismos efetivamente protetivos aos direitos dos migrantes, os apresentava ante uma concepção de ameaça à segurança nacional, assim, não eram vistos como sujeitos de direitos.

Por conseguinte, esta conjuntura de ausência de políticas públicas específicas reflete, sobretudo, no acesso de mulheres migrantes à saúde, direito humano que deve ser assegurado pelo Estado sem discriminação e com base em princípios que norteiam o sistema de saúde brasileiro.

2 | A MULHER MIGRANTE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) BRASILEIRO

O Brasil possui o Sistema Único de Saúde (SUS), consolidado pela Lei nº 8.080/1990, sendo este respaldado por princípios e diretrizes, a fim de garantir a promoção, a proteção, o acesso e a organização dos seus serviços. Dentre os princípios estão a universalidade, a equidade e a integralidade no atendimento. A universalidade garante o acesso aos serviços de saúde a todos os indivíduos presentes no território nacional em todos os seus níveis de assistência, superando as barreiras impostas de acessibilidade legais, econômicas, físicas ou culturais (PAIM, 2009). A equidade assegura igualdade de assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios. Já a integralidade promete atenção do cuidado de forma única e individualizada para cada paciente.

A partir desses fundamentos, para que ocorra a atenção à saúde de forma integral e individual, devem ser feitas considerações acerca das particularidades e necessidades de cada indivíduo. As mulheres migrantes devem ser recebidas com um preparo estrutural e logístico do sistema de saúde, para que assim haja a garantia de atendimento e de serviços de qualidade, bem como eficácia na integração com a sociedade local. Também deve haver a formação de profissionais empáticos para realizar a acolhida, considerando as diferenças culturais, as linguísticas e os hábitos em saúde.

Logo, como aponta Ventura, sendo a saúde um direito humano a ser assegurado pelo Estado brasileiro, a vulnerabilidade das migrantes deve ser analisada em duas dimensões: a das características individuais e a das causas estruturais básicas. A primeira dimensão refere-se ao gênero, à idade, à deficiência e aos níveis de segurança e educação. A segunda dimensão relaciona-se com as condições de trabalho e vida, o nível de proteção jurídica e do processo de migração, a situação migratória no Brasil, as barreiras culturais e linguísticas, a exposição a crimes, conflitos e eventual detenção. Esta segunda dimensão corresponde aos Determinantes Sociais de Saúde (DSS), sendo estes relevantes para revelar as especificidades da situação de saúde das mulheres migrantes (VENTURA, 2019).

Com base nos citados determinantes, observa-se que estas mulheres se encontram em uma posição de vulnerabilidade nas esferas social, econômica e pública, sendo expostas a ambientes de trabalho insalubres, com baixa remuneração e habitações precárias (SANTOS, 2016). Além destas fragilidades sociais e econômicas, somadas ao preconceito, à barreira linguística, à dificuldade de acesso aos cuidados de saúde e de inserção na sociedade local, as mulheres migrantes apresentam maiores riscos para

infecções e mortalidade perinatal, infantil e materna, alto número de partos prematuros e nascimentos com baixo peso (CARBALLO; NERUKAR, 2001). Assim, para que seja garantida a dignidade humana das mulheres que procuram auxílio e melhores qualidades de vida no Brasil, o Estado deve comprometer-se em fornecer um serviço de saúde capacitado e diferenciado, considerando, inclusive, que a maioria das migrantes se encontram em idade reprodutiva, (MOMADE, 2018).

Importante ressaltar que estes problemas de saúde e seus fatores de risco são influenciados pelas esferas comportamentais, sociais, econômicas, culturais, étnicas/raciais e psicológicas, as quais configuram os já citados Determinantes Sociais de Saúde (DSS) (BUSS, FILHO, 2007). O processo de saúde-doença, então, passa a ser definido por meio de uma hierarquização dos macro e microdeterminantes, mantendo as migrantes no centro. Neste sentido, ao oferecer assistência a estas mulheres, devem ser considerados suas necessidades de saúde, seus direitos, seus deveres, valores e prerrogativas, a fim de que sejam abrangidas a totalidade, a individualidade e a singularidade deste grupo.

Infere-se, dessa forma, que os Determinantes Sociais da Saúde das migrantes devem ser conhecidos pelos promotores de saúde, para que trabalhem com o cuidado necessário para garantir um atendimento digno e uma boa qualidade de vida a estas mulheres, mesmo quando as limitações se estabelecem.

Contudo, revela-se necessário ir além para que o acesso à saúde seja realmente efetivado por esta população, pois, embora o Ministério da Saúde tenha incorporado ao SUS, em 2004, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher⁴, a qual orienta de forma específica e individualizada a epidemiologia e o manejo de pacientes com diferentes morbidades, idades, fase reprodutiva e aborda algumas minorias sociais como mulheres lésbicas, negras, indígenas e mulheres em situação de prisão, não consta neste documento as mulheres migrantes, evidenciando como, no Brasil, ainda não existe uma política de saúde singular e como essa população permanece desassistida pelo Estado.

Entre as barreiras que geram a desassistência desta população, estão as semelhanças e diferenças culturais entre os profissionais da saúde e as migrantes, devendo estas serem consideradas e superadas, a fim de garantir a equidade na atenção e no cuidado em saúde. Além disso, a sistematização do serviço de saúde muitas vezes é desconhecida das migrantes, levando à desconfiança destas pacientes e o consequente afastamento dos programas de saúde.

Aponta-se, também, que as práticas relacionadas ao processo de saúde-doença das migrantes podem não se fazer palpável ao responsável pelo atendimento, pois, ao consultar estas pacientes, deve ser colhida uma história que aborde suas rotinas, seus hábitos de preparo dos alimentos e de higiene e a presença ou não de saneamento básico

4 A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher foi criada após organização e reivindicação das mulheres por um cuidado que contemplasse as suas particularidades como condições sociais, econômicas, culturais e afetivas, por atenção digna nos âmbitos sexuais e reprodutivos e por humanização e qualidade no atendimento (BRASIL, 2004).

(VENTURA, 2019).

Esta comunicação entre os profissionais da saúde e as migrantes apresenta lacunas em sua efetividade, limitando o acolhimento e o atendimento emergencial desses indivíduos. A dificuldade no entendimento afeta, também, a construção de uma relação de confiança, que é imprescindível para se ter o seguimento da terapêutica proposta e a resolução do problema. Deste modo, se faz necessário a criação de estratégias que garantam a escuta qualificada, o atendimento humanizado, a longitudinalidade do cuidado e a atenção em todos os níveis de assistência oferecidos pelo SUS. Quanto a isto, destaca-se a lição de Ventura:

Assim, buscando estabelecer uma comunicação, ainda que inicialmente exista o estranhamento relativo ao idioma, com o passar do tempo outras formas de comunicação emergem, gerando a possibilidade de vínculo por meio de formas universais de diálogo como o olhar, o toque, a empatia, garantindo assim o estabelecimento do cuidado. (2019, p. 67)

A autora ainda indica, como intervenções para a redução da dificuldade de comunicação, a introdução de profissionais bilíngues nos equipamentos de saúde, a contratação de trabalhadores imigrantes nos locais de maior procura dessa população, a capacitação dos profissionais para familiarização com outros idiomas, a elaboração de cartilhas informativas para divulgação dos fluxos específicos de acolhimento e dispositivos tecnológicos que auxiliem na tradução para orientações mais complexas (VENTURA, 2009).

Deve ocorrer, também, um diálogo entre o profissional da saúde e a paciente, respeitando a autonomia desta, para que, assim, encontrem a melhor terapêutica, indo ao encontro dos princípios e crenças da migrante. Quanto a isto, aponta-se, por exemplo, as mulheres bolivianas que são adeptas da religião vodu, fazendo com que exames com a utilização de agulha gerem um aspecto sensível no atendimento desta população; as mulheres sírias que adotam a religião islâmica apresentam alguns códigos de conduta que interferem na atuação do trabalhador da saúde, como a impossibilidade de serem atendidas desacompanhadas, o casamento prematuro, a impossibilidade de mostrar os cabelos prejudicando o exame clínico total, inclusive na gestação; dentro das comunidades árabes, as mulheres não podem ser atendidas por profissionais homens (VENTURA, 2019).

Cita-se, também, outros desafios enfrentados pelas migrantes bolivianas, como a luta pela realização do parto normal, colocando “[...] as políticas brasileiras de humanização do parto em xeque” (VENTURA, 2019, p. 73). Além disso, somente 20% das bolivianas realizam planejamento familiar, em decorrência da não utilização de contraceptivos hormonais e da influência dos homens (VENTURA, 2019).

Ante esta conjuntura, algumas boas práticas poderiam melhorar o atendimento voltado a estas mulheres, como: o treinamento dos trabalhadores da saúde quanto à multiculturalidade das comunidades migrantes; perguntar às migrantes durante a consulta

como sua queixa ou condição seria tratada em seu país de origem, a fim de apurar quais práticas não são aplicáveis na realidade brasileira; eliminar abordagens que reforcem generalização e estereótipos, a fim de demonstrar que o “[...] respeito às diferenças culturais tem como limite o respeito aos direitos humanos” (VENTURA, 2019, p. 77); indicação de métodos contraceptivos que exijam menos regramento (injetáveis ou intrauterinos) (VENTURA, 2019).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto destacado mostra, então, que Sistema Único de Saúde porta-se de maneira frágil diante das mulheres migrantes, o qual apresenta dificuldade para garantir uma atenção à saúde que contemple o indivíduo de forma bio-psico-social. A assistência prestada deve ir além do cuidado físico, reconhecendo outras necessidades, para que haja a integração local efetiva destas mulheres. O cuidado deve estender-se para os âmbitos mental e coletivo, cultural, espiritual, comunicacional, habitual e singular, para a garantia de uma atenção em saúde universal, integral e humanizada. Por fim, a ausência do pensar em saúde para essa população deve ser superada, formulada e integrada de forma individualizada para que ocorra a longitudinalização do cuidado.

Desta feita, para que o acesso à saúde seja de fato efetivado, é necessário incluir as migrantes nas discussões sobre as políticas públicas de saúde, respeitando, assim, suas agências políticas e enfrentando as imposições de gênero que vulnerabilizam estas mulheres em diversos âmbitos sociais, inclusive no migratório.

REFERÊNCIAS

Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Metrópoles. In: BAENINGER, Rosana; et al. **Migrações Internacionais, Macrometrópole Paulista, Regiões Metropolitanas e Regiões Administrativas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo, 2020. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/atlas2020/atlas2020.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A saúde e seus determinantes sociais. **PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 77-93, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

CARBALLO, Manuel. NERUKART, Aditi. Migration, refugees, and health risks. **Emerging Infectious Diseases**, v. 7, n. 3, Atlanta, p. 556-560, may – jun., 2001. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2631841/pdf/11485671.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

IOM. **World Migration Report 2018**. Geneva, Switzerland, 2018. Disponível em: <<https://www.iom.int/wmr/world-migration-report-2018>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

IOM. **World Migration Report 2020**. Geneva, Switzerland, 2020. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

LUSSI, Carmem. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicologia USP**, v.26, n.2, São Paulo, p. 136-144, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psusp/v26n2/0103-6564-psusp-26-02-00136.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v.10, n.10, Brasília, p. 55-69, 2015. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/component/booklibrary/1180/view/53/Publica%C3%A7%C3%B5es/487/caderno-de-debates-10-refugio-migracoes-e-cidadania>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MOMADE, Kethlin Carraro. **Os cenários dos cuidados em saúde de haitianas residentes em Chapecó (SC)**. 2018. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2018. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/pos-graduacao/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas-a-partir-de-2018/ciencias-da-saude/mestrado-cs/635-os-cenarios-dos-cuidados-em-saude-de-haitianas-residentes-em-chapeco-sc/file>>. Acesso em: 28 set. 2020.

MORALES, Ofelia Woo. Aprofundamento. La Migración de las mujeres ¿Um proyecto individual o familiar? **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** Brasília, Ano XV, n. 29, p. 23-45, 2015. p. 24. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/56/48>>. Acesso em 24 jan 2018

MOREIRA, Julia Bertino. Dossiê: “Migrações Forçadas”. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU – Interdiscip. Mobil. Hum.** v. 22, n. 43, Brasília, p. 85-98, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/471/386>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 23, n. 2, Rio de Janeiro, p. 477-494, abr. - jun., 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v23n2/0104-5970-hcsm-23-2-0477.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Saúde de Migrantes e refugiados**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA, COGNITIVA E DE MEMÓRIA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 06/09/2021

Thaís Cunha Dias Ferreira

Centro Universitário das Américas
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/1122936502388798>

Priscila Larcher Longo

Programa de Pós Graduação em Ciências
do Envelhecimento- Universidade São Judas
Tadeu- USJT; Universidade Municipal de São
Caetano- USCS.
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/0462568149831870>

Sandra Regina Mota Ortiz

Programa de Pós Graduação em Ciências
do Envelhecimento- Universidade São Judas
Tadeu- USJT; Universidade Municipal de São
Caetano- USCS.
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/5473750086356603>

RESUMO: INTRODUÇÃO: Instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) são instituições residenciais públicas, privadas ou sem fins lucrativos, destinadas a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos afim de garantir atenção integral, defendendo sua dignidade e seus direitos. Com o envelhecimento, somam-se limitações físicas, funcionais e cognitivas próprias, culminando em um maior grau de dependência e menor qualidade de vida dos idosos. A inatividade e a falta de socialização

são fatores que podem exacerbar a senilidade. Devido ao rápido crescimento da população idosa, é necessária uma melhor compreensão do papel das ILPIs na promoção da autonomia e qualidade de vida dos idosos. Sendo assim, este estudo tem como objetivo caracterizar aspectos cognitivos e a memória em idosos institucionalizados. **MÉTODO:** Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Faceres 2.481.927). Foram aplicados questionários contendo identificação, questões socioeconômicas, antecedentes pessoais, história clínica e o Mini Exame do Estado Mental (MEEM) em 15 voluntários com idade entre 60 e 95 anos (média 77,2 anos) de uma ILPI no município de Itaquaquecetuba/São Paulo.

RESULTADOS: Houve predomínio de idosos do sexo masculino, estado civil solteiro, com renda pessoal média de 1,5 salários mínimos. Em relação à escolaridade, 45,46% dos participantes possuíam de 0 a 3 anos de educação formal. Quando investigada a cognição, 81,81% foram capazes de obedecer a instruções simples e 90,90% em boa memória imediata. Contudo, 45% apresentaram redução da orientação espacial e temporal. **CONCLUSÃO:** Os achados mostraram que a maioria os idosos institucionalizados possuíam baixos níveis socioeconômico e escolar, com alterações cognitivas próprias da senescência e também de senilidade. Este estudo permite às ILPIs o desenvolvimento de novas estratégias para melhorar a cognição e qualidade de vida dos idosos institucionalizados. **PALAVRAS-CHAVE:** Instituição de Longa Permanência para Idosos, Idosos, Senescência, Senilidade, cognição, memória.

SOCIODEMOGRAPHIC, COGNITIVE AND MEMORY CHARACTERIZATION OF INSTITUTIONALIZED ELDERLY

ABSTRACT: INTRODUCTION: Homes for the Aged (HFA) are public, private or non-profit residential institutions designed for people aged 60 years or over in order to guarantee integral attention, defending their dignity and rights. On aging, physical limitations, adaptations, and cognitive skills are added, resulting in a higher degree of dependence and lower quality of life for the elderly. Inactivity and lack of socialization are factors that can exacerbate senility. Because of the rapid growth of the elderly population, a better understanding of the role of HFA in promoting the autonomy and quality of life of the elderly is needed. Therefore, this study aims to characterize the cognitive aspects and memory of the elderly of a HFA.

METHOD: This study was approved by the Research Ethics Committee (Faceres 2.481.927). Questionnaires with identification, income, personal history, medical history, and the Mini-Mental State Examination (MMSE) were applied to 15 elderly people between 60 and 95 years (average 77,2 years) from an HFA in Itaquaquetuba, São Paulo. **RESULTS:** The majority was male, single marital status, with an average personal income of 1,5 minimum wage. Regarding education, 45,46% of participants had 0 to 3 years of education. About cognition, 81,81% were able to follow simple instructions and 90,90% with good short-term memory. However, 45% reduction in spatial and temporal orientation. **CONCLUSION:** The findings showed the most institutionalized elderly people had a low income and educational level, with cognitive alterations characteristic of senescence, and also of senility. This study allows ILPIs to develop new strategies to improve the cognition and quality of life of institutionalized elderly people.

KEYWORDS: Homes for the Aged; Elderly; Aging; Cognition; Memory.

INTRODUÇÃO

Na maior parte do mundo desenvolvido, o envelhecimento da população foi um processo gradual acompanhado de crescimento socioeconômico constante durante muitas décadas e gerações. Já nos países em desenvolvimento, este processo de envelhecimento está sendo reduzido a duas ou três décadas. Assim, enquanto os países desenvolvidos tornaram-se ricos antes de envelhecerem, os países em desenvolvimento estão envelhecendo antes de obterem um aumento substancial em sua riqueza (KALACHEE KELLER, 2000).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, pela primeira vez na história, a maioria das pessoas pode esperar viver até os 60 anos e mais. Essa expectativa combinada a quedas acentuadas nas taxas de fertilidade levam ao rápido envelhecimento das populações em todo o mundo. Essas mudanças são dramáticas e as implicações são profundas. Uma criança nascida no Brasil ou em Mianmar em 2015 pode esperar viver 20 anos mais que uma criança nascida há 50 anos (CHAN, 2015).

O censo demográfico brasileiro de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que havia aproximadamente 14.081.480 pessoas com mais de 65 anos. A pesquisa demonstrou que a população de idosos tem crescido e

atingirá o pico de aumento até o ano de 2060 (IBGE, 2020).

O Brasil apresenta uma taxa de envelhecimento populacional exuberante. O segmento populacional que mais aumenta na população brasileira é o de idosos, com taxas de crescimento de mais de 4% ao ano no período de 2012 a 2022. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017 (PARADELLA, 2018).

Os principais determinantes dessa acelerada transição demográfica no Brasil são a redução expressiva na taxa de fecundidade, associada à forte redução da taxa de mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida (MENDES, 2011).

O processo de envelhecimento natural, denominada senescência, abrange todas as alterações produzidas no organismo de um ser vivo e que estão diretamente relacionadas a sua evolução no tempo, sem nenhum mecanismo de doença reconhecido. São, portanto, alterações pelas quais o corpo passa e que são decorrentes de processos fisiológicos, que não caracterizam doenças e são comuns a todos os elementos da mesma espécie, com variações biológicas. São exemplos de senescência a queda ou o embranquecimento dos cabelos, a perda de flexibilidade da pele e o aparecimento de rugas (SBGG, 2016).

A senilidade por sua vez, é um complemento da senescência e se caracteriza por condições que acometem o indivíduo no decorrer da vida baseadas em mecanismos fisiopatológicos. São doenças que comprometem a qualidade de vida das pessoas, mas não são comuns a todas elas em uma mesma faixa etária. São exemplos a perda hormonal no homem que impede a fertilidade, a osteoartrose, a depressão e o diabetes, entre outros (SBGG, 2016).

Assim, a perda das habilidades associadas ao envelhecimento está apenas vagamente relacionada com a idade cronológica das pessoas e, portanto, não existe um idoso “típico”. A diversidade das capacidades e necessidades de saúde dos idosos não é aleatória, e sim advinda de eventos que ocorrem ao longo de todo o curso da vida e frequentemente são modificáveis. Embora a maior parte dos idosos apresente múltiplos problemas de saúde, com o passar do tempo, a idade avançada não implica em dependência. Além disso, o envelhecimento tem muito menos influência nos gastos com atenção à saúde do que outros fatores como os altos custos das novas tecnologias médicas (OMS, 2015).

O processo de envelhecimento pode resultar em redução da capacidade de manutenção homeostática, ocasionando uma série de complicações à saúde, que comprometem diversas esferas, como as funções executivas, a memória e a perda cognitiva, que predispõe o aparecimento de doenças neurodegenerativas (BORGES et al., 2013).

As modificações profundas no padrão de morbimortalidade, com maior ênfase para as doenças crônico-degenerativas ou Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são condições de saúde que podem ser categorizadas como agudas ou crônicas (MENDES,

2011). As principais DCNTs são as doenças cardiovasculares, câncer, diabetes mellitus, e doenças respiratórias crônicas (MS, 2011).

Na área da saúde, o envelhecimento da população é responsável pelo surgimento de novas demandas, especialmente com a epidemia de DCNT resultando em maior e mais prolongado uso de serviços de saúde (MORAES, 2009). Nesse contexto, o envelhecimento saudável é mais que apenas a ausência de doença e para a maioria dos idosos, a manutenção da habilidade funcional é extremamente importante (CHAN, 2015).

A autonomia, definida como a liberdade para agir e tomar decisões no dia a dia, relacionadas à própria vida e à independência, pode também ser entendida como a capacidade de realizar atividades sem a ajuda de outra pessoa, necessitando, para tanto, de condições motoras e cognitivas suficientes para o desempenho dessas tarefas. No entanto, autonomia e independência não são conceitos interdependentes, haja vista que o indivíduo pode ser independente e não ser autônomo, como acontece, por exemplo, nas demências. Ou então, ele pode ser autônomo e não ser independente, como no caso de um indivíduo com graves sequelas de um acidente vascular cerebral, mas sem alterações cognitivas: nessa situação, ele é autônomo para assumir e tomar decisões sobre sua vida, mas é dependente fisicamente (FERREIRA et al, 2012).

Diversas modificações fisiológicas e estruturais ocorrem no cérebro ao longo da vida. São alterações multifatoriais, muitas das quais contribuem para a perda da força e desequilíbrio em pessoas idosas e são potencializadas quando associadas a processos patológicos. O volume e o peso do cérebro declinam a uma taxa aproximada de 5% por década após os 40 anos, observando-se acentuação no declínio a partir dos 70 anos (ESQUEZANI et al., 2014).

O córtex cerebral é uma complexa região formada por bilhões de células nervosas relacionadas a funções complexas como motricidade, sensibilidade e mecanismos cognitivos. O sistema nervoso periférico (SNP) também desempenha uma importante função sensorio-motora sobre o sistema mantenedor do equilíbrio por meio de impulsos nervosos para a periferia, especialmente para os músculos esqueléticos. Tais estruturas compartilham um processo fisiológico comum: o envelhecimento neuronal (ESQUEZANI et al., 2014).

O processo fisiológico do envelhecimento também provoca alterações na composição corporal decorrentes do aumento da massa gorda em detrimento da massa magra, modificações estas, relacionadas ao declínio da atividade física e queda na taxa de metabolismo basal. Mas, além do sobrepeso, parcela significativa dos idosos é acometida por carências nutricionais e mesmo por desnutrição (ASSUMPÇÃO et al., 2014).

A obesidade, doença plurimetabólica coexiste contemporaneamente com a hipertensão, hiperlipidemia e diabetes. Está associada a várias doenças de vida tardia incluindo diabetes, doenças coronarianas e vasculares, certos tipos de câncer, osteoartrite e morbidade psicológica. Além de doenças músculo esqueléticas inabilidades físicas e

mentais (MELLO, 2008)

Além dessas alterações metabólicas, a capacidade cognitiva desses indivíduos mostra-se prejudicada. O idoso costuma queixar-se da dificuldade de memorizar acontecimentos que ocorrem no dia a dia, e esse declínio cognitivo pode estar associado à idade, ao estilo de vida ou a ambos. O diagnóstico sindrômico de demência está diretamente associado à avaliação cognitiva e funcional do indivíduo. A debilitação do idoso, principalmente com a demência, associada a diversos outros fatores como a mudança de status socioeconômico, repercute no ambiente familiar, contribuindo para o abandono, a rejeição da família e, conseqüentemente, a busca por uma instituição de longa permanência (FERREIRA et al., 2014).

Com todas essas alterações provenientes tanto do processo de senescência quanto da senilidade, o apoio prestado aos idosos deve ser em tempo integral, haja vista que a maioria faz uso de alguma medicação ou é dependente para alguma atividade e isto exigem cuidado e pode haver riscos de erros nas dosagens quando não estão com alguém por perto, além de estarem sujeitos a quedas e são considerados como parte do grupo de indivíduos em condição de vulnerabilidade pela idade. Dessa forma, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) se instituem em um local para prestar os cuidados devidos aos senescentes (ZAGONEL et al., 2017).

A institucionalização dos idosos em Institutos de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) têm como objetivo garantir a atenção integral às pessoas com mais de 60 anos, defendendo a sua dignidade os seus direitos. São instituições que buscam prevenir a redução dos riscos aos quais ficam expostos os idosos que não contam com uma moradia (HUMANOS, 2008) e, muitas vezes constituem a única opção para o indivíduo e suas famílias, ocasionando uma grande transformação do estilo de vida e de seu projeto existencial.

Estudos brasileiros feitos por Trindade (2013) e Prado (2015), avaliando a funcionalidade cognitiva entre os indivíduos institucionalizados, mostraram respectivamente, a média do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) de $11,73 \pm 6,04$ e $17,67 \pm 6,31$ em indivíduos institucionalizados e, entre os indivíduos não institucionalizados, o MEEM médio foi de $26,39 \pm 3,20$ e $20,71 \pm 3,35$, indicando que as institucionalizações contribuem de forma crucial para a degradação cognitiva.

Assim, evidencia-se a relação entre o envelhecimento na população brasileira, a necessidade de se conhecer essa população institucionalizada e de se construir um mundo favorável aos idosos, com transformação dos sistemas de saúde que substituam os modelos curativos baseados na doença pela prestação de atenção integrada e centrada nas necessidades dos idosos (OMS, 2015).

OBJETIVO

Caracterizar aspectos associados a condição sociodemográfica, processo cognitivo e de memória de idoso institucionalizados.

MÉTODOS

Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FACULDADE CERES (FACERES nº2.481.927).

Local

O estudo foi realizado na Associação Espírita Beneficente Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, localizado no município de Itaquaquecetuba no Estado de São Paulo. As entrevistas aconteceram no período de visitas aos sábados à tarde. O avaliador visitou a instituição duas vezes antes da aplicação dos questionários e esses foram aplicados na área de convivência social com o idoso sentado, de forma confortável e segura, em área afastada dos demais, para garantir o sigilo dos dados.

Participantes

Os idosos foram cuidadosamente abordados pelos pesquisadores. Nessa abordagem o pesquisador se apresentou e descreveu brevemente o projeto, depois, convidou o idoso a participar. Após a acomodação do idoso em uma sala reservada foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Se o idoso não pudesse ler o documento, seu acompanhante o fez em voz alta. Se o idoso não estivesse acompanhado e não pudesse ler, o pesquisador fez a leitura pausada e em voz alta. Após a leitura e esclarecimento de eventuais dúvidas, o idoso foi convidado a participar do projeto e então foi convidado a assinar o TCLE. Caso desejasse participar e não tivesse autonomia para assinar o documento, seu representante legal o fez.

Os critérios de inclusão dos participantes foram: idosos institucionalizados analfabetos e alfabetizados; com baixo, médio ou alto nível de escolaridade e que compreenderam os instrumentos de avaliação aplicados. Os critérios de exclusão foram: idosos que desistirem de participar durante o processo e os que não compreendam os instrumentos de avaliação aplicados, devido ao estado mental.

Instrumentos de avaliação

Os testes foram aplicados por apenas uma pesquisadora para que não ocorresse vieses de avaliador durante a entrevista. A coleta de dados foi realizada no setor de psicologia da instituição, após a informação sobre os procedimentos, convite e assinatura do TCLE.

A coleta se iniciou com a caracterização sociodemográfica dos participantes. Depois foi utilizado o instrumento para avaliação do perfil cognitivo dos idosos conhecido como Mini Exame do Estado Mental (MEEM), que, segundo Porto (2014) pode ser utilizado isoladamente ou em conjunto com outros instrumentos, testando a orientação, registro de

informações, atenção, cálculo, memória de curto prazo, linguagem e habilidade motora.

Análise de Dados

Após a coleta dos dados esses foram tabulados e descritos conforme abaixo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o avanço da idade, somam-se as limitações físicas, funcionais e cognitivas próprias do processo de envelhecimento, culminando em incapacidade funcional e maior grau de dependência. A possibilidade de manter cuidados contínuos a pessoas idosas que sofrem com múltiplos adoecimentos crônicos e indisponibilidade de recursos financeiros suficientes para custeio dessas necessidades, somada à redução do tamanho das famílias, habitações inadequadas; elevação dos custos e precarização do cuidado domiciliar, revela a grande vulnerabilidade a qual essa população encontra-se exposta.

Todas estas condições, quando analisadas conjuntamente, potencializam a incapacidade funcional e a própria institucionalização. A institucionalização no envelhecimento demonstra uma questão de gênero, uma vez que homens idosos são a maioria dos indivíduos que vão para uma ILPI (Instituições de Longa Permanência), pouco mais de 50%, a qual essa porcentagem aumenta nas regiões Centro Oeste e Sudeste. Segundo Camarano (2008), sabia-se que sua maioria, ou seja, 700 (65,2%) são de natureza filantrópica. Hoje o painel mudou e sabe-se que a maioria dos serviços encontrados são de natureza particular (55% do total), sendo 33% filantrópicas e apenas 2% públicas. As filantrópicas, ainda destinadas à moradia e assistência social a idosos carentes, tem seus cuidados mantidos por cuidadores na maioria voluntárias ou cedidas pelo serviço público, ou ainda pelas universidades, que ocupam esses espaços de cuidado em caráter provisório na forma de prática de campo para os alunos (MAEDA, 2020).

O levantamento de dados desse estudo foi realizado numa ILPI filantrópica, a Associação Espírita Beneficente Bezerra de Menezes, cuja missão é acolher gratuitamente idosos carentes e desamparados. Foi escolhida a unidade em Itaquaquecetuba por perceber uma carência de dados dos perfis de idosos de lá e de voluntariado e de ações em atividade com os idosos residentes, como atividades que estimulem a cognição e memória, o que já acontece na unidade da Penha.

O número de idosos participantes foi de 15 idosos institucionalizados. o número de participantes varia bastante entre estudos Trindade (2013) utilizou dados de 22 idosos institucionalizados enquanto Ferreira (2014) 60 idosos institucionalizados e Borges (2013) analisou dados de 28. Dos 15 participantes, 4 foram excluídos pois não apresentaram condições de responder às questões.

No Brasil, uma particularidade pode contribuir para o status mais vulnerável dos idosos, qual seja, o fato de serem o grupo etário a partir de 15 anos de idade com a menor média de anos de estudo entre a população ocupada. De fato, entre as pessoas ocupadas

de 15 a 29 anos de idade, a média de anos de estudo era de 10,1, entre as de 30 a 59 anos, 8,9, e entre as pessoas ocupadas de 60 anos ou mais, 5,7. Assim, 65,5% dos idosos inseridos no mercado de trabalho tem como nível de instrução mais elevado alcançado até o ensino fundamental (ou equivalente) incompleto (MPOG, 2016).

Nesse estudo foram coletados dados sociodemográficos de 11 idosos institucionalizados (Figura 01). Houve predomínio do sexo masculino (72,7%); dos viúvos (36,3%); de baixa escolaridade (80%) com 45,46% dos participantes com 0 a 3 anos de escolaridade; da faixa etária de 80 anos ou mais (45,5%) com média de idade de 77,2 anos; de católicos (60%); de renda individual de 1 a 2,5 salários mínimos (83,3%).

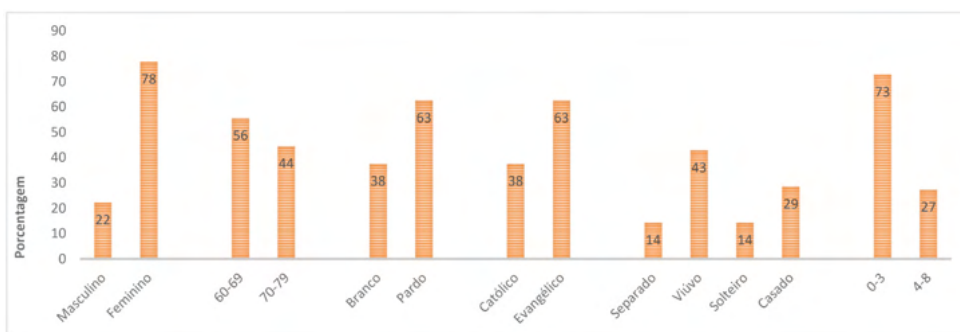


Figura 1. Caracterização sociodemográfica dos 11 participantes do presente estudo.

Conforme pode ser observado na Figura 02, cerca de metade dos idosos participantes relataram fazer uso regular de álcool antes da institucionalização (cujo consumo é proibido na Instituição) e 18,18% fazem uso do tabagismo atualmente. Do total de idosos entrevistados, apenas um afirmou ser portador de Diabetes Mellitus tipo II o que parece indicar que os idosos possuem baixa consciência e cuidados com sua própria condição de saúde.

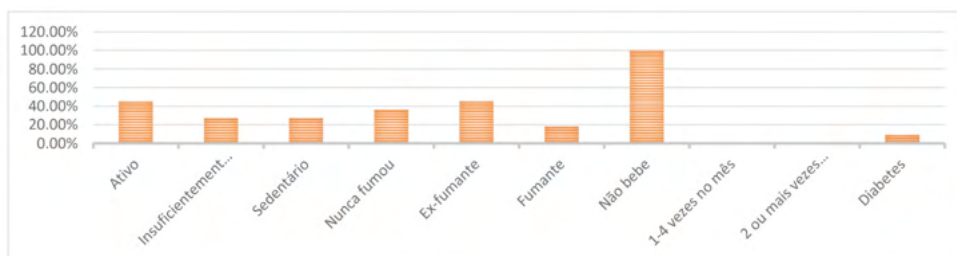


Tabela 2. Antecedentes pessoais e história clínica auto-relatada dos participantes.

O MEEM é um instrumento validado, de fácil e rápida aplicação que possibilita à

equipe de saúde implementar medidas para o rastreio do declínio cognitivo nesse segmento etário, o qual tem implicações práticas para o idoso e sua qualidade de vida.

O Exame original é composto por duas seções que medem funções cognitivas. A primeira parte do exame contém itens que avaliam orientação, retenção de dados, atenção e cálculo e memória, totalizando 21 pontos; a segunda mede a capacidade de nomeação, de obediência a um comando verbal e a um escrito, de redação livre de uma sentença e de cópia de um desenho complexo (polígonos), finalizando 9 pontos. O escore total é de 30 pontos baseados em itens divididos.

Devido à conhecida influência do nível de escolaridade sobre os escores totais do MEEM, autores como Bertolucci et al. (1994), Caramelli e Nitrini (2000), Brucki et al. (2003) adotam notas de corte diferentes para pessoas com distintos graus de instrução. Assim, utilizamos a nota de corte proposta por Brucki et al. (2003), ou seja, 20 pontos para analfabetos; 25 pontos para pessoas com escolaridade de 1 a 4 anos; 26,5 para 5 a 8 anos; 28 para aqueles com 9 a 11 anos e 29 para mais de 11 anos, considerando a recomendação de utilização dos escores de cortes mais elevados (NITRINI et al., 2005).

Embora o diagnóstico precoce das demências gere controvérsias - devidas, por exemplo, ao medo de estigmatização do idoso -, a identificação de indivíduos com risco possibilita, como ressaltam Charchat Fichman, Caramelli, Sameshima e Nitrini (2005), medidas de intervenção que visem à melhoria da qualidade de vida dos idosos e de suas famílias. Com isso, a realização da avaliação de declínio cognitivo é importante para traçar os fatores de risco, bem como apontar os grupos mais acometidos.

Os resultados obtidos nesse estudo (Figura 03) mostraram que as maiores dificuldades apresentadas pelos idosos foram nos itens de orientação, memória imediata, atenção e cálculo, memória de evocação e linguagem.

No que se refere às médias obtidas no MEEM, os escores alcançados foram abaixo da linha de corte estabelecidas para analfabetos, indicando o mau desempenho obtido no teste pelos idosos. Tais resultados condizem porque a maioria dos participantes apresentava baixo nível de escolaridade e pontuação média geral no MEEM de 18,45 pontos, se equiparando daqueles encontrados por estudo transversal com 24 idosos cearenses residentes em ILPI, no qual a pontuação média geral no MEEM, das idosas, foi de $19,2 \pm 6,8$ escores (DOMICIANO et al., 2014).

Quando investigada a cognição, quase metade dos idosos foram identificadas como orientadas (45,45%) e a maioria foram capazes de obedecer a instruções simples (81,81%); a quase totalidade dos idosos (90,90%) possuía boa memória imediata, contudo, possuíam esquecimento recorrente (72,72%); manifestando-se alteração cognitiva em todos, variando apenas o grau de comprometimento.



Tabela 3. Avaliação do estado mental pelo MEEM.

O estudo possibilitou identificar o desempenho no MEEM de idosos institucionalizado e fatores associados, com destaque para a condição nutricional, o sexo, escolaridade, renda individual e hábitos de vida. Dessa forma, os profissionais de saúde devem avaliar frequentemente essa população, considerando as características sociodemográficas que podem repercutir negativamente na capacidade cognitiva.

CONCLUSÃO

É possível concluir que a maior parte dos participantes possui nível socioeconômico e escolar baixos. Além disso, notamos a importância das instituições para idosos que necessitam de cuidados a longo prazo, como um serviço híbrido de assistência à saúde e de bem-estar social. Haja vista que são instituições que atendem uma população que passa por grandes alterações com o tempo e na qual é esperado um agravamento da dependência funcional em razão da evolução dos quadros clínico-funcionais, essas próprias da senescência e outros com alterações mais significativas de senilidade.

REFERÊNCIAS

MAEDA, Ana Paula; PETRONI, Tamara Nogueira (São Paulo). Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.sbgg-sp.com.br/as-instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos-no-brasil/>. Acesso em: 06 set. 2021

ASSUMPÇÃO, Daniela de *et al.* Qualidade da dieta e fatores associados entre idosos: estudo de base populacional em campinas, são paulo, brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. [S.L.], v. 30, n. 8, p. 1680-1694, ago. 2014. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00009113>.

BERTOLUCCI P.H. F. et al. O mini-exame do estado mental em uma população geral: impacto da escolaridade. *Arq. Neuro-psiquiat.* 1994; 52:1-7.

BORGES, Marina Garcia de Souza; ROCHA, Liliâne Ribeiro da; COUTO, Erica de Araújo Brandão; MANCINI, Patrícia Cotta. Comparação do equilíbrio, depressão e cognição entre idosas

institucionalizadas e não-institucionalizadas. **Revista Cefac**, [S.L.], v. 15, n. 5, p. 1073-1079, out. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-18462013000500003>.

BRUCKI, Sonia M.D.; NITRINI, Ricardo; CARAMELLI, Paulo; BERTOLUCCI, Paulo H.F.; OKAMOTO, Ivan H.. Sugestões para o uso do mini-exame do estado mental no Brasil. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, [S.L.], v. 61, n. 3, p. 777-781, set. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0004-282x2003000500014>

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 232-235, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-30982010000100014>CORRÊA, Elyne Carla Gomes da Silva et al, 2008.

CHAN, Margaret. **Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde**. Brasil: Organização Mundial da Saúde, 2015.

DOMICIANO, Bruno; BRAGA, Darling; SILVA, Paula; VASCONCELOS, Thiago; MACENA, Raimunda. Education, age, and cognitive impairment of elderly residents in long-term institutions. **Revista Neurociências**, [S.L.], v. 22, n. 03, p. 330-336, 1 set. 2014. Universidade Federal de Sao Paulo. <http://dx.doi.org/10.4181/rnc.2014.22.03.971.7p>.ESQUEZANI, Danuza; SILVA, Sandra R. Boiça da; GUIMARÃES, Marco Antônio M. Aspectos fisiopatológicos do envelhecimento humano e quedas em idosos. *Revista HUPE*, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, 2014.

FERREIRA, Luzia Sousa; PINHO, Maria do Socorro Pereira; PEREIRA, Moisés Wesley de Macedo; FERREIRA, Aparecido Pimentel. Cognitive profile of elderly residents in Long-stay Institutions of Brasilia-DF. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 67, n. 2, p. 247-251, 2014. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7167.20140033>.

FERREIRA, Olívia Galvão Lucena *et al.* **ENVELHECIMENTO ATIVO E SUA RELAÇÃO COM A INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL**. 2008. 6 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2008.

HUMANOS, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos; HUMANOS, Presidência da República. Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos. **Cuidar Melhor e Evitar a Violência**: manual do cuidador da pessoa idosa. Brasília: Copyright © 2008 By Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. 330 p.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e (org.). Longevidade: viver bem e cada vez mais. **Retratos A Revista do Ibge**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 0, p. 1-28, fev. 2019. Mensal.

MELLO, Danielli Braga de. Influência da obesidade na qualidade de vida de idosos. 2008. 93 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

PARADELLA, Rodrigo (ed.). **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Elaborada por Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 01 out. 2018.

Porto, C. C.; Porto, A. L. (2014). *Semiologia Médica*. 7ª ed., p 167. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

PRADO, M.C. Impacto da institucionalização na capacidade cognitiva de idosos. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP, 8. 2015. Faculdade de Odontologia, Araraquara, 2015.

SILVA, S. C. M. et al. Alterações fisiológicas do idoso e seu impacto na ingestão alimentar: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 2017. vol. 6.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 39)

TRINDADE, Ana Paula Nassif Tondato et al. **Repercussão do declínio cognitivo na capacidade funcional em idosos institucionalizados e não institucionalizados**. *Fisioter. Mov.*, v.26, n.2, p. 281-289, Curitiba, 2013.

ZAGONEL, Aline Dorneles *et al.* As percepções sociais frente a implantação de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos em um município do Vale do Taquari/RS, Brasil. **Scientia Plena**, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 02, p. 1-7, 7 mar. 2017. Associação Sergipana de Ciência. <http://dx.doi.org/10.14808/sci.plena.2017.027501>.

CIRCUNFERÊNCIA DA PANTURRILHA E FATORES ASSOCIADOS EM IDOSOS DE COMUNIDADE

Data de aceite: 01/12/2021

Mariana Passos Carregosa

Universidade Federal de Sergipe
Lagarto – Sergipe
<https://orcid.org/0000-0002-5861-3286>

Carolina Cunha de Oliveira

Departamento de Nutrição, Universidade
Federal de Sergipe
Lagarto – Sergipe
<https://orcid.org/0000-0003-1196-0683>

RESUMO: INTRODUÇÃO: A circunferência da panturrilha (CP) é método simples, capaz de identificar riscos nutricionais e funcionais nos idosos. **OBJETIVO:** Identificar a prevalência de CP reduzida e sua associação com fatores sociodemográficos, nutricionais e a prática de atividade física em idosos da comunidade. **MÉTODO:** Estudo transversal realizado com idosos (≥ 60 anos), de ambos os sexos, atendidos em um ambulatório geriátrico. Foram coletados dados sociodemográficos, parâmetros nutricionais e prática de atividade física. Os parâmetros nutricionais avaliados foram: índice de massa corporal (IMC), circunferência do braço (CB), circunferência muscular do braço (CMB), espessura do músculo adutor do polegar (EMAP) e prega cutânea tricipital (PCT). A CP foi classificada em reduzida quando os valores foram inferiores a 34cm para homens e 33cm para mulheres. **RESULTADOS:** Participaram do estudo 156 idosos, com média de idade de $70,9 \pm 7,5$ anos, 50,3% eram mulheres e

26,4% possuíam CP reduzida. As variáveis sexo, prática de atividade física, classificação do IMC e classificação da CMB apresentaram associação com a CP. A CP apresentou correlação estatisticamente significativa com todos os parâmetros nutricionais avaliados.

CONCLUSÃO: A CP apresentou associação com sexo, prática de atividade física, classificação do IMC e parâmetros nutricionais.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso; avaliação nutricional; desnutrição; composição corporal.

CALF CIRCUMFERENCE AND ASSOCIATED FACTORS IN COMMUNITY-LIVING OLDER ADULTS

ABSTRACT: BACKGROUND: Calf circumference (CC) is a simple method capable of identifying nutritional and functional risks in older adults. **OBJECTIVE:** To identify the prevalence of reduced CC and its association with sociodemographic and nutritional factors and the practice of physical activity in community-living older adults. **METHOD:** Cross-sectional study with older adults (≥ 60 years old), of both genders, treated at a geriatric outpatient clinic. Sociodemographic data, nutritional parameters and physical activity were collected. The nutritional parameters evaluated were: body mass index (BMI), arm circumference, arm muscle circumference (AMC), adductor pollicis muscle thickness and triceps skinfold thickness. CC was classified as reduced when values were below 34cm for men and 33cm for women. **RESULTS:** 156 older adults participated in the study, with a mean age of 70.9 ± 7.5 years, 50.3% were women and 26.4% had reduced CC. The

variables sex, physical activity, BMI classification and AMC classification were associated with CC. CC showed a statistically significant correlation with all nutritional parameters evaluated. **CONCLUSION:** CC was associated with sex, physical activity, BMI classification and nutritional parameters.

KEYWORDS: Older adults; nutritional assessment; malnutrition; body composition.

INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida é presente em diversos países. No Brasil, nos últimos 50 anos expectativa de vida da população idosa aumentou cerca de 17,8 anos, sendo previsto que, em 2025, o país pode ser considerado o sexto no mundo em número de idosos, chegando a cerca de 30 milhões. Ademais, estima-se que, em 2050, a população idosa pode chegar a mais de 34 milhões de idosos no Brasil e 2 bilhões em todo o mundo (TAGLIAPIETRA et al., 2016; OLIVEIRA et al., 2020).

O envelhecimento é um processo natural e sequencial, acompanhado de alterações biológicas, funcionais, psicológicas e estruturais no organismo do indivíduo, tais como alteração na composição corporal e estado nutricional. Esse processo fisiológico pode ser acompanhado por um estado patológico, quando associado ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (GONTIJO, 2005; CIOSAK et al., 2011).

Alguns fatores podem afetar a qualidade de vida dos idosos, como a inatividade física, o estado nutricional inadequado e os fatores sociodemográficos, bem como na realização das atividades diárias aumentando o risco de quedas e fraturas, levando à redução da mobilidade e, assim, perda da independência e autonomia, consequentemente aumenta o risco de hospitalização e o custo do atendimento no período de internação, tornando o custo dos sistemas de saúde dispendioso (SOARES et al., 2012; OLIVEIRA et al., 2020).

A avaliação nutricional antropométrica pode ser considerada um método importante na avaliação do risco nutricional em idosos. A circunferência da panturrilha (CP) é um indicador antropométrico simples, não invasivo, de baixo custo, rápido e de fácil aplicabilidade, e é considerada uma medida importante para avaliação do idoso podendo identificar o risco de depleção de massa muscular, comprometimento nutricional e funcional, podendo estar associado a diversos fatores (PAGOTTO et al., 2018; MELO; WAISBERG; SILVA, 2016).

A utilização da CP na avaliação nutricional do idoso é relevante pela sua praticidade, além da sua forte relação com o estado funcional e nutricional, sendo importante avaliar os fatores associados a CP na busca da prevenção, manutenção e reabilitação do estado de saúde do idoso e, assim, da melhoria da sua qualidade de vida. (SILVEIRA; KIRCHNER; DALLEPIANE, 2018)

Entretanto, estudos que avaliam em idosos de comunidade a prevalência de inadequação da CP utilizando o ponto de corte individualizado para a população brasileira, assim como sua relação com os fatores sociodemográficos, atividade física e parâmetros

nutricionais são escassos. Dessa forma, o objetivo do estudo foi identificar a prevalência de CP reduzida e sua associação com fatores sociodemográficos, nutricionais e a prática de atividade física em idosos da comunidade.

MÉTODOS

Desenho do estudo e amostra

Estudo de caráter transversal, realizado com idosos (≥ 60 anos), de ambos os sexos, atendidos em um ambulatório geriátrico do município de Lagarto-Sergipe.

O ambulatório geriátrico realiza atendimento de 10 pacientes semanalmente. Dos pacientes agendados, 8 foram selecionados aleatoriamente para participarem de nosso estudo. Estimamos o tamanho da amostra com base na prevalência de baixo peso em pacientes geriátricos ambulatoriais, sendo utilizado a prevalência média nacional de baixo peso para idosos de Lagarto, obtida na plataforma da Web do SISVAN. Usamos uma margem de erro de 0,05, um intervalo de confiança de 95% e um efeito de design de 1, conforme recomendado ao estimar amostras aleatórias simples. O tamanho amostral mínimo exigido foi de 135 indivíduos e foi adicionado 10% para evitar perdas, totalizando 147 indivíduos. Toda estimativa do tamanho da amostra foi determinada por meio de cálculos feitos pelo software OpenEpi (DEAN et al., 2013).

Foram adotados como critérios de inclusão indivíduos: com idade igual ou superior a 60 anos, sem restrição de classe social, capazes de deambular e que aceitassem participar do estudo por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como critério de exclusão foram indivíduos: que apresentassem alguma limitação física e/ou postural que não permitisse a aferição das medidas antropométricas; com limitação cognitiva; que estivessem edemaciados, com ascite e/ou presença de vísceromegalia.

Coleta de dados

Os dados foram coletados por uma equipe devidamente treinada, através de um questionário padronizado, contendo informações sobre dados sócio-demográficos, parâmetros nutricionais e prática de atividade física.

Avaliação antropométrica

Foram aferidas as medidas de peso, altura do joelho (AJ), circunferência da panturrilha (CP), circunferência do braço (CB), prega cutânea tricipital (PCT), segundo as técnicas padronizadas propostas por Lohman et al. (1988). Para a espessura do músculo adutor do polegar (EMAP) utilizou-se a técnica proposta por Lameu et al. (2004).

As medidas de circunferências foram obtidas através de uma fita métrica inelástica, a PCT com o auxílio do adipômetro e peso aferido por meio de uma balança digital com capacidade até 150kg. A altura foi estimada a partir da AJ, conforme equação proposta por Chumlea et al. (1985).

O índice de massa corporal (IMC) foi obtido pela razão do peso atual pelo quadrado da altura estimada, sendo classificado segundo o ponto de corte da SABE/OPAS (2002). A circunferência muscular do braço (CMB) foi obtida através da equação $CMB = CB - [\pi \times (PCT \div 10)]$ e classificada em risco nutricional/desnutrição quando valor igual ou menor ao percentil 25, segundo sexo e faixa etária dos idosos, conforme proposto pela NHANES III (KUCZMARSKI et al., 2000).

A CP foi aferida com o indivíduo sentado, com a perna esquerda formando um ângulo de 90° com o joelho, sendo a fita inelástica posicionada na circunferência máxima da panturrilha. Valores inferiores a 34cm para homens e 33cm para mulheres foram considerados indicativos de redução de massa muscular (BARBOSA-SILVA et al.; 2016a).

Análise estatística

Foi utilizado o *software* SPSS®, versão 20.0. Para caracterizar a amostra, as variáveis categóricas foram apresentadas em frequência absoluta e relativa. A normalidade das variáveis quantitativas foi testada usando o teste de Kolmogorov-Smirnov.

Para avaliar a associação entre a classificação da CP e fatores sócio-demográfico, nutricionais e prática de atividade física foi aplicado o teste Qui-quadrado. A Correlação de Spearman foi utilizada para avaliar a correlação entre a CP e as variáveis antropométricas. Para todos os testes foi adotado um nível de significância de $p < 0,05$.

Aspectos éticos

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, estando em acordo com a Resolução N° 466/2013, sendo aprovado com parecer n° 559.936. Todos os participantes do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS

Foram avaliados 156 idosos, com média de idade de 70,9 ± 7,5 anos, sendo 50,3% do sexo feminino, 49,1% com idade de 61-69 anos, 64,2% não realizavam atividade física. O baixo peso e eutrofia apresentaram a mesma prevalência (ambos com 32,7%), a classificação da CMB e CP reduzida foi de 55,3% e 26,4%, respectivamente. (Tabela 1)

Variáveis	n (%)
Sexo	
Masculino	79 (49,7)
Feminino	80 (50,3)
Faixa etária	
61-69 anos	78 (49,1)
70-79 anos	56 (35,2)
≥ 80 anos	25 (15,7)
Prática de atividade física	
Sim	57 (35,8)
Não	102 (64,2)
Classificação do IMC	
Baixo peso	52 (32,7)
Eutrofia	52 (32,7)
Sobrepeso	12 (7,5)
Obesidade	43 (27,0)
CMB	
Reduzido	88 (55,3)
Adequado	71 (44,7)
CP	
Reduzido	42 (26,4)
Adequado	117 (73,6)

IMC (Índice de Massa Corporal); CMB (*Circunferência Muscular do Braço*), CP (*circunferência da Panturrilha*)

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica, atividade física e parâmetros nutricionais dos idosos de comunidade.

Na tabela 2 observou que apenas a faixa etária não apresentou associação estatisticamente significativa com a classificação da CP. A maioria dos indivíduos com CP reduzida eram do sexo masculino (64,3%; $p=0,027$), na não praticavam atividade física (78,6%; $p=0,023$), apresentavam baixo peso (78,6%; $p<0,001$) e CMB reduzida (85,7%; $p<0,001$).

Varáveis	Circunferência da panturrilha		p
	Reduzido	Adequado	
	n (%)	n (%)	
Sexo			0,027
Masculino	27 (64,3)	52 (44,4)	
Feminino	15 (35,7)	65 (55,6)	
Faixa etária			0,400
61-69 anos	17 (40,5)	61 (52,1)	
70-79 anos	18 (42,9)	38 (32,5)	
≥ 80 anos	7 (16,7)	18 (15,4)	
Prática de atividade física			0,023
Sim	9 (21,4)	48 (41,0)	
Não	33 (78,6)	69 (59,0)	
Classificação do IMC			<0,001
Baixo peso	33 (78,6)	19 (16,2)	
Eutrofia	8 (19,0)	44 (37,6)	
Sobrepeso/Obesidade	1 (2,4)	54 (46,2)	
CMB			<0,001
Risco	36 (85,7)	52 (44,4)	
Adequado	6 (14,3)	65 (55,6)	

IMC (Índice de Massa Corporal); CMB (*Circunferência Muscular do Braço*)

Tabela 2. Associação entre circunferência da panturrilha e fatores sócio-demográfico, nutricionais e prática de atividade física em idosos.

Além disso, verificou-se que a CP apresentou correção estatisticamente significativa com todos parâmetros antropométricos avaliados, sendo mais forte a correlação com o peso ($r=0,726$; $p<0,001$), CB ($r=0,657$; $p<0,001$) e IMC ($r=0,661$; $p<0,001$). (Tabela 3)

Variáveis	Circunferência da Panturrilha
	r (p)
Peso	0,726 (<0,001)
IMC	0,661 (<0,001)
CMB	0,510 (<0,001)
CB	0,657 (<0,001)
EMAP	0,181 (0,023)
PCT	0,381 (<0,001)

IMC (*Índice de Massa Corporal*), CMB (*Circunferência Muscular do Braço*), CB (*Circunferência do Braço*), EMAP (*Espessura do Músculo Adutor do Polegar*), PCT (*Prega Cutânea Tricipital*).

Correlação de Spearman

Tabela 3. Correlação entre circunferência da panturrilha e outros parâmetros nutricionais em idosos.

DISCUSSÃO

A CP apresentou associação com sexo, prática de atividade física, classificação do IMC e CMB. Além disso, a CP apresentou correlação estatisticamente significativa com todos os parâmetros nutricionais avaliados.

Idosos com CP considerada de risco nutricional eram na maioria homens, que não praticavam atividade física, com baixo peso e com CMB reduzida. No envelhecimento, sabe-se que há uma diminuição acentuada da massa muscular, que pode vir a comprometer a deambulação e capacidade funcional do idoso, especialmente se este não estiver fisicamente ativo ou realizando alguma atividade física orientada. Além disso, características sociodemográficas estão relacionadas e podem afetar as atividades de vida diárias e, assim, na qualidade de vida do idoso (SILVEIRA; KIRCHNER; DALLEPIANE, 2018).

Sabe-se que a CP apresenta forte correlação com a massa muscular e a capacidade funcional em idosos, sendo utilizada como triagem para detecção da sarcopenia em idosos (BARBOSA-SILVA et al., 2016b).

No presente estudo, observou-se que a CP apresentou associação e correlação com indicadores de desnutrição e reserva muscular, o que concorda com outros trabalhos que apresentam relação da CP com a massa muscular, especialmente em idosos hospitalizados (MACIEL et al., 2013) ou institucionalizados (MANCINI et al., 2020). Pagotto et al. (2018), em estudo realizados com idosos de comunidade, observaram que a CP apresentou correlação média ($r=0,57$; $p<0,005$) com a massa muscular apendicular avaliado pela Absorciometria por Raios-X de Dupla Energia (DEXA).

A avaliação da CP é um método fácil, confiável e de rápida execução e aplicabilidade, além de possuir um baixo custo, sendo importante na prática clínica para triagem nutricional do idoso, permitindo o rastreio e a identificar precoce de baixa reserva muscular (CUERVO et al., 2009), desnutrição (MACIEL et al., 2013) e sarcopenia (BARBOSA-SILVA et al., 2016ab), o que é fundamental para promover uma assistência à saúde digna aos idosos (MELO; WAISBERG; SILVA, 2016; TAGLIAPIETRA et al., 2016).

A relevância da utilização da CP na avaliação clínica e nutricional em idosos é evidente e nossos resultados concordam com o que vem sendo discutido na literatura com idosos hospitalizados e institucionalizados. Porém, outros estudos precisam ser realizados afim de avaliar relações de causa-efeito, análises estratificadas por sexo e faixas etárias, assim como analisando também sob a ótica de contextos sociais para melhor compreensão do seu desempenho na avaliação clínica do idoso.

CONCLUSÃO

A CP apresentou associação com parâmetros sociodemográficos, atividade física e nutricionais em idosos de comunidade. Essa medida é um marcador importante do estado

nutricional e funcional do idoso, permitindo uma avaliação de triagem nutricional, o que possibilita uma intervenção clínica e nutricional precoce.

Portanto, considerando o acentuado crescimento da população idosa, para a prestação de cuidados com a saúde geriátrica, a avaliação da CP deve ser prática de rotina, independentemente do local de atendimento do idoso (hospital, instituição de longa permanência ou de comunidade), o que torna necessário a monitorização da CP, especialmente quando a utilização de outros parâmetros nutricionais não são viáveis de serem realizados.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA-SILVA, T. G. ; BIELEMANN, R.M.; GONZALEZ, M.C. MENEZES, A.N.B. **Prevalence of sarcopenia among community-dwelling elderly of a medium-sized South American city: Results of the COMO VAI? study.** Journal Cachexia Sarcopenia Muscle, v. 7, n. 2, p. 136-143, abr. 2016a.
- BARBOSA SILVA, T.G.; MENEZES, A.N.B.; BIELEMANN, R.M.; MALMSTROM, T.K.; GONZALEZ, M.C. **Enhancing SARC-F: Improving Sarcopenia Screening in the Clinical Practice.** JAMDA, v.17, n.12, p.1136-1141, 2016b.
- CHUMLEA, W. C. et al. **Nutritional Anthropometric Assessment in Elderly Persons 65 to 90 Years of Age.** Journal of Nutrition For the Elderly, v. 4, n. 4, p. 39–52, 6 dez. 1985.
- CIOSAK, S. I. et al. **Senescência e senilidade: novo paradigma na atenção básica de saúde.** Rev Esc Enferm USP, v.45, p.1763-1768, 2011.
- CUERVO, M.; ANSORENA, D.; GARCÍA, A.; GONZÁLEZ MARTÍNEZ, M.A.; ASTIASARÁN, I.; MARTÍNEZ, J.A. **Valoración de la circunferencia de la pantorrilla como indicador de riesgo de desnutrición en personas mayores.** Nutr Hosp., v.24, p.63-67, 2009.
- DEAN, A.G; SULLIVAN, K.M; SOE, M.M. **OpenEpi: Open Source Epidemiologic Statistics for Public Health,** 2013.
- GONTIJO, S. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde (world Health organization).** Brasília: Organização Pan-Americana de saúde, 2005.
- KUCZMARSKI, M.F; KUCZMARSKI, R.J; NAJJAR, M. **Descriptive anthropometric reference data for older americans.** J Am Diet Assoc. v.100, n.1, 59-66p, 2000.
- LAMEU, E. B. et al. **Adductor pollicis muscle: a new anthropometric parameter.** Rev Hosp Clin Fac Med, v.59, n.2, p.57-62, 2004.
- LOHMAN, T. G.; ROCHE, A. F.; MARTORELL, R. **Anthropometric standardization reference manual.** Human Kinetics Books, p. 177, 1988.
- MACIEL, A.P.; PARAGUASSU, A.L.S.; ALEXANDRIA, F.G.; SALGADO, N.A.; SILVA, A.C.M.; MACHADO, L.M. et al. **Avaliação nutricional e de marcadores da reserva proteica de idosos internados na clínica médica de um hospital universitário em Belém, Pará, Brasil.** Brasília Med, v.50, n.1, p.29-38, 2013.

MELLO, F.S.; WAISBERG, J.; SILVA, M.L.N. **Calf circumference is associated with the worst clinical outcome in elderly patients.** Geriatr Gerontol Aging. v.10, p.80-85, 2016.

MELO, F.S.; WAISBERG, J.; SILVA, M.L.N. **Circunferência da panturrilha associa-se com pior desfecho clínico em idosos internados.** Geriatr Gerontol Aging, v.10, n.2, p.80-85, 2016.

OLIVEIRA, D. V. et al. **Composição corporal e estado nutricional de idosos ativos e sedentários: sexo e idade são fatores intervenientes?.** Mundo da saúde, v.44, p.58-67, 2020.

OLIVEIRA, N.C. et al. **Sarcopenia e estado nutricional de idosos residentes em uma comunidade do sul do brasil.** Estud. interdiscipl Envelhec, v.26, n.2, p.21-36, 2020.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. División de Promoción y Protección de la Salud (HPP). **Encuesta Multicentrica salud beinestar y envejecimiento (SABE) em América Latina el Caribe: Informe Preliminar** [Internet]. In: XXXVI Reunión del Comité asesor de investigaciones em Salud; 9-11 jun 2001; Kingston, Jamaica: OPAS, 2002.

PAGOTTO, V. et al. **Circunferência da panturrilha: validação clínica para avaliação da massa muscular em idosos.** Rev Bras Enferm v.71, n.2, p.343-350, 2018.

SILVEIRA, B.C.; KIRCHNER, R.M.; DALLEPIANE, L.B. **Relação entre indicadores sociodemográficos e antropométricos e atividade física de homens e mulheres idosos.** Cienc cuid saúde,v.17, n.1, p.1-8, 2018.

SOARES, L. D. A. et al. **Análise do Desempenho Motor associado ao Estado Nutricional de Idosos cadastrados no Programa Saúde da Família, no município de Vitória de Santo Antão-PE.** Ciência & Saúde Coletiva, v.17, n.5, p.1297-1304, 2012.

TAGLIAPIETRA, B. L. et al. **Preditores para diagnóstico de sarcopenia, estado nutricional e atividade física de idosas institucionalizadas e não institucionalizadas.** Disciplinarum Scientia, v. 17, n.1, p.53-62, 2016.

CAPÍTULO 6

POBREZA Y VULNERABILIDAD SOCIAL A TRAVÉS DE LOS INDICADORES DE EXCLUSIÓN Y MARGINACIÓN DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DEL ESTADO DE OAXACA

Data de aceite: 01/12/2021

Laura Irene Gaytán Bohórquez

Maestra en Ciencias del Desarrollo Regional, Profesora de Tiempo Completo en el Instituto de Investigaciones Sociológicas de la Universidad Autónoma “Benito Juárez” de Oaxaca, representante del área de Desarrollo Regional

Verónica González García

Maestra en Sociología, Ayudante de Investigación y profesora en el Instituto de Investigaciones Sociológicas de la Universidad Autónoma “Benito Juárez” de Oaxaca

Isabel González García

Licenciada en Humanidades. Ayudante de Investigación del área de Desarrollo Regional en el Instituto de Investigaciones Sociológicas de la Universidad Autónoma “Benito Juárez” de Oaxaca

RESUMEN: El presente documento concentra un análisis de la cultura de las relaciones humanas en el estado de Oaxaca, dirigido a la discriminación y exclusión de las políticas públicas compensatorias que grandes sectores de la población han enfrentado históricamente: indígenas -y en particular mujeres indígenas-; hogares con jefatura femenina; y población general en estado de pobreza, a través de criterios e indicadores de desarrollo humano y grados de marginación social y pobreza. Este análisis parte de la premisa fundamental de que la cultura de las relaciones humanas en un país,

una región o un municipio se pueden evaluar a través de indicadores de exclusión y marginación de las políticas públicas y con indicadores más precisos como la escolaridad, el acceso a los servicios públicos de salud, el índice de marginación, así como el índice de rezago social. El análisis de la pobreza y la vulnerabilidad social a través de estas categorías es una oportunidad para pensar, asimismo, los pocos mecanismos de evaluación del impacto de políticas públicas y, más aún, que hagan visibles los vacíos existentes en la implementación de las mismas en el estado de Oaxaca.

PALABRAS CLAVE: Rezago social, marginación, pobreza.

POVERTY AND SOCIAL VULNERABILITY THROUGH THE INDICATORS OF EXCLUSION AND MARGINALIZATION OF THE PUBLIC POLICIES OF THE STATE OF OAXACA

ABSTRACT: This document concentrates an analysis of the culture of human relations in the state of Oaxaca, aimed at the discrimination and exclusion from compensatory public policies that large sectors of the population have historically faced: indigenous people -and particularly indigenous women-; female-headed households; and the general population in a state of poverty, through criteria and indicators of human development and degrees of social marginalization and poverty. This analysis is based on the fundamental premise that the culture of human relations in a country, a region or a municipality can be evaluated through indicators of exclusion and marginalization of

public policies and with more precise indicators such as schooling, access to public health services, the marginalization index, as well as the social backwardness index. The analysis of poverty and social vulnerability through these categories is an opportunity to think about the few mechanisms for evaluating the impact of public policies and, moreover, to make visible the existing gaps in their implementation in the state of Oaxaca.

KEYWORDS: Social backwardness, marginalization, poverty.

INTRODUCCIÓN

La cultura de las relaciones humanas en un país, una región o un municipio se pueden evaluar a través de indicadores de exclusión y marginación de las políticas públicas, como ha ocurrido en la frontera Norte y en Guadalajara recientemente (López Estrada, 2009; Jusidman Rapoport, 2010), y con indicadores más precisos como son la escolaridad, el acceso a los servicios públicos de salud y a la vivienda. Vamos a dejar pendiente el análisis del acceso a la vivienda en ausencia de un marco legal que incluya a toda la población en México. Las políticas públicas de vivienda (crédito blando) dejan fuera a más de la mitad de la población, que depende principalmente del sector informal de la economía; este sector de la población recurre a la autoconstrucción y se refugia principalmente en los asentamientos irregulares. El Estado Mexicano tolera la creación de asentamientos irregulares, y cuando los colonos logran crear la infraestructura básica, regulariza tenencia de la tierra y los incluye en el padrón del impuesto predial.

En este sentido, en las mediciones oficiales del Estado Mexicano, dos son los índices que pueden permitir realizar la interpretación sobre la cultura de las relaciones humanas, entendiendo a esta como la relación existente entre la población general con el Estado, a través de la implementación y aplicación de políticas públicas que disminuyan la vulnerabilidad social y estrechen las brechas de desigualdad. Dichos índices son el de rezago social (IRS) y el índice de marginación (IM).

El Índice de Rezago Social (IRS) permite ordenar las entidades federativas y municipios de mayor a menor grado de rezago social en un momento del tiempo. Es una medida en la que un solo índice agrega variables de *educación, de acceso a servicios de salud, de servicios básicos en la vivienda, de calidad y espacios en la misma, y de activos en el hogar* (CONEVAL, 2015: en línea) (Cursivas propias).

No se trata de una medición de pobreza, ya que no incorpora los indicadores de ingreso, seguridad social y alimentación. Permite tener información de indicadores sociales desagregados hasta nivel municipal, con lo que CONEVAL contribuye con la generación de información para la toma de decisiones en materia de política social, especialmente para analizar la desigualdad de coberturas sociales que subsisten en el territorio nacional.

El índice de marginación (IM) “permite diferenciar entidades federativas y municipios de acuerdo con las carencias que padece la población, como resultado de la falta de acceso a la educación, la residencia en viviendas inadecuadas, la percepción de ingresos

monetarios insuficientes y las relacionadas con la residencia en localidades pequeñas” (CONAPO, 2018). La escolaridad y el acceso a los servicios de salud pública, permiten evaluar la exclusión social de los grupos vulnerables de las políticas públicas (Reyes Morales y Gijón Cruz, 2007). Así, es posible identificar aquellos sectores de la población que se han quedado al margen de los beneficios del modelo de desarrollo nacional – postrevolucionario– entre los que se encuentran los grupos de la población que han sido históricamente sujetos de discriminación (indígenas, niños y mujeres) y los nuevos sujetos de la sociedad moderna (hogares con jefatura femenina, inmigrantes rurales en las ciudades e inmigrantes centroamericanos). Tanto en las sociedades rurales como en las urbanas, la migración ha propiciado el incremento de hogares con jefatura femenina, la desintegración familiar y la pérdida de la ciudadanía en los municipios de usos y costumbres. En las ciudades, los inmigrantes rurales, los pobres, se concentran en los asentamientos irregulares y en el sector informal de la economía.

Nuevos actores vulnerables han aparecido en la escena nacional como consecuencia, en un principio, de las dictaduras militares en Centroamérica y después por la persistente pobreza aún con gobiernos democráticos. Así, México, desde la década de los ochenta, se convirtió en el corredor de la migración centroamericana a Estados Unidos. Sin embargo, las políticas públicas se centran en los migrantes mexicanos internacionales y dejan a la Iglesia Católica y a las organizaciones humanitarias no gubernamentales la atención de los asuntos sobre la discriminación y la extorsión de que son objeto los migrantes centroamericanos cuando viajan por el territorio nacional. Este punto de la discriminación de los migrantes centroamericanos queda pendiente del presente análisis ante la ausencia de un marco legal que los saque de invisibilidad y tipifique los delitos que se comenten en su contra.

Otros actores sociales, cuya presencia en las ciudades ha crecido en forma abrumadora, son los niños de la calle; y otros han salido de la invisibilidad para reclamar derechos conforme avanza el proceso de democratización y se incrementan los movimientos sociales: homosexuales, lesbianas, nuevas sectas religiosas y jóvenes pertenecientes a grupos juveniles urbanos. Hoy persiste el debate nacional en torno a los derechos de homosexuales y lesbianas se centra en el derecho a legalizar la unión entre personas del mismo sexo y ya se han logrado avances tangibles en ese sentido. En la ciudad de Oaxaca, la prostitución homosexual es tolerada en las calles del centro desde fines de los noventa y la sociedad de la región del Istmo ha sido históricamente tolerante e incluyente. Los grupos juveniles de la ciudad de Oaxaca lograron integrarse parcialmente a la economía como resultado de la emergencia de la APPO en 2006, a través del sistema de transporte de mototaxis. En cambio, los niños de la calle y los pobres que viven en los asentamientos irregulares urbanos continúan siendo invisibles para el Estado mexicano.

El análisis de la cultura de las relaciones humanas se centrará en la discriminación y exclusión de las políticas públicas compensatorias de grandes sectores de la población:

indígenas y en particular mujeres indígenas; hogares con jefatura femenina; y pobres en general con el fin de realizar la visibilización que, desde la década de noventa, con el inicio de las mediciones sobre pobreza y vulnerabilidad social, continúa de manera histórica permeando en esta población, sin que mucho haya cambiado al respecto.

CARACTERÍSTICAS DE LA CULTURA DE LAS RELACIONES HUMANAS EN EL ESTADO DE OAXACA POR REGIÓN, 2000-2010

Oaxaca es la entidad mexicana que ocupa el quinto lugar a nivel nacional en razón del territorio que abarca, y es el estado con mayor número de municipios, a saber, 570, distribuidos en 30 distritos y ocho regiones, destinados de esta manera con fines administrativos y de planeación.



Imagen 1. Mapa de Oaxaca y su división regional.

Fuente: AntoFran, 2013.

La imagen 1 nos permite identificar de manera visual esta división política, administrativa y económica, criterio que fue utilizado para los fines de esta investigación, puesto que la regionalización permite el análisis general de los datos. No obstante, es necesario acotar que dicha división establecida oficialmente por el gobierno estatal, tiene inicios en el parecido étnico, alcances geográficos, semejanza cultural y una perspectiva tradicional. Esta acotación permitirá aclarar, de manera tentativa, la desigual distribución municipal para cada región, como se observa en el cuadro 1.

Con fines de cohortes históricos, este análisis presenta los índices de rezago social y de marginación de manera quinquenal, que es la forma que corresponde la elaboración de encuestas y compilación de información, abarcando la década correspondiente de 2000-

2010 (que se presenta en el cuadro 1), presentando el porcentaje de población con alto y muy alto índice de vulnerabilidad en relación al IRS e IM.

Región	No. De municipios	2000		2005		2010	
		IRS	IM	IRS	IM	IRS	IM
Cañada	45	77.8	60.0	80.0	66.7	64.4	66.7
Costa	50	76.0	68.0	80.0	64.0	58.0	64.0
Istmo	41	75.6	68.3	75.6	65.9	51.2	65.9
Mixteca	155	81.3	65.81	80.0	67.1	64.5	67.1
Papaloapan	20	80.0	75.0	85.0	65.0	70.0	65.0
Sierra Norte	68	82.4	54.4	83.8	69.1	66.2	69.1
Sierra Sur	70	85.7	60.0	85.7	72.9	72.9	72.9
Valles Centrales	121	79.3	50.4	81.0	62.8	58.7	62.8
Total estatal	570	80.4	60.7	81.2	66.7	63.6	66.7

Cuadro 1. Porcentaje de municipios con alto y muy alto IRS e IM.

Elaboración propia a partir de los datos de los censos realizados por el Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL).

En el cuadro 1, podemos observar que para el año 2000 la mitad de las regiones de la entidad oaxaqueña se encontraban en altos y muy altos índices de vulnerabilidad social, pues las regiones de la Mixteca, Papaloapan, Sierra Sur y Sierra Norte, tuvieron un índice de rezago social que representa más del 80% de sus municipios con niveles alto y muy alto. La región de Valles centrales, es decir, el centro del estado, se presenta como la media estatal con el 79% de sus municipios con alto y muy alto IRS, por debajo sólo se encuentran la Cañada, la costa y el Istmo, siendo esta región la que presenta el menor porcentaje de municipios en estas condiciones, con solo cuatro puntos porcentuales debajo de la media. El panorama del estado de Oaxaca por municipio es pesimista con relación al IRS.

El año 2005 representa uno de los peores periodos con respecto al IRS, donde siete de las ocho regiones de la entidad tuvieron al 80% (o más) de sus municipios en condiciones de alto y muy alto índice, nuevamente, solo la región del Istmo se mantuvo con el mismo porcentaje, que el quinquenio anterior, cifra que tampoco resulta muy alentadora. El año 2010 presenta una baja significativa en el porcentaje de municipios con alto y muy alto índice de rezago social en la entidad de manera general, pues del 80.4 municipios en condiciones vulnerables, se redujeron 16.8 puntos porcentuales (63.6%), no obstante, más de la mitad de los municipios, y de la población en general continúan con una tendencia hacia la pobreza y la vulnerabilidad social.

Para los términos de este documento, el índice de marginación (IM) indica la *exclusión* de la población municipal con respecto a las políticas de educación pública, vivienda y empleo, normalmente asociado al sector formal. Asimismo, refleja la exclusión de los beneficios del modelo de desarrollo nacional en términos de ingreso, escolaridad y calidad de la vivienda. El IM en el decenio seleccionado ofrece un panorama igualmente desolador, puesto que más de la mitad de la población, en relación a los municipios, se encontraba dentro del rango de alto y muy alto índice de marginación. La Sierra Sur, de manera histórica, ha presentado los índices más altos tanto en rezago social como de marginación, considerándose una de las regiones más vulnerables de la entidad. Ahora bien, resulta importante para los términos de este análisis considerar algunos indicadores que no necesariamente se incluyen en los índices de rezago social y marginación, puesto que comprende la implicación y visibilización de la población más vulnerable: mujeres y población indígena.

Oaxaca es un estado multicultural, con un vasto territorio y una población tan amplia como dispersa, debido a la propia orografía del estado; las tradiciones conforman también parte del corolario que alimenta la política en diversas aristas: económica, administrativa, educativa, de servicios básicos, entre los más importantes. Esta política, ha permitido que sean dos grupos principales los que se continúen como grupos vulnerables: la población originaria y las mujeres. Por ello, el cuadro 2 hace alusión a las variables importantes para tomar en cuenta por las políticas públicas, sobre todo, asociadas a los procesos de migración, derivados de la vulnerabilidad social, económica y cultural que persisten en la entidad oaxaqueña.

	Grado promedio de escolaridad de mujeres en poblaciones indígenas			Porcentaje femenino de hablantes de lengua indígena			Porcentaje de población en hogares con jefatura femenina			Porcentaje de población femenina		
	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000	2005	2010
Cañada	4.66	5.28	5.49	46.29	67.22	35.40	16.35	21.85	18.57	52.17	51.82	52.59
Costa	4.73	5.32	5.64	47.88	40.60	38.41	16.00	23.89	18.40	51.44	51.67	52.21
Istmo	4.64	5.24	5.63	40.22	30.72	33.47	16.32	20.73	18.60	51.31	51.15	51.79
Mixteca	4.57	5.23	5.50	40.30	29.80	32.25	16.51	25.52	19.46	52.15	53.19	52.65
Papaloapan	4.55	5.21	5.55	37.15	60.90	30.93	17.53	20.03	18.53	52.36	51.86	52.42
Sierra Norte	4.53	5.16	5.44	50.69	78.53	39.56	16.71	23.76	19.94	51.82	52.67	52.42
Sierra Sur	4.33	4.97	5.17	41.86	37.06	32.79	16.53	22.12	18.67	52.10	52.33	52.38
Valles Centrales	4.59	5.30	5.47	37.74	25.44	30.11	17.14	24.03	19.35	52.24	53.12	52.63
Total	4.57	5.21	5.47	42.21	40.64	33.56	16.64	23.61	19.14	52.00	52.57	52.47

Cuadro 2. Porcentaje de municipios con alto y muy alto IRS e IM.

Elaboración propia a partir de los datos de los censos realizados por el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI).

La población indígena constituye sin duda el sector de mayor vulnerabilidad social, esto puede identificarse sólo con realizar la observación de los datos correspondientes al cuadro 2, donde existe un mínimo porcentaje de escolaridad, ni siquiera la primaria terminada en ninguna de las regiones del estado. En este sentido, es posible aventurarse a hablar de discriminación dentro de las políticas educativas, asociadas a la condición indígena. Los indígenas están abandonando sus municipios de origen y se están concentrando en las ciudades de la entidad y del país, en los campos agrícolas de agricultura comercial, así como en los Estados Unidos.

En el cuadro 1 se puede observar que durante el año 2005 el estado de Oaxaca presenta los más altos niveles de rezago social, un fenómeno interesante que puede relacionarse a partir de los datos del cuadro 2, es que en este mismo periodo aumentó la presencia de la jefatura femenina en los hogares. Es decir, hubo un incremento en la probabilidad de desintegración familiar, con sus diversas aristas, una de ellas la migración nacional e internacional, con lo cual se infiere una mayor presencia de niños en situación de calle, por ejemplo, en la ciudad de Oaxaca encontramos niños indígenas en situación de calle, principalmente pertenecientes a la etnia triqui, y en los asentamientos irregulares se encuentran representadas las principales etnias de la entidad, propiciando al mismo tiempo un incremento en la delincuencia juvenil de los niños que crecen en esta situación.

En 2010 hubo una mejora significativa en las condiciones de vida de la población del estado de Oaxaca con relación a 2000, ya que hubo una reducción de 16.8 puntos porcentuales en el número de municipios con niveles alto y muy alto (Cuadro 1). Aunque se observa también un repunte en el índice de rezago social de seis puntos porcentuales, mejora la escolaridad y se reduce el porcentaje de hogares con jefatura femenina respecto a 2005.

A pesar de que los índices de rezago social y marginación apuntan a que la Sierra Sur, la Sierra Norte y Papaloapan han tenido de manera histórica el mayor porcentaje de municipios en condiciones de vulnerabilidad, es en los Valles Centrales donde el papel de las mujeres se nota mayormente vulnerado en cuestiones de educación y condición indígena

CONCLUSIONES

Por región, la Mixteca, Papaloapan, Sierra Norte y Sierra Sur, han presentado los niveles más altos de vulnerabilidad, en razón del rezago social presentado desde 2000. En estas regiones son frecuentes los hechos de violencia ligados a conflictos de tierra y al narcotráfico. Las regiones de menor marginación normalmente reciben inversiones del gobierno en infraestructura urbana, transporte e inclusive inversión productiva, debido a su posición estratégica, que también les permite captar inversión privada. En la Sierra Sur el gobierno tiene una fuerte presencia del ejército, mientras que la región del Papaloapan es

una de las menos protegidas por la policía y el ejército, o la marina.

La evolución del índice de marginación confirma la evaluación del IRS de la realidad social de la entidad. Desde la economía se puede decir que existe una mayor concentración del ingreso en un reducido número de municipios cuyos hogares mejoran considerablemente sus niveles de bienestar. En el lado opuesto, la gran mayoría de la población y de los municipios, objetivamente mejora muy poco sus niveles de ingreso y de bienestar. Es decir, se excluye tanto de las políticas públicas de educación, vivienda, salud y empleo. En estas condiciones se recurre al sector informal de la economía para obtener ingresos y viviendas normalmente precarios en los asentamientos irregulares de las ciudades. Miles de oaxaqueños emigran a otros estados y a los Estados Unidos en busca de mejores oportunidades, o al menos de sobrevivencia. En este sentido, la migración constituye la válvula de escape a la pobreza e insuficiencia de las políticas públicas y el modelo de desarrollo nacional.

Quizás el signo más alentador en el panorama social oaxaqueño es el incremento al alza de la escolaridad (cuadro 2), que sin duda sigue siendo un mecanismo de movilidad social efectivo para campesinos, indígenas y la clase trabajadora de las ciudades. Si la economía nacional no genera los empleos que demanda la población de baja calificación (con primaria completa o incompleta) o con al menos nueve años de escolaridad, la fuerza laboral seguirá buscando empleo en Estados Unidos y Canadá, con los riesgos que implica la emigración indocumentada. El elevado porcentaje de municipios con altos y muy altos índices de rezago social y marginación, hace hincapié en notar que los esfuerzos gubernamentales no han sido suficientes para superar el rezago y sacar a la entidad de los últimos lugares de desarrollo y de ser de los primeros en pobreza, a pesar de la riqueza natural, cultural e histórica que caracteriza a la entidad.

Los movimientos sociales constituyen otra válvula de escape para la sociedad que, si no se atienden oportunamente, pueden desencadenar conflictos de las dimensiones de la APPO en 2006, que rebasó la capacidad del Estado en aquella ocasión. Por otra parte, la población indígena está asociada directamente al rezago social y la marginación y, por otro, los indígenas tienen un menor grado de escolaridad que el resto de la población. Esto confirma que la población indígena en general constituye el grupo social con mayor exclusión de las políticas públicas de educación, vivienda, salud y empleo.

Contrario a lo que podría esperarse, la población femenina en general y los hogares con jefatura femenina, al menos para el estado de Oaxaca, están asociados inversamente con el rezago social y marginación. Además, se encuentran directamente correlacionados con el grado promedio de escolaridad lo cual contrasta con la población indígena. Es decir, tanto la población femenina como los hogares con jefatura femenina se encuentran en general menos excluidos de las políticas públicas de educación, vivienda, salud y empleo.

Los índices de rezago social y de marginación indican que es la mujer indígena el sector de la población femenina que se encuentra, en general, excluida de las políticas

públicas y de los beneficios del modelo de desarrollo nacional. En 2010 ocurren retrocesos en los hogares con jefatura femenina. Esta discrepancia entre los dos índices puede estar asociada a un deterioro en los ingresos que no logra detectar el índice de rezago social por medir el ingreso de manera indirecta. La población indígena muestra mejoras, que ya no se caracteriza por ser en general el grupo de población más marginado y excluido de las políticas públicas, debido a las iniciativas en torno al reconocimiento y protección de los pueblos originarios. Sin embargo, los indígenas, tanto hombres como mujeres, aún tienen los niveles de escolaridad más bajos. Este hallazgo indica que la discriminación de la mujer indígena se ha reducido o que no afecta significativamente su desarrollo.

Es indudable que a través de estos índices se proyecta un avance en torno a la implementación de políticas públicas, no obstante, su efectividad e impacto social quedan aún pendientes de análisis. Para el caso de Oaxaca, esta labor se dificulta debido a los factores con los cuales dio inicio este documento. No obstante, la realidad observable cotidianamente nos deja ver que la vulnerabilidad persiste, que las comunidades originarias y su población sigue siendo poco atendida, que otros grupos vulnerables aparecen, que niños, niñas y mujeres son aún el sector de la población con menos accesos a las condiciones de una vida digna. Nueve años han pasado desde la concentración y trabajo con los de los datos “duros” que aquí se exponen, y la situación de la población poco ha cambiado. En los índices no aparecen nuevos indicadores sobre la calidad de vida, sobre la seguridad, sobre la alimentación, los derechos humanos, la calidad de los servicios públicos y sus servidores, la calidad del aire, del agua, de la tierra en que se habita.

Sirvan estos datos para insistir en que los datos ha estado allí, presentes, intentando mostrar parte de una realidad que, sobre todo, los estados del sur de México viven desde su conformación, y que hay deudas pendientes, deudas históricas con la población mexicana en general y que el cambio continúa pendiente.

REFERENCIAS

AntoFran. (2013). *Mapa de las regiones de Oaxaca*. Disponible en: https://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Regiones_Oaxaca_nombres.png

Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. *Índice de Rezago Social 2015 a nivel nacional, estatal y municipal* (en línea). Disponible en: https://www.coneval.org.mx/Medicion/IRS/Paginas/Indice_Rezago_Social_2015.aspx

Instituto Nacional de Estadística y Geografía. *Población total por entidad federativa, según sexo, 2000, 2005 y 2010* (en línea). Disponible en: <https://www.inegi.org.mx/app/tabulados/default.html?nc=mdemo02>

Instituto Nacional para el Federalismo y el Desarrollo Municipal. *Regionalización de Oaxaca* (en línea). Disponible en: <http://www.inafed.gob.mx/work/enciclopedia/EMM20oaxaca/regionalizacion.html>

Jusidman Rapoport, Clara (2010). “¿Políticas gubernamentales o políticas públicas? Algunas reflexiones para el cambio”. En Susana Lerner y Lucía Melgar (coord.), *Familias en el siglo XXI: realidades diversas y políticas públicas*, México: Universidad Nacional Autónoma de México/El Colegio de México; pp. 429-433.

López Estrada, Raúl Eduardo (2009). “La pobreza y las tensiones de la política social en México”. En: Burgos Ortiz, N. M.; Benítez Nazario, J.. *Política Social y Trabajo Social: comunidades y Políticas Sociales, entre la academia y la práctica cotidiana*. Serie Atlantea, número 4. Proyecto Atlantea, Universidad de Puerto Rico. 482; pp., 357-378.

Reyes Morales, R. G., & Gijón Cruz, A. S. (2007). Vulnerabilidad social de las mujeres y la población indígena en Oaxaca, 2005: restricciones y estrategias. *LiminaR Estudios Sociales Y Humanísticos*, 5(2), 90-107. <https://doi.org/10.29043/liminar.v5i2.253>

ANÁLISIS DE BARRERAS FÍSICAS EN LA CIUDAD DE PUEBLA A PARTIR DE LA COLABORACIÓN INTERINSTITUCIONAL

Data de aceite: 01/12/2021

Beatriz Martínez Carreño

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla,
Facultad de Economía
Puebla, México
Doutorado em Processos Territoriais, pela
Instituição
ORCID 0000-0003-1288-4926

RESUMEN: El documento presenta el proceso y resultados generados a partir de un trabajo de colaboración entre alumnos de la licenciatura en Urbanismo y Diseño Ambiental de la BUAP, el Instituto Municipal de Planeación Municipal de Puebla (IMPLAN) y el Observatorio Urbano Metropolitano. El proyecto consistió en la realización de un estudio inédito para la ciudad para identificar e inventariar barreras físicas en el espacio urbano en varias zonas. El proceso realizado ejemplifica la importancia de la vinculación de la academia con entidades profesionales para que los alumnos experimenten la dinámica derivada de la práctica profesional de manera directa y los resultados tengan aplicación en la planeación de la ciudad

PALABRAS CLAVE: Barreas físicas, espacio urbano, transdisciplina, colaboración interinstitucional.

ANÁLISE DAS BARRERAS FÍSICAS NA CIDADE DE PUEBLA COM BASE NA COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

RESUMO: O documento apresenta o processo

e os resultados gerados a partir de um trabalho colaborativo entre alunos da licenciatura em Urbanismo e Desenho Ambiental da BUAP, do Instituto Municipal de Planejamento Municipal de Puebla (IMPLAN) e do Observatório Urbano Metropolitano. O projeto consistiu na realização de um estudo inédito para a cidade a fim de identificar e inventariar barreiras físicas no espaço urbano em diversas áreas. O processo realizado exemplifica a importância de vincular a academia às entidades profissionais para que os alunos vivenciem diretamente a dinâmica derivada da prática profissional e os resultados tenham aplicação no planejamento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Barreiras físicas, espaço urbano, transdisciplina, colaboração interinstitucional.

ANALYSIS OF PHYSICAL BARRIERS IN THE CITY OF PUEBLA BASED ON INTER-INSTITUTIONAL COLLABORATION

ABSTRACT: The document presents the process and results generated from a collaborative work between students of the degree in Urbanism and Environmental Design of BUAP, the Municipal Institute of Municipal Planning of Puebla (IMPLAN) and the Metropolitan Urban Observatory. The project consisted of conducting an unprecedented study for the city to identify and inventory physical barriers in urban space in various areas. The process carried out exemplifies the importance of linking the academy with professional entities so that students experience the dynamics derived from professional practice directly and the results have application in city planning.

KEYWORDS: Physical barriers, urban space, transdiscipline, inter-institutional collaboration.

1 | INTRODUCCIÓN

Hoy en día la transdisciplinariedad, es una visión que permite mirar la complejidad del mundo en el que se desarrollan diversos procesos, por lo que es necesario valorar la interconexión de los fenómenos que dan la pauta para abordar desde una perspectiva más amplia y pensar de una forma innovadora una realidad concreta.

Cabe resaltar que este movimiento intelectual se ha desarrollado en los últimos 15 años. Pérez y Setién (2004), comentan que:

...Lo transdisciplinario tiene como intención superar la fragmentación del conocimiento, más allá del enriquecimiento de las disciplinas con diferentes saberes (multidisciplina) y del intercambio epistemológico y de métodos científicos de los saberes (interdisciplina). Lo que caracteriza a la transdisciplinariedad no es sólo la realidad interactuante sino totalizadora. A pesar de ser un fenómeno de la actualidad, *Martínez* menciona a *Platón* en uno de sus estudios con la siguiente reflexión: "Si encuentro a alguien que sea capaz de ver la realidad en su diversidad y, al mismo tiempo, en su unidad, ese es el hombre al que yo busco como a un dios». Esta afirmación, según *Martínez*, constituye una valoración entre dos niveles de realidad: el de la disciplinariedad y el de la transdisciplinariedad...

Por lo que la complejidad de la realidad actual, nos exige abordar científicamente a la sociedad como un todo, es por ello que la transdisciplina es un proceso según el cual los límites de las disciplinas particulares se trascienden para estudiar fenómenos y problemas desde perspectivas múltiples con el objetivo de generar no solo conocimiento, sino un intervención en la realidad que se observa.

Es por ello que el objetivo de la investigación es presentar el proceso y los resultados de un trabajo de colaboración entre alumnos, asociación civil e investigadores, que realizaron un estudio para la ciudad de Puebla el cual identifica e inventaría las barreras físicas en el espacio urbano.

Los entes involucrados en este proceso son la Facultad de Arquitectura de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), el Instituto Municipal de Planeación (IMPAN) y el Observatorio Metropolitano de Puebla A.C. (OMPAC), los tres mencionados vinculados con el objetivo de llevar a cabo el proyecto denominado "Barreras en el Espacio Público". Para entender como se da este proceso de colaboración es relevante conocer la misión y los objetivos de estas instancias.

Por lo que la misión de la BUAP, se define como, una institución pública y autónoma consolidada a nivel nacional, comprometida con la formación integral de profesionales y ciudadanos críticos y reflexivos en los niveles de educación media superior, superior y posgrado, que son capaces de generar, adaptar, recrear, innovar y aplicar conocimientos de calidad y pertinencia social.

La Universidad fomenta la investigación, la creación y la divulgación del conocimiento, promueve la inclusión, la igualdad de oportunidades y la vinculación; coadyuva como comunidad del conocimiento al desarrollo del arte, la cultura, la solución de problemas económicos, ambientales, sociales y políticos de la región y del país, bajo una política de transparencia y rendición de cuentas, principios éticos, desarrollo sustentable, en defensa de los derechos humanos, de tolerancia y honestidad; contribuyendo a la creación de una sociedad proactiva, productiva, justa y segura.

El IMPLAN, es un organismo público descentralizado, el cuál es el encargado del desarrollo urbano-metropolitano, económico y social de la ciudad de Puebla, además de diseñar, instrumentar y evaluar políticas públicas, programas y proyectos, que propicien un proceso de crecimiento ordenado, moderno, innovador de desarrollo socioeconómico sostenido y sustentable del Municipio de Puebla.

Uno de los objetivos fundamentales del IMPLAN es formular planes y programas que fomenten un Sistema de Planeación Estratégica Democrática en el Municipio de Puebla, a fin de:

- Modernizar, innovar y desarrollar ordenadamente la ciudad;
- Promover el crecimiento socio-económico y sustentable;
- Atender el carácter metropolitano de sus funciones económicas, sociales, culturales y de servicios.

Cabe resaltar que uno de sus objetivos particulares de los seis que plantea es:

- Incorporar permanentemente la planeación participativa, estratégica y prospectiva para diseñar un conjunto de instrumentos y procedimientos técnicos, legales y administrativos a fin de lograr un desarrollo integral del Municipio.

El OMPAC, tiene como objetivo realizar actividades de investigación y desarrollo científico sobre la ciudad, los fenómenos, ciencias y paradigmas relacionados con ella, con la finalidad de generar, aplicar y difundir el conocimiento obtenido. Tres de sus once objetivos particulares son:

- Realización de estudios sistemáticos de investigación.
- Intervención en proyectos de participación ciudadana, la corresponsabilidad, la cultura de la paz y la legalidad y el capital social en distintas políticas públicas.
- Enlaces entre los organismos públicos, privados y ciudadanos.
- Mostrar la misión y los objetivos de cada uno de las dependencias que participaron en el proyecto de colaboración institucional, tiene como fin entender que el paradigma de transdisciplinariedad está inmerso en el éxito del planteamiento de proyectos que impacten en el bien común. Por lo que se identificaron los objetivos específicos que provocan la vinculación, la BUAP menciona que los alumnos son capaces de generar, adaptar, recrear, innovar y aplicar conocimientos de calidad y pertinencia social; en ese sentido el IMPLAN, esta a favor

de la planeación participativa, estratégica y prospectiva; y el OMPAC, con la generación de enlaces entre los organismos públicos, privados y ciudadanos.

2 | EL PROCESO DEL PROYECTO

2.1 Origen y objetivo del proyecto

De acuerdo a los planteamientos del Instituto Municipal de Planeación (IMPLAN, 2014) el espacio urbano del municipio se ha transformado para adecuarse a las necesidades de habitabilidad que demanda el tiempo presente y con ello, cada vez más son los elementos urbanos y de infraestructura que se insertan en las calles y que son de utilidad para satisfacer ciertas necesidades. Sin embargo, algunos criterios de colocación dificultan la libre circulación de las personas sobre banquetas y calles.

El Gobierno Municipal de Puebla 2014-2018 consideró a la accesibilidad universal como política del uso democrático del espacio público en el municipio, buscando alcanzar el objetivo de que todas las personas realicen sus traslados de forma segura y de forma autónoma.

El Instituto Municipal de Planeación ha ponderado este tema como uno de los principales en la agenda de actividades y por ello la Dirección de Diseño y Banco de Proyectos formuló un proyecto denominado “Inclusión y Movilidad Urbana Sostenible” que tiene como uno de sus ejes estratégicos el propiciar la intervención el espacio público con apego a los criterios de accesibilidad universal.

La delimitación de la zona de actuación de dicho proyecto surge como producto de un análisis geoespacial y estadístico que se realizó en el Departamento del Sistema de Información Geográfica Municipal. Ahí se definieron a nivel municipal las principales zonas donde converge la población de la tercera edad y con alguna discapacidad utilizando los resultados del Censo General de Población y Vivienda de INEGI en 2010.

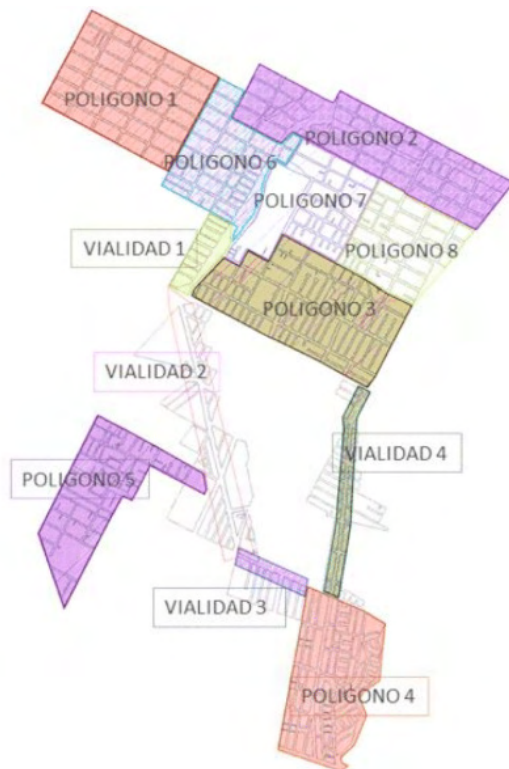


Figura 1. Área de estudio comprendiendo 390 manzanas

Por lo tanto, y como continuación de este trabajo se plantean los siguientes objetivos:

- Identificar las barreras del espacio público que obstaculizan y dificultan la circulación peatonal a través del levantamiento físico y trabajo de campo en el polígono objeto de estudio.
- Localizar en un plano georeferenciado las barreras físicas identificadas en el trabajo de campo clasificadas en las categorías definidas.

2.2 Proceso de elaboración

En términos académicos, el gran reto de este tipo de ejercicios es articular las necesidades y tiempos institucionales con los procesos académicos y de aprendizaje.

Por ello, consideramos que este tipo de trabajos deben tomar la forma de aprendizaje-maestro para favorecer el desarrollo y aprendizaje de competencias. Esto significa que en la participación de los alumnos no debe limitarse al de participantes acrícos, sino deben involucrarse en un proceso donde alguien con experiencia conduce el proceso pero involucrandolos en la toma de decisiones así como en el desarrollo de reflexiones y propuestas.

2.3 Etapas de trabajo

El desarrollo del proyecto se estructuró en cuatro etapas:

- a. Diseño de la metodología
- b. Realización del levantamiento
- c. Captura y generación del SIG
- d. Aplicación de los resultados

El diseño de la metodología se realizó conjuntamente entre el IMPLAN y el OMPAC definiéndose tanto los temas como los indicadores, así como los formatos de registro.

El proceso debía contemplar que el levantamiento de campo se capturaría en un software de sistemas de información geográfica (SIG) para su incorporación en la base de datos geoestadística del IMPLAN. Este aspecto significaba que el trabajo debía tener un estricto control de calidad para que los datos fueran totalmente funcionales. Esto debía transmitirse a los alumnos.

El levantamiento se realizó definiendo una cédula que se modificó después de realizar algunas aplicaciones prueba. Para su aplicación los alumnos recibieron en primer término un taller de capacitación, para posteriormente realizar los levantamientos acompañados en principio por personal del OMPAC.

La captura en SIG fue realizada por personal del OMPAC además de seleccionar e invitar a colaborar solo a los alumnos con el mayor nivel de manejo del software para garantizar un resultado de acuerdo a los estándares convenidos.

La aplicación de los resultados tuvo dos salidas. Una realizada por el IMPLAN quien empleo los datos para identificar patrones de distribución de las barreras, entre otras cosas. La aplicación más relevante para el caso que nos ocupa se refiere a la hecha por los alumnos.

En un primer momento a partir del levantamiento elaboraron un diagnóstico de la zona identificando las principales problemáticas y potencialidades para con esa base realizar un proyecto de intervención urbana en la sección que diagnosticaron.

La etapas a, b y c se realizaron dentro de los tiempos convenidos con IMPLAN mientras que la etapa d se realizó ya una vez entregado el producto, pero dentro del período académico.

2.4 Forma de trabajo

La primer consideración para lograr la colaboración exitosa debe priorizar los fines académicos de formación y a partir de ello estructurar el desarrollo del trabajo. Y para lograrlo se debe tener como primera estrategia considerar que el proceso debe ser guiado por profesores con experiencia práctica pero una clara orientación didáctica. Esta estrategia tradicionalmente se ha denominado maestro-aprendiz, que encaja en el modelo

de enseñanza constructivista y por competencias (Cepeda, 2013).

La estrategia es ampliamente utilizada en las escuelas de diseño (arquitectura, diseño urbano, diseño gráfico, diseño industrial), ya que se ajusta a la manera natural de realizar las actividades; sin embargo, es difícil de encontrar aplicado en escuelas de otras disciplinas.

En este modelo, el alumno sigue los pasos e indicaciones que el maestro plantea, además de proporciona un marco conceptual y clarifica el objetivo del proyecto a realizar. De esta forma, el maestro actúa como acompañante, como guía experto que recorre el camino de la formación profesional y de la vida junto con sus alumnos, animando y motivando para que cumplan sus propias metas.

Asimismo, el maestro debe convertir la actitud investigativa en una forma de enfrentar los problemas que le surgen en su profesión y en la clase (Cepeda, 2013).

Durante el proceso el alumno-aprendiz va enfrentado retos y oportunidades, siendo el papel del maestro apoyarlo en la toma de decisiones y en la co-evaluación de los resultados, pero el aprendiz es responsable de su proceso y los productos entregados.

De esta manera, la idea es que al alumno asuma un papel como colaborador, rebasando la actitud dominante en los alumnos de que solo debe “hacer su tarea”.

Esta estrategia se verá enriquecida con la vinculación directa de los destinatarios del proyecto, que en este caso se logró tanto por la participación del OMPAC así como del IMPLAN. Ambas instituciones compartieron la importancia formativa que el ejercicio tendría, participaron en revisiones y entregas de los alumnos.

Esto se logró comprendiendo las limitantes derivadas de su falta de experiencia y sin reducir las exigencias, les hicieron ver la relevancia de su trabajo y del proyecto, así como del papel que en su formación profesional esto tendría.

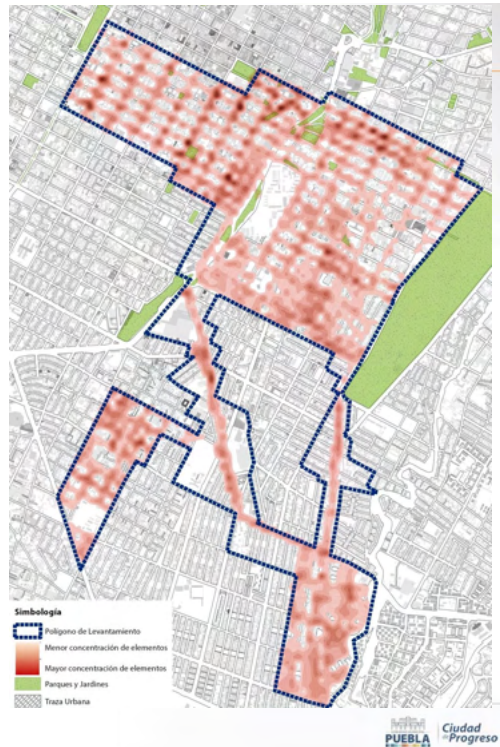


Figura 2. Análisis de concentración de barreras físicas elaborado por el IMPLAN

Como ya se mencionó, el trabajo de los alumnos en relación al estudio de barreras concluyó con la entrega del diagnóstico, el trabajo académico continuo. Esta fase también tuvo una vinculación con el IMPLAN ya que se desarrollaron propuestas de intervención utilizando los datos y resultados del diagnóstico.

En esta etapa también resulto trascendental la participación en revisiones y críticas a los proyectos de personal del IMPLAN. Para esta etapa los técnicos involucrados fueron ex-alumnos de la carrera de Diseño Urbano Ambiental de la BUAP, lo que les otorgó una sensibilidad especial para el trato con los alumnos. Ya que además de compartir conceptos teóricos y técnicos de la disciplina, motivaron a los alumnos a desarrollar su mejor trabajo con vías al aprendizaje pero también a la oportunidad de proyección personal que esto representaba.

Los proyectos realizados se presentaron al pleno del IMPLAN que dio la formalidad necesaria al recibirlos por lo que los alumnos vieron reconocido su trabajo. Además se les entregado una constancia de participación que les permitirá validar sus primeras incursiones en el ámbito profesional.

Posteriormente a la entrega de resultados, el IMPLAN realizó la interpretación de los resultados mediante herramientas avanzadas de SIG identificando patrones de distribución

de las barreras; además de ello, realizó presentaciones de la información ante diferentes instancias e incorporando los resultados para la definición de proyectos específicos derivados.

3 | COMENTARIOS FINALES

Cepeda (2014) señala que es imprescindible que en las diferentes asignaturas del plan de estudio lograr la vinculación de la teoría con la práctica y la aplicación a la vida profesional de lo que el alumno estudia, a partir de la aplicación de actividades que contribuyan a solucionar problemas cercanos a la comunidad en que vive.

Señala también que en todo el proceso, la vinculación del estudio con la actividad laboral, debería ser la piedra angular de la pedagogía en nuestro país, deberá manifestarse en función de la formación de hábitos, una disciplina y amor por el trabajo, de modo tal que el estudiante pueda llegar a sentirlo como una necesidad individual y social que permite su desarrollo pleno y lo prepare para la vida.

Los resultados desde el punto de vista técnico fueron relevantes ya el estudio permitió definir una metodología y elementos de análisis para el tema de barreras físicas, que tuvieron tres productos derivados, el diagnóstico resultado directo del estudio, la interpretación de los datos realizada por el IMPLAN y los proyectos urbanos realizados por los alumnos que se vincularon al banco de proyectos del IMPLAN.

El proceso permitió que los alumnos obtuvieran un conocimiento detallado de una zona de la ciudad sobre la que aplicaron conocimientos previos para resolver la problemática del espacio urbano.

La experiencia de este trabajo de colaboración ejemplifica la importancia que tiene la vinculación en diversos sentidos, en primer lugar la práctica profesional de los estudiantes, la intervención de las asociaciones civiles como intermediarios de los procesos de colaboración entre investigadores, alumnos y tomadores de decisiones, que proveen resultado que se aplican a la planeación de la ciudad.

REFERENCIAS

CEPEDA DOVALA, Jesús Martín. **Estrategias de Enseñanza para el Aprendizaje por Competencias**. UNID. Saltillo. 2013.

H. AYUNTAMIENTO DE PUEBLA. **Manual Técnico de Accesibilidad Aplicable a Construcciones en el Municipio de Puebla**. 20 de marzo. Periódico Oficial del Estado de Puebla. Puebla. 2013

INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEACIÓN (IMPLAN). **Términos de referencia para el Levantamiento de campo ‘Barreras del Espacio Público’**. Inédito. Puebla. 2014

MARTÍNEZ MIGUÉLEZ, M. **Transdisciplinariedad, pertinencia social e investigación**. Disponible en: <http://miguelmartinezm.atSPACE.com/TransdiscPertinSocialInvest.html>

NICOLESCU, B. **La transdisciplinariedad, una nueva visión del mundo. Manifiesto.** Paris: Ediciones Du Rocher. 1998.

OBSERVATORIO METROPOLITANO DE PUEBLA (OMP). **Metodología: Barreras del Espacio Público.** Inédito. Puebla. 2015.

PEÑUELA VELÁSQUEZ, A. **La transdisciplinariedad. Más allá de los conceptos, la dialéctica.** Andamios. Revista de Investigación Social. 2005; 2:43-78. Disponible en: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2012602>

FORMACIÓN DOCENTE EN LA LICENCIATURA EN GASTRONOMÍA

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 05/10/2021

Julio César Lira García

Universidad autónoma del Estado de Hidalgo
Pachuca de Soto, Hidalgo, México
<https://orcid.org/0000-0002-8037-9035>

Deheni Sánchez Legorreta

Universidad autónoma del Estado de Hidalgo
Pachuca de Soto, Hidalgo, México
<https://orcid.org/0000-0001-8034-1224>

RESUMEN: El objetivo del siguiente trabajo es presentar revisión documental sobre los antecedentes de la formación docente en la Licenciatura en Gastronomía reconociéndola como una línea de investigación emergente dentro del campo educativo, enfatizando la necesidad de generar una formación continua de los docentes de educación superior para que apoyen el proceso de enseñanza aprendizaje de los futuros profesionales de esta área, así como indicar las principales problemáticas de este campo

PALABRAS CLAVE: Formación docente, gastronomía, educación superior.

TEACHER TRAINING IN THE BACHELOR OF GASTRONOMY

ABSTRACT: The objective of the next pepper is present a documental investigation about the teacher training antecedents in the Gastronomy

Licenciature, acknowledging it like an emergent investigation line in the educative camp, emphasizing the need of generate a continuum teacher formation in superior education, to help the learning of the future professional in this area, and indicate the principal problems in this camp.

KEYWORDS: Teaching training, gastronomy, higher education.

“No puedes tener una influencia de la cocina de un país si no la entiendes. Y para entenderla, tienes que estudiarla.”

Ferran Adrià

En las últimas décadas la gastronomía ha pasado de ser un fenómeno social, donde solo se conocía los platillos y bebidas típicas para compartir momentos con familiares o amigos en viajes o recorridos, a ser reconocido como un proceso de formación; en sus inicios los cocineros se instruían en los fogones haciéndose diestros en la práctica mismos que a su vez enseñaban a los nuevos aprendices del oficio bajo sus experiencias, pero sin una guía en las estrategias de enseñanza (Fagorindustrial, 2016), convirtiéndose en un ciclo repetitivo del aprendizaje basado en la experiencia sin entender el contexto o las dificultades que esto podría tener en las diferentes personas.

El tema de la enseñanza de la Gastronomía no parece ser relevante, por considerarse un tema de comida porque se encuentra asociado a un acto biológico; sin

embargo, la disciplina se ha enriquecido con el análisis y la interpretación de las estructuras de lo cotidiano, se ha demostrado que la idea de vivir es algo más que nutrir el organismo y que la comida no es exclusiva para sobrevivir, sino para construirnos como sociedad y perpetuarnos para futuras generaciones (Nuñez, 2002).

Por ello los docentes de gastronomía tienen un gran peso en la enseñanza y formación, ya que deben comprender que lo que pasa dentro de las aulas impacta al desarrollo profesional de sus estudiantes, Yáñez (2017, pp. 6) enfatiza que *“solo con el talento humano y el conocimiento se podrá crear riqueza”*, considerando un modelo educativo enfocado en sentar las bases para desarrollar al futuro profesional con el perfil necesario para las condiciones que exige el campo laboral actual y no solo en la transferencia de contenidos sin relación con el contexto (Yáñez, 2017).

La problemática central es entonces, reconocer que los docentes de gastronomía en su mayoría carecen de una formación que valide pedagógicamente sus estrategias de enseñanza; pues como se ha demostrado se basan en sus referentes empíricos como estudiantes y trabajadores, que no necesariamente es suficiente para generar en el alumnado un aprendizaje significativo.

DESARROLLO

Formación Docente de Educación Superior

De acuerdo con la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) (2010) los docentes forman parte del recurso más importante de los países, puesto que, a través de la trayectoria de enseñanza, misma que abarca la educación básica hasta la educación superior; es necesaria la presencia de un docente calificado y motivado para un aprendizaje eficaz.

Por el contrario, en la actualidad la concepción del docente lo configura como sujeto “transmisor de conocimientos”, mientras que el alumno funge como un receptor; siendo en investigaciones recientes el proceso de enseñanza se enfoca en el análisis de aspectos complementarios de la enseñanza como la tutela y orientación, orientados en las exigencias de las instituciones (González y González, 2007; López, González y Velasco, 2013).

Cabe señalar que es justo la figura docente dentro de la Educación Superior la que enfrenta a grandes desafíos en un mundo cambiante; en primer lugar, las carreras se deben mantener una vigencia de acuerdo con las necesidades de la sociedad; seguido de cuestiones de capacitación y formación pedagógica a los docentes, ya que esto contribuirá en una mejora en la preparación de los egresados universitarios y evitar una deserción o pérdida de motivación (Cáceres, 2013).

Es posible definir la práctica docente como una praxis social, objetiva e intencional en la que intervienen las percepciones y acciones del docente orientadas al proceso de enseñanza aprendizaje; considerando intereses políticos, administrativos y normativos

que cada institución, situaciones que delimitan el trabajo realizado dentro del aula (Fierro, Fortoul y Rosas; 2000).

La educación superior en México afronta grandes desafíos: a) la calidad de los procesos educativos, b) mejorar en los niveles de aprendizaje y c) la actualización docente (UAEM, 2003); en el caso específico de la Gastronomía, se resalta la evolución en los últimos años en campo de la enseñanza para favorecer la formación de los estudiantes dentro de los campos de producción de alimentos y bebidas enfocado en las necesidades actuales del campo laboral.

Cabe resaltar que, en la última década ha incrementado la oferta de esta carrera en instituciones de educación superior tanto de carácter público como privado; si bien el objetivo principal es el formar recursos humanos con los conocimientos, habilidades, actitudes y valores necesarios para atender las demandas sociales, fomentando en algunos casos la investigación de problemas, así como, la generación de propuestas que atiendan los nuevos retos del campo gastronómico (Muñoz, 2007).

Tanto las universidades como el docente son una figura de autoridad pedagógica, situación que perpetua la forma de transmisión del conocimiento, lo cual, no garantiza una la comprensión de los contenidos o el desarrollo de habilidades requeridas en los estudiantes; situación que explica la necesidad de un enfoque profesional y práctico para la creación del contenido y material para las clases, orientado en generar un aprendizaje significativo en los alumnos.

Lo anterior evidencia la necesidad de generar un perfil del docente especializado; sin embargo, una de las problemáticas para conseguir cubrir este aspecto radica en el financiamiento para la actualización y formación docente; situación que repercute en las estrategias a las cuales recurren los docentes las cuales carecen de validez pedagógica para legitimar su labor ya que se basan en sus experiencias como alumnos y no en la comprensión de las características de aprendizaje del alumnado (Pavo y Ángel, 2014).

Tal como lo afirman Mirzagitova y Akhmatov (2016), los docentes son responsables de la precisión, integridad y adecuación del conocimiento que se transmite; también es importante, que se comprenda y acepte la responsabilidad de la formación del alumnado como futuros profesionales, permitiéndoles evaluar críticamente la utilidad de lo trabajado dentro de las aulas.

El docente de gastronomía

La carrera de gastronomía forja egresados con perfil en artes culinarias, como comúnmente se les asocia; pero también se forma al alumnado para desarrollar habilidades administrativas, recursos humanos, contabilidad entre otras disciplinas.

Haciendo un breve recorrido histórico de la enseñanza de la gastronomía es importante señalar que en 1891 se inicia la Escuela Profesional de cocina y ciencias alimentarias en París, donde se realizaba una capacitación laboral para el ámbito

restaurantero o bien para el servicio doméstico, es posible ubicar a Anguste Escoffier como uno de los primeros docentes en gastronomía; sin embargo, la enseñanza se realizaba bajo a elementos empíricos (adquiridos en el campo laboral); cabe resaltar que la admisión de los estudiantes era de carácter exclusivo para género masculino; sin embargo, por conflictos con el estado este primer intento de formación y capacitación restaurantero cerraría sus puertas 14 meses posteriores; mientras que en Suiza esta iniciativa inició en 1893 en École Hôtelière de Laussane donde se comienza a formar profesionistas especializados en la Hostelería (Fagorindustrial, 2016).

Durante el siglo XIX las escuelas de cocina se ajustaban a tres modelos: 1) cocina para chefs de restauración, 2) escuelas para formar al servicio doméstico y 3) escuelas destinadas a las amas de casa (Fagorindustrial, 2016) donde la formación pedagógica de los docentes era nula; en el siglo XX la educación gastronomía comenzó a evolucionar para convertirse una carrera profesional donde las instituciones de educación superior buscaban profesionales de la gastronomía para que se orientaran en la enseñanza teórico-práctica de la profesión.

En lo que respecta a América latina, en 1992 se abre el Colegio Superior de Gastronomía comenzando a instruir en estas artes; de esa fecha hasta ahora ha existido un aumento exponencial de instituciones de educación superior que ofertan la carrera de gastronomía; tan solo hasta el 2019 la base de datos de la ANUIES recupera un total de 430 universidades en la República Mexicana.

El incremento en México de la demanda en la carrera en gastronomía ha propiciado un aumento en la formación de recursos humanos que atiendan estas necesidades; Muñoz (2007) afirma que el desarrollo de la gastronomía en el país desde 1940 se propició gracias a establecimientos como Tampico Club, La capilla, La ciudad Gastronómica, entre otros, permitiendo la apertura de un campo laboral diverso en oportunidades dentro de la gastronomía, sin perder de vista la difusión de las tradiciones gastronómicas. Tal necesidad genera la justificación en temas actuales como lo es la formación de investigaciones, planeaciones, promoción y operación de alimentos y bebidas.

Cohen (2010) atribuye este fenómeno en la oferta educativa de gastronomía a los medios de comunicación, en especial a programas de cocina en la televisión o medios digitales, como lo son “Iron Chef”, Hell’s Kitchen” y la misma película de Disney “Ratatouille”; también considera que la necesidad de mejorar la situación económica puede influir, ya que las carreras en gastronomía tienen muchos componentes prácticos que permiten al estudiante obtener ingresos mientras realiza sus estudios.

En el sentido empresarial, el gastrónomo debe mostrar conocimientos, habilidades y destrezas para la gestión eficaz en los negocios como lo es la solución de problemas, liderazgo, trabajo en equipo, diversidad cultural, principios, valores, ética, entre otros.

Para Scarpato (2002) uno de los principales retos para la educación en gastronomía es la falta de conocimiento de los medios académicos al considerarla como “muy común,

tribal y poco problemática” dejándola reducida a concepciones sociales y culturales; además, de la concepción de que cocineros se les relega y atribuye un perfil bajo de formación en muchos casos; el autor responde a dicha infravaloración social: *“si somos lo que comemos, los cocineros no sólo elaboran nuestros alimentos, ellos también nos han modelado”*, proponiendo la investigación en el campo gastronómico con los siguientes objetivos:

- a) Reposicionar a la actividad gastronómica como una actividad esencial en las comunidades.
- b) Hacer escuchar al campo gastronómico para que se genere un discurso con identidad propia que contrarreste la narrativa dominante que oprime a los estudios gastronómicos.
- c) Contribuir a los estudios gastronómicos posicionándose como una disciplina independiente, aunque estrechamente ligada a otras disciplinas.

Con el auge de la educación formal en el ámbito gastronómico se espera que el profesional sea capaz de integrar la pluralidad entre perspectivas y disciplinas que construyen el mundo gastronómico actual (Santich, 2004), generando el vehículo para el autodescubrimiento y descubrimiento de otros, a través de la apropiación temporal de las culturas y tradiciones ajenas.

Para lograr lo mencionado con anterioridad resulta esencial que los docentes de gastronomía se conviertan en un puente donde el proceso de enseñanza aprendizaje sea la meta por cumplir ante cualquier adversidad, que se mantengan en una preparación continua no solo en cuestiones técnicas y métodos gastronómicos novedosos, sino también en campo pedagógico debido a que lo imperante es que los alumnos se apropien del conocimiento logrando posicionaran las tradiciones culinarias como un campo de experimentación e innovación.

Razón por la cual, hablar de formación docente en gastronomía, tendría como finalidad preparar profesionales capaces de enseñar, generar, transmitir los conocimientos y valores necesarios para la formación integral de los futuros profesionales, la construcción de una sociedad más justa para promover una identidad culinaria basada en la autonomía profesional, el vínculo con las culturas y las sociedades contemporáneas, el trabajo en equipo, el compromiso con la igualdad y la confianza en las posibilidades de aprendizaje de sus alumnos (Muñoz et al. 2012).

La investigación educativa orientada al análisis de la formación docente es amplia; sin embargo, en lo que respecta al campo de la gastronomía, los resultados son escasos debido a que es la dificultad de configurarla dentro de los campos didácticos, así como, a la poca intervención en la configuración del perfil del profesional en gastronomía y sus ramas.

El trabajo empírico en esta ciencia tiene la relevancia para condicionar su enseñanza; sin embargo, las instituciones de educación superior ofrecen a sus docentes la posibilidad

de mejorar sus procesos de enseñanza por medio de cursos y capacitaciones orientadas a este campo, pero que no siempre son tomadas con seriedad o interés por parte de los docentes ya que su formación inicial genera un conflicto para asimilar los términos y concepciones de carácter pedagógico que implica estar frente al aula (Lira, 2019).

La enseñanza de la gastronomía debe de transitar de este enfoque construido en cualidades medibles y operacionales; a uno basado en la comprensión de la sociedad donde se atiendan aspectos abstractos, técnicos, instrumentales, colaborativos, orientados a como generar la satisfacción o experiencia del comensal.

Esto nos lleva a ubicar a la gastronomía como un fenómeno social que ha tomado gran impacto en los últimos años, ocasionando la necesidad de crear espacios educativos para visualizarla como una ciencia que debe ser transmitida con respaldo institucional, donde la participación de docentes capacitados no forma parte solo en la parte práctica sino también su formación pedagógica.

CONCLUSIONES

La ciencia de la gastronomía es multidisciplinaria, ya que en ella existen aspectos que atender tanto de carácter social, administrativo, económico, de diseño, matemático, técnico, bioquímico; los cuales convergen al momento de realizar un acto tan natural como sentarse a la mesa a degustar un platillo en familia.

De manera histórica se resalta y destaca la visión de este profesional de la gastronomía con ideales provenientes de los medios de comunicación y de transmisión empírica de la meritocracia; sin embargo, lo que se vivió dentro de las aulas a lo realizado en el campo profesional no se encuentra vinculado con lo que se muestra en estos, y aun menos en cuanto a la forma en que transmiten los conocimientos.

Esta revisión se muestran aspectos importantes de la evolución del campo gastronómico, su construcción social en el trabajo que se realiza dentro de ambientes profesionales reconocidos; destacando la importancia abrir un campo de investigación educativa orientada a la configuración didáctica y pedagógica de esta ciencia, en aspectos como la formación docente, la capacitación del personal de las diversas ramas de la gastronomía, el currículo formal como oculto de esta carrera, los procesos de evaluación así como las estrategias dentro de las aulas.

REFERENCIAS

Cáceres, M. (2013). La formación pedagógica de los profesores universitarios, una propuesta en el proceso de profesionalización del docente. *Revista iberoamericana de educación*.

Cohen, M. (2010). Tv, movies, recession promoting more people to cook up careers in culinary schools. *Inside tucson business*, 7.

- Fagorindustrial. (22 de noviembre de 2016). Fagorindustrial. <http://blog.fagorindustrial.com/?p=4286#:~:text=entre%20estas%20se%20encuentra%20la,en%20las%20artes%20culinarias%20francesas>.
- Fierro, F. Y. (2000). Transformando la práctica docente, una propuesta basada en la investigación acción. *Maestros y enseñanza*.
- González, M. R. (2007). Diagnóstico de necesidades y estrategias de formación docente en las universidades. *Revista iberoamericana de educación*, 6, 1-14. <http://rieoei.org/deloslectores/1889maura.pdf>
- López, I. G. (2013). Ser y ejercer de tutor en la universidad. *Revista de docencia universitaria*, 11(2), 107-134. <http://redu.net/redu/index.php/redu/issue/view/71>
- Mirzagitova, A. L. (2016). Formation of the professional and didactic culture of the future teacher. *International journal of environmental and science education*, 11(14), 58-74. <https://www.um.edu.mt/library/oar/handle/123456789/31339>
- Muñoz, I. (2007). La enseñanza de la gastronomía en México. *Culinaria revista virtual*, 3. <http://www.uaemex.mx/culinaria/>
- Muñoz, I., Tamayo Salcedo, A. L., & Hernández Heredia, C. (30 de septiembre de 2012). Formación profesional de la gastronomía en instituciones públicas en México. *Actualidades investigativas en educación*, 12(3), 1-18.
- Núñez, C. M. (2002). La enseñanza de la historia de la gastronomía, una opción para el conocimiento del pasado. México, tesis, México: UNAM.
- Pavo, H. Y. (2014). La construcción conjunta de conocimiento práctico en la formación inicial de los maestros: un análisis de la interacción en tono a los dilemas docentes en contextos colaborativos virtuales. Tesis doctoral: Universitat oberta de catalunya. Internet interdisciplinary institute (in3).
- Santich, B. (2004). The study of gastronomy and its relevance to hospitality education and training. *Hospitality management*, 23, 15-24.
- Scarpato, R. (2002). Gastronomy studies in search of hospitality. *Journal of hospitality and tourism management*, 9(2), 1-12.
- Unesco. (2010). Unesco. <http://www.unesco.org>
- Yáñez, D. X. (2017). Programa de formación docente para la enseñanza en la educación superior. (tesis doctoral). Guayaqui: universidad de guayaquil. <http://repositorio.ug.edu.ec/handle/redug/21998>

TURISMO SEXUAL EN MÉXICO, ENFOQUE CRIMINOLÓGICO

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 19/10/2021

Martha Fabiola García-Álvarez

Centro Universitario de los Altos
Universidad de Guadalajara
Tepatitlán de Morelos, Jalisco, México
<https://orcid.org/0000-0002-9041-5132>

Luz Adriana Nápoles-Durán

Centro Universitario de los Altos,
Universidad de Guadalajara
Tepatitlán de Morelos, Jalisco, México
<https://orcid.org/0000-0001-5803-2089>

Carla Monroy-Ojeda

Universidad de Ciencias de la Seguridad
Nuevo León, México
<https://orcid.org/0000-0002-3609-346X>

Dante Jaime Haro-Reyes

Centro Universitario de Ciencias Sociales y
Humanidades,
Universidad de Guadalajara
Guadalajara, Jalisco, México
<https://orcid.org/0000-0002-0599-488X>

Jorge Humberto Medina-Villarreal

Centro Universitario de los Altos,
Universidad de Guadalajara
Tepatitlán de Morelos, Jalisco, México
<https://orcid.org/0000-0002-1094-3796>

Observaciones: Este trabajo se presentó en una ponencia, en el Congreso de Investigación Aplicada al Turismo 2019.

Nota importante: Este artículo de investigación

científica, se aprobó mediante el proceso de dos dictámenes a doble ciego, por pares académicos del Comité Editorial de la Editora Artemis; con la finalidad de garantizar la calidad y pertinencia para contribuir en la generación y aplicación del conocimiento. A fin de dar cumplimiento en la publicación de los productos académicos de calidad, en colaboración con otros Cuerpos Académicos y entre pares, es que participan investigadores de otras instituciones nacionales, así como en Centros Universitarios de la Universidad de Guadalajara. La publicación de este artículo es por parte del Cuerpo Académico “Problemas Sociales Multidisciplinarios y Multifactoriales”, derivado Proyectos de investigación: “Estudio Comparativo de Delitos Sexuales: España y México” y, “Migración y Criminalidad”; realizados en base a los Objetivos del Milenio de la ONU, y dentro del marco del Programa Nacional Estratégico (PRONACES) del CONCAYT, en la línea de investigación Violencias Estructurales.

RESUMEN: La finalidad de la investigación es identificar la participación del desplazamiento interno de quienes ofrecen servicios sexuales en zonas turísticas y siguen un código de conducta específico “normal”, modificando las creencias tradicionales, generando un nuevo paradigma, en donde se correlacionan con otros factores de riesgo que las llevan a cometer este tipo de conducta. En metodología, se hizo un estudio analítico-descriptivo, correlacional, causal y de campo, éste en el Centro Preventivo y de Readaptación Social Femenil de Puente Grande, Jalisco (2008-2014) a reclusas por el delito de homicidio, víctimas de abusos sexuales. Se utilizaron métodos de investigación bibliográficos, criminológicos, sociológicos y derecho; observación directa e indirecta; entrevistas e historia de vida. En resultados, existen consecuencias de la conducta delictiva sexual,

hay conductas repetitivas, rol de víctima a victimaria, cambios de modelos conductuales, culturales y zonas geográficas; familias en sexo comercio, con modelos de antivalores, iniciando en el hogar, violencia intrafamiliar, abusos sexuales, conductas de riesgo, separación de padres, deserción escolar, inserción temprana laboral, cultura basada en los extremos, cambios biológicos. Se aplica este estudio y puede ser útil a aquellos investigadores que analizan la relación entre el turismo sexual y su génesis, las redes criminales que participan, estudiando los multiaspectos, donde participan las multidisciplinas, como criminólogos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, derecho, neurología, política. El estudio beneficia a investigaciones relacionadas con éste, pues existen pocos investigadores que han abordado el desplazamiento interno y externo del turismo sexual, asimismo, sobre el fenómeno de familias dedicadas al comercio sexual turístico voluntariamente, quienes ven “normal” esta conducta de riesgo, cambiando así, los valores tradicionales, con esto se crea un nuevo conocimiento y análisis multidisciplinario.

PALABRAS CLAVE: Turismo, sexual, víctima, desplazamiento, antivalores.

SEX TOURISM IN MEXICO, CRIMINOLOGICAL APPROACH

ABSTRACT: The aim of the research is to identify the involvement of the internal displacement of those who offer sexual services in tourist areas and follow a specific “normal” code of conduct, modifying traditional beliefs, generating a new paradigm, where they correlate with other risk factors that lead them to engage in this type of behavior. In methodology, an analytical-descriptive, correlational, causal and field study was carried out, this one at the Center for Preventive and Social Rehabilitation Femenil of Puente Grande, Jalisco (2008-2014) to prisoners held for the crime of homicide, victims of sexual abuse. Bibliographic, criminological, sociological and law research methods were used; direct and indirect observation; interviews and life history. In results, there are consequences of sexual criminal behavior, there are repetitive behaviors, victim-to-victim role, changes in behavioral, cultural, and geographic models; families in commercial sex, with models of antivalors starting at home domestic violence, sexual abuse, risky behaviors, parent separation, school drop-out, early labor insertion, extreme-based culture, biological changes. This study is applied and may be useful to those researchers who analyze the relationship between sex tourism and its genesis, the criminal networks involved, studying the multiaspects, where the multidisciplines participate, such as criminologists, sociologists, anthropologists, psychologists, law, neurology, politics. In new developments, the study benefits research related to it, as there are few researchers who have addressed the internal and external displacement of sex tourism, as well, on the phenomenon of families engaged in the tourist sex trade voluntarily, who see this risky behavior “normal”, thus changing traditional values, this creates a new multidisciplinary knowledge and analysis.

KEYWORDS: Tourism, sexual, victim, displacement, antivalores.

1 | INTRODUCCIÓN

La finalidad de presentar este trabajo de investigación es analizar a fondo el problema del turismo sexual, los nuevos paradigmas de conducta que cambian la perspectiva de la

misma en una misma cultura y país, siendo el motor principal las necesidades económicas. Sin embargo, aun cuando en este comercio sexual participan familias completas de manera consensuada, no significa que especialmente los menores, no sean víctimas. Lo anterior sucede en la mayoría de los Estados de la República Mexicana, pero sobre todo en las zonas turísticas donde existen playas, e incluso hay una gran movilidad en todo México en la búsqueda de una situación de vida mejor, tal es el caso de las recluidas que se entrevistaron en el Centro Preventivo y de Readaptación Social de Puente Grande, Jalisco; y que fueron víctimas de abusos sexuales, continuando esta conducta en el comercio sexual.

Aspectos importantes a considerar es el impacto que este tipo de conducta llega a afectar y alterar la vida del individuo; generándose grandes cambios en los valores, ahora es considerada como normal. Y en los niños participantes, la realizan por imitación y porque en su crianza se le inculca que no es nada malo comerciar con el cuerpo, es un trabajo como cualquier otro; sin embargo, las condiciones de vida han llevado a generar este cambio, este nuevo paradigma, que no deja de vulnerar a quien lo practica, quienes generalmente buscan un mejor nivel de vida, ya que viven en cinturones de pobreza, y, por lo tanto, con grandes necesidades humanas. He aquí donde las Redes criminales del comercio sexual y trata de personas aprovechan esta “vulnerabilidad” para incluir a este tipo de gente en este negocio demasiado redituable, con grandes ganancias, con una total legalidad turística del sexo. Esto desencadena una gran adaptabilidad del ser humano por estas circunstancias de “necesidad”, llegando a ser resilientes.

Otro factor importante es la percepción que poseen los participantes del comercio sexual del mismo, que lo ven con una normalidad preocupante.

2 | REVISIÓN DE LITERATURA

De acuerdo con Torre y Silva (2016:475) agresor sexual es aquel “individuo que acomete sexualmente a otro, sea varón adulto, mujer, niño o niña, con el fin de someterlo tanto sea en forma de los diversos tipos de abuso, así como aquel con acceso carnal llamado antiguamente violación”. Como “han ido evolucionando los conceptos de propiedad, cuerpo, derechos o libertad sexual, ha ido cambiando la noción de agresor sexual”.

Para el asunto que nos ocupa se distinguen varios tipos de abusadores, ya que, aunque exista consentimiento de la víctima, por sus características especiales (ser menor de edad, no estar consciente de lo que hace, no tienen capacidad para comprender o de resistirlo, entre otras), no deja de ser abuso. De acuerdo al estudio realizado por Electra González, Vania Martínez, Carolina Leyton y Alberto Bardi (Centro de Medicina Reproductiva y Desarrollo Integral del Adolescente, Facultad de Medicina, Universidad de Chile), dividen las características de los abusadores en (Torre y Silva, 2016:495):

Según las inclinaciones sexuales de los abusadores se clasifican en:

Abusadores extrafamiliares o pedófilos: sus impulsos, intereses y fantasías sexuales están centrados en niños y/o niñas. No manifiestan haber tenido relaciones sexuales adultas exitosas y son más bien solitarios.

Abusadores intrafamiliares, endogámicos e incestuosos: dirigen sus intereses sexuales preferentemente hacia las niñas de sus familias. Se encuentran mejor integrados a la sociedad y pueden lograr mantener una fachada intachable.

En este sentido, la victimidad sería para Mendelsohn (González, 2012: 40) “como el conjunto de factores que predisponen a una persona o grupo a ser víctimas”, estos factores son “el hombre mismo, la sociedad, la naturaleza en estado normal o alterado”. Y el “objeto de la victimidad es lograr reunir ciertas características que tienen en común las víctimas y saber quién es más propenso que otro a convertirse en víctima” (González, 2012: 41).

Al respecto, las mujeres vulnerables, que viven en la pobreza extrema, y familiares sean menores o mayores de edad que carecen de empleo y, en general la familia completa no cuenta con suficientes recursos económicos, son los más vulnerables y podrían ser blanco fácil para integrarse de “manera voluntaria” al comercio sexual, convirtiéndose en su fuente de ingresos. Al respecto, aunque sea que la familia o, una parte de la misma estén consciente de que participa en el comercio sexual, no dejan de ser una víctima, desde un punto de vista de la percepción de este “tipo de trabajo”, que les dejará ingresos y ganancias para el hogar; así como de las redes criminales de trata y explotación mediante el comercio sexual; y de las mismas circunstancias que se vive en México en cuanto a empleo, políticas públicas, criminalidad y desequilibrios social y económico.

Lo anterior, se representa en México con la justicia por propia mano, donde la sociedad ya no cree en las autoridades, en el aparato judicial, en la policía y, prefieren ellos hacerse justicia sin involucrar a nadie del poder judicial, de hecho a ningún poder, esto por la pérdida de confianza; y por lo tanto “no hay denuncias”, y así no se conoce realmente el índice delictivo porque sociedades completas, colonias, calles, pueblos, no permiten que nadie se involucre, ni intervenga.

3 | METODOLOGÍA

El estudio se realizó por una parte en el Centro Preventivo y de Readaptación Social Femenil de Puente Grande, Jalisco (2008-2014) a reclusas por el delito de homicidio, siendo víctimas de abusos sexuales; y por la otra, desde otras fuentes en las que personas menores y mayores de edad han participado en el comercio sexual.

La metodología utilizada fue los métodos de investigación bibliográficos, criminológicos, sociológicos y derecho; con observación directa e indirecta de las reclusas; incluyendo entrevistas con su historia de vida. Completándose con otro tipo de material escrito en cuanto al problema a tratar, como los códigos y otras fuentes del Derecho. El enfoque de la investigación es mixto, mayormente cualitativo que cuantitativo.

La recolección de datos, se efectuó partiendo del universo de la comunidad

penitenciaria, utilizándose una muestra del 25%, con variables psicobiológicas y socio-jurídico. Los aspectos relevantes a analizar son turismo, sexual, víctima, desplazamiento, antivalores, y todas las demás variables que se interrelacionan con éstas. Entrevistándose a reclusas de entre 18 y 35 años.

4 | RESULTADOS Y DISCUSIÓN

El turismo se ha incrementado significativamente en México a pesar de la inseguridad, esto significa que aumenta el sector económico, y una de las razones es el apogeo del turismo sexual, al respecto Gemma Roquet menciona que existen “viajes organizados en los que se facilitan relaciones sexuales entre turistas y personas y países del destino”, siendo el principal motivo por los que millones de personas viajan. También existen modalidades legales de turismo sexual, como el turismo libertino, lugares de sexo público, el intercambio de parejas, las orgías en hoteles y cruceros del amor. Esta legalidad turística de sexo posee agencias especializadas y comisiones para taxistas, recepcionistas que son enlace para estos encuentros, convirtiéndose en proxenetas. Lo anterior existe, incluso aunque en el sistema penal mexicano se encuentra regulado el delito de turismo sexual en la Ley General para Prevenir, Sancionar y Erradicar los Delitos en Materia de Trata de Personas y para la Protección y Asistencia a las Víctimas (art. 13), en el que se aplica la pena de 15 a 30 años.

En términos económicos, de acuerdo con Roquet, el turismo sexual ilegal y el tráfico de personas, se obtiene de beneficios anuales, más de treinta millones de dólares estadounidenses; siendo las formas de explotación la prostitución, pornografía y tráfico de personas por motivos sexuales, incluyendo menores. Aquí participan redes criminales que trafican con sus víctimas sexuales, donde México es uno de los destinos turísticos donde mayormente se realiza este tipo de conducta. En este sentido, “el actual sistema penal mexicano se encuentra regulado el delito de Turismo sexual en la *Ley General para Prevenir, Sancionar y Erradicar los Delitos en Materia de Trata de Personas, y para proyección y Asistencia a las Víctimas* en su artículo 13 (Guillón, Ramos y León, 2019:153-154):

Artículo 13. Serpa sancionada con pena de 15 a 30 años de prisión y de un mil a 30 mil días de multa, al que se beneficie de la explotación de una o más personas a través de la prostitución, la pornografía, las exhibiciones públicas o privadas de orden sexual, el turismo sexual o cualquier otra actividad sexual remunerada mediante:

- I. El engaño;
- II. La violencia física o moral;
- III. El abuso del poder;
- IV. El aprovechamiento de una situación de vulnerabilidad;
- V. Daño grave o amenaza de daño grave o;
- VI. La amenaza de denunciarle ante autoridades respecto a su situación

migratoria en el país o cualquier otro abuso de la utilización de la ley o procedimientos legales, que provoque que el sujeto pasivo se someta a las exigencias del activo.

Asimismo, “se integró la adición al nuevo *Código Penal Federal* publicado en el *Diario Oficial de la Federación* el 27 de marzo del año 2007, en el capítulo ‘Turismo sexual en contra de personas menores de dieciocho años de edad o de personas que no tienen capacidad para comprender el significado o de personas que no tienen capacidad para resistirlo’, quedando de la siguiente manera en su artículo 203” (Guillón, Ramos y León, 2019:153-154):

Artículo 203. Comete delito de turismo sexual quien promueva, publicite, invite, facilite o gestione por cualquier medio a que una o más personas viajen al interior o exterior del territorio nacional con la finalidad de que realice cualquier tipo de actos sexuales reales o simulados con una o varias personas menores de dieciocho años de edad, o con una o varias personas que no tienen capacidad para resistirlo.

Al autor de este delito se le impondrá una pena de siete a doce años de prisión y de ochocientos a dos mil días de multa.

Artículo 203-bis. A quien realice cualquier tipo de actos sexuales reales o simulados con una o varias personas menores de dieciocho años de edad, o con una o varias personas que no tienen capacidad para comprender el significado del hecho o con una o varias personas que no tienen capacidad para resistirlo, en virtud del turismo sexual, se le impondrá una pena de doce a dieciséis años de prisión y de dos mil a tres mil días de multa, asimismo, estará sujeto al tratamiento psiquiátrico especializado.

Dentro de las percepciones del comercio sexual (Guillón, Ramos y León, 2019:155) tenemos que, “uno de los factores determinantes que pueden influir en la existencia del delito de Turismo Sexual [...], es la economía y las carencias monetarias en las familias que pueden fijar una tendencia al buscar alternativas”, esto “para obtener ingresos netos que satisfagan las necesidades en el seno familiar y de cualquier persona [...]”, tal es el caso de familias que se dedican al comercio sexual, y que según la percepción de éstas, es como cualquier otro trabajo remunerativo.

Ejemplo de lo anterior, son las ganancias diarias por el concepto de comercio sexual es de \$1,500.00 (Mil Quinientos pesos 00/100 M.N.) a \$2,500.00 (Dos Mil Quinientos pesos 00/100 M.N.), que se multiplica entre 15 y 25 servicios diarios. Lo anterior representa un ingreso en 2010 de \$262,000, 000,000 (Doscientos Sesenta y Dos Mil Millones de Pesos 00/100 M.N.) (Montejo, 2013).

Un preámbulo de lo anterior, es la violencia recibida desde la niñez, como se menciona en las historias de vida de las entrevistadas en el Centro Preventivo y de Readaptación Social Femenil de Puente Grande, Jalisco (2008-2014), donde el 90% de las mismas refirió que fue violentada sexualmente en algún momento de su vida, entre otros abusos, y de ese porcentaje en un 90% repitieron la conducta de abuso (cualquiera)

principalmente con hijas menores de edad, luego con hijos varones y enseguida con otros familiares y personas fuera del seno materno. Estas mujeres mencionan que la conducta de abuso la realizaba casi de manera mecánica, como algo normal por lo que han vivido desde su infancia, es decir, no son conscientes de que fueron abusadas y afectadas, repitiendo la misma conducta de la que alguna vez se quejaron, luego la aceptaron, se adaptaron a la misma. Los abusadores de las entrevistadas se encuentran entre los extra e intra familiares, posteriormente se comenzó a practicar el comercio sexual.

A este fenómeno de adaptación, resistencia se le llama resiliencia, se usa regularmente para cualquier disciplina, principalmente en psicología, donde se menciona que cuando niños han “pasado por circunstancias difíciles, extremas o traumáticas en la infancia, como abandono, maltrato, guerras, hambre, etc., no desarrollan problemas de salud mental, abuso de drogas o conductas criminales de adultos” (Becoña, 2006:125-126). Sin embargo, estas personas llegan a imitar y repetir la conducta, además de reforzarla, viéndose afectadas para la vida futura, como ejemplo son las entrevistadas, quienes afrontaron el estrés y toda la adversidad, llevando un proceso de adaptación y aceptación, de acuerdo a varias características personales, como “el temperamento biológico..., la inteligencia..., la familia y el ambiente de la comunidad..., el número, intensidad y duración de circunstancias estresantes o adversas por las que ha pasado el niño, especialmente a temprana edad” (Becoña, 2006:125-126). Por esto, “se ha llegado a considerar que la resiliencia puede llegar a ser funcionalmente equivalente a la invulnerabilidad y la resistencia al estrés (Garmezzy, 1985; Becoña, 2006:125-126) y la adversidad (Rutter, 1990; Becoña, 2006:125-126).

Aquí la importancia del papel de la víctima, la que ha sufrido el perjuicio, ataque a su integridad psíquica o mental, con un sufrimiento moral. En este sentido la historia de vida de las reclusas entrevistadas refiere el daño realizado en abusos de todo tipo incluido el sexual, cómo les afectó en su vida futura, aunque en un principio no alcanzaban a simular el daño, ni el alcance ni el impacto que esto implicaba en sus vidas. Una de las graves consecuencias de dicho abuso en estas mujeres, es la conducta de repetición que ellas mismas hicieron con sus menores hijas. La víctima, como menciona Hilda Marchiori “es la persona que padece la violencia a través del comportamiento del individuo –delincuente– que transgrede las leyes de su sociedad y cultura” (González, 2012:37). La familia de la víctima también recibe el daño, a parte del económico, psicológico y/o físico, que transforma toda la dinámica, con graves consecuencias a corto, mediano y largo plazo.

Uno de los factores importantes para que desarrollen resiliencia quienes fueron abusados de alguna manera, es la participación de la familia, cuando funcionan adecuadamente, existen fuentes de apoyo externo y un temperamento de resistencia, que se caracteriza por la inteligencia y personalidad placentera, ya que “a pesar de pasar por esta situación lleva a que sean niños de alto riesgo, y una parte significativa de ellos van a tener problemas, un porcentaje nada despreciable no va a desarrollar problemas o, si

los desarrollan, no les va a afectar a todas las esferas de la vida” (Luthar, 1993; Becoña, 2006:125-126).

De acuerdo a lo anterior, la respuesta a un estímulo que puede resultar en ser o no resiliente, en este caso el abuso sexual (dentro de otros abusos), que puede desencadenar en el comercio sexual, sea de manera voluntaria o no; sin embargo, se tienen otros casos en los que de acuerdo al contexto familiar y social, el comercio sexual es una práctica común, normal y aceptada, como en el caso de zonas turísticas, en el que familias completas participan en este tipo de conducta, siendo resilientes, es decir, se adaptaron a las circunstancias adversas, en este caso por varios motivos, el principal es que se considera como fuente económica de sostén para la familia, precisamente por las precarias situaciones económicas que atraviesan los miembros de la misma, así utilizan el comercio sexual como una forma de solucionar los problemas de dinero, y de esta manera es que reaccionan, aprovechando que en las zonas turísticas donde habitan es cotizada esta venta, especialmente a extranjeros que vienen a México sabiendo y contratando los servicios sexuales que se ofrecen, este país tiene el segundo lugar en la comisión de este delito.

Ejemplos de esta “normalidad” de realizar actos sexuales, sea para comercio o satisfacción familiar, data desde el Imperio Romano (Torre y Silva, 2016:475-476), donde existía el “pater familias, que deseaba tomar posesión sexual de alguno de sus dependientes o subordinados, estaba en su derecho y no era considerado un accionar ilícito”. Esta misma práctica sucede hoy en día con las redes criminales de trata y explotación, sobre todo en los lugares (zonas costeras principalmente) turísticos, en el que participan familias completas; de igual manera estas redes se encuentran en las sectas que reclutan menores principalmente para servicios sexuales y, donde tienen derecho los padres a utilizar en dichos actos a los hijos como “símbolo de amor”, tal es el caso de la secta de la familia en Escocia, y que se extiende a los Estados Unidos y otros países más. Una de las características importantes en estas conductas, es la utilización de las parafilias, que son “trastornos sexuales cualitativos” caracterizados por actividad sexual con humanos, con sufrimiento y con menores, por ejemplo.

La inclusión de menores de edad en el comercio sexual, donde se llega a un acuerdo entre la familia para llevar a cabo esta acción, obedece a varias causas, una de ellas es la necesidad económica, otra la nueva percepción de esta conducta justificándola como un “trabajo como cualquier otro”, tercero son actos aprendidos de los hijos a los padres, llegando a concluir que son “conductas normales”. Aquí estamos ante el inicio de un nuevo paradigma, donde el indicador principal es que “el fin justifica los medios”; de este modo los valores universales ya no son tan importantes. Asimismo, la sociedad en que se vive este fenómeno, siendo mayormente turística, permite este tipo de conductas.

Quien comete el delito de turismo sexual, es el que promueve, publicita, invite, facilite por cualquier medio a que personas viajen con el objetivo de realizar cualquier tipo

de acto sexual, con una o varias personas, sean menores de dieciocho años, o que no tienen capacidad para comprender el significado del hecho, o con una o varias personas que no tienen capacidad para resistirlo (Código Penal Federal art. 203; publicado en el Diario Oficial de la Federación, 27 de marzo de 2007) (Gillón, 2019:150).

El menor de edad aprende a adecuar su existencia a la de otras personas con sus propias necesidades que pudieran conflictuarse con las suyas; aquí entra el proceso de socialización, tan importante para el menor porque se convierte en un miembro aceptado por la sociedad. Esta acción es tan imprescindible para el sujeto que, a fin de no ser rechazado y “pertenecer” a un grupo donde haría lo que fuera, aunque las conductas que se realizan en este fueran en contra de su propia naturaleza, principios y creencias, como en el caso del comercio sexual donde toda la familia está involucrada y todos participan, obedeciendo los hijos lo que les dictan sus padres, esto en razón de la economía familiar.

Aplicando lo anterior al problema aquí planteado, las personas que se dedican al comercio sexual, especialmente al turismo, se podrían considerar “víctimas” de las circunstancias, de quienes manejan las redes criminales, sin embargo, al ser consensual (incluso la participación en esta conducta de las familias completas), se podría deducir que son “víctimas culpables”, al estar totalmente conscientes de sus actos y verlos con total naturalidad, además de obtener remuneración económica (principal objetivo de la acción).

5 | CONCLUSIONES

De acuerdo a lo analizado en la información encontrada, tanto en el trabajo de campo como otras fuentes, se deduce que se ha observado un cambio estructural en relación a la victimología y en la perspectiva sobre los delitos sexuales, existiendo desplazamiento interno de este tipo de conductas, especialmente en zonas turísticas, presentándose un alto índice de antivalores, cambio de roles de víctima a victimaria. Considerar que interviene la voluntad de participación, el tipo de víctimas siendo en menores las inocentes, el contexto familiar, la capacidad para desarrollar resiliencia, los valores, la percepción del comercio sexual como “normal”, los actores que participan, como toda una familia; así como los mecanismos de defensa para justificar sus actos, el aprendizaje por imitación, la necesidad de sentirse aceptado por un grupo, la generación de la violencia (de cualquier tipo); el impacto social, económico, físico, psicológico del comercio sexual, así como los costos que generan esta problemática; también es importante el papel de la víctima y los factores predisponentes, así como el estímulo y la reacción y por último, la gran importancia en el comercio sexual de las redes criminales a nivel nacional e internacional, quienes hacen la planeación de este negocio y obtienen grandes ganancias por ello.

REFERÊNCIAS

BECOÑA, E., (2006) **Resiliencia: Definición, Características y Utilidad del Concepto**, *Revista de Psicopatología y Psicología Clínica (Vol. 11, N13)*, pp. 125-146. 2006. Asociación Española de Psicología Clínica y Psicopatología.

GARMEZY, N., (1985) **Stress-resistant children: The search for protective factors**. En J.E.

GONZÁLEZ P., J. F. (2012) **La Perfilación criminal. Técnica criminológica en el sistema acusatorio**, México: Editorial Flores.

GUILLÓN F., J.; RAMOS H., L. E.; LEÓN J., M. T. (2019) **Turismo sexual en México, perspectivas y consideraciones de impacto social de la incidencia delictiva**; M.F., García Á., D. J. Haro Reyes (Coords), *Criminalidad en México. Enfoque Criminológico*, México: Editorial Flores.

LUTHAR, S., (1993) **Methodological and conceptual issues in research on childhood resilience**. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 34, 441-453.

MARCHIORI, H. (1985) **Psicología criminal**, México, D.F.: Editorial Porrúa.

MÉXICO, 27 de marzo del año 2007 **Código Penal Federal de 2007**. México, D.F. publicado en el Diario Oficial de la Federación (arts. 203, 203-bis).

MÉXICO (2007) **Ley General para Prevenir, Sancionar y Erradicar los Delitos en Materia de Trata de Personas y para la Protección y Asistencia a las Víctimas** (art. 13).

MONTEJO, J., (13 de enero del 2013) **Desinformemonos.or**, [en línea], [recuperado el 16-08-2017], en: <https://desinformemonos.org/trabajo-sexual-en-mexico-ganancias-millonarias-y-derechos-sin-reconocer/>

ROQUET, G., **El Orden Mundial**. (2018) *Detrás del turismo sexual*, (nota periodística), [recuperado el 02/10/2019, 01:27:39 pm.] en: <https://elordenmundial.com/detras-del-turismo-sexual/>.

RUTTER, M., (1990) **“Psychosocial resilience and protective mechanism”**. En J. Rolf, AS. Marten, D. Cicchetti, K.H. Nuechterlein y S. Weintraub /Eds.), Risk and protective factors in the development of psychopathology (pp. 181-214). New York: Cambridge University Press.

TORRE, R. O.; SILVA, D. H. (2016) **Perfiles Criminales**, Argentinas, Argentina: Dosyuna Ediciones.

CAPÍTULO 10

COMO AS DEMOCRACIAS PODEM SER RESILIENTES

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 05/10/2021

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, ação comunicativa, instituições democráticas.

Virgilius de Albuquerque

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(UERJ), Faculdade de Administração e
Finanças
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/3376347651949021>

RESUMO: De acordo com Levitsky e Ziblatt, a degeneração do processo democrático é desencadeada pela crescente violação das instituições democráticas e da contestação de suas normas e práticas políticas, sendo que essas estratégias são empregadas por líderes populistas de viés autoritário. Salientam a importância das regras informais, centralizadas no princípio da tolerância mútua e capitaneadas pelos partidos e pelas elites políticas, como forma de contenção da erosão democrática. A democracia comunicativa, alicerçada na teoria de ação comunicativa de Habermas enfatiza o poder da comunicação pública como meio de inclusão social. Prescreve que o debate, sustentado na racionalidade do discurso, que pondera, inclusive, os recursos de poder e as ações estratégicas das diferentes partes, e em argumentos devidamente constituídos com pretensões de validade, conduz à construção de entendimentos e de acordos, que dificilmente seriam obtidos com os recursos de poder e as estruturas institucionais tradicionais.

HOW DEMOCRACIES CAN BE RESILIENT

ABSTRACT: According to Levitsky and Ziblatt, the degeneration of the democratic process is triggered by the increasing violation of democratic institutions and the contestation of their political norms and practices, and these strategies are employed by populist leaders with authoritarian biases. They emphasize the importance of informal rules, centered on the principle of mutual tolerance and captained by parties and political elites, as a way to contain democratic erosion. Communicative democracy, based on Habermas's theory of communicative action, emphasizes the power of public communication as a means of social inclusion. It prescribes that the debate, sustained by the rationality of discourse, which also weighs the power resources and the strategic actions of the different parties, and by properly constituted arguments with pretensions of validity, leads to the construction of understandings and agreements, which would hardly be obtained with the power resources and the traditional institutional structures.

KEYWORDS: Democracy, communicative action, democratic institutions.

1 | INTRODUÇÃO

Levitsky e Ziblatt (2018) apresentaram uma análise acerca da erosão histórica do processo democrático ao redor dos países, abordando, *inter alia*, as rupturas democráticas

entre as décadas de 1920 e 1930, na Europa, no período que compreendeu as décadas de 1960 e 1970, na América Latina, até a eleição, em 2016, do ex-Presidente Donald Trump, nos EUA. Argumentam que, atualmente, a ascensão de regimes autocráticos não é decorrente de processos revolucionários nem golpes militares, mas de um processo de corrosão crescente das instituições democráticas, em especial das instâncias do Poder Judiciário responsáveis pela manutenção da ordem constitucional e da mídia, bem como da confrontação de normas e práticas políticas verificadas nos regimes democráticos. Esse processo de degradação democrática é conduzido justamente por líderes políticos de corte populista e autoritário eleitos mediante sufrágio direto.

Empiricamente, constataram a adoção recorrente de algumas estratégias com o objetivo de degradar as práticas democráticas, tais como, o questionamento das regras democráticas como a higidez do processo eleitoral e a pseudo violação da Constituição por agentes e instituições políticas que exercem papel de contenção às iniciativas autoritárias; a tentativa de deslegitimação dos opositores; e a tolerância com atos violentos. Para o arrefecimento dessas práticas, enfatizam a relevância de regras informais, em especial, o exercício da tolerância mútua e a manutenção de uma reserva institucional com vistas ao emprego moderado das prerrogativas institucionais de modo a se evitar a subversão legal. A preservação dessas regras e a preservação do ambiente democrático devem ser assegurados pelos partidos e elites políticas, considerados os guardiões da democracia, considerada a presunção de que atuarão coletivamente, independente de suas vertentes ideológicas, no sentido de manter potenciais candidatos autoritários distantes do processo eletivo para cargos executivos.

Entende-se haver uma lacuna analítica, uma vez que não é abordado o papel desenvolvido pela sociedade, ou, mais precisamente, pelos cidadãos que elegem políticos de corte autoritário, ainda que sem o apoio do *establishment* político, ou seja, dos guardiões da democracia. Precisamente, nesses casos, em que a ascensão autocrática refoge aos interesses políticos predominantes, procura-se abordar a teoria de democracia comunicativa com o objetivo prescritivo de consolidação do regime democrático.

Nesse sentido, é desenvolvido um debate envolvendo pensadores que elastecem os conceitos de democracia, instituições e racionalidade, tendo como figura central, o notório pensador Jürgen Habermas, com sua teoria da ação comunicativa, teorização essa, embrionária de um conceito de maior intensidade social, qual seja, a democracia radical. Nesse processo dialógico, faz-se recurso à transcrição de entendimentos desenvolvidos e publicados pelos debatedores. Este trabalho é concluído com um sintético cotejo entre o estudo elaborado por Levitsky e Ziblatt e as contribuições trazidas pelos autores participantes do debate.

A seguir, apresenta-se o diálogo mantido pelos pensadores convidados para esse debate virtual.

2 | DEBATE

- **Habermas:** Quero iniciar minha explanação salientando que os alicerces da democracia não podem residir na manutenção do estado de bem-estar social, na cidadania, nem na reificação da igualdade e da liberdade, apenas. Para o reconhecimento da alteridade e para a superação da tradição e da subjetividade autoritária faz-se necessário a criação de instrumentos que permitam a substantivação da democracia. Sustento que a ação comunicativa constitui esse mecanismo de inclusão social. Deve ser incentivada a implementação de mecanismos de “... *consensos obtenidos em función de um debate sustentado en argumentos y así, la deliberación intersubjetiva entre los actores permitiría la construcción de una solidaridad procesal*”¹.

Creio que, “[e]n realidad las manifestaciones comunicativas están insertas a un mismo tiempo en diversas relaciones con el mundo. La acción comunicativa se basa en un proceso cooperativo de interpretación en que los participantes se refieren simultáneamente a algo en el mundo objetivo, en el mundo social y en el mundo subjetivo aun cuando en su manifestación sólo subrayen temáticamente uno de estos tres componentes... Así, en la acción comunicativa rige la regla de que un oyente que asiente a la pretensión de validez que en concreto se tematiza, reconoce también las otras dos pretensiones de validez que sólo se plantean implícitamente; y si no es así, es menester que explique su disentimiento”².

Lembrando, as pretensões de validade do ato comunicativo de um ator são a veracidade da afirmação, ou do conteúdo *per se* (mundo objetivo), a veracidade no reconhecimento intersubjetivo do emissor (mundo social), e a retitude na adequação normativa ou retitude da mensagem (mundo subjetivo). Já falei, de forma mais detida, sobre minha teoria de ação comunicativa racional.

Por ora, gostaria de trazer à baila a leitura feita pelos socialistas democráticos – baluartes de uma terceira via, alternativa concomitante ao modelo capitalista do bem-estar social, e ao socialismo de Estado – sobre o socialismo leninista. Sustentam que esse modelo é falacioso porquanto, para sua institucionalização, se “... *exigiu uma estatização – em lugar de uma socialização democrática – dos meios de produção, assim preparando o caminho para um processo de absolutização burocrática do sistema de poder totalitário*”³.

Esta é uma longa discussão. Porém, adstrinjo-me a dizer que um verdadeiro processo de democratização, que pressupõe igualdade de acesso e propriedades dos fatores de produção, dificilmente pode ser conduzido pela sociedade civil sem a coordenação e supervisão coercitiva do Estado. Em decorrência, há uma falsificação em vez de reificação de um socialismo democrático. O projeto socialista está eivado de conotações normativas concebidas no século XIX e, por conseguinte, não representa um objetivo realista.

Sustento que a única via exequível para a autonomia da sociedade civil é mediante a

1 Extraído de Calderón (1998: 85).

2 Habermas (1987: v. II, 171-2).

3 Habermas (1992: 49).

democracia comunicativa, quando todas as discussões e decisões são gestadas a partir do seio de uma sociedade civil debatedora e prolífica no processo discursivo. Daí a necessidade de insistirmos “... *na crítica a formas de poder não-legitimadas, naturalmente surgidas, e na violência social velada, [para] que um papel central [possa] ser desempenhado pelas condições de comunicação, sobre as quais se pode estabelecer uma confiança legitimada nas instituições. Instituições essas que têm como função estabelecer uma auto-organização racional numa sociedade de cidadãos livres e iguais*”⁴.

Feita essas colocações, exponho a minha teoria da ação comunicativa sustentada na racionalidade humana. Prescrevo que “[f]odos deveriam poder esperar dos procedimentos institucionalizados da formação de opinião e vontade democráticas, que esses processos de comunicação pública fossem fundamentadamente considerados racionais e eficazes. Sua racionalidade apoia-se no sentido normativo dos procedimentos democráticos, que devem assegurar que todas as questões socialmente relevantes possam ser elaboradas de maneira inteligente e fundamentada, criando soluções para os problemas que sejam do interesse simétrico de todos – com igual atenção para cada um deles e para cada uma das formas de vida dessa sociedade”⁵.

A formação de vontades e de opiniões radicalmente democráticas, a partir das mesmas fontes de movimento comunicativo, quais sejam, as relações sociais intermediadas pelo direito e pela administração, constituem a base de um novo modelo de democracia radical. Em contraponto ao clássico poder estatal ou administrativo, que, essencialmente, racionaliza as motivações humanas de forma instrumental, sustento o fortalecimento do poder comunicativo, capaz de administrar o conjunto de motivações de uma forma mais genuína e congruente com as vontades sociais. “*O poder criado de maneira comunicativa pode produzir um efeito sobre as premissas dos processos de avaliação e decisão da administração pública, sem pretender conquistá-la, a fim de tornar efetiva as suas exigências normativas ...*”⁶.

- **Gorz:** Gostaria de fazer uma breve interrupção. Breve e eloquente! Decerto, o Sr. Habermas ao mencionar a racionalidade como substrato da ação comunicativa, não pretende reduzir a racionalidade a uma dimensão econômica, que contempla os conceitos de eficiência e produtividade. Não obstante, é evidente que considerações acerca da racionalidade capitalista intra e interempresarial devem capilarizar todas as novas arquiteturas democráticas. E, essa apropriação também deve constar de projetos socialistas.

Contudo, vaticino que “[s]e o movimento socialista não se concentrar na vida cultural, interpessoal e comunitária tanto quanto na vida do trabalho, não conseguirá ter sucesso contra o lazer e a indústria da cultura, formadores de capital. [É necessário]

4 Habermas (1992: 62).

5 *Idem* 1992: 62-3).

6 *Idem* (66).

insistir ... na criação de espaços livres cada vez mais amplos, a fim de que [surja] uma cultura cotidiana multifacetada e comunicativa, e uma solidariedade cotidiana liberada das relações acomodadas de comprar e vender”.

- **Young:** Aproveitando a pausa do Sr. Habermas, gostaria de fazer algumas críticas antes que o eminente sociológico retome seu discurso comunicativo. Faço isto, de forma provocativa, com o propósito, inclusive, de direcionar, em parte, as suas colocações. Vejo toda esta discussão bastante abstrata, quase etérea, beirando o esotérico! Filósofa-se demais! E a praxeologia? Como, enfim, substantivar todas essas correntes teóricas em ações práticas, que vão além das ações comunicativas do colega Habermas? Proponho-vos uma linha de ação concreta e eficaz. Invoco o ideal de uma democracia *beyond* habermasiana, baseada na discussão em contraponto a pseudomoderna concepção de democracia deliberativa. Os adeptos desse último modelo arvoram a sua superioridade devido ao embate das ideias no campo da argumentação crítica. Contudo, essas discussões apresentam vieses culturais que inibem a participação de determinados grupos nos processos negociais. O modelo democrático que defendo, o qual denomino “democracia comunicativa”, é lastreado nos pressupostos que “... *as diferenças de cultura, perspectiva sócia ou comprometimento particularista sejam compreendidas como recursos a serem utilizados na compreensão da discussão democrática ... Em segundo lugar, proponho um conceito amplo de comunicação democrática. Saudação, retórica e narração são formas de comunicação que se somam à argumentação na contribuição à discussão política*”⁸.

Rogo permissão para fazer uma breve preleção acerca de três formas de participação no processo democrático. A democracia representativa ou baseada em interesses caracteriza-se pelo processo de expressão de sentimentos e demandas e de seus registros mediante o voto. “*O objetivo do processo decisório democrático é decidir que líderes, regras e políticas melhores servirão ao maior número de pessoas num sistema onde cada pessoa define seu próprio interesse*”. Ora, nessa concepção, “[c]ada cidadão *pode determinar racionalmente a melhor maneira de atingir seus próprios fins privados, mas o resultado agregado em si não é fruto de um processo de raciocínio próprio e não tem, necessariamente, racionalidade*”. Captura-se o subjetivo e esvai-se a dimensão intersubjetiva.

Por sua vez, consoante o segundo modelo, o de democracia deliberativa, a democracia é um “... *processo que cria um público, isto é, cidadãos unindo-se para tratar de objetivos, ideias, ações e problemas coletivos. Os processos democráticos são orientados em torno da discussão do bem público, ao invés da competição pelo bem privado de cada um*”. Supostamente, prevalece nessa tipologia a força do melhor argumento, a predominância da razão ante o poder político. Contudo, as formas institucionais, as regras e os estilos retóricos e culturais constroem os cidadãos de se tornarem interlocutores em

7 Gorz (1992: 247).

8 Young (2001: 365-6).

pé de igualdade, uma vez que há “... *um sentido internalizado do direito que se tem de falar ou de não falar, da desvalorização do estilo de discurso de alguns indivíduos e da elevação de outros*”⁹.

É necessário um modelo mais inclusivo de comunicação que neutralize as diferenças culturais e de posição social. O terceiro modelo de gestão democrática, ou seja, a democracia comunicativa problematiza as formas de poder constantes dos discursos, que são culturalmente constituídos e, por conseguinte, silenciam ou desvalorizam outras manifestações discursivas. Como exemplo, menciono – e sei que V.Ex^{as} hão de concordar – que “[r]estringir práticas de discussão democrática a jogadas numa competição [(como se as “... partes em disputa visam a vencer o debate, não em atingir o entendimento mútuo”)] onde uns ganham e outros perdem privilegia os que gostam de competições e conhecem as regras do jogo. O discurso assertivo e confrontacional é mais valorizado aqui do que o discurso tentativo, exploratório ou conciliatório”¹⁰.

Assim, a teoria da democracia comunicativa elastece as estilísticas do discurso, tradicionalmente avaliadas quanto à assertividade e combatividade. Essa doutrina propõe a “... *atribuição igual de privilégios a qualquer forma de interação comunicativa em que os indivíduos objetivam chegar a um entendimento. Enquanto a argumentação é elemento necessário num esforço para discutir e convencer outros ... pode ser expressa de diversas ... outras formas de comunicação*”¹¹. Essa é a forma de procedimento democrático que assegura maior pluralidade comunicativa, pois recepciona as diferenças culturais e de posição social, além das necessidades materiais distintas. Não busca, portanto, a identificação mas um *fórum* público de negociação mais ecumênico, que absorva as diversidades de perspectivas.

- **Castells:** Creio que você superdimensionou a importância da retórica no processo político. Evidentemente, não denego sua relevância. Contudo, ela deve ser matizada ante os recursos da mídia eletrônica. O efeito simbólico da mensagem política – que é de extrema importância – não pode ser creditado, apenas, ao querelante ou postulante político. O debate político e as estratégias de busca de poder são condicionados pelas novas tecnologias de informação. “*Essa dimensão tecnológica interage com as tendências mais abrangentes, características da sociedade em rede, como também com as reações comunitárias aos processos dominantes criados a partir dessa estrutura social. Exerce ainda poderosa influência sobre essa transformação, levando ao que chamo de política informacional*”¹².

Digo mais, ainda. “*Sustento que [o] uso compartilhado da tecnologia propicia a criação de novas regras do jogo que, no contexto das transformações sociais, culturais e políticas ... afetam profundamente a essência da política. O ponto principal desta questão é*

9 *Idem* (366-70).

10 *Idem* (371).

11 *Idem* (373-4).

12 *Idem* (366).

que a mídia eletrônica (não só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como o jornal e a Internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder”¹³. Não é à toa que vivenciamos elevadíssimos gastos com publicidade política, uma profusão de gurus do marketing político, e a disseminação de discussões políticas nas redes sociais.

Vejam bem! Não quero com isso dizer que a mídia tradicional e digital domina a política. Há, de fato, um processo de reflexividade entre a mídia e a audiência, “... no tocante ao impacto real das mensagens, que são distorcidas, apropriadas e eventualmente subvertidas pelo público”¹⁴. Isto é evidente, já que a ontologia da mídia é contraditória porquanto nela transitam atores e estratégias com técnicas, propostas e resultados distintos.

Ainda nesse caleidoscópio, não quero ficar contingenciando e relativizando tudo. Reafirmo a primazia da mídia em suas diversas formas como espaço político. “*Afirmo que, em virtude dos efeitos convergentes da crise dos sistemas políticos tradicionais e do grau de penetrabilidade bem maior dos novos meios de comunicação, a comunicação e as informações políticas são capturadas essencialmente no espaço da mídia. Tudo o que fica de fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política. O que acontece nesse espaço político, dominado pela mídia não é determinado por ela; trata-se de um processo social e político aberto. Contudo, a lógica e a organização da mídia eletrônica enquadram e estruturam a política*”. Sustento “... a ideia de que tal ‘inserção’ da política por sua ‘captura’ no espaço da mídia ... causa um impacto não só nas eleições, mas na organização política, processos decisórios e métodos de governo, em última análise alterando a natureza da relação entre Estado e sociedade”¹⁵. Acrescento que “... desde que os meios de comunicação mantenham relativa autonomia em relação ao poder político, os atores políticos acabam tendo de obedecer às regras e sujeitar-se aos recursos tecnológicos e interesses da mídia”¹⁶.

Concluo afirmando que “[a] política da mídia não se aplica a todas as formas de fazer política, mas todas as formas de fazer política têm necessariamente de passar pela mídia para influenciar o processo decisório”¹⁷. Entenderam? Entenderam mesmo? Em síntese, afirmo que a mídia é um sistema aberto; contudo ela é estruturante das práticas sociais e políticas que nela adentram. Em um regime democrático, denomino essa práxis de “democracia informacional”. Assim, chamo a atenção da colega Young acerca da envergadura de seu modelo de democracia comunicativa. Decerto está distante de ser uma panaceia!

- **Habermas:** Feitas essas ressalvas, retomo o meu discurso. Abordarei agora,

13 Castells (367).

14 *Idem* (367).

15 *Idem* (368).

16 *Idem* (370).

17 *Idem* (374).

de modo mais percuciente a minha teoria de ação comunicativa racional. Observo que alguns colegas palestrantes, como Young, derivaram seus posicionamentos a partir de meu constructo teórico. Serei um pouco mais extensivo com a finalidade de dissipar confusões, principalmente, para esclarecer que a minha teoria é eminentemente constitutiva.

Viso problematizar o poder e instituí-lo com uma dimensão adicional, qual seja, o poder comunicativo, constituído a partir de procedimentos racionais de coordenação da comunicação pública com vistas à consecução de entendimento social. Portanto, é originalmente constitutivo, distinto da proposta utilitarista de Young. Não olvido, como abordarei adiante da dimensão teleológica da comunicação. Contudo, como explanarei, acredito que desenvolvi minha teoria em uma estrutura analítica mais densa, que serve como substrato para ilações mais teleológicas e deontológicas. Friso, enfim, que minha teoria é de cunho construtivista, em que as comunidades sociais e a sociedade *lato sensu* são socialmente constituídas a partir da comunicação e do discurso.

Quanto aos modelos de processo democrático, preleciono a existência de três formas procedimentais do regime democrático. Devido à multiplicidade de seus elementos imanentes, procurarei conceituar cada um destes tipos-ideias, em termos de cidadania, do arcabouço normativo-legal, e do processo político de formação da vontade popular. Primeiro, a liberal. Consoante essa corrente, o Estado exerce a função mediadora para a institucionalização dos objetivos coletivos, os quais são gestados nas interações privadas estruturadas pelo mercado. O Estado é reduzido a um aparato da administração pública. As políticas públicas são comunitariamente despolitizadas. Prevalece a lógica da ação coletiva de grupos de interesse.

Segundo, a republicana. De acordo com essa abordagem, a instituição do Estado adquire maior alento. O Estado não medeia, apenas; também é responsável pela socialização das discussões públicas. Prolifera o conceito de cidadania e a relação cidadã, caracterizada pela solidariedade comunitária e reconhecimento intersubjetivo dos atores políticos. Além da capacidade regulatória do Estado e do mercado, destaca-se, nessa perspectiva, a solidariedade como elemento de integração social. *“Thus, on the republican conception, the political public sphere and its base, civil society, acquire a strategic significance. Together, they are supposed to secure the integrative power and autonomy of the communicative practice of the citizens. The uncoupling of political communication from the economy has its counterpart a coupling of administrative power with the [structures of] communicative power generated by the political opinion and will-formation”*¹⁸. *“From this perspective, there is a structural difference between communicative power, which proceeds from political communication in the form of discursively generated majority decisions, and the administrative power possessed by the government apparatus”*¹⁹.

Todavia, essa escola ao universalizar a conduta prático-moral apresenta uma séria

18 Habermas (1998: 240).

19 *Idem* (243).

limitação. Isto porque, não se pode asseverar a existência de discursos éticos que visam a identificação de interesses coletivos em comunidades caracterizadas pelo pluralismo cultural e social. Nesse caso, é evidente que interesses grupais ou societais, constitutivos de valores e identidades compartilhadas não poderão ser consensuados a partir de discursos éticos.

Por fim, a deliberativa. O conceito de negociação é imanente ao modelo de democracia deliberativa. Os procedimentos e os resultados possíveis são acordados entre as diversas comunidades que, por conseguinte, devem se conformar com as regras ajustadas. Nesse caso, a racionalidade do discurso não pode abstrair considerações acerca de poder e ação estratégica das diferentes partes. Não existe, como pressupõem os republicanos a transcendência em torno de uma vontade geral da nação. Desse modo, estamos aqui com os pés mais no chão.

Portanto, sintetizo que a abordagem de democracia deliberativa deve “... *take into account the multiplicity of forms of communication in which a common will is produced, that is, not just ethical self-clarification but also the balancing of interests and compromise, the purposive choice of means, moral justification, and legal consistency-testing. In this process ... two types of politics ... can interweave and complement one another in a rational manner. ‘Dialogical’ and ‘instrumental’ politics can interpenetrate in the medium of deliberation if the corresponding forms of communication are sufficiently institutionalized...* [Esse modelo de democracia] ... *relies precisely on those conditions of communication under which the political process can be presumed or produce rational results because it operates deliberatively at all levels*”²⁰. À guisa de clarificação, cada um dos três modelos apresentados reside em uma essência ontológica: o liberalismo na sociedade de mercado, o republicanismo, na comunidade ética, por fim, o deliberativo, nos processos de formação de opinião política e de construção social de entendimento.

No processo de racionalização do discurso com vistas à formação de opinião e interesse, apenas o sistema político participa. De fato, esse sistema é um “... *subsystem [- constituído por procedimentos formais de formação de opinião e interesse institucionalizados -] specialized for collectively binding decisions, whereas the communicative structures of the public sphere comprise a far-flung [of informal] network of sensors that respond to the pressure of society-wide problems and stimulate influential opinion. The public opinion which is worked up via democratic procedures into communicative power cannot itself ‘rule’ but can only channel the use of administrative power in specific directions*”. Com relação ao novel conceito de poder comunicativo, essa forma de poder “... *springs from the interactions between legally institutionalized will-formation and culturally mobilized publics. The latter for their part find a basis in the associations of a civil society distinct from the state and the economic alike*”²¹.

20 *Idem* (1998: 245-6).

21 *Idem* (250-1).

Prosseguindo, explanarei, a partir de agora, um pouco sobre a minha teoria da sociedade, objeto de meu livro intitulado ‘Teoria da Ação Comunicativa’, em que a ação racional comunicativa de seus membros é orientada para a busca de entendimento. Procuo assim contribuir para este debate, fazendo uma síntese de minha doutrina que fomentou toda uma corrente de pensamento democrático lastreada no poder comunicativo, na democracia comunicativa, enfim, na democracia radical ou deliberativa

Procuo, também, debelar o reducionismo cognitivo-instrumental de corte weberiano que, tradicionalmente, direciona a compreensão sobre a racionalidade humana. Nesse sentido, não procuro solucionar problemas econômicos e políticos relacionados, por exemplo, ao equilíbrio econômico, maximização de lucros, tampouco, a aquisição e utilização de poder político. Rastejo o campo sociológico e, entre as formas de orientação simbólica da ação, detenho-me naquela destinada ao entendimento humano, quiçá utilitarista, porquanto objetiva a ação cooperativa. Contudo, essa ação teleológica é desprovida de viés estratégico, que se destina à consecução de fins próprios em um meio social de pluralidade de sujeitos sociais e interesses. Ou seja, faço a clivagem entre uma manifestação linguística com a intenção de formular um entendimento comunicativo de uma determinada opinião, e uma intenção teleológica, particularmente instrumental-estratégica, com vistas a um determinado interesse.

Prossigo minha auto exegese. Toda manifestação simbólica que sublima a racionalidade, como o seu instrumento norteador, e o mundo objetivo, como o seu *locus* de efetivação, deve cumprir algumas pretensões de validade para que possam ser suscetíveis de críticas, essas passíveis de serem aceitas ou refutadas, para que, *a fortiori*, possam ser fundamentadas. Ou seja, há um ‘quê’ de racionalismo crítico nessa minha interpretação, de sorte a tornar esse termo tautológico.

Toda ação de natureza teleológica deve conter a pretensão de verdade e uma perspectiva de êxito, traduzida em sua pretensão de eficácia. Nesse contexto, a ação social pode ser considerada tanto mais racional quanto melhor forem fundamentadas as pretensões de validade da verdade e da eficácia. Todavia, a racionalidade imanente à prática comunicativa de um saber apresenta um propósito distinto. Expressa “... *la capacidad de aunar sin coacciones y de generar consenso que tiene un habla argumentativa em que diversos participantes superan la subjetividad inicial de sus respectivos puntos de vista y merced a una comunidad de convicciones racionalmente motivada se aseguran a la vez de la unidad del mundo objetivo y de la intersubjetividad del contexto em que desarrollan sus vidas*”²².

Pretendo, assim, encerrar o meu entendimento acerca da racionalidade, asseverando que esse conceito não pode ser compreendido destituído das pretensões de validade, as quais discorrerei adiante. “*A una afirmación solo se la puede llamar racional si el hablante cumple las condiciones que son necesarias para la consecución del fin ilocucionario de*

²² Habermas (1987, v. I: 27).

entenderse sobre algo en el mundo al menos con otro participante en la comunicación; y a una acción teleológica solo se la puede llamar racional se el actor cumple las condiciones que son necesarias para la realización de su desígnio de intervenir eficazmente en el mundo. Ambas tentativas pueden fracasar: es posible que no se alcance el consenso que se busca o que no se produzca el efecto deseado”²³.

Com relação aos conceitos empregados de ação social na teoria sociológica, gostaria de destacar, em particular, quatro deles. Primeiro, “[e]l concepto de acción teleológica ocupa desde Aristóteles el centro de la teoría filosófica de la acción”. “El concepto central es el de una decisión entre alternativas de acción, enderezada a la realización de un propósito, dirigida por máximas y apoyada en una interpretación de la situación”. “El modelo dota al agente de un ‘complejo cognitivo-volitivo’ de modo que éste puede, por un lado (mediante percepciones), formarse opiniones sobre los estados de cosas existentes y, por otro, desarrollar intenciones con la finalidad de traer a la existencia los estados de cosas deseados”. Ela “... se amplía y convierte en acción estratégica cuando em el cálculo que el agente hace de su éxito interviene la expectativa de decisiones de a lo menos otro agente que también actúa con vistas a la realización de sus propios propósitos. Este modelo de acción es interpretado a menudo en términos utilitaristas ...”.

Segundo, “[e]l concepto de acción regulada por normas se refiere no a lo comportamiento de un actor en principio solitario que se topa en su entorno con otros actores, sino a los miembros de un grupo social que orientan su acción por valores comunes. El actor particular observa una norma (o viola) tan pronto como en una situación dada se dan las condiciones a que la norma se aplica. Las normas expresan un acuerdo existente en un grupo social”. “La expectativa de comportamiento no tiene sentido cognitivo de expectativa de un suceso pronosticable, sino el sentido normativo de que los integrantes del grupo tienen derecho a esperar un determinado comportamiento”.

Terceiro, “[e]l concepto de acción dramática ... hace referencia ... a participantes em uma interação que constituyen los unos para los otros un público ante el cual se ponen a sí mismos en escena. El actor suscita en su público una determinada imagen, una determinada impresión de sí mismo, al develar más o menos de propósito su propia subjetividad.” “El concepto aquí central, el de autoescenificación, significa, por tanto, no un comportamiento expresivo espontáneo, sino una estilización de la expresión de las propias vivencias, hecha con vistas a los espectadores”.

Finalmente, “[e]l concepto de acción comunicativa se refiere a la interacción de a lo menos dos sujetos capaces de lenguaje y de acción que (ya sea con medios verbales o con medios estraverbales) entablan una relación interpersonal. Los actores buscan entenderse sobre una situación de acción para poder así coordinar de común acuerdo sus planes de acción y con ellos sus acciones. El concepto aquí central, el de interpretación, se refiere primordialmente a la negociación de definiciones de la situación susceptibles a consenso.

²³ Idem (28).

*En este modelo de acción el lenguaje ocupa ... un puesto prominente*²⁴.

Em síntese, entendo por ação comunicativa, a atitude orientada para o entendimento que tenha como objetivo um acordo de base racional mutuamente consentido, isto é, “... cuando los planes de acción de los actores implicados no se coordinan a través de un cálculo egocéntrico de resultados, sino mediante actos de entendimiento. En la acción comunicativa los participantes no se orientan primariamente al propio éxito; antes persiguen sus fines individuales bajo la condición de que sus respectivos planes de acción puedan armonizarse entre sí sobre la base de una definición compartida de la situación. De ahí que la negociación de definiciones de la situación sea un componente esencial de la tarea interpretativa que la acción comunicativa requiere”²⁵.

Enfatizo que os atos de entendimento imanentes aos mecanismos de coordenação da ação comunicativa “... que ligan los planes de acción teleológicamente estructurados de los distintos participantes, ensamblando las acciones particulares en un plexo de interacción, no pueden ser reducidos a su vez a acción teleológica. En este sentido el concepto paradigmático de interacción mediada lingüísticamente es incompatible con una teoría del significado, que, como la semántica intencional, conciba el entendimiento como solución de un problema de coordinación entre sujetos que actúen orientándose al éxito”²⁶.

Ainda nesse sentido, com o propósito de melhor delimitar didaticamente o campo da ação comunicativa, distingo a comunicação destorcida ou manipulativa da ação comunicativa. A ontologia da ação comunicativa foi devidamente expressa acima. Como já vimos, a outra vertente da ação social consiste na ação estratégica. É nessa modalidade de ação que se encontram as comunicações distorcidas, intencionalmente ou não. A ação estratégica pode ser expressa de forma clara e aberta ou de modo disimulado. Quando disimulada, o engano pode ser inconsciente, ou seja, reflète uma comunicação sistematicamente distorcida, em que participantes não se conscientizam de que suas atitudes estão orientadas para a busca do êxito, ou consciente, denotando a prática da manipulação empreendida por participantes.

Gostaria, também, de fazer um breve esclarecimento dos mundos da vida humana. A plena compreensão da racionalidade requer que entendamos as diversas dimensões por onde transitam nossas observações, emissões e manifestações. De fato, faço uma digressão ontológica dos mundos da vida, digo, mundo objetivo, subjetivo e social. Com relação ao primeiro, “[e]l mundo solo cobra objetividad por el hecho de ser reconocido y considerado como uno y el mismo mundo por una comunidad de sujetos capaces de lenguaje y de acción”. Por sua vez, a subjetividade nos remete ao “... concepto abstracto de mundo [como] ... condición necesaria para que los sujetos que actúan comunicativamente puedan entenderse entre si sobre lo que sucede em el mundo o lo que hay que producir en el mundo”. E, por fim, com relação ao mundo social, “[c]on esta práctica comunicativa

24 *Idem* (122-5).

25 *Idem* (367).

26 *Idem* (369-70).

*se aseguran a la vez del contexto común de sus vidas, del mundo de la vida que intersubjetivamente comparten*²⁷.

Nesse contexto, as presunções de validade de um ato racional sujeitas à crítica devem ser tais que as expressões simbólicas sejam referentes a um saber compartilhado intersubjetivamente pela comunidade de comunicação. A racionalidade cognitivo-instrumental possibilita uma maior independência e autoafirmação dos sujeitos, porquanto procuram realizar seus propósitos. Por sua vez, a racionalidade comunicativa “... *amplía ... las posibilidades de coordinar las acciones sin recurrir a la coerción y de solventar consensualmente los conflictos de acción (en la medida en que éstos se deban a disonancias cognitivas en sentido estricto)*”²⁸.

Isto posto, faço, agora, uma associação entre as modalidades de ação social e os mundos da vida. Tanto a ação teleológica como a estratégica, pressupõem a sua ocorrência no mundo objetivo. Por sua vez, a ação normativa “... *presupone relaciones entre un actor y exactamente dos mundos. Junto al mundo objetivo de estados de cosas existentes aparece el mundo social a que pertenece lo mismo actor en su calidad de sujeto portador de un rol que otros actores que pueden iniciar entre sí interacciones normativamente reguladas. Un mundo social consta de un contexto normativo que fija qué interacciones pertenecen a la totalidad de relaciones interpersonales legítimas*”²⁹.

A ação dramática, por sua vez, recepciona a reflexividade do ator social. Deste modo, “... *el concepto de acción dramática exige el ulterior presupuesto de un mundo subjetivo con que se relaciona al actor, que en la acción misma se pone a sí mismo en escena*”. “*Una representación vale para que el actor se presente ante los espectadores de un determinado modo; al dejar trasparecer algo de su subjetividad, el actor busca ser visto y aceptado por el público de una determinada manera*”³⁰. Essa ação “... *presupone dos mundos, un mundo interno y un mundo externo. Las manifestaciones expresivas escenifican la subjetividad del actor frente a otros actores, deslindándola del mundo externo ...*”³¹.

Por fim, a ação comunicativa permeia os três tipos de mundo ao introduzir o entendimento linguístico como um meio de coordenar as ações sociais. Ao pressupor a linguagem como “... *medio de entendimiento ... en que hablantes y oyentes se refieren, desde el horizonte preinterpretado que su mundo de la vida representa, simultáneamente a algo en el mundo objetivo, en el mundo social y en el mundo subjetivo para negociar definiciones de la situación que puedan ser compartidas por todos*”³².

Na verdade, à guisa de simplificação, os modelos teleológico, normativo e dramático podem ser compreendidos “... *como un caso limite de acción comunicativa, a saber: el primero, como entendimiento indirecto de aquellos que solo tienen presente la*

27 *Idem* (30-1).

28 *Idem* (33).

29 *Idem* (127-8).

30 *Idem* (129-30).

31 *Idem* (135).

32 *Idem* (138).

realización de sus propios fines; el segundo, como acción consensual de aquellos que se limitan a actualizar un acuerdo normativo ya existente; y el tercero, como autoescenificación destinada a espectadores. En cada uno de estos tres casos sólo se tematiza una función del lenguaje: la provocación de efectos perlocucionarios, el establecimiento de relaciones interpersonales, y la expresión de vivencias. Por el contrario, el modelo comunicativo de acción ... tiene en cuenta todas las funciones del lenguaje [(... contenido proposicional, la oferta de una relación interpersonal y una intención del hablante)]” Friso que “... el entendimiento lingüístico es sólo el mecanismo de coordinación de la acción”³³.

O grande atributo da ação racional comunicativa é a possibilidade de obtenção de uma ação coordenada social quando a existência de dissensos não pode ser efetivamente resolvida pelo uso estratégico do poder nem pelas rotinas institucionais cotidianas. A propósito, conceituo “... argumentación al tipo de habla en que los participantes tematizan las pretensiones de validez que se han vuelto dudosa y tratan de desempeñarlas o de recusarlas por mérito de argumentos. Una argumentación contiene razones que están conectadas de forma sistemática con la pretensión de validez de la manifestación o omisión problematizadas”³⁴. A argumentação possui distintas estruturas, cada uma delas podendo ser associada a um dos cânones aristotélicos acerca da expressão argumentativa, quais sejam, “... las estructuras de una situación ideal de habla especialmente inmunizada contra la represión y la desigualdad [(retórica)]; las estructuras de una competición, ritualizada, por los mejores argumentos [(dialética)], y finalmente, las estructuras que definen la forma interna de los argumentos y las relaciones que los argumentos guardan entre sí” [(lógica)]³⁵.

Young defende a estrutura da retórica como substrato de sua teoria da democracia comunicativa. Não denego os méritos de sua abordagem. Contudo, creio ter demonstrado, com a explanação feita sobre as modalidades de ação social, as presunções de validade, as três dimensões do mundo da vida, e as estruturas de argumentação, que a sua abordagem sobre democracia radical é reducionista.

Chego, finalmente, à definição de presunção de validade. A racionalidade é dita comunicativa quando os membros que participam da prática comunicativa procuram fundamentar suas manifestações ou emissões em circunstâncias apropriadas e mediante a prática da argumentação sustentada em pretensões universais de validade. As presunções são contingentes do objetivo de manifestação dos sujeitos. As ações comunicativas são racionais caso sua manifestação venha endossada por boas razões e que, “... sean correctas o tengan éxito si se trata de la dimensión cognitiva, sean fiables o sapientes si se trata de la dimensión práctico-moral, sean inteligentes o convincentes si se trata de la dimensión evaluativa, sean sinceras o autocríticas si se trata de la dimensión expresiva, sean comprensivas si se trata de la dimensión hermenéutica ...”³⁶.

33 *Idem* (137-9).

34 *Idem* (37).

35 *Idem* (48).

36 *Idem* (70).

Resumidamente, considero a existência de três presunções de validade nos atos de ação comunicativa. *“Las pretensiones de validez (verdad proposicional, rectitud normativa y veracidad expresiva) caracterizan diversas categorías de un saber que se encarna en manifestaciones o emisiones simbólicas”*³⁷. Ora, como vimos anteriormente, o conceito teleológico, normativo e dramatúrgico podem ser abarcados pelo modelo de ação comunicativa, que compreende todas as funções de linguagem. Portanto, três presunções de validade são inerentes à manifestação comunicativa. São elas: (i) *“... que el enunciado que hace es verdadero (... se cumplen las condiciones de existencia del contenido proposicional ...)”*; (ii) *“... que el acto de habla es correcto en relación con el contexto normativo; e (iii) “... que la intención expresada por el hablante coincide realmente con lo que éste piensa”*³⁸.

Em suma, pressupõe-se que o interlocutor contenha em suas manifestações, verdade dos enunciados ou dos pressupostos, retitude das ações reguladas normativamente, e veracidade das manifestações subjetivas. E, por conseguinte, faço o liame desses três critérios com as três relações ator-mundo, quais sejam, a observância de enunciados verdadeiros no mundo objetivo, a retitude das relações interpessoais no mundo social, e a veracidade das vivências e intenções expressas pelo ator no mundo subjetivo. Procurei, assim, explicar os principais conceitos subjacentes ao meu entendimento sobre democracia comunicativa. Peço desculpas se me alonguei em demasia, mas o fiz com o propósito de clarificar alguns elementos de minha teoria, caudatária de modelos mais recentes de postulação democrática.

- **North**: Deixe-me adicionar um elemento olvidado neste debate, qual seja, as instituições. A abordagem institucionalista possibilita a problematização de premissas clássicas do comportamento racional do agente econômico, que não se coadunam com a realidade empírica. *“More controversial (...) among the behavioral assumptions, usually, is the implicit one that the actors possess cognitive systems that provide true models of the worlds about which they make choices or, at the very least, that the actors receive information that leads to convergence of divergent initial problems”*³⁹.

Ou seja, os modelos constituídos a partir de uma abordagem individual-utilitarista oferecem sérias restrições porquanto a realidade humana é caracterizada, também, por dissonâncias cognitivas, não-transitividade e mutabilidade de preferências, assimetrias e limitações informacionais, escolhas em ambientes de incerteza, e influências de natureza estrutural. Deste modo, sugiro o emprego de uma perspectiva distinta, cuja ontologia reside nas instituições, de onde se pode derivar o comportamento dos agentes sociais.

As instituições são constrições socialmente construídas que modelam as interações humanas. Por conseguinte, uma vez que elas condicionam o comportamento de seus

37 *Idem* (110).

38 *Idem* (144).

39 *Idem* (17).

membros, suas estruturas institucionais reduzem o grau de incerteza de uma sociedade. Este é um de seus pressupostos básicos. A perspectiva institucional não prescreve, por outro lado, que a instituição seja funcionalmente eficiente, constituída para a busca do êxito estratégico. Na tipologia de Habermas, o raciocínio institucional se assemelha mais à ação comunicativa do que à contraparte estratégico-utilitarista.

- **Sachs:** Compreendo a doutrina do Sr. Habermas relativa à ação comunicativa como um processo de estruturação racional interna da ação orientada para o entendimento. Compreendi, também, a crítica feita por esse notório filósofo no sentido de que a teoria da ação comunicativa não se circunscreve à resolução dos problemas de coordenação entre sujeitos direcionados ao êxito. Possivelmente, no presente colóquio exista um certo posicionamento refratário às ciências econômicas, malgrado, esse campo do saber pertencer, também, às ciências sociais. Quiçá seja devido à utilização de premissas exacerbadamente racionais. Mas é, exatamente, sobre a racionalidade que gostaria de fazer um breve comentário, evidenciando-o com exemplo do campo econômico, qual seja, os mercados financeiros. O que eu quero ilustrar é que a explicação sobre o comportamento racional apresenta lacunas interpretativas. Esclareço que minha explanação estará direcionada para ações estratégicas em vez de ações comunicativas. Mas o que procurarei salientar é a plasticidade do conceito de racionalidade. E, essa certa liberalidade imanente à essência de um conceito não é boa, evidentemente, para o entendimento do próprio conceito de racionalidade.

Discorrerei sobre o clássico problema de ação coletiva. Para tanto, abordarei os problemas de coordenação nos mercados financeiros. *“Financial markets are plagued by two basic kinds of coordination problems. The first arises because of multiple equilibria in asset markets, a deep implication of the fact that the value of financial markets depends on markets expectations, while market expectations depend on asset values. This circularity gives rise to many forms of self-fulfilling prophecies, with attendant instabilities and inefficiencies. The second arises in circumstances of financial distress of debtors, as the result of collective action problems inherent in debt workouts. In this case, the market equilibrium is unique but inefficient. In both cases, domestic financial markets are supported by state institutions to mitigate the market inefficiencies”*⁴⁰.

Repararam, a falta de congruência da chamada racionalidade nos mercados financeiros, faz com que o seu funcionamento só seja racional caso escorado por instituições exógenas a sua dinâmica. Endosso, portanto, a relevância do papel das instituições feitas pelo colega North. E as instituições são frutos muito mais das trajetórias do caminho – *path dependence* – do que de lampejos de racionalidade, seja ela de natureza instrumental ou não.

Nessa mesma vertente, qual seja, problematizando o conceito de racionalidade, introduzo uma contribuição da teoria dos jogos. Os problemas de ação coletiva, provenientes

⁴⁰ Sachs (1995: 3).

das situações em que ocorrem interações estratégicas entre os agentes podem ser divididos em dois conjuntos distintos de problemas: (i) de cooperação, analisado pelo modelo do “dilema de prisioneiros”; e (ii) de coordenação, cujo instrumento analítico é o modelo da “batalha dos sexos”.

De acordo com o dilema dos prisioneiros, a ação racional de um agente pode impedir o estabelecimento de um arranjo institucional ou socialmente constituído de cooperação mútua, caso ele tenha incentivos individuais para abandonar o acordo cooperativo, gerando, desse modo, um equilíbrio abaixo da curva de Pareto – Pareto não-ótimo. De outro modo, os agentes podem deparar-se com uma situação distinta, em que haja múltiplos pontos de equilíbrio na curva de Pareto – equilíbrios múltiplos – ocasionando um problema de coordenação para a seleção de apenas um desses pontos, mormente caso esses pontos de equilíbrios expressem preferências bastante diferentes em termos de distribuições de benefícios.

Esse duplo enfoque dos problemas de ação coletiva, confere às instituições um atributo adicional do que aquele, de cunho funcional, originalmente concebido, em que a instituição era responsável pelas atividades de monitoramento e provimento de informações. O reconhecimento do problema de cooperação e coordenação evidencia que questões complexas, que envolvem conflitos distributivos entre os agentes, são solucionadas mediante a utilização de poder e barganha de interesses. Desse modo, é com base nessa dupla conotação da problemática das ações coletivamente empreendidas, que procuro questionar a racionalidade e suas fronteiras epistemológicas. Arranjos adicionais que compreendam instituições ou outros fatores exógenos são necessários para que a racionalidade ondule dentro de sua conceituação tradicional.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se uma grande distinção entre as proposições teóricas da democracia procedimental, notabilizada por Dahl em suas obras sobre sistemas políticos democráticos, por um lado, e os apologistas da democracia comunicativa de corte habermasiano, por outro. Aqueles estão preocupados em criar instituições que deem efetividade ao processo da democracia. Consistem em uma segunda instância, uma segunda camada da estrutura de instituições democráticas. Já, os últimos, ao problematizarem a plena democracia, não apenas quanto à liberdade e considerações sobre o bem comum, mas, também, quanto à igualdade em todas as dimensões da vida humana, incluindo, direitos sociais, econômicos e de acessibilidade cultural, enxergam a necessidade de aprofundar a compreensão do processo democrático *beyond* instituições formais. Daí, a denominação de democracia radical. Procuram a efetividade, não somente do processo democrático, mas, sobretudo da própria democracia.

Dessa forma, procede Habermas ao elaborar uma complexa teoria comunicativa,

tipicamente, construtivista, em que os agentes sociais procuram, por intermédio dos recursos da linguagem, constituir um ambiente, ou melhor, instituições de cooperação com vistas ao entendimento. Em parte, as colocações de Young devem ser compreendidas nessa dimensão. Isto porque ele sustenta uma ação estratégica de maior reivindicação a partir da origem do processo democrático, com base na comunicação. Mas, não é o que sugere Habermas, nem o que ele procura teorizar. Ações teleológicas já foram demasiadamente teorizadas. Esse filósofo procura analisar, e, destarte, capturar com mais sutileza, o comportamento humano cooperativo, conducente à ação comunicativa que desencadeará todo o processo democrático. Essa é a primeira camada de instituições democráticas, sobre a qual se sobrepôs a camada superficial, das instituições relativas ao processo democrático. Sem a devida compreensão da primeira, a análise da segunda torna-se superficial.

Todavia, há um ponto que esse debate não conseguiu esclarecer. Ao contrário, possibilitou a problematização e, mesmo, a desconstrução do conceito de racionalidade. Habermas, ao pressupor um certo tipo de racionalidade universal como condutora da ação democrática, evidencia uma obediência à tradição kantiana. Embora modesta, as colocações feitas pelo economista Sachs demonstram a limitação desse raciocínio. O comportamento humano transcende a simples racionalidade. O comportamento coletivo, quando inexplicável, é, então, atribuído ao 'inconsciente coletivo'. Decerto, a modernidade e o seu *deus ex machina*, a razão, devem ser revisitadas.

Prescreve-se que a democracia representativa, que é baseada em interesses, e a democracia deliberativa, orientada nas discussões racionais acerca da resolução dos problemas coletivos, devem ser suplantados pelo modelo da democracia comunicativa. A ação racional comunicativa procura, mediante a inclusão das diversas formas de comunicação, neutralizar as diferenças culturais e sociais existentes e, conseqüentemente, alcançar uma ação coordenada coletiva incapaz de ser equacionada pelos recursos de poder e procedimentos institucionais existentes.

Destaca-se que a ação comunicativa deve levar em consideração as novas tecnologias de informação, em particular, a mídia digital expressa pelas redes sociais, que dão novo contorno às regras do jogo democrático, notadamente na veiculação de mensagens que não sofrem depuração crítica e que objetivam distorcer e subverter a compreensão da realidade. Deve-se reconhecer que as redes sociais constituem nova forma de espaço político que não é controlado nem por partidos políticos nem pela mídia tradicional. Atualmente, a representatividade popular por meio dos partidos políticos tem se mostrado pouco efetiva. Por conseguinte, os guardiões da democracia são suplantados pela atomização dos meios de representação nesses espaços políticos sem representatividade formal e com potencial de possuírem baixa densidade das pretensões de validade, em especial, da veracidade do conteúdo das matérias veiculadas.

A análise dos fenômenos de constrição democrática e dos processos malsucedidos

de democratização observados, por exemplo, no período conhecido como Primavera Árabe perpassa o trabalho desenvolvido por Levitsky e Ziblatt. Ademais, a eleição de políticos autocráticos não decorre diretamente da incapacidade da classe política de evitar sua candidatura. Trata-se de um entendimento reificado, pois, de fato, o desgaste dos guardiões da democracia é reflexo da fragilização do processo democrático. Suas essências analíticas mais profundas podem ser mais bem compreendidas a partir dos ensinamentos de corte habermasiano.

A democracia deve ser continuamente construída e preservada. Fenômenos como a polarização política e a instrumentalização das redes sociais para veiculação de pensamentos acrílicos e desconstituídos de presunção de validade podem ser arrefecidos por meio da ação racional comunicativa dos cidadãos – que, em um sentido estrito, corresponde à preservação das regras informais salientadas pelos autores norte-americanos mencionados acima, socialmente construídas e culturalmente constituídas, de modo a reforçar a resiliência democrática.

REFERÊNCIAS

CALDERÓN, Fernando. Modernización y ética de la otredad. In CALDERÓN, F. y LECHNER, N. **Más allá del Estado, Más allá del Mercado: la Democracia**. La Paz: Plural Editores, 1998.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed., 2001.

GORZ, André. A Nova Agenda. In: BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da Queda – O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la Acción Comunicativa: Crítica de la Razón Funcionalista**. Madrid: Taurus Ediciones, v. I e II, 1987.

_____. A Revolução e a Necessidade de Revisão na Esquerda – O que Significa Socialismo Hoje? In: BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da Queda – O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

_____. **The Inclusion of the Other – Studies in Political Theory**. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

NORTH, Douglass C. – **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**, 7ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SACHS, Jeffrey. Do We Need an International Lender of Last Resort?. Mimeo, 1995.

YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o Outro: Além da Democracia Deliberativa. In SOUZA, Jessé (org.). **Democracia Hoje – Novos Desafios para a Teoria Democrática Contemporânea**. Brasília: UNB Ed., 2001.

Data de aceite: 01/12/2021

Alyne Leite de Oliveira

Mestranda em Direito da Empresa e dos
Negócios/UNISINOS

Bethsaida de Sá Barreto Diaz Gino

Mestra em Direito da Empresa e dos Negócios/
UNISINOS

Gilbene Calixto Pereira Claudino

Mestranda em Direito da Empresa e dos
Negócios/UNISINOS

RESUMO: Apresente pesquisa tem como enfoque o Estado regulador e os poderes concedidos às agências reguladoras nacionais. Do exame da matéria proposta há um questionamento: A Lei nº 13.848/2019 (que uniformizou a legislação das agências) previu limites à regulação setorial? Para a realização dessa análise, a metodologia empregada foi pesquisa de natureza bibliográfica básica, qualitativa, objetivo exploratório e método dedutivo. Para tanto, o objetivo geral é analisar se a Nova Lei das Agências Reguladoras previu dispositivos que atenuam seus poderes quanto à regulação setorial. Os objetivos específicos são analisar a evolução do conceito de Estado; estudar as agências reguladoras e os principais dispositivos da Lei nº 13.848/2019; e averiguar se na novel legislação existe previsão de limites à regulação. A pesquisa divide-se nas seguintes seções: A primeira trata da evolução do Estado liberal, intervencionista e regulador; a segunda aborda algumas características das agências

reguladoras e alguns aspectos da novel lei; a terceira averigua a existência ou inexistência de restrições à regulação no Marco Legal das agências reguladoras. Conclusivamente, pode-se afirmar que a Lei nº 13.848/2019 trouxe em seu corpo a previsão de dois artigos que definem limites à atuação regulatória das agências, a saber, o artigo 4º e o 6º.

PALAVRAS-CHAVE: Regulação Setorial. Lei nº 13.848/2019. Limites.

ABSTRACT: This paper focuses on the regulatory state and the powers granted to national regulatory agencies. From the examination of the proposed subject there is a question: Did Law No. 13,848/2019 (which standardized the legislation of the agencies) foresee limits to sector regulation? To perform this analysis, the methodology employed was basic bibliographic research, qualitative, exploratory objective and deductive method. To this end, the general objective is to analyze if the New Law of Regulatory Agencies provided rules that mitigate its powers regarding sectoral regulation. The specific objectives are to analyze the evolution of the concept of state; study the regulatory agencies and the main provisions of Law No. 13,848/2019; and to ascertain if in the new legislation there are limits to the regulation. The research is divided into the following sections: The first deals with the evolution of the liberal, interventionist and regulatory state; the second addresses some features of regulatory agencies and some aspects of novel law; The third investigates the existence or absence of regulatory restrictions in the regulatory framework of regulatory agencies. In conclusion, it can be

stated that Law No. 13.848/2019 brought in its body the provision of two articles that set limits to the regulatory action of agencies, namely, Article 4 and Article 6.

KEYWORDS: Sector Regulation. Law No. 13.848/2019. Limits.

1 | INTRODUÇÃO

Nos dias hodiernos avulta em importância o Estado Regulador e todas as suas nuances, tendo em vista que uma regulação setorial de qualidade é imprescindível para a segurança jurídica, eficiência e governabilidade das instituições, sendo um dos fatores que contribui para a estabilidade econômica do país.

Em 23 de setembro de 2019 entrou em vigor a Lei nº 13.848/19, conhecida como, “Nova Lei das Agências Reguladoras”, ou “Marco Legal das Agências Reguladoras”, uniformizando a legislação e dispondo sobre gestão, organização, processo decisório e controle social das mesmas. Diante dessa contemporânea legislação surge o seguinte questionamento: teria a nova lei das agências reguladoras seguido a tendência nacional dos últimos anos de publicização de normas e, portanto, trazendo limites à regulação setorial?

As agências reguladoras nacionais possuem amplos poderes normativos e de regulação, influenciando na vida de seus administrados, sejam investidores, usuários dos serviços ou consumidores, sendo imprescindível que suas ações tenham limites definidos em lei, sob pena serem cometidos abusos. Desse modo, a importância da temática é notória.

Para tanto, a pesquisa tem por objetivo geral analisar se a Nova Lei das Agências Reguladoras previu dispositivos que estabelecem limites à regulação setorial. E, objetiva-se especificamente, analisar a evolução do conceito de Estado; estudar as agências reguladoras e os principais dispositivos da Lei nº 13.848/19 e; averiguar se na novel legislação existe previsão de limites à regulação.

Ressalte-se que para alcançar os objetivos propostos a pesquisa é de natureza básica, com abordagem qualitativa, tendo o objetivo exploratório e sendo delineada através do método dedutivo. O tipo de pesquisa é o bibliográfico.

Para a devida compreensão da temática proposta, o trabalho foi dividido em três seções. A primeira aborda a evolução do Estado, desde o liberal, passando pelo intervencionista até o regulador. A segunda estuda as principais características das agências reguladoras nacionais e aspectos da Nova Lei das Agências Reguladoras. Por fim, a terceira examina se existem ou não limites à regulação setorial na Lei nº 13.848/19.

2 | ESTADO INTERVENCIONISTA VERSUS ESTADO REGULADOR

Desde a sua formação os Estados passaram por diversas fases decorrentes das escolhas políticas e econômicas realizadas, sempre buscando se adequar às necessidades

da sociedade. Dentre elas, temos o Estado Liberal caracterizado pela ausência de intervenção na economia, pois entendia-se que o mercado seria capaz de se autorregular, sem a intervenção do Poder Público. (SILVA; NELSON, 2015).

Com o Estado Liberal surgem os direitos de primeira dimensão, civis e políticos, sendo a defesa das liberdades individuais o seu principal papel e a razão de sua existência. Desse modo, o liberalismo apregoava que o poder estatal deveria ser limitado. Faltava ao Estado um olhar sobre as necessidades da coletividade. Assim, essa omissão estatal ocasionou injustiças sociais aos economicamente desprivilegiados levando às lutas sociais que visavam levar o Estado à intervenção para garantir direitos sociais básicos à coletividade. (MELO, 2010).

O Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State em contraposição ao Liberal caracterizou-se por tentar satisfazer todas as necessidades da sociedade. Surgem os direitos de segunda dimensão, sociais, econômicos e culturais. (OLIVEIRA, 2014). Nesse contexto, tais direitos, foram gradativamente sendo introduzidos nas Constituições dos mais diversos países. As pioneiras foram a Constituição Mexicana de 1917 e a de Weimar de 1919. Trata-se da origem do Constitucionalismo Social (MELO, 2010).

A Constituição Federal de 1988(CF/88) consagrou tais direitos especialmente no capítulo II, denominado “Dos Direitos Sociais”. O art. 6º dispõe que são direitos sociais, em rol exemplificativo, a educação, a saúde, a assistência aos desamparados, o trabalho, a alimentação, proteção à maternidade e à infância, o transporte, a moradia, a previdência social, e segurança e o lazer (BRASIL, 1988).

Não obstante, a CF/88 tentou conciliar a livre iniciativa do particular com a necessidade de intervenção do estado para garantir os direitos sociais à medida que consagrou a lado a lado a Ordem Econômica no Título VII e a Ordem Social no Título VIII (OLIVEIRA, 2014).

No entanto, percebeu-se que o Estado não possui condições econômicas para sozinho satisfazer todas as necessidades dos seus cidadãos. Assim, as despesas do Estado se ampliaram e não houve como manter os custos, o que levou a falência de tal modelo em diversos países (SILVA; NELSON, 2015). Ademais, o Estado não conseguiu manter a eficiência na realização dessas diversas atividades, por causa da burocracia estatal que atrapalha o desenvolvimento de atividades econômicas e a prestação de serviços públicos (MELO, 2010). Diante de tal cenário, no Brasil desenvolveu-se o Estado Regulador.

Para a devida compreensão do Estado Regulador atual faz-se necessário discorrer sobre os marcos da regulação econômica no Brasil durante a história. Em um primeiro momento, compreendido entre o Brasil colônia ao Segundo Império foi a fase denominada de regulação patrimonialista. O Estado servia apenas aos interesses dos governantes. A Regulação estatal tinha por objetivo apenas a manutenção do poder. A seguir, surge a fase da Regulação desconcentrada, que se estendeu do Segundo Império até o final da República Velha. Com o enfraquecimento do poder do Império, o poder regulatório se

deslocou. O liberalismo econômico começa a adentrar no Brasil, ocorrendo o início da desregulamentação da economia (FARIAS; GUERRA; ALVES, 2016).

O período da regulação concentrada foi da Era Vargas até o início da década de 1990. O crescimento econômico e o desenvolvimento de tecnologias fez o Estado brasileiro investir nos instrumentos de regulação econômica, tais como congelamento de preços, dentre outros. A partir da década de 1990 até os dias hodiernos desenvolveu-se o período contemporâneo. Houve o crescimento vertiginoso da regulação econômica, ganhando destaque e sendo objeto de políticas regulatórias, por exemplo, a questão da concorrência que parte da premissa de que a competitividade nos setores público e privado reflete em ganhos para o poder público, para os usuários dos serviços e para os consumidores (FARIAS; GUERRA; ALVES, 2016).

Portanto, no início da década de 1990 o perfil do Estado brasileiro mudou. Ocorreu uma significativa diminuição da intervenção direta no domínio econômico, passando muitos serviços públicos e a atividade econômica para a iniciativa privada, ficando o Estado responsável pela coordenação, disciplina, incentivo, e controle dessas atividades. Surge, então, o Estado Regulador (SOUZA, 2016).

A reforma Gerencial do Estado brasileiro iniciou-se durante o governo de Fernando Collor de Melo. A intenção era romper com o intervencionismo exacerbado e diminuir o tamanho do Estado com o objetivo de combater os gastos em excesso e a ineficiência do Estado. Em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreu a implementação da Reforma do Aparelho do Estado, cujo documento básico foi o denominado Plano Diretor. A nova administração pública gerencial visava melhorar a capacidade de gestão e controle público pelo Estado brasileiro (ALVES, 2011).

Bresser-Pereira (1996) ministro da Administração Federal e Reforma do Estado à época (1995-1998) afirmou que o Estado estava sobrecarregado de demandas, sendo necessária uma ampliação do papel do mercado na coordenação da economia, o que justificava a privatização das empresas estatais. A Reforma do Aparelho do Estado significava administração pública mais eficiente e flexível, com custos reduzidos, maior qualidade nos serviços públicos e servidores públicos mais valorizados.

A reforma gerencial do Estado foi realizada quando o neoliberalismo estava em ascensão, por isso erroneamente foi denominada de reforma neoliberal. No entanto, não teve a intenção de afastar os direitos sociais dos cidadãos, ao contrário objetivou tornar os serviços sociais mais eficientes, fortalecendo o Estado brasileiro e não o enfraquecendo como propunham os neoliberais. Portanto, a tese neoliberal da ineficiência generalizada do Estado e de que o consumo privado substituiria com vantagem o público não prosperou (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Isto posto o Estado Regulador caracteriza-se por não prestar diretamente serviços públicos, nem executar atividades econômicas, transferindo essas funções ao setor privado, ficando responsável pelo planejamento, incentivo e fiscalização conforme preceitua o art.

174 da CF/88 (BRASIL, 1988).

A função de planejamento caracteriza-se pelo estabelecimento de metas a serem cumpridas aos poucos pelo governante, pois todo processo de mudança ocorre gradualmente. A função de incentivo são as medidas tomadas pelo governo a fim de alcançar o desenvolvimento econômico e social, por exemplo, concedendo isenções fiscais. A função de fiscalização significa inspecionar os setores, coibindo abusos e prejuízos contra os menos abastados (SEVERINO; CARVALHO, 2017). Para o exercício da função regulatória foram criadas as Agências Reguladoras que serão estudadas na próxima seção.

O que legitima o Estado regulador é a Constituição Federal brasileira de 1988, devendo se guiar pelos seus ditames, não podendo demonstrar neutralidade, especialmente, quando se trata da ordem econômica e social, princípio da dignidade da pessoa Humana, justiça social, proteção do meio ambiente, das relações de consumo, da concorrência, dentre outros. (PLACHA, 2007).

O Estado regulador deve buscar concretizar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos no art. 3º da Constituição, garantindo o desenvolvimento nacional, buscando construir uma sociedade livre, justa e solidária, promover o bem de todos sem nenhuma forma de discriminação e erradicar a pobreza e a marginalização (BRASIL, 1988).

Destarte, a regulação não pode ocorrer de forma desproporcional, nem arbitrária, sob pena de violar a Ordem Constitucional e produzir efeitos nocivos a sociedade e ao mercado. Para a qualidade e melhoria da regulação o Brasil têm utilizado mecanismos e ferramentas, constituindo limites a atuação do Estado regulador, como exemplo, a Análise do Impacto Regulatório (AIR) que será abordada na terceira seção dessa pesquisa.

3 I AGÊNCIAS REGULADORAS E A LEI Nº 13.848/19

Para exercer a função regulatória do Estado foram criadas as Agências Reguladoras como autarquias em regime especial e que possuem autonomia frente ao Poder Público. No Brasil existem 11 Agências Reguladoras Federais: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Cinema (ANCINE), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Mineração (ANM) (BRASIL, 2019).

As agências reguladoras em seu estado primitivo surgiram na Inglaterra no século XIX, como entidades administrativas para resolver conflitos normativos. No entanto, as modernas Agências Reguladoras foram desenvolvidas nos EUA também no século XIX, influenciando vários países, inclusive o Brasil. Seu surgimento se deu principalmente porque

a sociedade reivindicava profissionais com grandes conhecimentos técnicos atuando nas instituições do Estado, regulando com presteza os serviços públicos. Para coibir abusos por parte das Agências Reguladoras, os EUA instituíram mecanismos de defesa, como a Lei do Procedimento administrativo trazendo a possibilidade de controle judicial das suas decisões. (FARIAS; GUERRA; ALVES, 2016).

A criação das autarquias no Brasil ocorreu através da edição do Decreto-lei nº 6016/1943. Tais instituições seriam serviços estatais descentralizados e com personalidade jurídica de direito público. Alguns anos mais tarde foi editado o Decreto-lei nº200/1967 dispondo sobre a reforma administrativa do Estado e organização da administração pública. Tal dispositivo legal conceitua autarquias como sendo um serviço autônomo, cuja criação ocorre por meio de lei, com receitas, patrimônio e personalidade jurídica próprios, com a finalidade de fazer a execução de atividades típicas de Estado que necessitem para funcionar adequadamente de descentralização administrativa e financeira (GUERRA, 2014).

De acordo com Guerra (2014) as Agências Reguladoras possuem regime especial, ou seja, têm privilégios que lhes conferem uma maior autonomia para o melhor desempenho da sua principal competência que é a regulatória. Ademais, têm independência decisória, organização colegiada, autonomia orçamentária e financeira, não existindo a possibilidade dos dirigentes serem demitidos sem motivação. Para a criação das Agências faz-se necessário manifestação do Presidente da República desde que seja aprovada pelo Congresso Nacional, mediante a edição de lei.

Carvalho Filho (2012) assevera que a principal função das Agências Reguladoras é fazer o controle sobre a prestação dos serviços públicos e também o exercício das atividades econômicas. São também responsáveis pela atuação de acordo com os objetivos do governo brasileiro e às estratégias econômicas e administrativas escolhidas.

A autonomia conferida as Agências Reguladoras possui duas funções básicas: a primeira é para que possa atuar com neutralidade, sem estar comprometida com órgão público ou particular, ou seja, para que detenha imparcialidade na condução de suas atividades. Deve atuar através de critérios técnicos fazendo a melhor escolha possível e não por favoritismo. A segunda é para garantir aos investidores externos que existem condições políticas e jurídicas para investirem no Brasil, ou seja, de que pressões políticas não irão interferir nas negociações (SEVERINO; CARVALHO, 2017).

Portanto, a autonomia das Agências Reguladoras leva a independência política, gerencial, normativa e técnica decisional. São dotadas de independência política, pois a escolha de seus dirigentes ocorre através de decisão do Presidente da República, com a aprovação do Congresso Nacional, sendo estáveis no mandato. A independência gerencial, financeira e orçamentária ocorre porque a lei destina receitas às agências, além de serem detentoras de rubricas orçamentárias próprias. A independência normativa caracteriza-se por ser indispensável para a disciplina das atividades econômicas e serviços públicos

sob o seu controle. Já a independência técnica decisional significa que os seus atos têm motivações técnicas (SEVERINO; CARVALHO, 2017).

A atuação das Agências Reguladoras se dá perante as concessões e permissões de serviço público realizadas com o setor privado, previstas no artigo 175 da CF/88. A Lei nº 8.987/1995, art.2º, inciso IV, traz o conceito de permissão como sendo a delegação da prestação de serviço público, a uma pessoa natural ou jurídica capaz de desempenhar tais funções, por sua conta em risco, através de licitação, mas a título precário. A mesma lei, no art. 2º, inciso, preleciona que a concessão consiste na transferência da realização do serviço público, feita pelos entes federativos, através de concorrência, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que seja capaz de desempenhar tais funções, por sua conta e risco e com prazo certo. (BRASIL, 1995).

Mesquita (2005, p. 30) afirma que a sociedade em geral, usuários e consumidores esperam que a atuação das Agências Reguladoras seja baseada especialmente:

- Garantia dos seus direitos, devidamente explicitadas em regulamento e nos contratos de concessão de serviços públicos;
- Prática de tarifas ou preços justos;
- Melhoria contínua da qualidade do serviço e do atendimento prestado pelos concessionários;
- Desenvolvimento tecnológico e práticas eficientes que contribuam para a modicidade tarifária;
- Proteção ao meio ambiente;
- Implementação das políticas setoriais como a universalização dos serviços; e
- Atuação descentralizada, de forma a aproximar a ação reguladora dos consumidores ou usuários.

Em relação aos investidores ou operadores, Mesquita (2005) assegura que as ações das Agências Reguladoras devem respeitar algumas proposições básicas, a saber, manter regras claras e estáveis; conceder remuneração adequada aos concessionários e; fiel cumprimento dos contratos e regulamentos. Por fim, para o bom desempenho de suas funções é necessário que as Agências se pautem nos seguintes critérios:

- Tratamento isonômico;
- Equilíbrio de interesses (neutralidade);
- Prestação de contas;
- Transparência;
- Imparcialidade;
- Gestão ágil e eficiente;
- Credibilidade;

- Participação de usuários ou consumidores e operadores no processo regulatório;
- Diálogo e comunicação permanente com todos os segmentos que interajam com o setor regulado.

As agências reguladoras foram criadas de forma fragmentada por meio de diversificadas leis. Assim, não havia uniformidade em relação às regras e os procedimentos utilizados no desempenho de suas funções. (FORTINI; FAJARDO, 2019). No entanto, em 23 de setembro de 2019 entrou em vigor a Lei nº 13.848/2019, denominada de Nova Lei das Agências Reguladoras, dispoendo sobre a gestão, organização, processo decisório e controle social das agências reguladoras.

O art.2ª da referida Lei lista as agências reguladoras federais e afirma que seus dispositivos alcançam a todas além das agências a serem criadas no futuro. O art.3º da Lei destaca sua natureza especial e sua autonomia nos mais diversos campos, funcional, administrativo, decisório, financeiro e em relação à investidura de seus dirigentes e estabilidade no decorrer dos mandatos. É importante destacar o §3º do art.3º da Lei, pois afirma que as agências devem prever regras de controle interno e gestão de risco e elaborar programa de integridade com a finalidade de descobrir, punir e remediar práticas de corrupção e fraude (BRASIL, 2019).

É relevante mencionar os arts. 17, 18 e 21 da Lei que prelecionam respectivamente que as agências devem elaborar o plano estratégico, gestão anual e a agenda regulatória. O primeiro disporá sobre os objetivos, as metas e resultados esperados da atuação das agências em relação à gestão e regulação fiscalizatória e normativa. O segundo sempre de acordo com o plano estratégico trata-se do planejamento anual da agência, abordará ações, metas e resultados. A agenda regulatória é um instrumento de planejamento da atividade normativa que disporá sobre os temas considerados prioridade (BRASIL, 2019).

Interessante disposição está prevista no art. 9º da Lei que afirma que uma consulta pública deverá ser realizada previamente a edição de ato normativo de interesse geral dos consumidores, usuários ou agentes econômicos. Outro aspecto relevante são os mecanismos de controle, o art. 14 da Lei determina que as agências serão monitoradas pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União e o art. 22 que dispõe que cada agência possuirá ouvidoria interna (BRASIL, 2019).

A Nova Lei das Agências Reguladoras claramente consolida o caráter autônomo dessas instituições, bem como consegue integrá-las eficazmente, permitindo que atuem de forma mais independente, o que vai gerar melhoria na qualidade da regulação e atrairá mais investimentos externos para o país.

Para aprimorar a atuação das agências que visam à satisfação dos interesses públicos, dos investidores, dos consumidores, dos usuários, a segurança jurídica, a governança, a eficiência, a probidade, dentre outros, a lei previu mecanismos de controle

que constituem verdadeiros limites à regulação setorial. Tais instrumentos estão previstos no art.4º e no art.6º e serão esmiuçados na seção subsequente.

4 I DAS LIMITAÇÕES À REGULAÇÃO

A Lei nº 13.848/19 tratou no capítulo I do processo decisório das agências reguladoras, dispondo em seu artigo 4º que no desempenho de suas atividades devem observar a adequação entre os meios e os fins, não podendo impor restrições, sanções ou obrigações superiores as necessárias a realização do interesse público. Do mesmo modo, o art. 5º do mesmo diploma legal certifica que as decisões das agências reguladoras devem ser motivadas, incluindo a edição ou não de atos normativos (BRASIL, 2019).

Esses dispositivos da Nova Lei das Agências Reguladoras sofreram influência direta das Leis 13.303/16, Lei das Estatais, e da Lei nº 13.655/18 que incluiu na LINDB (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) disposições relativas à segurança jurídica e também à eficiência na criação e aplicação do direito público. Ambas tentam melhorar a tomada de decisão pelos entes públicos (BRASIL, 2018, a).

A nova redação do art. 20 da LINDB passou a dizer que nas três esferas, judicial, administrativa e controladora, não haverá decisão baseada em valores jurídicos abstratos sem que antes sejam avaliadas as consequências práticas da decisão. E, mais, as decisões que serão sempre motivadas devem demonstrar a necessidade e adequação. Já o art.21 da LINDB determina que a decisão de qualquer esfera, judicial, controladora ou administrativa, desde que seja responsável por invalidar contrato, ato, processo, norma ou ajuste deve apontar as consequências geradas. Ou seja, a decisão precisará ser necessariamente motivada. (BRASIL, 2018, a).

Nesse contexto, a LINDB com a nova redação que lhe foi dada, destacou a relevância da análise das consequências da tomada de decisão, passando a exigir, em todos os âmbitos, que sejam avaliadas sempre visando o bem comum. Tais disposições estão presentes no Marco Legal das Agências Reguladoras de modo bem semelhante. (FORTINI; FAJARDO, 2019).

Assim, o art.4º da Lei 13.848/19 veio para tentar combater desvios das finalidades das agências reguladoras. Agora nas suas atuações funcionais devem observar a proporcionalidade, a adequação e a motivação de suas decisões, constituindo o primeiro limite à regulação setorial.

O artigo 6º do Marco Legal das Agências Reguladoras dispõe sobre um instrumento de relevância ímpar para a melhoria da qualidade regulatória, a Análise do Impacto Regulatório (AIR) afirmando que a adoção e a alteração de atos normativos que sejam do interesse dos agentes econômicos, usuários dos serviços e dos consumidores devem ser antecedidas de AIR que disponibilizará todos os informes a respeito de seus efeitos. (BRASIL, 2019).

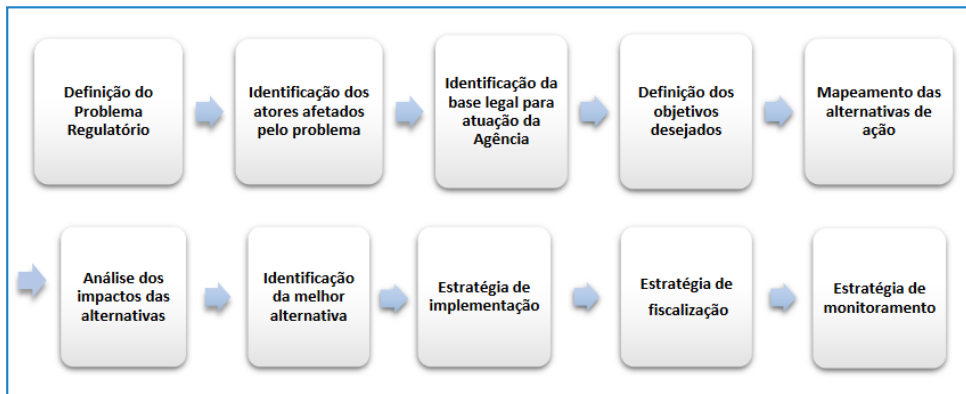
A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) influenciou todos os países membros a realizarem AIR, inclusive aprovando leis. Em 2016 diante da grave crise que assolou a economia do Brasil, perceberam-se falhas na governança e na regulação. Então, em 2018 o governo elaborou um manual denominado “Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR)”, estabelecendo que desde o início da regulação a AIR deverá estar presente, ou seja, antes da elaboração ou modificação de atos normativos que possam impactar em direitos ou deveres (CARVALHO; CONDE, 2019).

O art. 6º do Marco Legal das Agências Reguladoras também determina que deva ser elaborado um regulamento para tratar a respeito da AIR (BRASIL, 2018, a). Tudo indica que terá como base o referido Manual. Assim, é relevante para essa pesquisa tratarmos sobre premissas conceituais básicas de AIR nele dispostas.

O manual define AIR como sendo: “um processo sistemático de análise baseado em evidências que busca avaliar, a partir da definição de um problema regulatório, os possíveis impactos das alternativas de ação disponíveis para o alcance dos objetivos pretendidos”. E, mais: “tem como finalidade orientar e subsidiar a tomada de decisão e, em última análise, contribuir para que as ações regulatórias sejam efetivas, eficazes e eficientes”. (BRASIL, 2018, b, p.06).

Destarte, a AIR é um instrumento que tem por finalidade fazer avaliação dos custos, benefícios e efeitos de uma regulação. Trata-se de um processo que ocorre no início do processo de regulação, gerando um relatório que visa elucidar prováveis problemas, avaliar alternativas, indicar impactos indiretos da ação do governo e certificar que o ato praticado seja justificável. Produz dados empíricos que permite aos gestores decidirem com segurança apreciando todas as alternativas e os impactos de suas escolhas (ALVES; PECL, 2011). A AIR constitui, portanto, uma segunda maneira de limitar à regulação estatal.

A AIR procura impedir que as decisões regulatórias sejam resolvidas a partir de informações incompletas e sem análise adequada de qual população será atingida e de que forma. Não se trata de uma simples confrontação sobre qual a melhor opção de intervir. Deve buscar compreender a natureza e o tamanho da problemática regulatória encontrada, definindo se uma intervenção é necessária e de qual espécie. (BRASIL, 2018, b). O processo de Análise do Impacto Regulatório segue as seguintes etapas:



Fonte: Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para elaboração de Análise do Impacto Regulatório, 2018.

O manual de boas práticas regulatórias da Anatel descreve bem esse processo: primeiramente define-se o problema regulatório, ou seja, o que está gerando a problemática e quais suas principais consequências. Nesse momento, consegue-se distinguir os agentes que serão afetados. Logo em seguida, definem-se os objetivos que se almeja alcançar com a regulação. (ANATEL, 2018).

O próximo passo é mapear todas as opções de ação que possam resolver a problemática inicial. Analisa-se, então os impactos das diversas alternativas de ação, todas as suas consequências positivas e negativas. Todas as alternativas encontradas são, então, comparadas e recomenda-se a melhor. (ANATEL, 2018). Por fim, a AIR deve, ainda, proporcionar estratégia de implementação, de monitoramento e de avaliação.

A AIR contribui para a elaboração da regulação, mas também para todo o ciclo regulatório, conforme ilustrado a seguir:



Fonte: Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para elaboração de Análise do Impacto Regulatório, 2018.

Como resultado da AIR decorre um relatório de AIR destinado tanto para quem vai tomar a decisão quanto para a sociedade. Tal documento não vincula a agência, objetiva apenas conceder mais segurança no momento da decidir sobre qual atitude tomar. Ou seja, o Conselho Diretor possui autonomia para agir ou não e de que forma, desde que se decidir contrariamente ao relatório fundamente sua decisão. Assim, a partir da apreciação desse relatório os tomadores de decisão poderão (BRASIL, 2018, b, p.07):

- Ter melhor conhecimento sobre a real necessidade de ação por parte da Agência, órgão ou entidade da administração pública;
- Distinguir as alternativas de ação possíveis, as vantagens e desvantagens de cada uma; e
- Tomar uma decisão melhor embasada e ter maior segurança sobre possíveis efeitos.

A sociedade precisa ter uma clara compreensão do relatório de AIR, sendo capaz de identificar (BRASIL, 2018,b, p.08):

- O problema identificado e a necessidade de intervenção da agência, órgão ou entidade da administração pública;
- Os benefícios esperados com a ação recomendada e porque ela foi escolhida frente às demais opções disponíveis; e
- As restrições ou obrigações geradas pela intervenção recomendada e como ela

será implementada.

O relatório, então, é submetido à audiência pública, na qual acontecerão debates e recolhimento de sugestões para melhoria. Logo após, o Conselho Diretor decide se vai regular ou não. Se a decisão for positiva elabora-se a norma regulatória e a estratégia de implementação é apresentada. Por fim, ocorre a fiscalização, monitoramento, avaliação e revisão.

Diante da importância da regulação setorial o Estado democrático de Direito não pode admitir sua ocorrência sem limites previamente estabelecidos, pois, do contrário, a tendência seria acontecer abusos e violações aos direitos dos vários envolvidos, investidores, internos e externos; consumidores e usuários do serviço público.

O marco legal das agências reguladoras objetivando a segurança jurídica, seguiu a tendência de todas as recentes legislações editadas no Brasil, trazendo em seu corpo limitações à atuação regulatória. O art.4º ao apresentar os conceitos de adequação, proporcionalidade e motivação, claramente demonstra que o agente regulador precisa atuar dentro da mais ampla legalidade e dando uma resposta de qualidade para as partes, tendo, assim, seus poderes limitados.

Já o art. 6º do referido diploma legal ao prever a necessidade de AIR antes mesmo do início da regulação, visando dentre outros motivos chegar à conclusão de qual a melhor conduta que a agência deve seguir, corrobora o entendimento de que não é saudável para a economia nacional deixar a regulação ao puro arbítrio da agência reguladora. A limitação de suas ações evitará corrupção, a violação aos direitos dos administrados, prejuízos ao erário, dentre outros.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde meados da década de 1990 quando foram iniciadas as desestatizações no Brasil através da conhecida Reforma do Aparelho do Estado a regulação setorial é assunto de destaque. As diversas agências reguladoras não possuíam uma legislação uniforme até o ano de 2019 quando foi editada a Lei nº 13.848/19, responsável por disciplinar todas as agências em âmbito federal. Diante de tal legislação surgiu o questionamento se em seu corpo havia algum disposto que impusesse limites à atuação regulatória das agências. Foi o que se investigou na presente pesquisa, tendo sendo dividida, para tanto, em três seções.

Na primeira seção pode-se constatar que o Estado em um primeiro momento era Liberal. No entanto, esse modelo não foi capaz de atender as demandas sociais que se multiplicavam. Surgiu, então, o Estado de Bem-Estar Social com a característica de intervir na economia de modo a satisfazer todas as necessidades básicas dos cidadãos. Contatou-se também que esse modelo era ineficiente pelo fato que o Estado não detém capacidade financeira para tudo. Da sua crise nasceu o Estado regulador. Muitas atividades antes prestadas através do serviço público foram passadas para a iniciativa privada considerada

com capacidade superior de fornecer serviços de qualidade.

Na segunda seção pode-se verificar que as agências reguladoras, que possuem natureza de autarquia em regime especial ficaram com a função de controlar e fiscalizar a prestação de serviços e também a atividade econômica buscando qualidade e eficiência. Examinaram-se, ainda, alguns dos principais dispositivos da Nova Lei das Agências Reguladoras.

Na terceira seção, pode-se constatar que o Marco Legal das Agências Reguladoras traz claros limites à regulação estatal. Quando os artigos 4º e 5º disciplinam a necessidade de proporcionalidade, adequação e motivação no processo decisório, deixam explícito que as decisões das agências não podem ser tomadas de forma desarrazoada ou ao acaso, precisando estar amparadas nas leis e tendo por objetivo o bem comum.

Já o art. 6º preleciona sobre importante instituto para a melhoria da qualidade regulatória que é a Análise do Impacto Regulatório. Ao analisar os prováveis impactos das alternativas de regulação, muitas vezes decidindo por não regular ou escolhendo a opção que o relatório de AIR apontar como menos prejudicial, as agências reguladoras estão agindo com limites, visando o bem comum.

Portanto, conclusivamente vislumbra-se que esses dispositivos legais ao disporem sobre restrições à atuação das agências reguladoras geram segurança jurídica, demonstrando a seriedade que o Estado Regulador brasileiro possui ao tratar as questões dos administrados, contribuindo para o fortalecimento da economia nacional, pois um Estado coerente em sua administração atrai mais investimentos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flávia Neves Rocha. PECL, Alketa. Análise de Impacto Regulatório: uma nova ferramenta para a melhoria da regulação na Anvisa. **Rev Saúde Pública**, 2011; 45(4):802-5. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n4/2203.pdf>. Acesso em: 13. Jan.2020.

ALVES, Flávia de Freitas. **A Reforma do Estado nos anos 90 e sua influencia na autonomia das Universidades Federais Brasileiras**. Universidade Federal de Viçosa. Acesso em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0193.pdf?fbclid=IwAR2Xsp6cEo49LgAKvq-yEfPjUCxmAVbbJAiLMCQ6BqMFAtPri-w4CwKE8Hs>. Disponível em: 09. jan.2020.

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Manual de Boas Práticas Regulatórias**. 2018. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=348609&pub=original&filtro=1&documentoPath=348609.pdf>. Acesso em: 14. Jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 09. jan.2020.

BRASIL. **Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para Elaboração de Análise do Impacto Regulatório (AIR)**. 2018, b. Disponível em: https://www.legiscompliance.com.br/images/pdf/guia_analise_impactos_regulatorios_junho_2018.pdfAcesso em: 13. Jan. 2020.

BRASIL. **Lei N° 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm. Acesso em: 12.jan.2020.

BRASIL. **Lei N° 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018,** aInclui no Decreto-Lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre a segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13655.htm. Acesso em: 13.jan.2020

BRASIL. **LEI N° 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019.** Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13848.htm. Acesso em: 11. Jan.2020.

CARVALHO FILHO. José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** São Paulo: Atlas, 2012.

CARVALHO, Francisco. CONDE, Luiz Felipe. **Análise do Impacto Regulatório X MP da Liberdade Econômica X Lei Geral das Agências Reguladoras.** Disponível em: https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI309359,41046-Analise+de+impacto+regulatorio+x+MP+da+liberdade+economica+x+Lei?fbclid=IwAR0Yq3op_nonWj2ufhLHf1siDuR1mPnuBUq2lOyWXUS7ZyL949lWmDdsTi4. Acesso em: 13. jan.2020.

FARIAS, Carlos Frederico Nóbrega. GUERRA, Gustavo Rabay. ALVES, Renato José Ramalho. Regulação Setorial no Brasil e Teoria da Captura de Agências: lineamentos históricos, concepção e desafios para um modelo regulatório independente. **Revista Jurídica-UNICURITIBA**, vol. 02, n° 43, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1829>. Acesso em: 09. Jan.2010.

FORTINI, Cristina. FAJARDO, Gabriel. **A nova Lei das Agências Reguladoras: impressões iniciais.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-27/interesse-publico-lei-agencias-reguladoras-impressoes-iniciais>. Acesso em: 12.jan.2020.

GUERRA, Sérgio. Função de Regulação e sustentabilidade. Revista Direito à Sustentabilidade-UNIOESTE, v.1, n.1, 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/direitoasustentabilidade/article/view/11047>. Acesso em: 11. jan.2020.

MELO, Thiago Dellazari. Do Estado Social ao Estado Regulador. **Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC.** 2010. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12043/1/2010_art_tdmelo.pdf. Acesso em 09. Jan.2020.

MESQUITA, Álvaro Augusto Pereira. O papel e o funcionamento das Agências Reguladoras no contexto do Estado brasileiro. Problemas e soluções. **Revista de Informação Legislativa.** Brasília a. 42 n. 166 abr./jun. 2005. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/42/166/ri_l_v42_n166_p23.pdf?fbclid=IwAR3QeXQy-kyoNKOWx3RJALp6UaAYunv3GGaVLW2fNYxuMwP-wzqzaAGRCGM. Acesso em: 11 jan.2020.

OLIVEIRA, Eduardo Alvares de. **Os Direitos Fundamentais de segunda dimensão no Estado Constitucional Democrático e a jurisdição constitucional.** Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/revista/pdfs_8/Artigo%203_R29OK_Layout%201.pdf. Acesso em: 09. jan.2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, 47(1) janeiro 1996. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>. Acesso em: 09.jan.2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma gerencial e legitimação do Estado Social. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 51(1), 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n1/0034-7612-rap-51-01-00147.pdf?fbclid=IwAR2oMpwWMGB85EBZsgUz8iRLmInL_UtX5MyvIDg2SPYcR98F6F3yN4fsYbY. Acesso em: 09. Jan. 2020.

PLACHA, Gabriel. **A atividade Regulatória do Estado**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp024861.pdf>. Acesso em: 10.jan.2020.

SEVERINO, Mariana Rocha Sousa. CARVALHO. Ivan Lira de. O papel das agências reguladoras sobre a realização dos serviços públicos por particulares frente ao Estado Regulador. **Revista Constituição e Garantia de Direitos**. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwi3jY7s1_7mAhWtILkGHW1EA5UQFjAAegQIBhAC&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufrn.br%2Fconstituicaoegarantiadedireitos%2Farticle%2Fdownload%2F13460%2F9134%2F&usq=AOvVaw14Q1JgrRTWEFg5C4nkoLXR. Acesso em: 12.Jan.20.

SILVA, Cristina Alves da. NELSON, Rocco Antônio Rangel Rosso. Uma análise do aspecto regulador do Estado brasileiro à luz do papel das agências reguladoras. **RDA – revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 268, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/50738>. Acesso e, 09. jan. 2020.

SOUZA, Juliana Vieira Bernat de. As Agências Reguladoras no Brasil e a regulamentação no setor de saúde. **Jus.com.br**. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/54691/as-agencias-reguladoras-no-brasil-e-a-regulamentacao-no-setor-de-saude?fbclid=IwAR0Gsk9VRy4PMjD1OTZZZHEafn8NvOTW3AJggrYJ18H9LyAp7fjKjVHE8v4>. Acesso em: 09. Jan.2020.

CAPÍTULO 12

A VOZ DA TIPOGRAFIA NO CINEMA ANTES DO SOM SINCRONIZADO. CINEMA MUDO?

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 20/09/2021

Fernanda Pacheco de Moraes

Universidade Estadual do Centro-Oeste –
UNICENTRO
Guarapuava - Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7911471643785863>

RESUMO: A Tipografia se insere na comunicação como uma ferramenta que dá corpo físico à linguagem, transformando informações em textos, com caracteres que não somente servem à assimilação de conteúdos, como também são detentores de função e expressividade autônomas. Nas telas do cinema, a tipografia teve inicialmente um propósito elementar: exibir as falas de um filme mudo. A partir dessa perspectiva, discorre-se sobre a tipografia e seu papel no cinema não-falado, destacando as formas pelas quais os recursos tipográficos estavam presentes no meio. Acrescenta-se também um apanhado geral das características técnicas desta fase do cinema, procurando reconhecer em produções audiovisuais contemporâneas, como comerciais de televisão e videocliques musicais, traços da estética do cinema anterior ao som sincronizado.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação, tipografia, audiovisuais, cinema mudo, impressos

THE VOICE OF TYPOGRAPHY IN CINEMA BEFORE THE SYNCHRONIZED SOUND. SILENT FILM?

ABSTRACT: Typography is part of communication as a tool that gives a physical body to language, transforming information into texts, with characters that not only serve the assimilation of content, but also have autonomous function and expressiveness. On movie screens, typography initially had an elementary purpose: to display the lines of a silent film. From this perspective, typography and its role in non-spoken cinema are discussed, highlighting the ways in which typographic resources were present in the medium. It also adds an overview of the technical characteristics of this phase of cinema, seeking to recognize in contemporary audiovisual productions, such as television commercials and music videos, traces of cinema aesthetics prior to synchronized sound.

KEYWORDS: Communication, typography, audiovisuais, silent cinema, printed

1 | INTRODUÇÃO

A comunicação está em todo lugar, é um fato concreto com presença permanente no cotidiano das pessoas. Além do mais, não se limita a um único meio de expressão, sendo representada na cena atual, em grande parte, por peças impressas e meios audiovisuais. Livros, revistas, outdoors, cartazes, sistemas de sinalização, a web, a televisão e o cinema acompanham a vida dos indivíduos.

É nesse cenário que os tipos gráficos são inseridos, ou seja, as letras aparecem como representação verbal e visual da linguagem e do pensamento humano, constituindo assim a chamada: tipografia.

Desde a época de Gutenberg, no século XV, quando estava associada ao desenvolvimento da imprensa por tipos móveis, até os dias de hoje, a tipografia se faz presente com um legado que contribui para difundir informações e, conseqüentemente, se presta ao desenvolvimento intelectual.

Segundo Stanley Morison (1999), o criador de uma das fontes mais conhecidas e empregadas no mundo, a Times New Roman, a tipografia deve ser considerada como “a arte de dispor corretamente o material impresso de acordo com um propósito específico: o de colocar as letras, dividir o espaço e organizar os tipos com vistas a prestar ao leitor a máxima ajuda para a compreensão do texto” (MORISON, 1999, p.95, tradução nossa).

Quando disse isso, Morison enfatizava também que a tipografia era um meio eficaz para se conseguir um fim utilitário, isto é, que não produzisse ruídos ou obstáculos entre o autor e o leitor. Seguia dizendo que as escolhas tipográficas e de composição dos materiais impressos, principalmente no que se referia a livros, se constituiria menos perniciosa se mantivesse a monotonia e a mediocridade das escolhas. O autor ressaltava que apenas a propaganda, fosse esta da espécie que fosse, poderia ousar na excentricidade e informalidade na hora de selecionar os tipos, pois somente a novidade seria capaz de vencer a indiferença no que se refere a impactar o leitor.

Para Arroyo (2005), a tipografia é “a representação gráfica da linguagem através da escrita formalizada e estandardizada”, e seus pensamentos vem complementar as ideias de Morison quando salienta que a tipografia também “[...] busca persuadir o leitor para que leia um texto, mediante a eleição de um tipo de letra adequado e uma composição clara, atrativa e legível” (ARROYO, 2005, p.7).

Sem desconsiderar as definições mencionadas, toma-se também o que foi descrito por Farias (2013), como uma colocação útil para essa discussão, ou seja, o autor apresenta a tipografia como

o conjunto de práticas subjacentes à criação e utilização de símbolos visíveis relacionados aos caracteres ortográficos (letras) e para-ortográficos (tais como números e sinais de pontuação) para fins de reprodução, independentemente do modo como foram criados (a mão livre, por meios mecânicos) ou reproduzidos (impressos em papel, gravados em documento digital) (FARIAS, 2013, p.18).

Ressalta-se ainda que, o fim estético que desperta o aspecto do prazer visual das formas obtido quando da seleção ajustada dos tipos¹, em qualquer que seja o meio empregado, aliado a possibilidade de uma leitura profícua para o completo entendimento dos conteúdos apresentados são valores pertinentes e considerados no estudo.

¹ Originalmente designava cada uma das peças inventadas por Gutenberg (chamados de tipos móveis) para impressão tipográfica, atualmente designa qualquer letra impressa (FERNANDES, 2003, p. 247).

No que tange à aplicação dos tipos em um material impresso ou audiovisual para a constituição de um texto, é possível observar que os diferentes caracteres possuem visualmente uma personalidade, alguns tipos são mais formais, outros mais descontraídos e, dependendo de onde e como é empregado, o mesmo tipo pode ter significados diferentes. O campo visual da tipografia remete ainda, a diferentes vozes, ou tons de voz pelos quais a mensagem será expressa. Trata-se de uma informação verbal que será lida, mas que também será vista, permitindo leituras diversas conforme a fonte² a ser empregada.

Nazarian (2011) ilustra em seu livro “Como criar em Tipografia”, o que foi descrito acima, afirmando que “os tipos de letra falam em diferentes tons de voz” (NAZARIAN, 2011, p.20). Desse modo, é possível dizer que a tipografia tem a propriedade de manipular a maneira como o leitor responde a uma abordagem a partir de uma palavra empregada, dependendo da fonte em que esta aparece grafada. No caso ilustrado “assassinato” é grafado em quatro fontes diferentes (Courier, Agincourt, Zapfino e Arial) que carregam consigo associações distintas e que são atribuídas à palavra quando esta é escrita. (ver Figura 1)

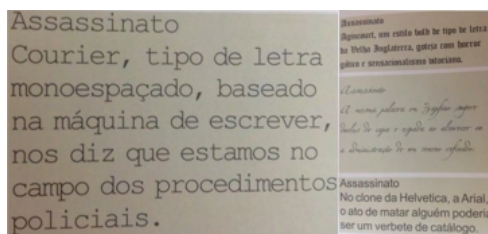


Figura 1. A palavra “assassinato” é grafada em fontes diversas, remetendo a diferentes interpretações. (NAZARIAN, 2011, p.20)

O exemplo apresentado permite que sejam percebidos resultados diversos, obtidos a partir da escolha de tipos variados, sendo que cada um deles pode causar sentimentos e reações distintas no leitor. No campo da publicidade a estratégia de uso dos tipos é empregada para selecionar o leitor conforme os tipos apresentados em um determinado material, atraindo-o com mais vigor para a leitura e, conseqüentemente, para o que esta sendo divulgado.

A escolha tipográfica para qualquer composição seja para um impresso, para a tela do computador em um material via web, ou para um produto multimídia, evidencia a importância que a eleição das fontes exerce na compreensão da mensagem, possibilitando, inclusive, a opção por fontes que referenciam uma época ou um lugar.

Nesse sentido, Gaudêncio Júnior (2004) menciona Jan Tschichold, o tipógrafo e teórico criador da Nova Tipografia nos anos vinte, que afirmava que as antigas letras

² O mesmo que tipologia, conjunto de letras que comporta todo o alfabeto, sinais ortográficos, algarismos e sinais de pontuação, todos desenhados segundo os mesmos parâmetros gráficos (FERNANDES, 2003, p. 239).

romanas com seus itálicos “traziam em seus detalhes a imitação da pena e do formão, já os tipos Bodoni eram os arquétipos de uma letra gravada mais simples, regular e apropriada à natureza mecânica da tipografia” (GAUDÊNCIO JÚNIOR, 2004, p.64).

Destaca-se ainda, na esteira de Bringhurst (2005), que apesar das exceções e do inusitado a tipografia deveria sempre prestar um serviço ao leitor, convidando-o a leitura; revelando o teor e o significado do texto; tornando clara a estrutura e a ordem do texto; conectando o texto a outros elementos existentes e induzindo-o a um estado de repouso energético, que é a condição ideal de leitura.

2 | O CINEMA INICIAL

No começo o cinema atraía as plateias e mobilizava os espectadores mais em função de seu caráter fantástico do que propriamente pelas histórias que contava. Misturado a outras formas de cultura, quando do seu surgimento o cinema se encontrava em um estágio preliminar de linguagem e, somente anos após o seu início seria reconhecido na condição de arte.

Para Costa (2008), qualquer marco cronológico que se possa estabelecer a respeito do nascimento do cinema é arbitrário, porém, a projeção de imagens animadas realizadas pelos irmãos Lumière, em Paris, em 1895 é considerada o registro oficial do seu surgimento. Ademais, ressalta que “quanto mais os historiadores se aprofundam na história do cinema, na tentativa de desenterrar o primeiro ancestral, mais eles são remetidos para trás, até os mitos e ritos dos primórdios” (COSTA, 2008, p. 10).

Segundo a autora quando o cinema surgiu, em meados de 1895

não possuía um código próprio e estava misturado a outras formas culturais, como os espetáculos de lanterna mágica, o teatro popular, os cartuns, as revistas ilustradas e os cartões-postais. Os aparelhos que projetavam filmes apareceram como mais uma curiosidade entre as várias invenções que surgiram no final do século XIX. Esses aparelhos eram exibidos como novidade em demonstrações nos círculos de cientistas, em palestras ilustradas e nas exposições universais, ou misturados a outras formas de diversão popular, tais como circos, parques de diversões, gabinetes de curiosidades e espetáculos de variedades. Transformação constante. Essa talvez seja a melhor maneira de descrever os primeiros 20 anos do cinema, de 1895 a 1915. (COSTA, 2006, p.17)

As primeiras experimentações cinematográficas foram realizadas no período denominado Primeiro Cinema, costumeiramente localizado pelos historiadores entre 1894 e 1908 e caracterizado como período não narrativo. Um segundo período de crescente narratividade se estabeleceu de 1908 a 1915, complementa Costa (2008).

Entretanto, durante muito tempo, esse cinema foi considerado pouco interessante para a sua história, porque se considerava que não passava de tentativas desajeitadas de chegar a uma forma de narrativa intrínseca ao meio, que se estabeleceria posteriormente.

“Preocupados em promover o cinema ao status elevado das belas-artes, muitos historiadores afirmavam que os filmes antes de Griffith³ não eram exatamente obras de arte” (COSTA, 2008, p.73). Posteriormente, a corrente de opiniões que desmerecia os anos iniciais do cinema foi questionada e conforme a autora, Jean-Louis Comolli era um dos teóricos que criticava a concepção linear de história do cinema propondo uma construção histórica baseada mais nas descontinuidades e rupturas do que num esquema evolutivo.

Anos mais tarde, Benjamin (1987) destacou a importante capacidade do filme de exercitar o homem nas novas percepções e reações exigidas por um aparelho técnico cujo papel é crescente em sua vida cotidiana. E acrescentou que “fazer do gigantesco aparelho técnico do nosso tempo o objeto das inervações humanas – é essa a tarefa histórica cuja realização dá ao cinema o seu verdadeiro sentido” (BENJAMIN, 1987, p.174). O autor alerta para o fato de que o cinema é um bom exemplo do tempo do domínio das técnicas de reprodução sobre a produção e a fruição da obra de arte⁴, que resultaram na perda de sua aura, isto é, “a arte contemporânea será tanto mais eficaz quanto mais se orientar em função da reproduzibilidade e, portanto, quanto menos colocar em seu centro a obra original” completa. (ibid, p.180).

A reproduzibilidade permitiu às massas uma proximidade dos objetos de desejo, deixando para outro plano a preocupação com a sua unicidade. No caso do cinema “a reproduzibilidade técnica do filme tem seu fundamento imediato na técnica de sua produção. Esta não apenas permite, da forma mais imediata, a difusão em massa da obra cinematográfica, como a torna obrigatória” (BENJAMIN, 1987, p.172).

Voltando às veredas do cinema inicial, Philip Kemp (2011) aponta um paradoxo e explica que um dos principais fatores da rápida universalização do cinema foi justamente sua grande limitação: o silêncio. Para este, “filmes mudos eram facilmente adaptáveis, a custos baixos: bastava colocar alguns intertítulos traduzidos e um filme podia ser exibido para plateias de qualquer lugar” (KEMP, 2011, p.8).

Nesse sentido, Cousins (2013) concorda dizendo que “a ausência de barreira de linguagens assegurou que o nascimento do cinema fosse realmente internacional e que os filmes da primeira década fossem mostrados pelo mundo todo” (COUSINS, 2013, p. 18).

Aliás, esses mesmos argumentos foram usados para defender a permanência do cinema da denominada “era silenciosa” ou para criticar a inserção do som sincronizado nas produções. Redundante e desnecessária era a presença das falas, consideravam alguns cineastas que afirmavam que o som passava ao espectador a mesma informação que a imagem. Sentenciava-se ainda, que os filmes sonoros teriam o som como fator limitador de expansão para além-fronteiras.

Martin (2005) lembra o que Chaplin declarou, “Os filmes falados? Podem dizer que

3 “O nascimento de uma nação”, D. W. Griffith, 1915.

4 Para Moles (1987), o termo obra de arte, é considerado atualmente antiquado e “deve ser tomado como uma cômoda abreviatura de sequência de situações estéticas” (MOLES, 1987, p. 234).

os detesto! Vêm estragar a arte mais antiga do mundo, a arte da pantomima. Destroem a grande beleza do silêncio” (MARTIN, 2005, p. 137).

Segundo Hertz (2004), no penúltimo número do jornal *O Fan*⁵ (1930), foram publicados trechos do manifesto assinado por três cineastas russos, Eisenstein, Pudovkin e Alexandrof onde estes condenavam o cinema sonoro, afirmando a importância do aprimoramento das técnicas de montagem e enfatizando que

a linguagem das imagens, no cinema mudo, seria universal, sem a necessidade de tradução, o que permitiria que os filmes pudessem ser compreendidos sem dificuldade por plateias de todo o mundo, ao contrário do que imaginavam que fosse acontecer com o cinema falado, que, segundo esses cineastas, traria muitas limitações para a exibição dos filmes (HERTZ, 2004, p.2).

Na obra “A Linguagem cinematográfica”, Martin (2005) revela as palavras receosas dos cineastas, contidas no manifesto de 1928,

o filme sonoro – escrevem – é uma arma de dois gumes e é muito provável que venha a ser utilizado segundo a lei do menor esforço, quer dizer, para satisfazer simplesmente a curiosidade do público. Mas o maior perigo é constituído, talvez, pela ameaça da invasão do cinema pelos “dramas de alta leitura” e outras tentativas de intrusão do teatro ecrã. Utilizado desta maneira, o som destruirá a arte da montagem, um dos meios fundamentais do cinema. Porque qualquer adição de som a fracções de montagem intensificará essas fracções e enriquecerá o seu significado intrínseco, e isto, sem dúvida, em detrimento da montagem, que produz o seu efeito não por pedaços mas sim, acima de tudo, pela reunião desses pedaços” (MARTIN, 2005, p. 138)

Por outro lado, de acordo com Doane (1983), o cinema mudo é compreendido retrospectivamente e no seu tempo como deficiente e incompleto. Esse pensamento se confirma quando Bazin (1991) menciona uma tendência que dizia que “o cinema mudo não passava, de uma enfermidade: a realidade, menos um de seus elementos” (BAZIN, 1991, p.70).

Para compensar a carência em relação às falas comentava-se que haveria um emprego exacerbado dos gestos e expressões faciais que tangenciavam o exagero, “os gestos estilizados do cinema mudo, sua pesada pantomima, têm sido definidos como uma forma de compensação para esta deficiência” ponderou Doane (1983, p.457).

A ausência de falas foi considerada como defeito e, portanto, somente depois da invenção do cinema falado que se utilizou a denominação de Cinema Mudo. Não obstante, a todas as controvérsias afirma-se que denominar o cinema de “mudo” talvez seja reducionista ao extremo, considerando que diversas eram as estratégias comunicacionais disponíveis no arsenal dos discursos cinematográficos. Afinal, como apontado por Bazin (1991),

não parece que a linguagem cinematográfica careça de meios para dizer o que ela tem a dizer. Se o essencial da arte cinematográfica consiste em tudo

⁵ Publicação oficial do *Chaplin Club* grupo que, no Rio de Janeiro, entre 1928 e 1930, debatia e publicava textos com discussões teóricas sobre cinema. (HERTZ, 2004, p.1)

o que a plástica e a montagem podem acrescentar a uma realidade dada, a arte muda é uma arte completa. O som só poderia desempenhar, no máximo, um papel subordinado e complementar: em um contraponto à imagem visual. (BAZIN, 1991, p.68)

Antes de qualquer coisa, o cinema mudo marca uma época do cinema que se encerrou por volta de 1930, e pela ótica do seu caráter estético e crítico é uma forma de arte diferente do cinema falado.

Aumont (2003) destaca algumas características do cinema mudo que merecem ser salientadas e que qualificam a especificidade estética dessa arte, como aponta a tabela 1:

C I N E M A M U D O	1. Expressividade gestual e mímica dos atores;
	2. Importância do aspecto visual, notadamente do enquadramento e da composição dos planos;
	3. Importância da montagem em razão, primitivamente, da necessidade de explicitar o sentido das imagens – naturalmente ambíguas na ausência da fala -, mas tornou-se pouco a pouco, um princípio significante em si; correlativamente, busca de um ritmo visual;
	4. Privilégio concedido a certos objetos (paisagem, rostos, objetos em primeiro plano), a certos temas (sonho, fantástico, cósmico), a certos tons ou gêneros (lírico, melodramático, burlesco);
	5. Recorrência de certos sucedâneos dos efeitos sonoros (letreiros, primeiros planos, inserções muito breves, efeitos gráficos)

Tabela 1. Características do cinema mudo. (AUMONT, 2003, p. 202 e 203).

Os cenários dos filmes eram outro caso a parte, assim como no teatro, os elementos cenográficos eram organizados de forma que pudessem ser vistos pelo público, sem uma preocupação com a reprodução realista do ambiente. O apelo a painéis indicativos e objetos pintados era comum, mesclando locações naturais com cenários artificiais, e elementos em desenhos planos e outros tridimensionais ou reais, aponta Musser (1994).

A pouca uniformidade notada nas produções cinematográficas também era percebida na audiência e nos mecanismos de compreensão dos filmes, o que o fez Musser definir três formas básicas de entendimento dos filmes.

Na primeira forma, o público carecia de um conhecimento prévio do assunto para que pudesse haver uma compreensão adequada do que estava sendo tratado. Muitas vezes o contexto cultural do espectador contava para a sua interpretação. A segunda possibilidade dependia de uma explicação do que estava sendo mostrado na tela feita por um conferencista ou pelo exibidor, que comentavam o filme usando também efeitos sonoros e música para contextualizar a história. A figura do comentador nas sessões de cinema era segundo Noel Burch (1987), “uma tentativa de linearizar a leitura destas imagens que frequentemente eram demasiado autárquicas para estruturar-se espontaneamente em cadeias, e demasiado centrífugas para que o olho encontrasse nelas o seu caminho segura e rapidamente” (BURCH, 1987, p.165).

O comentador, porém não era figura obrigatória, pois muitas vezes recorria-se aos intertítulos⁶ comuns aos espetáculos de lanterna mágica para facilitar o entendimento pelo público (Costa, 2005). Em sua classificação Musser (1994) menciona, por último, os filmes mais simples e que podiam ser entendidos sem interferência externa. Nas três formas arroladas por Musser (1994) havia um elemento usual, que segundo Tietzmann (2007, p. 4) era a “incorporação da linguagem verbal gráfica na forma de tipografia em palavras e pequenas frases escritas” que eram aplicadas sobre as imagens ou em cartões que as acompanhavam.

3 I MAS AFINAL, O QUE A TIPOGRAFIA TEM EM COMUM COM O CINEMA?

Desde quando surgiu a sétima arte, os elementos gráficos tais como tipografias, diagramas e outros sinais já marcavam presença nos filmes, somados as imagens que eram captadas pelas câmeras. A combinação dos elementos gráficos e dos cinematográficos conferia ao cinema significados mais complexos do que apenas as imagens filmadas poderiam retratar.

A Tipografia, em especial, desempenhava um papel preponderante no que se refere à construção da mensagem apresentada no filme, a partir da combinação de texto e imagem. Sua contribuição se efetivava no sentido de explicitar incertezas e ambiguidades e minimizar as possíveis distorções de interpretação e compreensão que poderiam acontecer por parte dos espectadores, a partir das imagens apresentadas.

Inicialmente nas telas do cinema, a tipografia tinha uma finalidade modesta que era a de apresentar as falas de um filme mudo. A articulação das palavras era feita pela definição de uma sequência de cartões com textos que ancoravam as imagens, “a voz necessita estar ancorada em um determinado corpo (DOANE, 1983, p.461). Essa afirmação permite que se faça uma analogia a ancoragem de qualquer tipo de imagem com os textos que as davam suporte.

Um paralelo com o conceito de ancoragem de Roland Barthes (1990), que sugere um direcionamento de sentido, normalmente explorado por meio da linguagem escrita em apoio à imagem, pode ser feito nesse momento, quando se percebe a troca colaborativa que havia entre os textos e as imagens no cinema mudo, para que a mensagem fosse efetivamente compreendida, ou seja, as palavras dirigiam o espectador a um entendimento preferencial da imagem.

Ao nível da mensagem literal, a palavra responde, de um modo mais ou menos direto, mais ou menos parcial, à questão: o que é isto? Ela ajuda a identificar pura e simplesmente os elementos da cena e a própria cena: trata-se de uma descrição denotada da imagem (descrição muitas vezes parcial), ou, na terminologia de Hjelmslev, de uma operação (oposta à conotação). A função denominativa corresponde bem a uma ancoragem de todos os

⁶ Tinham a função de explicar e resumir a ação que seria mostrada nos planos seguintes, muitas vezes inviabilizando qualquer possibilidade de surpresa ou suspense (Costa, 2005, p.142).

sentidos possíveis (denotados) do objeto, pelo recurso a uma nomenclatura. (...) Ao nível da mensagem "simbólica", a mensagem lingüística guia já não a identificação, mas a interpretação, ela constitui uma espécie de grampo que impede os sentidos conotados de proliferarem quer para regiões demasiado individuais (isto é, ela limita o poder projetivo da imagem) (BARTHES, 1990, p. 32 e 33).

Na visão de Guimarães (2011) há uma relação de complementaridade ou de determinação recíproca, onde a palavra está inscrita na imagem e vice-versa, e "a significação se realiza num nível mais avançado que a simples soma das partes" (GUIMARÃES, 2011, p. 153).

Os intertítulos respondiam diretamente à questões do espectador, que poderia supor o que estava acontecendo num diálogo entre personagens a partir do gestos e reações, porém somente as palavras escritas diriam se as hipóteses eram as verdadeiras, alerta Aragão (2006).

Os textos dos filmes mudos eram exibidos em cartões impressos ou feitos a mão, e reproduzidos na tela, estáticos. "Os letreiros ou intertítulos, como eram chamados, apresentavam-se intercalados entre os planos imagéticos" (ARAGÃO, 2006, p. 25). O objetivo geral das informações textuais era contextualizar a história e substituir a fala dos atores. Entretanto, os diálogos não eram exibidos em sua totalidade e sim, de forma resumida, evitando com isso uma quebra muito vigorosa na sequência das cenas, o que poderia interromper a continuidade das imagens.

Pode-se acrescentar que a tipografia estava presente nas telas não só como um representativo fonético, como também como uma mancha gráfica e, nesse sentido, a escolha das fontes que compunham os cartões poderia auxiliar na contextualização do que estava sendo retratado ou contado. Desse ponto de vista, a tipografia, de alguma maneira atuava em conjunto com os personagens da história.

Contudo, as seleções tipográficas deveriam ser feitas de modo racional, de maneira coerente e permitindo a correspondência com o conteúdo, e não ao acaso ou pelo prazer de brincar com as formas.

Aragão (2006) retoma Pudovkin para lembrar que este defendeu diferentes formas de escrita, como o uso de letras maiúsculas e de espaços maiores entre as letras, com o objetivo de produzir diferentes significados. Segundo a autora, o cineasta russo assegurava que o equilíbrio dos letreiros com o ritmo da ação em que estavam intercalados era mais importante que o significado de suas palavras. "Em vista disso, uma ação rápida exige letreiros curtos e explícitos, enquanto uma ação lenta pode ser interrompida com letreiros extensos e detalhados" (ARAGÃO, 2006, p. 26).

Para Dominique Maingueneau (2008) o aspecto visual é sempre relevante,

com a escrita e, sobretudo, com a impressão, o texto explora cada vez mais o fato de ocupar um certo espaço material. (...) Um enunciado que não é oral constitui, assim, uma realidade que não é mais puramente verbal. Em um

nível superior, todo texto constitui em si mesmo uma imagem, uma superfície exposta ao olhar (MAINGUENEAU, 2008, p. 80-81).

Partindo dessa perspectiva Guimarães (2011) complementa o raciocínio dizendo que a exploração das virtualidades dos caracteres “cria verdadeiras ilhas visuais na página impressa, que são revertidas pela experimentação tipográfica em elementos estruturais da escrita/escritura. (...) O processo ganha força quando as palavras saltam das páginas para as telas do cinema” (GUIMARÃES, 2011, p. 149).

Em dado momento, os intertítulos foram considerados um mal necessário na composição dos filmes mudos, a julgar pela necessidade que as imagens apresentavam de uma explicação visual. Mais uma vez Aragão (2006) recorda Pudovkin que considerava que se os intertítulos fossem bem utilizados, contribuiriam para a construção do discurso fílmico. “Evidentemente indispensáveis, foram por vezes uma solução de facilidade (tal como os diálogos de hoje), na medida em que seu emprego dispensava a procura de meios de expressão originais”, disse MARTIN (2005, p. 229).

Nas telas do cinema mudo a tipografia se apresentava de diversas formas e com funções distintas e, após as considerações já feitas é fundamental expor o que se pode chamar de uma tipologia das ligações tipográficas com o material filmado. Para tanto, ampara-se em Tietzmann (2007), para indicar uma classificação que ainda vigora, e que incorpora cinco tipos de ligações entre imagens cinematográficas e elementos gráficos, definidas em convenções específicas permitindo sua identificação e leitura com agilidade.

- **Créditos de abertura** – informavam a quem o filme pertencia, isto é, a pessoa jurídica responsável, a produtora e outros financiadores. Os créditos que identificavam a autoria estiveram presentes desde a origem do cinema e, apareciam na forma de pequenas placas identificando a empresa que produziu o filme, dispostas no cenário, ou como carimbos colocados em fotogramas identificando a propriedade de forma quase subliminar. Serviam ainda, para dar uma ideia do que seria tratado no filme. “Os créditos de abertura, invariavelmente apresentados no início do filme, tinham essa função dupla: apresentar o título da obra e apresentar sua propriedade” (TIETZMANN, 2007, p.5). Os créditos de abertura incorporavam os chamados Cartões de Título. (ver Figura 2)
- **Intertítulos de fala** – apresentavam as falas de forma sintética. Para não se tornarem desagradáveis, as interrupções eram feitas de forma a resumir as encenações das personagens. Raramente os diálogos eram apresentados na íntegra, “afinal, os textos intercalados entre os planos eram basicamente sucedâneos narrativos que completavam verbalmente a leitura e a compreensão do filme que deveria ser apenas visual” (BAMBA, 2002, p. 46). (ver Figura 3)
- **Intertítulos narrativos** – apresentavam informações que se tornariam inviáveis de serem repassadas apenas pelas sequências de imagens, por exemplo, uma localização temporal e espacial – *Dois anos depois, em Nova York*. “Serviam para fazer economia de sequências supérfluas e ofereciam ao espectador ex-

plicações necessárias de forma clara e concisa, substituindo, algumas vezes, uma parte da ação” (ARAGÃO, 2006, p. 28). (ver Figura 4)

- **Tipografia endógena** – tinha uma função mais suplementar no cinema mudo e eram captadas pela câmera, normalmente, como parte de cenários, figurinos, personagens ou objetos de cena. Esse tipo de recurso aparecia nas telas na forma de cartas, bilhetes, capas de livros e periódicos ou nomes de estabelecimentos em fachadas. (ver Figura 5)
- **Créditos finais** – mesmo que o *The End* não possa ser considerado um crédito, além deste, pouca coisa aparecia ao final das obras fílmicas, na época do cinema mudo. “Somente na década de 60 é que os créditos finais passaram a listar de maneira extensa os envolvidos na realização da obra” (TIETZMANN, 2007, p.5). (ver Figura 6)

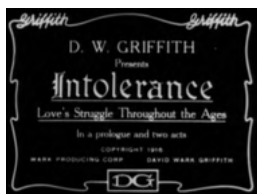


Figura 2. Crédito de abertura



Figura 3. Intertítulo de fala



Figura 4. Intertítulo narrativo.



Figura 5. Tipografia endógena



Figura 6. Créditos finais

Para aprofundar a visão sobre os intertítulos, se retoma o estudo de Gaudreaut (2009) que distingue os efeitos das intervenções escriturais veiculadas nos cartões do cinema mudo. Tais efeitos foram divididos em linguísticos e narrativos. Os primeiros estão vinculados ao estudo do material, ou seja, as palavras trazem informações que as imagens mudas não podem veicular. Os segundos ligam-se ao estudo da narrativa, onde as palavras ajudam a contar a história, como segue:

Efeitos de linguagem:

- A Função de Fixação orienta o espectador entre os diferentes significados possíveis de uma ação representada visualmente.
- Permitem um julgamento mais preciso sobre o que a imagem pode afirmar, dando instruções ao espectador para interpretar o que vê.

- Nomeia o que imagem só consegue mostrar, como lugares, o tempo e os personagens.
- Acrescentam à narração a possibilidade do discurso direto em função da transmissão das réplicas das falas dos personagens.

Efeitos narrativos:

- As informações verbais ajudam na formação do mundo diegético, localizando as imagens vistas no tempo e no espaço, nomeando e construindo o caráter dos personagens.
- Os cartões resumem ações não vistas, resumem eventos de maior duração, aceleram a temporalidade representada pela narrativa visual.
- Antecipam sequências dos filmes, quebrando o suspense do espectador e orientando-o a um entendimento prévio dos acontecimentos.
- Interrompem a progressão da narrativa visual, esclarecendo o que esta não pode dizer.

Vale lembrar sempre que como os letrados quebravam o ritmo das imagens filmadas, a sua utilização deveria ser ponderada e, dependendo do cineasta fazia-se a opção por mais ou menos inserções. Segundo (Tietzmann, 2007), em “O nascimento de uma Nação”, D. W. Griffith usou em trinta e nove planos, sete cartões de título e um de fala, o que não comprometeu o entendimento pelo público, pois se tratava de um acontecimento histórico, familiar aos espectadores.

Sobre os créditos do cinema nos seus primeiros anos, na visão do autor, as artes de cartazes populares do final do século XIX, aparentemente influenciaram a apresentação visual destes, considerando que as referências envolviam o acréscimo de pequenos adereços à tipografia do título do filme, que era apresentada de maneira destacada. Além das palavras percebiam-se outros elementos, como molduras ou arabescos, e fundos, que imitavam texturas variadas.

Os diversos tipos de traçados que emolduravam os cartões que continham os letrados eram considerados por Aragão (2006) como “configurações gráficas decorativas particulares, que carregam valores que ultrapassam a ornamentação” (ARAGÃO, 2006, p. 27). Assim como a tipografia, os traços linearizados ou mais ornamentados das molduras expressavam um pouco do que o filme contava ou como este estava ambientado.

Para Aumont (1995) as molduras eram classificadas em dois tipos: o primeiro tipo era a moldura-limite, ou seja, a borda da imagem, “o circundamento da imagem, sua não-limitação. (...) é o que interrompe a imagem e lhe define o domínio ao separá-la do que não é imagem” (AUMONT, 1995, p.144). O outro tipo era a moldura-objeto, que é um outro objeto adicionado à imagem, é a que encontrada normalmente nos quadros, nos museus (ver Figuras 2, 3 e 4).

4 | A REVERBERAÇÃO DO CINEMA MUDO NA CONTEMPORANEIDADE

O que vem a seguir, não se propõe a ser, de maneira alguma, uma análise de audiovisuais, nem tampouco um estudo pormenorizado dos materiais selecionados e citados, apenas ilustra o que foi discutido teoricamente, situando a temática no tempo presente. O aprofundamento do assunto pode ficar para investidas futuras, em um estudo posterior, já que o assunto despertou grande interesse nesta articulista.

Atualmente, no cinema as experimentações tipográficas contam com recursos que na época dos filmes mudos não se aplicavam, o movimento, as distorções, os filtros e outros efeitos são cada vez mais utilizados em função das novas tecnologias computacionais e de softwares específicos da área. Porém, a estética referencial do cinema mudo ainda está presente em produções atuais, como é o caso do comercial de televisão da empresa de telefonia, internet e tv, Claro. A Claro é uma das líderes em telefonia celular, controlada pela América Móvil, líder em serviços de telecomunicações na América Latina e um dos três maiores grupos de telefonia móvel do mundo. Atua nacionalmente e atende a mais de 69 milhões de clientes (www.claro.com.br).

O comercial intitulado “Chaplin” veiculado no ano de 2014, levou cerca de um ano para ser produzido e apresenta o novo posicionamento da marca. Trazendo um ícone do cinema mundial, o personagem Carlitos, para os dias de hoje, o filme é considerado uma versão de “Tempos Modernos” (Modern Times, Charles Chaplin, 1936). No enredo, ao invés de se atrapalhar com as novidades da industrialização, como no filme original, ele tenta se adaptar às telas multiplataformas da comunicação. Carlitos desponta nos dias atuais caminhando pela cidade e conhecendo as novas tecnologias digitais, até encontrar seu amor, uma bailarina estátua, e comemorar com um *selfie*. (<http://www.cidademarketing.com.br/2009/n/19410/claro-revive-charlie-chaplin-em-filme-que-marca-seu-novo-posicionamento.html>)

Aliando recursos tecnológicos atuais como o emprego das cores, o comercial faz menção a diversos outros recursos característicos do cinema mudo, contextualizando na produção de hoje aquele cinema. A tipologia das ligações tipográficas mencionados por Tietzmann (2007) são identificadas no filme, ou seja, os intertítulos de fala e os narrativos estão presentes, assim como a tipografia endógena (ver Figura 7).

As imagens em preto e branco que aos poucos vai sendo colorizadas em tons sépia e o ritmo diferenciado das imagens e da trilha, marcantes nos primeiros filmes são apresentados de forma descontraída e caricata. A história contada também se assemelha às temáticas da época, tal e qual, os figurinos e alguns cenários (ver Figura 7).

Percebem-se também os efeitos linguísticos e narrativos, das intervenções escriturais veiculadas nos cartões do cinema mudo apontados por Gaudreaut (2009), como no caso dos cartões que resumem ações não vistas, acelerando a temporalidade representada pela narrativa visual. Os efeitos da tela emoldurada e principalmente a inserção da tipografia

em estilo romano⁷ remetem à estética das primeiras películas. Outros detalhes poderiam também ser pontuados como movimentos e posicionamentos de câmera e os efeitos de fusão em cadeia⁸, por exemplo, que, entretanto, não foram aprofundados neste trabalho.



Figura 7. Conj. de cenas do filme Chaplin para a Claro. Agência Ogilvy Brasil, duração 60"/ 30".

Na sequência menciona-se outro exemplo que, da mesma maneira que o primeiro também se apropria de elementos pertinentes aos filmes em que o som sincronizado ainda não vigorava.

“*Magic*” é uma canção da banda britânica Coldplay, lançada em 2014. Para a divulgação da música foi produzido um videoclipe estilizado como um filme mudo, em preto e branco. A trama remonta a típicas narrativas do cinema mudo, bem teatralizadas e com personagens extravagantes nos figurinos e no gestual. O enredo se desenvolve num circo e conta um caso de amor entre uma bela jovem mágica e seu assistente, onde as disputas permeiam a história, pois o dono do circo é marido da jovem.

Novamente aqui os letrados aparecem indicando as falas e a narrativa, e nesse caso, também aparecem os créditos de abertura e créditos finais. Quanto aos recursos gráficos utilizados, o videoclipe insere nas telas de abertura uma manipulação da escrita em sua forma, possível a partir da computação gráfica tão presente no cinema atual. Recentemente, após o advento do gerador de caracteres, o desenvolvimento de softwares permite uma gama infinita de intervenções nas letras, palavras ou textos. “Tal manipulação permite a transformação dos textos nas telas, quer pela distorção, fusão ou animação, quer pela integração de imagens as sonoridades expressivas” (GUIMARÃES, 2011, p. 151).

O título do filme é formado a partir de uma revoada de pombos que circundam as molduras da tela e se organizam em letras e formas que constituem a tipografia, até que se forme a palavra *Magic*. Essa manobra demonstra o emprego de artifícios relativos às

⁷ Categoria tipográfica de fontes serifadas baseadas na escrita com a pena (Niemeyer, 2010).

⁸ Efeito por meio do qual as imagens aparecem e desaparecem gradualmente na tela, era empregado com constância no cinema mudo (Cunha, 2011).

tecnologias de hoje. Porém, a essência do cinema mudo é preservada e recuperada nos detalhes que o videoclipe deixa transparecer (ver Figura 8).



Figura 8. Conjunto de cenas do clipe Magic, Coldplay, 2014.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foram apontados recursos gráficos e, principalmente, tipográficos que contribuíram para que o cinema mudo - que a partir de um olhar mais apurado não parece ser tão mudo assim - se estabelecesse em meados do século XX e revelasse aos seus espectadores uma forma diferente de ver o mundo, a partir das telas cinematográficas.

A linguagem verbal escrita que participou também como protagonista nessa fase do cinema, permitia que as histórias se tornassem acessíveis ao público, que pouca intimidade tinha com esta arte. A função da tipografia extrapolava a composição das palavras contribuindo para expressar a ideia e o sentido do filme.

Na atualidade a integração de palavras, formas e imagens segue fazendo parte das produções, inclusive com incrementos tecnológicos que lhe permitem ser destaque, contribuindo com o discurso narrativo do filme.

É fato, que textos são imagens e imagens são textos e que a tipografia nesse emaranhado se confirma como um recurso fundamental à organização de conteúdos, prestando ao espectador a máxima ajuda para a compreensão do que precisa ser desvendado nas telas do cinema. Todavia, é de conhecimento também que ampliar o espaço da escrita nas películas é um desafio estético que segue em curso.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Isabella. **A dimensão gráfica do cinema: uma proposta de classificação de suas configurações**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

_____. **Palavras escritas: do cinema mudo ao falado.** Santos: Intercom, XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UnB, 2006.

ARROYO, Roberto. G. **Tipo/Retórica, una aproximación a la Retórica Tipográfica.** ICONO 14 N°5 - Revista de Comunicacion y Tecnologías Emergentes – vol 3, numero1 – 2005.

AUMONT, Jacques. **Dicionário teórico e crítico de cinema.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

BAMBA, Mahomed. **Letreiros e grafismos nos processos fílmicos funcionalidade narrativa, plástica e discursiva da língua escrita na figuração cinematográfica.** 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de comunicação e artes, USP, São Paulo, 2002.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAZIN, André. **O Cinema: Ensaios.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRINGHURST, Robert. **Elementos do estilo tipográfico.** São Paulo: Cosac Naify, 2005.

BURCH, Noel. **El tragaluz del infinito.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1987.

CLARO, telefonia, internet, tv. Disponível em www.claro.com.br. Acesso em 15 de janeiro de 2014.

COSTA, Flávia C. **O primeiro cinema: espetáculo, narração, domesticação.** Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

_____. **Primeiro cinema.** In: MASCARELLO, Fernando. História do cinema mundial. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

COUSINS, Mark. **História do cinema: dos clássicos mudos ao cinema moderno.** São Paulo: Martins Fontes: Selo Martins, 2013.

CUNHA, João Manoel de Andrade. **A lição aproveitada: modernismo e cinema em Mário de Andrade.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

DOANE, Mary Ann. **A voz no cinema: a articulação do corpo e espaço.** In: XAVIER, Ismail. (org.). **A experiência do cinema: antologia.** Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrafilme, 1983.

FARIAS, Priscila Lena. **Tipografia Digital: o impacto das novas tecnologias.** 4ª ed. Teresópolis: 2AB, 2013.

FERNANDES, Amaury. **Fundamentos de produção gráfica para quem não é produtor gráfico.** Rio de Janeiro: Rubio 2003.

GAUDÊNCIO JÚNIOR, Norberto. **A herança escultórica da tipografia.** São Paulo: Ed. Rosari, 2004.

GAUDREAUT, André. **A narrativa cinematográfica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

GUIMARÃES, Denise. **Iconização do verbal e criatividade em vinhetas de abertura de telenovelas brasileiras**. In: Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 147-162, janeiro/abril, 2011.

HERTZ, Constança. **Cinema mudo: teorias da década de 1930**. Revista Garrafa (PPGL/UFRJ. Online), v. 1, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. Lisboa: Dinalivro, 2005.

MOLES, Abraham. **O cartaz**. São Paulo, Perspectiva, 1987.

MORISON, Stanley. **Principios fundamentales de la tipografia**. Barcelona: Ediciones del Bronce, 1999.

KEMP, Philip. **Tudo sobre Cinema**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

MUSSER, Charles. **The emergence of cinema: the American screen to 1907**. Los Angeles: California University Press, 1994.

NAZARIAN, Elisa. **Como criar em Tipografia**. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2011.

NIEMEYER, Lucy. **Tipografia: uma apresentação**. Rio de Janeiro: 2AB, 2010.

TIETZMANN, Roberto. **Como falava a tipografia do cinema mudo?** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, vol. 10, 2007.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 01/09/2021

Danton Guilherme Caraça Pantoja

Universidade do Vale do Paraíba, Campus
Castejón
São Jose dos Campos, SP
<http://lattes.cnpq.br/8001599005235777>

Fausto Junqueira de Paula

Universidade do Vale do Paraíba, Campus
Castejón
São Jose dos Campos, SP
<http://lattes.cnpq.br/4361023374507278>

RESUMO: Os meios de comunicação evoluíram conforme a tecnologia foi avançando, fazendo com que as notícias cheguem a todos da sociedade com mais facilidade. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar de como os meios de comunicação, sendo eles através da imprensa, internet e até a televisão, podem influenciar e alterar a opinião dos jurados do tribunal do rito do júri esse e como objetivo principal analisar a influência destes meios de comunicação no rito do tribunal do júri, a opinião transmitida pela sociedade sobre determinado crime de grande polêmica tem como consequência a influência na decisão dos jurados e até mesmo na decisão condenatória proferida pelo juiz. Conclui-se que a grande repercussão causada pela mídia tem influência diretamente ou indiretamente nas decisões do júri, especialmente na formação de opinião.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Tribunal do júri; Processo penal.

THE MEDIA INFLUENCE IN THE COURT OF THE JURY

ABSTRACT: The means of communication have evolved as technology has advanced, making news reach everyone in society more easily. This work aims to demonstrate how the means of communication, whether through the press, internet and even television, can influence and change the opinion of the judges of the jury rite court, and as the main objective to analyze the influence of these media in the rite of the jury court, the opinion transmitted by society about a given crime of great controversy has as a consequence the influence on the decision of the jurors and even on the condemnatory decision handed down by the judge. It is concluded that the great repercussion caused by the media has a direct or indirect influence on the jury's decisions, especially in the formation of opinion.

KEYWORDS: Media; Jury court; Criminal proceedings.

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação evoluíram conforme a tecnologia foi avançando, fazendo com que as notícias cheguem a todos da sociedade com mais facilidade, esse trabalho tem como objetivo principal analisar a influência destes meios de comunicação no rito do tribunal do júri, a opinião transmitida pela sociedade sobre determinado crime de grande polêmica

tem como consequência a influência na decisão dos jurados e até mesmo na decisão condenatória proferida pelo juiz. A grande repercussão causada pela mídia tem influência diretamente ou indiretamente nas decisões do júri, especialmente na formação de opinião.

Crimes polêmicos são televisionados por semanas e, diversos canais, notícias sobre o andamento das investigações para o inquérito policial, testemunhas e vítimas são entrevistadas, cada declaração frente às câmeras afeta o senso crítico de quem acompanha, fazendo com que diversas pessoas criem a mesma opinião a respeito, homicídios atraem um grande interesse público clamando para que a justiça seja feita, que o culpado seja punido.

A mídia em busca de audiência explora a *nottia criminis* causando um pensamento simultâneo na sociedade a respeito do acontecimento. Existem diversos programas de investigação policial, muitas delas são transmitidas ao vivo nos canais, diminuindo os direitos e garantias dos princípios constitucionais do rito do júri por um desejo de uma pena maior. O foco principal é analisar a forma que a influência da mídia forma a opinião do conselho de sentença.

METODOLOGIA

Para a sua elaboração, o presente artigo adotou como método a pesquisa bibliográfica, documental, levando em consideração a origem do Tribunal do Júri no ordenamento jurídico brasileiro, sua organização, os jurados e suas funções Constituição da República Federativa do Brasil, Lei 11.689 de 2008, Súmula do STF e obras de Fernando Capez e Leopoldo Mameluque.

RESULTADOS

O tribunal do júri teve origem na Inglaterra por volta do ano de 1215 através da Magna Carta, se propagou para França, Europa e por diversas partes do mundo. (CINTRA FAGUNDES, 2018) e sofreu diversas alterações com o tempo, vindo surgir no Brasil devido à influência portuguesa apenas em 1822 (VERALUCIA, 2011), o novo júri foi instaurado com a Lei 11.689/08 de 9 de junho deste ano (BRASIL, 2008). O júri é um direito fundamental de o indivíduo ser julgado por seus pares o tribunal do júri está instituído no artigo 5º, inciso XXXVIII da Constituição da República Federativa do Brasil – CF (BRASIL, 1988) para julgar crimes dolosos contra a vida e seus conexos.

No processo penal existem quatro ritos: o ordinário, sumário, sumaríssimo e o rito especial, sendo um deles o rito do tribunal do júri, o qual julga os crimes dolosos contra a vida e seus conexos, consumados ou tentados (CAPEZ, 2014), os quais são: o homicídio simples, previsto no art. 121, caput, do Código Penal Brasileiro – CP (BRASIL, 2018); homicídio qualificado, do art. 121, §§ 1º e 2º, do CP; o crime de aborto em todas suas modalidades, dos arts. 124 ao 127, do CP; crime de induzimento, instigação ou auxílio ao

suicídio (art. 122, CP) e infanticídio (art. 123, CP). Não é necessário que a morte da vítima se consuma apenas o ato criminoso com o objetivo de matar, chamado de *animus necandi*. A primeira fase do tribunal do júri deve ser concluída no prazo de 90 dias (art. 412, Código de Processo Penal - CPP), tem início com o oferecimento da denúncia ou queixa, (art 46, CPP) em seguida o juiz determina que o réu seja citado para que apresente resposta escrita em até 10 dias, o prazo é contado a partir da citação ou do comparecimento do réu ou de seu defensor caso a citação for inválida ou por edital. (art. 406, CPP).

A acusação pode arrolar até 8 testemunhas na queixa, nos casos em que o réu é citado por edital e nem aparece e nem constitui advogado, o prazo de prescrição penal fica suspenso, porém o juiz de direito pode determinar a produção antecipada de provas urgentes na presença do Ministério Público e a prisão preventiva conforme os artigos 366 e 312 do código de processo penal. Em sua defesa escrita o réu pode juntar documentos, justificações, provas, alegar preliminares e arrolar até 8 testemunhas requerendo sua intimação, caso não requeira, deverão comparecer à audiência independentemente de intimação (art. 406 § 3º CPP). Quando o réu citado não manifesta resposta à acusação, o juiz nomeará defensor para oferecê-la em até 10 dias.

Após a apresentação da defesa, o juiz abre vistas para o querelante ou ao Ministério Público para manifestação no prazo de 5 dias a respeito de preliminares e documentos juntados conforme o art. 409 do CPP. A oitiva das testemunhas será determinada pelo juiz, as partes podem pedir diligências no prazo de até 10 dias e em seguida a audiência de instrução é marcada. (Art. 409 CPP). Na audiência de instrução acontecem os debates entre as partes, a vítima é ouvida (Caso seja tentativa de homicídio), assim como as testemunhas de acusação e de defesa. O perito nomeado para a perícia do caso presta esclarecimentos, acontecem acareações reconhecimentos das pessoas ou coisas também acontece o interrogatório do réu. (Art. 411 CPP).

Após o depoimento do réu se inicia os debates orais, o Ministério Público tem 20 minutos prorrogáveis por mais 10 minutos caso tenha assistente de acusação. A defesa possui a mesma quantidade de tempo para debater a defesa do acusado. Conforme art. 411, §4º, §5º e §6º, do Código de Processo Penal - CPP. Nos casos em que após a produção de provas e com o fim da audiência de instrução surjam novos elementos para configuração do crime descrito no código penal, o juiz pode abrir vista para o ministério público para que este faça o adiantamento da denúncia com os novos fatos, acontecendo a *mutatiolibellina* de denúncia (art. 384 CPP). Não existindo hipótese de *mutatiolibelli*, ocorrerá os debates orais, quando tiver mais de um réu, o tempo de debates será individual.

Com o fim dos debates, o juiz irá proferir a sentença em até 10 dias, sendo sentença de decisão interlocutória de pronúncia (art., 413 CPP), decisão interlocutória de impronúncia (art. 414 CPP), sentença de absolvição sumária ou decisão interlocutória de desclassificação art. 415 CPP).

O juiz ao se convencer da materialidade do fato e indícios suficientes de autoria

do réu, proferi a decisão de pronúncia mencionando se o crime foi consumado ou tentado dando início à segunda fase do rito do júri. (Art. 413 CPP) O tribunal do júri é um órgão colegiado heterogêneo composto por pessoas da sociedade que são denominadas de jurados e por um juiz de Direito. O juiz tem a função de conduzir o tribunal e de prolatar a sentença de acordo com os votos dos jurados. Os jurados são compromissados de serem órgão leigo do Poder judiciário. (CAPEZ,2014).

A segunda fase do júri é o julgamento em plenário, o juiz determinara intimação para o Querelante e para o defensor, oferecer rol de testemunhas no prazo de 5 dias, podendo arrolar 5 testemunhas para que sejam ouvidas em plenário, o mesmo prazo é utilizado para que as partes possam oferecer diligências e juntar documentos necessários. (Art. 422 CPP). O processo na qual o réu estiver preso terá preferência para ser julgado primeiro após a decisão de pronúncia (art. 431 CPP). A segunda fase do júri é o julgamento em plenário, o juiz determinara intimação para o Querelante e para o defensor, oferecer rol de testemunhas no prazo de 5 dias, podendo arrolar 5 testemunhas para que sejam ouvidas em plenário, o mesmo prazo é utilizado para que as partes possam oferecer diligências e juntar documentos necessários. (Art. 422 CPP). O processo na qual o réu estiver preso terá preferência para ser julgado primeiro após a decisão de pronúncia (art. 431 CPP).

Cada reunião do júri possui data e hora certa para o início, estando presente o representante do Ministério Público, o juiz presidente verifica se a urna contém as cédulas com os nomes dos 25 jurados e mandará que o escrivão lhes proceda a chamada dos mesmos (Capez).Com a presença de no mínimo 15 jurados, o juiz esclarece a respeito dos impedimentos, suspeição, e incompatibilidades dos jurados (art. 448 CPP), o jurado que tiver participado de outro julgamento do mesmo processo estará impedido conforme a Súmula 206 do STF. Após o juiz sorteia jurados para compor o conselho de sentença. (Art. 463 CPP).

A defesa e o Ministério público podem recusar até 3 jurados sorteados respectivamente (art. 468 CPP), o conselho de sentença é composto por 7 jurados, prestado o compromisso pelos jurados, é iniciada a instrução plenária. Após a formação do conselho, a vítima prestara depoimento em plenário (nos casos de tentativa de homicídio), em seguida as testemunhas arroladas pelas partes serão ouvidas (art. 473 CPP). Os jurados podem fazer perguntas ao ofendido e as testemunhas por intermédio do juiz (art. 473 §). As partes e jurados podem requerer acareações e esclarecimento do perito. Os jurados podem fazer perguntas ao ofendido e as testemunhas por intermédio do juiz (art. 473 § 2). Em seguida o réu é interrogado, o representante do Ministério Público, assistente de acusação e o defensor podem formular perguntas para o mesmo, todos os depoimentos são registrados de forma eletrônica e são juntados nos autos do processo (art. 475, CPP).

Encerrada a instrução, é iniciada a fase dos debates em plenário, o representante do ministério público faz a acusação do réu pelo período de até 1 hora e meia, o promotor explica para os jurados a forma que o crime aconteceu, demonstrando todos agravantes

e qualificadores do crime, desde os atos preparatórios até a consumação de acordo com a pronúncia, em muitos casos a arma utilizada no crime é exibida em plenário juntamente com vídeos do agente realizando o crime contra a vítima e por fim pede para que os jurados votem pela condenação do réu ou pela absolvição do mesmo (art. 476 CPP).

A defesa tem o mesmo tempo da acusação para debater a tese de defesa do acusado na qual pede pela absolvição total ou pela pena mais branda (art. 477 CPP). Após a fala da defesa, o promotor pode requerer réplica pelo prazo de uma hora e a defesa terá a faculdade da tréplica. Durante os debates, as partes podem fazer o uso de apartes sem a finalidade de tumultuar o julgamento com regulamentação do juiz presidente (art. 497, II.) Com o fim dos debates, o juiz indagará aos jurados se precisam de esclarecimentos e pergunta as partes se desejam ter algum requerimento.

Em seguida o juiz realiza a leitura do questionário de votação do conselho de sentença, os jurados serão questionados a respeito da materialidade do fato, sobre autoria do réu, se o réu deve ser condenado ou absolvido, se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa ou se existem circunstâncias qualificadoras ou causas de aumento de pena do crime (art. 493 CPP). Os jurados serão levados até a sala secreta na qual será realizada a votação em cédulas com a palavra “Sim” e “Não”, a cada quesito os jurados depositam a célula em uma urna correspondente ao voto válido, com as respostas decidirão a respeito da materialidade e autoria, se o réu deve ser condenado ou absolvido, se existem causas de aumento ou de diminuição da pena, (MANUAL DO NOVO JURI, de Leopoldo Mameluque). Após a votação do conselho de sentença, o juiz lavrará sentença fundamentada na decisão dos jurados e será lida em plenário pelo presidente antes de encerrada a sessão de instrução e julgamento (art. 493 CPP)

DISCUSSÃO

A mídia através da grande divulgação consegue formar e mudar opiniões a respeito de todos os fatos abordados nas notícias, de forma positiva e de forma negativa, principalmente no judiciário.

É um direito de a imprensa divulgar notícias em sentido amplo, desde que não contrarie princípios constitucionais norteadores do CPP, como o princípio da presunção de inocência do art. 5º, LVII da Constituição de 1988 (BRASIL), ampla defesa (art. 5º, inciso LV da Constituição de 1988 (BRASIL) e do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV da Constituição de 1988 (BRASIL)). Assim como a mídia influencia para população na música, cultura e costumes passam os acontecimentos relacionados aos crimes de uma forma imparcial que transmite uma opinião formada para a sociedade a respeito do crime.

As notícias no âmbito criminal causam pânico na sociedade moderna, transmitem medo em relação à segurança da população e a mídia não fundamenta de acordo com a investigação ou com o inquérito policial, fazendo com que as pessoas queiram que o réu

inocente seja considerado culpado ou que o réu culpado pareça inocente.

Existem diversos programas de televisão de cunho jornalístico e policial, transmitindo muitas vezes uma perseguição ao vivo ou até mesmo um sequestro seguido de morte como no caso da menina Eloá assassinada pelo ex-namorado após uma semana presa em cárcere privado no município de Santo André, nesse triste episódio até mesmo um programa de televisão ligou via telefone para o sequestrador e o entrevistou ao vivo, fato que atrapalhou as negociações realizadas pela força policial para o fim do sequestro em 2008, conforme Campos, a apresentadora de programa Sonia Abrão em busca de Audiência para o programa “A tarde é sua”, ligou para o sequestrador Lidemberg e realizou uma entrevista ao vivo em rede nacional enquanto o mesmo mantia duas meninas reféns com uma arma de fogo.

A mídia se aproveita da situação de crime polêmico para ganhar audiência, no caso do crime de Suzane Richtofen durante as investigações, Suzane deu entrevistas que causaram controvérsias fazendo com que seu pedido de habeas corpus fosse novamente negado em 2005, pois a entrevista seria um teatro para facilitar a defesa de Suzane que foi condenada pelo tribunal do júri no ano de 2006. (JORNAL ESTADÃO). A defesa contestou a decisão do júri popular, alegando que os cidadãos comuns não decidiram pelas provas dos autos e sim pela influência da mídia. (TERRA NOTÍCIAS).

Os jurados são pessoas comuns da sociedade que não possuem necessariamente conhecimento jurídico, são sorteados e dispensados pelo promotor do Ministério Público responsável pela acusação e pelo defensor, para composição do conselho de sentença, os jurados durante a semana acompanham as notícias sobre o crime, a forma que a informação chega até o público criando um senso comum a respeito do que realmente aconteceu sendo que para que uma pessoa seja condenada é necessário provas que comprovem a materialidade e autoria do crime, porém quem decide pela condenação ou não do réu são as pessoas manipuladas da sociedade, o que dificulta ainda mais a produção da acusação e da defesa.

Crimes cruéis como homicídios qualificados são de extrema relevância pública e pode provocar uma imparcialidade do júri, a repercussão ganha tanta intensidade que gera dúvida quanto à decisão dos jurados, além de que dificulta a segurança do acusado, restringindo a garantia de sua incolumidade física e até mesmo o devido processo legal (art. 5 CF, LIV 88 BRASIL)A Constituição Federal, em seu Art.5º, inc. LIII dispõe que “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”. Cabe ao Poder Judiciário julgar e não a imprensa. A sociedade faz um pré-julgamento automaticamente assistindo ao noticiário, fazem protestos nas ruas pela justiça, perturbando a ordem pública a afetando a realização dos atos processuais do júri, gera uma imparcialidade do júri e do conselho de sentença, sendo necessário o Desaforamento para que o réu seja julgado em outra comarca.

O desaforamento é um ato em que a instância superior, modifica a regra de

competência territorial, o réu é julgado em foro da mesma região, mas diverso daquele em que cometeu o crime (art. 427 CPP), para Capez o desaforamento é necessário sempre que houver interesse da ordem pública, dúvida sobre a imparcialidade do júri ou sobre a segurança do réu, é decretado pelo tribunal de justiça em decorrência de requerimento de qualquer das partes ou do juiz (Processo penal simplificado, pag 211) como, por exemplo, no Vale do Paraíba aconteceu um crime polêmico na cidade de Cunha no ano de 2011, na qual duas jovens foram mortas a tiros, o caso ficou bem conhecido na região de Cunha e isso poderia influenciar na decisão dos jurados, foi proferido pelo MP o desaforamento da Comarca de Cunha - SP para São José dos Campos, cidade na qual o réu Ananias foi condenado pelo duplo homicídio qualificado. (G1)

O importante no julgamento são as provas, por mais que a mídia possa mudar a opinião do público, ninguém pode ser condenado sem provas validas, no júri é exposto aos jurados todas as provas arroladas durante a ação penal pra formar o real consentimento do acontecimento de fato, para que os jurados entendam como o crime aconteceu desde os preparativos até a consumação, além de que existe o princípio *in dubio pro réu*, na qual caso exista dúvida sobre a autoria do réu, se escolhe a pena melhor para o réu, não ninguém será condenado mediante dúvidas, caso exista duvidas o réu será considerado inocente.

CONCLUSÃO

Ao construir o trabalho foi constatado a perseverante presença da influência da mídia sobre os casos de repercussão nacional, interferindo nos jurados e conseqüentemente no julgamento, tendo em vista que estes jurados são pessoas comuns que veem e leem as notícias iguais a todos.

Com o avanço da tecnologia dos meios de comunicação podem influenciar na decisão dos jurados no julgamento do tribunal do júri, a forma que a mídia transmite o crime para população pode atrapalhar o devido processo legal e a plenitude da defesa do acusado, o tribunal do júri é democrático, a decisão proferida por meio de votos dos jurados deve ser influenciada pelas provas arroladas na persecução penal e não pela influência da mídia nas redes de comunicação.

Conclui-se que, quando se trata de crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, cabe ao Tribunal do Júri o julgamento. Em regra, esses crimes são mais explorados pela imprensa, o que pode gerar influência sobre a decisão dos jurados. Razão pela qual deve o Poder Judiciário, evitar tais influências que podem resultar negativa para a defesa. Mas o que é vivenciado atualmente foge a essa norma da CF/88, pois temos a imprensa quebrando as regras e julgando antes mesmo de chegar ao Poder Judiciário. Quando garante a liberdade de imprensa, está garantindo que o cidadão fique bem-informado com notícias sejam elas verídicas ou não, como ocorre na maioria das vezes. Essa garantia

trazida pela Constituição Federal é essencial ao Estado Democrático de Direito. Com o avanço tecnológico e o aumento da velocidade das informações, esse problema vem se agravando cada vez mais, com isso, o poder social da imprensa também aumenta causando, assim, a capacidade de construir a opinião pública baseada nas informações trazidas. Por fim, vale ressaltar que as leis existem para que possamos viver em uma sociedade civilizada, e não para julgar a vida social do indivíduo, como vem acontecendo quando tratamos de crimes dolosos contra a vida em especial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fábio Martins de. **Influência dos Órgãos da Mídia no Processo Penal Brasileiro**. Mídia e Poder judiciário: A. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2007. Acesso: 01/05/18.

BRASIL, **Código de processo penal**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso: 01/05/18.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso: 01/05/18.

CAMPOS, Fernando, **O dia que o interesse venceu a ética na televisão brasileira**. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23758/23758.PDFXXvmi>>. Acesso: 02/5/18.

CAPEZ, Fernando, **Processo Penal simplificado**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. Visto em 12/03/18.

CAVASSINI, VN, **A influência da Mídia no Tribunal do Júri**, 2013, Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade Paulista. Acesso: 02/05/18

CINTRA FAGUNDES, **A influência da mídia no Tribunal do Júri**, Disponível em :<<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-influencia-da-midia-no-tribunal-do-juri,590732.html>> Acesso: 02/05/18.

FERREIRA, Celia, **Oitavo jurado**, de Celia Simone Ferreira, Disponível em :<<https://docplayer.com.br/61107883-Oitavo-jurado-midia-palavras-chave-midia-principios-constitucionais-tribunal-do-juri.html>>. Acesso: 27/05/18.

FERREIRA, Vera. Aspectos **históricos do tribunal do júri ao longo do tempo e sua relevância para o ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/19314/aspectos-historicos-do-tribunal-do-juri-ao-longo-do-tempo-e-sua-relevancia-para-o-ordenamento-juridico-brasileiro>>. Acesso: 27/05/18.

G1, **Acusado de matar irmãs em Cunha, SP, é condenado a 42 anos de prisão**. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/12/acusado-de-matar-irmas-em-cunha-sp-e-condenado-42-anos-de-prisao.html>>. Acesso: 02/05/18.

JORNAL ESTADÃO, **Fantástico mostra advogados orientando encenação de Suzane Richthofen** Disponível em: < <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,fantastico-mostra-advogados-orientando-encenacao-de-suzane-richthofen,20060409p26521>>. Acesso: 02/05/18.

Lei 13.655/18 de 23 de abril de 2018. Brasília, Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/570158021/lei-13654-18>>. Acesso: 23/05/18.

Lei 11.689/08 de 9 de junho de 2008. Brasília, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm>. Acesso: 20/05/18.

MAMELUQUE, Leopoldo. **Manual do Novo Júri**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. Visto em 06/06/18.

Súmula 206 do STF: Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=3571>>. Acesso: 27 /05/18.

TERRA NOTÍCIAS: **Advogado de Suzane nega farsa durante entrevista**. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/casorichthofen/interna/0,,OI958248-EI6792,00-advogado+de+Suzane+nega+farsa+durante+e>>

REFLEXOS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO NA ATUALIDADE

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 13/09/2021

Andrea Oliveira D’Almeida

Universidade Católica do Salvador (UCSAL),
Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania
Salvador-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/8346696872130362>

RESUMO: O presente artigo discute Educação e Trabalho, sob o enfoque jurídico, através da análise de dois grandes marcos legais: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96. Debate as relações intrínsecas entre educação, políticas sociais, trabalho e cidadania. Apresenta os reflexos do Toyotismo, tanto na educação, quanto no trabalho na atualidade, através de uma ampla pesquisa bibliográfica da doutrina nacional e estrangeira com o intuito de conhecer as obras elaboradas sobre o tema, bem como, o seu atual estágio de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Trabalho; Toyotismo.

REFLECTIONS OF TOYOTISM IN EDUCATION AND EMPLOYMENT NOWADAYS

ABSTRACT: This article discusses Education and employment, under the legal approach, through the analysis of two major legal frameworks: the Federal Constitution of 1988 and the Law of Guidelines and Bases of National Education

- LDB/96. It discusses the intrinsic relations between education, social policies, employment and citizenship. It presents the reflections of Toyotism, both in education and employment nowadays, through an extensive bibliographic research of national and foreign doctrine to know the works elaborated on the theme as well as its current stage of study.

KEYWORDS: Education; Employment; Toyotism.

1 | INTRODUÇÃO

No início da década de 90, o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental cresceu, vertiginosamente, em função das novas exigências da Carta Magna brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, entretanto, a qualidade da educação pública não acompanhou de maneira satisfatória o crescimento do número de vagas nas escolas públicas.

Segundo Miranda (2007, p. 61), “o acesso à escola pública de todas as crianças em idade escolar passou a ser o primeiro grande desafio das políticas públicas da educação”. No entanto, não basta a Lei garantir o acesso à escola pública, é preciso, também, exigir na prática que a educação seja de qualidade, com escolas que tenham uma boa infraestrutura, e que prime pela valorização da carreira docente e pela vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

2 | EDUCAÇÃO E TRABALHO: LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS

Para analisar as atuais políticas sociais em educação é necessário estabelecer como marcos centrais a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96).

Nesse sentido, pode-se afirmar que:

O capítulo da educação na Constituição de 1988 é o mais detalhado de todos os textos constitucionais anteriores que, de uma forma ou de outra, trataram da educação no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases, por sua vez mantém o espírito da Carta Magna, detalhando seus princípios e avançando no sentido de encaminhar orientações gerais para o sistema educacional. A importância de conhecer a base legal decorre do fato de que esta, embora por si não altere a fisionomia do real, indica um caminho que a sociedade deseja para si e quer ver materializado (VIEIRA, 2006, p. 29).

Segundo Marshall (apud ALGEBAIL, 2009, p.151), política social pode ser entendida como a “política dos governos relacionada à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda”.

E, ainda, para Eveline Algebaile (2009, p. 151-152):

A assistência social, as “proteções” trabalhistas (como a previdência) e as políticas setoriais de educação, saúde e saneamento constituiriam seu núcleo, sob a forma de ações e serviços que garantiriam ao conjunto da sociedade um patamar básico de vida que funcionaria como uma espécie de “ponto de largada”, a partir do qual os diferentes grupos e classes sociais, independentemente da posição ocupada nas relações econômicas, atuariam, em condições menos desiguais, na vida política e social.

[...] O que se chama de política social – dando a impressão de um setor portador de um programa específico, no qual apareceriam delineadas as formas de atuação do Estado no provimento de condições para a realização da vida social - diz respeito, na verdade, a um conjunto amplo de regulamentos, ações, meios e canais jurídicos, políticos e institucionais, relacionado, de fato, com a formulação e a garantia dos direitos de cidadania, mas implicado com questões que vão muito além do asseguramento dos direitos formulados.

O Art. 205 da Constituição Federal define a educação da seguinte forma:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Resta claro que a própria Carta Constitucional determina que a educação é um dever do Estado, da Família e da Sociedade que será efetivado, conjuntamente, visando à construção da cidadania e à inserção no mercado de trabalho.

Gohn (2009, p.36) ressalta que a escola pode ser:

[...] pólo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada, e as lutas pela educação, o alicerce dessa nova história. A participação da sociedade civil nas lutas pela

educação não é para substituir o Estado, mas para que este cumpra seu dever: o de proporcionar educação de e com qualidade para todos.

Ainda, em relação à Educação, Giancaterino (2008, p.1) alerta que:

Educar é um desafio social. Assim sendo, esta prática pode tornar-se um instrumento mobilizador para com a situação atual em que vive a população ou ainda ser um meio de alienação. Convém ressaltar, que são inúmeros os interesses políticos, sociais e econômicos que coordenam toda a ação pedagógica e fazem da educação sinônimo de acomodação. Criticar ou contradizer qualquer que seja o trabalho político desenvolvido é motivo de repressão, de anarquia e/ou vandalismo. Ao povo é preciso aceitar a situação de pobreza, dominação e exploração opor-se é ser revolucionário. Portanto, é preciso que o homem cidadão busque no seu passado um princípio filosófico de vida para que assim seja capaz de refletir a atualidade.

A Lei nº 9394/96 - LDB, apesar de surgir no Brasil num contexto político econômico de uma sociedade globalizada e neoliberal, traz em seu bojo o ideal de um sistema educacional mais democrático e inclusivo, mesmo esbarrando, em muitos momentos, nas limitações e entraves de ordem Financeira.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8069/90) garante o acesso e a permanência das crianças à escola e possibilita, também, o acesso dos alunos, pais e professores à elaboração das propostas educacionais da escola.

O Art. 53 do ECA determina que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Para Oliveira (2006), o ECA conclama a sociedade civil, o Poder Público e a família para a responsabilidade de garantir o cuidado e a proteção infanto-juvenil, sendo um instrumento legal de grande importância para a preservação dos direitos e manutenção dos deveres das crianças e adolescentes brasileiros.

No cenário jurídico do país, no início da década de 1990, a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente significou uma ruptura com o paradigma anterior do Código de Menores de 1979. O ECA é uma legislação vanguardista, inovadora que adota a Doutrina da Proteção Integral, onde crianças e adolescentes são vistos como Pessoas em fase de desenvolvimento que precisam de proteção da Família, do Estado e da Sociedade para que possam se desenvolver de maneira saudável, sendo capazes de se integrar plenamente à vida cidadã.

A educação pode ser entendida como um processo civilizatório que forma o indivíduo para a vida e para o trabalho, começando em casa com a família e prosseguindo na escola, a partir dos valores culturais da comunidade, segundo Xavier (2005).

O Art. 1º da LDB/96 define que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas

manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

E o Art. 3º da LDB/96 elenca os princípios norteadores do ensino brasileiro, destacando, no inciso XI, a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Dentre os vários princípios que regem o ensino brasileiro, destacam-se como indispensáveis para a construção da cidadania através da Educação: a importância da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a valorização do profissional da educação escolar, a gestão democrática, o ensino público e a vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Educação Básica (não somente a Educação Profissionalizante) também, e principalmente, se traduz na possibilidade de construir espaços de saber que permitem a inclusão no mercado de trabalho, assim como, o investimento em Ensino Superior garantirá o desenvolvimento de pesquisas de ponta no Brasil (COUTINHO, 2008).

A categoria trabalho como princípio educativo deve ser compreendido:

como o conjunto de ações materiais e espirituais que o homem, e o conjunto dos homens, desenvolve ao longo da história para construir suas condições de existência; que o trabalho, assim concebido, é teórico-prático e transformador, e, portanto, fundamento da construção do conhecimento e da história (KUENZER, 1999, p. 4).

O trabalho, como uma das referências da cidadania e dos direitos humanos, não pode ser pensado somente no modelo do emprego ou trabalho abstrato, ainda que seja a centralidade de uma sociedade salarial construída nos moldes do capitalismo. Mais do que objetivar o trabalho abstrato, como preparação e segundo demandas do mercado de trabalho, deve-se priorizar a educação para cidadania trabalhadora que permita, com a atuação direta do Estado, através de políticas sociais efetivas, que se adquira as condições materiais mínimas de existência que importam, inclusive, no acesso ao conhecimento (COUTINHO, 2008).

3 | TOYOTISMO E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO

Baseada na visão produtivista da educação, pode-se dividi-la em dois períodos, sendo o primeiro (1950-1970), que, conforme Saviani (2002), empenhava-se na organização da educação segundo os ditames do Taylorismo/Fordismo através da chamada “pedagogia tecnicista”, cuja tentativa de implantação no Brasil se deu mediante a Lei nº 5692/71, momento em que se buscou transportar para as escolas os mecanismos de objetivação do trabalho vigentes nas fábricas e o segundo período que se dá, a partir do final dos anos de

1980, quando ocorrem as reformas educacionais neoliberais no contexto da acumulação flexível ou Toyotismo.

Ainda, segundo Saviani (2002, p. 23), busca-se:

Sob a inspiração do *toyotismo*, [...] flexibilizar e diversificar a organização das escolas e o trabalho pedagógico, assim como as formas de investimento. Neste último caso, o papel do Estado torna-se secundário e apela-se para a benemerência e voluntariado. Em ambos os períodos, prevalece a busca pela produtividade guiada pelo princípio da racionalidade, que se traduz no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio [...]. Assim, também na educação, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle, inserindo-a no processo mais geral de gerenciamento das crises no interesse da manutenção da ordem vigente.

De acordo com Coutinho (2008, p. 382):

A estruturação curricular está toda assentada na idéia de flexibilização (máximo por módulos sem terminalidade), com preocupação marcante na interdisciplinaridade e contextualização do profissional, como trabalhador produtivo, marcada pela prática (fazer) e não mais transmissão de conhecimento por conteúdos “estranques”. Isto porquanto a demanda, no mercado, é de trabalhadores multifuncionais e criativos, os saberes efêmeros e a sociedade pós-moderna, ditada pela complexidade; a postura, antes passiva (trabalhador subordinado com dever de fidelidade e obediência), transforma-se em ativa (colaboradores e líderes). Continua-se buscando assegurar uma “formação para o mercado de trabalho”, que dita as regras visando exclusivamente os processos produtivos e não as pessoas enquanto cidadãos, adotando-se uma postura meramente pragmática e volátil.

Posthuma (1999) destaca que, no Brasil, o sistema de formação profissional tem enfrentado crescentes pressões para adaptar sua estrutura e seu modo de atuação para melhor atender às novas demandas surgidas no mundo do trabalho e que o liberalismo econômico e a globalização exigem uma força de trabalho qualificada para lidar com a sofisticação tecnológica.

Como ressalta Coutinho (2008, p. 386):

Mudanças na organização produtiva, que superam um modelo taylorista ou taylorista-fordista, em prol do ohnismo ou toyotismo, aliado ao processo de reengenharia, fez emergir um novo “perfil” de empregado, deixando de lado o paradigma do empregado assujeitado, obediente, subordinado e referência da CLT, apenas destinatário do poder de comando e direção, para adotar um trabalhador “eficiente”, produtivo, criativo, que assume responsabilidades e age, independentemente do comando do capital, que decide, sempre atendendo as demandas do mercado, em uma estrutura de organização flexível, em busca do consumo.

O Estado deve pautar as suas políticas públicas educacionais pela “perspectiva de que o conhecimento teórico e prático não está subordinado aos interesses do mercado para adestramento de pessoas em benefício do capital produtivo, em sendo um bem público (e não mercadoria)”, segundo Coutinho (2008, p. 392). Alerta, ainda, que se o Capital precisar

de competências, deverá investir para qualificar a mão-de-obra de que necessita com recursos próprios, privados e não subsidiados pelo Estado.

Para Kuenzer (1999, p. 1170), o que, também, configura a dualidade na acumulação flexível é:

[...] a distribuição desigual e diferenciada de educação que, ao contrário do que ocorria no taylorismo/fordismo, valoriza a educação básica para os que vivem do, trabalho, como condição para a formação flexível; e educação específica, de natureza científico-tecnológica e sócio-histórica, para os que vão exercer o trabalho intelectual, de modo a assegurar que a posse do que é estratégico, nesse caso o conhecimento que permite inovação, permaneça com o capital.

Nascimento e Moraes (2006) afirmam que, nem o avanço das inovações tecnológicas (que demandam mão-de-obra com níveis mais elevados de qualificação), por si só, é suficiente para absorver a grande massa de trabalhadores, mesmo os que respondem às exigências de qualificação.

No caso do Brasil, as distorções na relação escolaridade e emprego apresentam-se mais acentuadas, sobretudo, na Região Nordeste, expressas no aprofundamento do desemprego, da falta de trabalho e de ocupações e, em caso extremos, na disseminação da miséria.

Ainda, segundo Nascimento e Moraes (2006, p.302):

O discurso dominante, presentemente, no cenário nacional é o de que tais políticas devem articular-se às demais políticas públicas (mormente as de emprego, educação e desenvolvimento local) e envolver a participação de todos os atores sociais – governos, empresários e trabalhadores - com relevância à participação destes últimos.

Coutinho (2008) adverte que é preciso entender que a acumulação flexível se alimenta da contradição entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, quer dizer, para que este possa gerar mais valor, é necessário que sejam mantidos um sem-número de trabalhos cada vez mais precarizados, assim como ocorre, atualmente, na divisão internacionalizada do trabalho que se dá tanto no âmbito nacional, quanto nas relações entre os países, alimentando a chamada “globalização”.

Coutinho (2008, p. 386) afirma, também, que esta divisão articula organicamente “trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho informal, trabalho domiciliar, trabalho terceirizado, às formas mais sofisticadas de trabalho automatizado, em alguns casos já próximas do ‘trabalho humano zero’”.

Conforme Inaiá Carvalho e Claudia Fernandes (2009, p. 198) frisam:

Assim, sem que mudem essas condições, em uma sociedade em que os requisitos educacionais para o trabalho e para uma melhor inserção social vêm se elevando de forma continuada, certamente é pouco realista esperar que a simples frequência à escola venha a propiciar uma interrupção do ciclo de reprodução da pobreza, ampliando e equalizando relativamente as oportunidades.

De acordo com Borges (2006), num cenário de reestruturação produtiva, rápida abertura da economia nacional, impactos da revolução tecnológica e do neoliberalismo, nos anos 90, o Brasil viveu uma súbita e grande elevação das taxas de desemprego e a respectiva multiplicação do número de desempregados, mais visível nos grandes centros urbanos.

Para Borges (2006), deve-se considerar o fenômeno do desemprego como:

[...] resultado, em grande parte, das dificuldades de adaptação dos trabalhadores brasileiros às novas exigências colocadas pelas empresas, em função de importantes mudanças tecnológicas e dos novos padrões de competitividade. Em algumas das suas versões, esse discurso chegou até a passar idéia de que essas dificuldades seriam, em boa medida, de responsabilidade do próprio trabalhador desempregado [...] por não ter buscado assegurar a sua “empregabilidade”, a sua adaptação ao novo perfil da demanda. Nesse diagnóstico, a capacidade de geração de oportunidades de trabalho da economia brasileira não é colocada em questão, tudo se passando como se existissem, em grande número, postos de trabalho vagos à espera de trabalhadores que portem as competências a eles correspondentes e as soluções para o desemprego passariam, naturalmente, pelas políticas de educação e de requalificação profissional (BORGES, 2006, p. 85-86).

Pochmann (2004, p. 4) alerta que é imprescindível sair deste círculo vicioso a fim de o Brasil possa participar de forma mais dinâmica do novo cenário internacional e ampliar o dinamismo interno, favorecendo a que a educação passe a significar “novamente oportunidades dobradas de ascensão social e, não como hoje, uma defesa, aliás profundamente precária contra a elevação do desemprego e a queda do nível de renda”.

Quanto à relação nível de escolaridade e oportunidade de emprego/trabalho, Pochman (2004) declara que:

Para parcela significativa de jovens filhos de pais pertencentes às classes de renda média e alta tem havido uma pressão considerável para o abandono do país em busca de melhores perspectivas ocupacionais e de renda, ao passo que aos jovens filhos de pais pobres a violência tem emergido em meio à falta de um horizonte de ocupação e renda decente.

[...]

Contrariando a teoria do capital humano, a elevação dos níveis de escolaridade - num quadro de estagnação econômica, baixo investimento em tecnologia e precarização do mercado de trabalho - acaba se mostrando insuficiente para potencializar a geração de trabalho. Apesar disso, prosseguem as vertentes daqueles que acreditam no papel independente e autônomo da educação com relação à mobilidade social ascendente (POCHMAN, 2004, p. 4).

Note-se, então, que a questão social do desemprego já não é mais resultado da ausência de crescimento econômico, mas se tornou inerente ao próprio crescimento econômico.

No que tange ao mercado de trabalho, Segnini (2000, p. 4) ressalta que:

O mercado de trabalho brasileiro não conseguiu estabelecer uma situação em

que o emprego formal (aquele que possibilita garantias e direitos sociais) tenha se tornado algo generalizado para o conjunto da população; ao contrário, criou-se um mercado “altamente flexível” com situações completamente diferenciadas e, em grande medida, precárias.

Em relação ao desemprego de trabalhadores escolarizados, cujo número é crescente, principalmente, nos setores mais modernos da sociedade, Segnini (2000, p.7) acrescenta que o desemprego é considerado como “um dos argumentos para tornar relativa essa perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego ou, até mesmo, o trabalho”.

Conforme ressalta Coutinho (2008, p. 383):

No final das contas, quando no mercado, para admissão em um posto de trabalho, se exige um número mínimo de anos de escolaridade (a baixa escolaridade no Brasil sempre foi um atributo negativo), se está projetando igualmente sobre o ensino básico a tarefa de qualificar os trabalhadores. Enfim, nascidos estes para trabalharem, e livres, no mercado, para contratarem, a integração no regime econômico capitalista cria obstáculos à possibilidade de construir-se um projeto de educação efetivamente emancipatório da cidadania pelos direitos humanos.

Imperioso ponderar que as mudanças no mercado de trabalho, com o suposto fim dos empregos (embora farsa) e aumento do trabalho autônomo, precarização dos postos de trabalho (informalidade crescente) e introjeção de uma nova subjetividade da classe trabalhadora pelo “empreendedorismo”, acarretam reflexos na própria elaboração dos projetos pedagógicos (COUTINHO, 2008).

Sonia Rocha (2006, p. 185) preceitua que:

O consenso de que a redução da pobreza e da desigualdade passa necessariamente pela democratização do ensino de qualidade, capaz de instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho, justifica a ênfase na melhoria do nível de escolaridade como objetivo prioritário de política pública. [...] o desafio consiste em fazer com que a escola recupere o seu papel fundamental de mecanismo de mobilidade social, o que depende do provimento de ensino público de qualidade.

Segnini (2000, p.16-17) conclui que é importante:

[...] o reconhecimento que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas insuficientes, para o desenvolvimento social. Isso porque se sabe que somente políticas e ações concretas, que possibilitem real desenvolvimento social e econômico (distribuição de renda, reforma agrária, reforma do sistema de saúde e educacional), podem estar superando desigualdades e construindo condições sociais que redundam em cidadania. E só encontram sentido social no interior de um projeto de desenvolvimento econômico que possibilite direitos sociais, entre eles, o trabalho.

Portanto, nesse contexto, de acordo com Segnini (2000), a educação torna-se fundamental como um fim em si mesma, como condição *sine qua non* para a cidadania crítica que é indispensável para a formação de cidadãos éticos, críticos, reflexivos,

engajados e comprometidos com a realidade social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se a importância da relação entre a educação e o trabalho para a formação crítica do cidadão-trabalhador, preparado para a vida e para o trabalho e não só para atender às demandas capitalistas neoliberais emergentes do mercado de trabalho na chamada era da acumulação flexível ou “era da flexibilidade”, inclusive, das relações trabalhistas frágeis e precárias.

O Estado deve priorizar políticas públicas que promovam educação, emprego e renda para todos numa perspectiva de resgate da cidadania. E educação deve ser voltada para a cidadania do trabalhador e não para se adaptar à lógica do mercado de trabalho, sob pena de ser destituída da sua função primordial que é preparar cidadãos para a sua emancipação, vislumbrando a transformação social.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

BORGES, Ângela Maria Carvalho. **Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados**. Gest. Ação, Salvador, v. 9, n.1, p. 85-102, jan./abr. 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 jan. 2016.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; FERNANDES, Claudia M. Algumas Considerações sobre o Bolsa Família. In: **Revista Serviço Social & Sociedade: Mundialização do Capital e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, nº 98, abr/jun. 2009.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Educação e trabalho: uma questão de direitos humanos. In: **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livrosedhbfundamentos22_cap_2_artigo_14.pdf, 2008. Acesso em: 25 nov. 2015.

D’ALMEIDA, Andrea Oliveira. Educação e Cidadania: aspectos jurídicos e sociais. In: **Revista Jurídica da Seção Judiciária do Estado da Bahia**. Ano7, n. 9. Salvador: TRF-1ª Região, 2008, p.143-156.

GIANCATERINO, Roberto. **A influência de Marx na Educação**. Disponível em: <http://meuartigo.brasile scola.com/educacao/a-influencia-marx-na-educacao.htm>, 2008. Acesso em: 25 nov. 2015.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a partir de 1970. In: **Ecco S – Revista Científica**. São Paulo, v. II, n. 1, 2009, p. 23-38.

KUENZER, Acácia Zeneida. **O ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1999.

MIRANDA, Glaura Vasques de. Escola Plural. In: **Estudos Avançados** 21(60), 2007.

NASCIMENTO, Ilma Vieira do; MORAES, Lélia Cristina Silveira de. Qualificação da Força de Trabalho: uma questão sempre atual. In: **Política Pública de Educação no Brasil**: compartilhando saberes e reflexões. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 301-327.

OLIVEIRA, Oséias Santos de. Gestão Democrática na Escola Brasileira: Enfoque das Políticas Públicas Recentes em Educação. In: **Revista de Educação do IDEAU – Instituto do Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai**, v.1, nº 2, Setembro- Dezembro 2006, Getúlio Vargas, RS: Editora IDEAU, 2006.

POCHMANN, Márcio. **Educação e trabalho**: como desenvolver uma relação virtuosa? Educ. Soc. vol. 25, n. 87, Campinas mai/ago, 2004.

POSTHUMA, Anne Caroline. Transformando o sistema brasileiro de formação profissional: o primeiro quadriênio do Planfor. In: _____. (Org.) **Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil – Políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Organização Internacional do Trabalho, São Paulo: Editora 34, 1999.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Educação e Trabalho**: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo Perspec. São Paulo, vol.14, no. 2, abr./jun. 2000.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação e gestão: extraindo significado da base legal. In: **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. LUCE, Maria Beatriz e MEDEIROS, Isabel Pedroso de, (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de. Educação e cultura na escola pública do Brasil. In: **CONFERÊNCIA REGIONAL DA AMÉRICA LATINA SOBRE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA**, Bogotá, 28 a 30 de Novembro de 2005.

CAPÍTULO 15

O USO DO COMPLIANCE NO COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NAS EMPRESAS

Data de aceite: 01/12/2021

Mateus Catalani Pirani

Universidade Católica de Santos

Ana Carolina Alves Dias

Universidade Católica de Santos

Ana Beatriz Aquino de Macedo Martins

Universidade Católica de Santos

Emily Romera Fagundes

Universidade Católica de Santos

RESUMO: Em virtude dos inúmeros casos de assédio moral e sexual perpetrados no ambiente laborativo e corporativo, verifica-se que muitas empresas são negligentes, ou pouco diligentes no que se refere à elaboração e cumprimento de regime jurídico interno, o que coaduna com resultados de riscos aos funcionários, além de reflexos de ordem psicológica além de demandas trabalhistas. Nota-se, porém, que o setor privado desempenha um papel de extrema relevância, isso porque as empresas movimentam a economia, além de que muitas ações empresariais acabam por impactar diretamente ao meio ambiente do trabalho. Neste contexto, temos que as empresas direta ou indiretamente exercem grande influência sobre a sociedade, logo a conscientização dos líderes corporativos pode ser uma eficaz estratégia para a mitigação do assédio. Nesta toada, temos então que a internacionalização do *compliance* e a sua efetiva

adoção poderá contribuir em grandes proporções com o avanço social.

PALAVRAS-CHAVE: *Compliance*; Conformidade; Informação; Assédio Moral e Sexual; Meio Ambiente do trabalho.

ABSTRACT: Due to the numerous cases of moral and sexual harassment perpetrated in the work and corporate environment, it appears that many companies are negligent, or little diligent with regard to the preparation and compliance with the internal legal regime, which is consistent with results of risks to employees, as well as psychological reflexes in addition to labor demands. It should be noted, however, that the private sector plays an extremely important role, because companies move the economy, in addition to the fact that many business actions end up directly impacting the work environment. In this context, companies directly or indirectly exert great influence on society, so the awareness of corporate leaders can be an effective strategy to mitigate harassment. In this vein, we have then that the internationalization of compliance and its effective adoption can contribute in large proportions to social advancement.

KEYWORDS: Compliance; Conformity; Information; Moral and Sexual Harassment; Work environment.

1 | INTRODUÇÃO

A Internet¹ formou uma cadeia de comunicação em uma velocidade de propagação

¹ A Internet, em todo o trabalho, virá escrita com inicial em letra maiúscula, pois devemos pensar na expressão abrangendo a Revolução Digital, durante a qual a computação digital e tecnológica trouxeram grandes mudanças para a sociedade, deixando de

jamais vista. Vemos na atualidade que o desenvolvimento da tecnologia otimiza a vida das pessoas ajudando-as a ter maior facilidade para boa parte do desenvolvimento de seu dia a dia, é impossível viver na atualidade sem o acesso básico a tal meio.

Vivemos em uma sociedade que se diz única, por ter feito de suas barreiras físicas apenas um marco no mapa, tendo estas sido quebradas com o advento da Internet. No entanto, o que tem se mostrado é que não só as barreiras permaneceram, como elas apenas não são mais somente físicas, são virtuais, culturais ou até mesmo impostas a uma parte da população que se encontra em uma redoma marginalizadora do acesso à informação e do desenvolvimento tecnológico e social.

Nesta senda, é notória a disparidade entre os países em termos de recursos financeiros, conhecimento científico, expertise e capital humano, é crucial a troca benéfica entre os governos nacionais, incluindo também outros níveis da administração pública, a sociedade civil e o setor privado, gerando, com isso, inúmeros meios de trabalho, cujas disparidades são gatilhos ensejadores do assédio. No entanto, para que se possa atingir a meta ética de mitigação desse comportamento nocivo é necessário o trabalho contínuo e sistemático em conjunto e, nesse contexto, a ferramenta de *compliance* pode auxiliar significativamente nessa interação.

Compliance constitui um conjunto de ações internas que permite mapear determinada organização e identificar os riscos existentes para então desenvolver um plano de atuação para prevenir, minimizar e monitorar esses possíveis riscos de violações praticadas pelas empresas e por seus colaboradores no dia a dia de suas atividades.

O setor privado busca também se adequar a padrões e obter certificações que atestem a implementação do *compliance*. Essa forma de governança corporativa contribui para a efetivação do *compliance* e, conseqüentemente, para a implementação do meio ambiente saudável de trabalho.

Para tanto, deve-se desenvolver norma para regularizar a tecnologia de informação e comunicação através do Direito Digital, o qual precisará de ajuda administrativa para implantação dessas normas, garantindo, a toda a população, a devida segurança.

Para tal, após uma análise sobre os efeitos da Internet e suas conseqüências, foi possível elaborar perspectivas onde a Lei Geral de Proteção de Dados buscou delinear um campo de aplicação, de âmbito normativo no seio de uma empresa e a sua relação com os programas de *Compliance*.

Através desta investigação foi possível estruturar o funcionamento de uma empresa em conformidade com os programas supracitados, bem como a vigência da Lei Geral da Proteção de Dados no âmbito dos processos de *due diligence*.

referir-se apenas à rede, em que seria tratada apenas como "internet".

21 RESPONSABILIDADE SOCIOECONÔMICA NO SETOR EMPRESARIAL: TECNOLOGIAS E RELAÇÕES INTERPESSOAIS

A globalização está presente na vida de todos os cidadãos. Através delas são possibilitadas constantes mudanças na atualidade e, algumas vezes, o Brasil não consegue acompanhar tal desenvolvimento. Por estar atrás de grandes potências mundiais devido a sua economia dependente e periférica, o Brasil encontra-se como um país subdesenvolvido e seu território passa a abranger tamanha divisão social.

A tecnologia é muito útil e simplifica a vida do cidadão, mas ainda depende de que este possua recursos para tal. É certo afirmar que as camadas mais carentes enfrentam ainda uma realidade de não possuir sequer saneamento básico que, segundo aponta pesquisa do IBGE, pode chegar a 37,7% da população a não usufruir desta obrigação do Estado, que não cumpre seu papel de suprir um direito necessário da vida humana.

Tal comparativo é necessário para entender a realidade em que as políticas públicas não conseguem cumprir essa demanda de saneamento, tampouco podemos esperar profícuos investimentos na área da tecnologia.

Ainda no Brasil, constata-se que as relações de trabalho, como um todo, sofreram alterações e desencadearam grandes desenvolvimentos durante toda a história. Dessa forma, pode-se depreender que, como contexto inicial, buscava-se a proteção ao trabalhador em função da garantia de dignidade humana, isto é, da melhor adaptação do ambiente de trabalho, qualidade de vida, jornadas justas, férias, direitos trabalhistas, asseguramentos e, sobretudo, combate ao cenário negativo de assédio corporativo.

Baseado na pirâmide de *Archie Carroll (1979)*, podemos definir a responsabilidade social empresarial em quatro patamares. A responsabilidade econômica constitui a principal responsabilidade social da empresa, vez que todas as empresas visam ao lucro e, segundo Carroll, o sucesso econômico é basilar para a sociedade, e por esse motivo sua produção buscará sempre o fornecimento de produtos de qualidade capazes de satisfazer as necessidades de seus consumidores, com o intuito de obter lucro.

A partir do momento que a empresa assume seu papel produtivo na sociedade, conseqüentemente o próprio sistema jurídico lhes impõe regras básicas para o seu funcionamento, isto é, as empresas ficam submetidas a cumprir com as leis que estejam em vigência. Portanto, a sociedade espera que tal empresa esteja em conformidade com o ordenamento jurídico ao qual esteja submetida.

O terceiro patamar da pirâmide refere-se à responsabilidade ética, essa diferente da responsabilidade legal, que impõe que o indivíduo deva agir de acordo com a lei. A questão ética refere-se à obrigação de fazer o que é certo e justo. Em outras palavras, agir com ética está diretamente atrelado à postura e ao comportamento no meio social. Dessa forma, é possível evitar e minimizar danos à sociedade – aqui colocado como o principal dos pilares, pois viabiliza programas de *compliance* combativos ao assédio.

Por fim, o quarto patamar da pirâmide de *Carroll* não mais se trata de uma imposição social como as demais responsabilidades acima trazidas. Este patamar fica a cargo de escolhas e julgamentos morais individuais, do qual se espera um posicionamento cidadão nas tomadas de decisões, ou seja, a empresa (e seus líderes) deve ter em mente o bem-estar social e a preocupação com o bem-estar da humanidade.

Diante da análise da pirâmide de *Carroll*, que nos permite ter uma visão geral de quais são os objetivos empresariais bem como suas responsabilidades sociais, as empresas devem ao mesmo tempo em que visam obter lucros, obedecer ao ordenamento jurídico a qual estejam submetidas e atender às expectativas da sociedade. Espera-se que contribuam para pacificação do meio ambiente de trabalho, em que não se vislumbre o assédio corporativo, resultando-se em um meio tóxico de trabalho.

Por meio do *compliance* identifica-se se determinado ato não está em conformidade com as obrigações contraídas por determinadas instituições e, a partir daí, criam-se estratégias que permitam adequar as condutas da organização dentro do que dispõe as normas legais e institucionais. Neste sentido, o *compliance* permite um monitoramento e verificação de irregularidades ou descumprimento dos critérios legais, mediante meios de coleta de informações e dados, a fim de identificar os riscos, minimizá-los e promover a transparência dentro da organização.

3 | COMPLIANCE, A ORIGEM

O *compliance* pode ser compreendido como um programa de integridade, amplamente difundido nas empresas brasileiras e internacionais. Originário nas instituições financeiras, se expandiu e hoje alcança todas as empresas, independente da área, mas de maneira adaptada, tendo em vista sua importância para a organização de empresas (COVAC; SILVA, 2015, p. 29-30). É encontrado em diplomas legais internacionais, como a UK Bribery Act (Inglaterra, vigor em 2011), a Ley Federal Anticorrupción in Contrataciones Publicas (México, vigor em 2012) e US Securities e Exchange Commission (EUA). No Brasil, ganhou relevância com a Lei n. 12.846 de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, a qual regula a responsabilidade das pessoas jurídicas por ações praticadas contra a administração pública (SILVEIRA; SAAD-DINIZ, 2015, p. 36).

O conceito de *compliance* é explanado por diversos autores, mas, como citado anteriormente, pode ser compreendido como um programa de integridade, contudo, é essencial analisar algumas definições. Segundo Covac e Silva:

O *compliance*, no cenário corporativo e institucional, pode ser compreendido como um conjunto de disciplinas ou procedimentos destinados a fazer cumprir as normas legais e regulamentares, bem como as políticas e diretrizes institucionais, além de detectar, evitar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer dentro da organização (2015, p.32)

No mesmo sentido, disciplina Vieira e Saad (p. 74-75) “poder-se-ia dizer que *compliance* diz respeito a uma prática empresarial que pretende colocar padrões internos de acordo e em cumprimento de dados normativos.”

Segundo Covac e Silva (2015, p.40), há ligação intrínseca entre o Estado Democrático de Direito e *compliance*. O Estado Democrático de Direito possui como base a superioridade da norma, o *compliance*, em contrapartida, visa o cumprimento de normas, sendo, portanto, função do compliance obedecer às normas, exigência do Estado Democrático de Direito.

Segundo Veríssimo (2017, p. 122), o compliance tem objetivos preventivos e reativos. Quanto a primeira classe de objetivos, é perceptível tal ocorrência quando se analisa o uso do *compliance* para prevenir infrações legais e, na ocorrência delas, os danos a empresa. Quando a segunda classe de objetivos, analisa-se tal ocorrência na produção de provas, elaboração de defesas e gestão de crises decorrentes de descumprimento da norma.

Nesse sentido, entra em voga o conceito de governança corporativa, uma vez que é o sistema pelo qual as empresas são dirigidas e controlas (COMPLIANCE ADVISORY BRASIL, 2020, *online*). A sociedade não analisa mais apenas se a empresa respeita as normas, mas também os seus valores e princípios (COVAC; SILVA, 2015, p. 29-30); o compliance emerge como essencial para manter a integridade da empresa, um princípio essencial.

4 | O COMPLIANCE NA ESFERA DO TRABALHO

Na seara trabalhista, insere-se com objetivo de diminuir valores relacionados a condenações trabalhistas, altamente custoso a empresas condenadas (DE SOUZA LIMA, 2018, p. 32,).

O assédio moral e sexual pode, muitas vezes, se inserir na cultura de uma empresa, podendo ser prática tão corriqueira que até colegas do mesmo nível hierárquico se inserem na dinâmica vítima e assediador. Ao assédio ocorrido de um colega de nível superior a um de nível inferior hierárquico, ou de um nível inferior a um nível superior hierárquico (esse mais raro), é dado a denominação vertical. Àquele praticado por um colega de mesmo nível hierárquico que a da vítima, é denominado horizontal (BARACAT e ZAGONEL, 2018, p. 460-461). Nesse sentido, a prática pode se tornar tão reiterada, que se difunde como uma cultura negativa presente na organização. O programa de integridade, ao ser inserido em um cenário como esse, objetiva a promoção de ética nas relações de trabalho.

Em 2019, o assédio foi tema de 4.786 processos na Justiça do Trabalho. (TST,2020). Observada a relevância do tema, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) adotou no mesmo ano uma convenção específica contra o assédio e a violência no trabalho, a C190, e a Recomendação nº 206 sobre o mesmo assunto, reconhecendo a importância de um ambiente de trabalho saudável e que respeite os direitos humanos de todos os colaboradores.

Um colaborador assediado pode ser, em grande parte, devastador para a empresa em que trabalha, gerando desgastes e custos, bem como tem ampla capacidade de gerar danos irreparáveis na vítima. Diante desse cenário negativo, ferramentas de prevenção ou reparação do dano se mostram essenciais. Segundo Mazucatto (2017, p. 184), a ética é a resposta para o assédio, mas não uma ética teórica e inaplicável, e sim a ética ergonômica; destacando-se diante dessa resposta os programas de *compliance*, também conhecidos como programas de integridade.

Os programas de *compliance*, segundo Baracat e Zagonel (2018, p. 465), estão ligados a gestão de risco de uma empresa. Além de objetivarem o cumprimento do ordenamento jurídico, possuem como objetivo a organização de regras reforçadoras dos valores empresariais e o cumprimento delas. Segundo Mazucatto (2017, p. 184-185), “a implantação destes pretende a criação de uma cultura corporativa voltada à reafirmação de preceitos e valores”. Nesse sentido, os códigos de ética e de conduta se dirigem a promoção de condutas integras externamente, ou seja, com a sociedade, e internamente, dentro da organização da empresa.

A efetividade da implementação de programas de *compliance* no combate ao assédio moral e sexual dentro da organização de uma empresa está ligado ao treinamento dos colaboradores de acordo com o código de ética. As regras do código de ética devem ser explanadas em um treinamento com gestores e trabalhadores, garantindo o entendimento da importância do cumprimento delas e que ocorra a efetiva implementação no cotidiano da empresa, gerando uma relação ética e respeitosa entre colegas. (NASCIMENTO, 2016, p. 88 apud BARACAT e ZAGONEL, 2018, p. 33).

Outra medida essencial a efetividade da implementação dos programas de integridade está ligada a identificação das condutas de assédio. É necessário que as condutas conflituosas com a integridade da empresa sejam identificadas e denunciadas de maneira ativa, com reação eficaz da empresa para coibir a continuação de tais ações. (SILVA; BARACAT; SELLOS-KNOERR, 2018, p. 21 apud BARACAT e ZAGONEL, 2018, p. 33-34).

Por fim, cabe explicar o papel essencial do *compliance* na sociedade do risco atual. A sociedade de risco, conceito cunhado por Ulrich, é entendida como insegura e não mais desigual, como na sociedade de classes (VERISSÍMO, 2017, p. 142). Nesse sentido, em uma sociedade com inseguranças, os programas de *compliance* se emergem como essenciais, uma vez que visam coibir delitos dentro do ambiente empresarial e mitigar resultados negativos caso a infração tenha acontecido. “Para mitigar, riscos, a estratégia é a prevenção” (VERISSÍMO, 2017, p. 140).

5 | AS PROPOSITURAS DO COMPLIANCE NA SEARA EMPRESARIAL DIGITAL COMBATIVAS AO ASSÉDIO

Os denominados *Compliance Programs*, ou programas de cumprimento normativo, têm sido assunto dos últimos anos na área empresarial-internacional por se tratar de medidas adotadas por empresas para que cumpram com as legislações, estabelecendo uma autorregulação para que possam estar bem cotadas diante da Administração Pública e do Judiciário, além mesmo, da própria comunidade internacional.

Buscando-se uma definição, Renato de Mello Jorge Silveira e Eduardo Saad-Diniz prelecionam:

Kuhlen entende *Compliance* como sendo as medidas mediante as quais as empresas pretendem assegurar-se que sejam cumpridas as regras vigentes para elas e para seu pessoal, e que, por igual, se descubram e se sancionem as eventuais infrações a tal regra. Poder-se-ia dizer, também que são eles protocolos específicos através dos quais os governos corporativos estabelecem o marco e os meios para um comportamento generalizado da empresa, tudo em respeito ao estabelecido em normas penais (SILVEIRA, 2015).

Com as novas legislações abarcando proteção de dados e regulamento do mundo digital, verifica-se a necessidade de se cumprir regras de acordo com o Marco Civil da Internet e das antigas e novas legislações que protegem os dados pessoais, formalizando-se um programa de *Compliance digital*, visando, inclusive a proteção da propriedade intelectual do Estado, como um todo, em se tratando de espionagem interna e externa.

Importante ainda ressaltar que os ataques cibernéticos em que há invasão dos servidores das empresas e a apropriação indevida de dados de usuários não exime a empresa da responsabilidade por esses dados, sofrendo as consequências jurídicas de um possível vazamento.

Nessa seara, revela-se também o assédio, perpetrado em meio digital, tal como o comportamento do cyberbullying. Por muito que se possa pensar que este fenômeno apenas afeta indivíduos, o cyberbullying também afeta negócios de uma maneira grave.

O cyberbullying, nas empresas, tem capacidade de causar disrupção na forma de trabalho, impedir o cumprimento de objetivos ou mesmo na depreciar o patrimônio imaterial da empresa como é o caso do valor das marcas ou do valor reputacional da empresa.

O cyberbullying no local de trabalho é um problema muito sério, há tempos praticado por chefias mal preparadas emocionalmente. Por seu comportamento altamente abusivo, contribuem para criar um ambiente hostil e de competitividade selvagem, onde os funcionários sentem-se ameaçados. Estes chefes dificilmente chegarão a ser líderes empáticos e deixarão sua marca positiva. Por sua natureza destrutiva e incapacidade de se colocar no lugar do outro, o resultado dessas ações se resume em prejudicar o desempenho profissional das pessoas, afetando a produtividade, causando desconforto, rotatividade de funcionários, porque estes não aguentam a pressão. É pior para aqueles

que sofrem em silêncio, por medo de perderem o emprego e não conseguirem uma recolocação no mercado.

Por isso, o desenvolvimento de um programa de Compliance, não somente reduz a exposição da empresa e de seus administradores, como aumenta sua lucratividade por ganhos de incentivo e consequente manutenção em função da estrutura criada, mostrando respeito à norma e zelo pela reputação da empresa, além de garantir o meio ambiente digno de trabalho, por meio da pacificação das relações interpessoais.

Porém, as pesquisas sobre o assunto e as taxas que só aumentam a incidência dos casos já comprovaram que o referido departamento tem se mostrado ineficiente nas questões de assédio sexual: na pesquisa da Think Eva em conjunto com o LinkedIn, apenas 5% das mulheres recorrem ao RH da empresa onde trabalham como já mencionado anteriormente, e a maior queixa é a certeza de impunidade, ou seja, não basta que a empresa esteja aberta para ouvir reclamações, é necessário a construção de canais de atendimento anônimo para as vítimas denunciarem sem medo, garantias de que consequências severas serão tomadas contra os assediadores e medidas de prevenção para erradicar o problema dentro de uma organização sejam estabelecidas.

As queixas quanto às denúncias ao RH variam entre a impunidade já citada, (78,4% não denunciam por esse motivo), seguido pelas políticas ineficientes adotadas pela empresa onde o assédio ocorreu (63,8%) e o medo (63,8%).

Construir um meio ambiente de trabalho saudável não é tarefa fácil, mas que só é alcançada com um alto nível de comprometimento entre a gestão e os trabalhadores, pois “as organizações são intrinsecamente espaços de comportamento controlado e é do seu absoluto interesse coibir atitudes que possam prejudicar o seu melhor rendimento e a sua imagem” (FREITAS, 2001, p. 14). Desse modo, é de responsabilidade da empresa criar esse ambiente onde os trabalhadores, principalmente as mulheres, possam expor suas questões com segurança de que serão ouvidas ativamente, oferecendo boas condições atreladas à qualidade de vida e estimulando a maior produtividade de todos, e é essa a máxima que o RH não está apto a alcançar, abrindo margem para a inovação, visando a melhoria das relações empresa versus colaboradores: o compliance empresarial, atuando nas questões de assédio sexual no ambiente de trabalho.

Os custos com o programa de Compliance justificam-se em uma política de médio e longo prazo. Nesse sentido, existem algumas ações por parte de órgãos governamentais ou independentes para fomentar indicações de segurança a serem seguidas pelas empresas para evitar o vazamento de informações. No Brasil, o Cgi.br elaborou uma Cartilha de Segurança para Internet.

Não obstante, a regulamentação do Marco Civil da Internet traz parâmetros técnicos para que as empresas estejam em conformidade com a Lei. Sobre referida regulamentação, especula-se que surgirão oportunidades de analisar e auditar as empresas, para ver se as práticas estão em conformidade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte da análise proveniente deste trabalho, também por nós classificada como uma das mais importantes, a questão do assédio sexual pode e deve ser combatida através do *compliance*.

O *compliance* empresarial - com seus pilares de mapeamento dos riscos, plano de ação, implementação das políticas internas para mitigação de riscos e monitoramento das políticas implementadas – possui ferramentas para auxiliar na prevenção de condutas indesejadas e mitigação do assédio corporativo, bem como meios para auxiliar no encaminhamento de condutas desejadas para implementação de normas saudáveis de conduta, resultantes em um meio ambiente pacífico de trabalho.

Em suma, todas as empresas possuem um departamento de recursos humanos que deveriam considerar o assédio como um problema de sua jurisdição, buscando desenvolver políticas alternativas, encaminhando-as para discussão em todos os níveis organizacionais.

Dessa forma, um *compliance* voltado a essa questão deve preocupar-se com a prevenção do assédio, começando pela adoção de medidas políticas internas que repudiem a conduta, deixando claro para todos o seu posicionamento: isso vai fazer com que as vítimas se sintam mais confiantes para abordar o assunto, construindo um ambiente mais seguro com uma ouvidoria especializada e de preferência, anônima. Além disso, deve haver disposição para solucionar as denúncias e monitorar os acontecimentos já relatados e ações de conscientização sobre o assédio, por meio de palestras, por exemplo, visto que é importante que todos tenham conhecimento sobre esses números e estatísticas, pois dessa forma todos podem colaborar para a erradicação.

Denota-se o quão importante será o desenvolvimento de um programa de *Compliance digital* pelos fatos que têm ocorrido e pelo surgimento das novas legislações nesse sentido. Ademais, a implementação e cumprimento de políticas claras de segurança da informação possuem como consequência a mitigação da responsabilidade, privilegiando a segurança para que se tenha um bom uso da tecnologia disponível, combatendo o cyberbullying nas relações de trabalho.

O presente estudo, reforça que análise do *Compliance* não deve ser observada apenas sob as dimensões clássicas, mas considerar aqui a dimensão tecnológica, sobretudo pelo assentamento do meio ambiente digital, social e empresarial.

REFERÊNCIAS

ABRAMED. **Compliance atua como ferramenta no combate ao assédio moral nas empresas, 2021.** Disponível em: < <http://abramed.org.br/2301/compliance-atua-como-ferramenta-no-combate-ao-assedio-moral-nas-empresas/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

BARACAT, Eduardo Milléo; ZAGONEL, Marina. **Compliance e assédio moral nas relações de emprego: análise do programa da Companhia Paranaense de Energia–COPEL**. Percurso, v. 4, n. 27, p. 455-477, 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018**. Ementa: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm Acesso em: 19 set. 2021.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de; GONÇALVES, e Francine Silva Pacheco. **Compliance e Gestão de Riscos nas Empresas Estatais**, 3ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

CERT.BR. **Cartilha de Segurança na Internet**. Disponível em: <http://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

COMPLIANCE ADVISORY BRASII. **Governança Corporativa: o segredo do sucesso das organizações**. Techedge, 2020. Disponível em: <<https://www.techedgegroup.com/pt/blog/governan%C3%A7a-corporativa#:~:text=Para%20o%20IBGC%2C%20Governan%C3%A7a%20Corporativa,controle%20e%20demais%20partes%20interessadas>> . Acesso em: 27 set. 2021.

CONVENÇÃO da **Organização Internacional do Trabalho**. 21 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C190>. Acesso em: 23 de out. 2021.

DE LIMA, Erick Alan; DE SOUZA LIMA, José Edmilson. **Assédio Moral Interpessoal e Organizacional: Alcance e Limites dos Programas de Compliance**. Orbis Latina, v. 8, n. 2, p. 20-37, 2018.

DIAS, Isabel. “**Violência Contra as Mulheres no Trabalho. O caso do assédio sexual**.” (2008).

DOCUSIGN. **Recursos Humanos: a importância do setor para as empresas**, 2021. Disponível em: <<https://www.docuSign.com.br/blog/recursos-humanos>>. Acesso em: 13 out. 2021.

ECIIA/FERMA. **Guidance on the 8th EU Company Law Directive**, article 41.

Fox, T. **Lessons learned on compliance and ethics**. Washington: Ethics 360 Media. 2012.

FREITAS, Maria Ester de. **Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações**. Revista de administração de Empresas, v. 41, p. 8-19, 2001. Disponível em: < <https://www.scielo.br/fj/rae/a/HNXHh6S9yzbZYPgP3mg6Djw/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. **Declaração de posicionamento do IIA: as três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles**. São Paulo: IIA 2013.

INTERNET SOCIETY. **History of Internet Governance**. Disponível em: <<http://www.internetsociety.org/history-internet-governance>>. Acesso em: 19 set. 2021.

ISHIKAWA, Lauro; FERNANDES, Felipe Diego Martarelli; ZABALA, Tereza Cristina. **A Efetividade do Compliance como Meio de Educação, Combate à Exclusão Étnico/Racial e Corrupção**. Revista Pensamento Jurídico, v. 15, n. 2, 2021.

JESUS, Damásio E. e GOMES, Luiz Flávio e coordenadores. **Assédio sexual**. São Paulo: Saraiva, 2002.

KUHLEN, Lothar. **Grundfragen von Compliance und Strafrecht**. In: KUHLEN, Lothar (Hrg). **Compliance und Strafrecht**, C.F. Müller, 2013. *apud* SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. **Compliance, direito penal e lei anticorrupção**. São Paulo, 2015, p.117.

LEC. **O Compliance Deve Combater O Assédio E A Importunação Sexual**, 2021. Disponível em: <<https://lec.com.br/o-compliance-deve-combater-o-assedio-e-a-importunacao-sexual/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

MAZUCATTO, Isadora Gomes. **Assédio Moral no Ambiente de Trabalho: Compliance como Instrumento de Mitigação de Ocorrências**. Revista Raízes Jurídicas, 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Cartilha Assédio Moral e Sexual**, 2013. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB9D387013CFE571F747A6E/CARTILHAASSEDIOMORALESEXUAL%20web.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

OLETO, Alice de Freitas. **Assédio sexual nas relações de trabalho: um estudo com mulheres em cargo de liderança**. 2021. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30289>>. Acesso em: 13 out. 2021.

OLIVEIRA, Semayat. **O ciclo do assédio sexual no ambiente de trabalho**. LinkedIn e ThinkEva, 2020. Disponível em: <<https://thinkeva.com.br/pesquisas/assedio-no-contexto-do-mundo-corporativo/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

PLATONOW, Vladimir. **OIT adota nova convenção contra assédio e violência no trabalho**. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/oit-adota-nova-convencao-contr-assedio-no-trabalho>>. Acesso em: 24 de out. 2021.

PORTAL DCI. **Opice Blum Aposta em Conformidade Digital**. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/legislacao-e-tributos/opice-blum-aposta-em-conformidade-digital-id506417.html>>. Acesso em: 19 set. 2021.

RECOMENDAÇÃO da **Organização Internacional do Trabalho**. 21 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R206>. Acesso em: 25 out. 2021.

SILVA, Daniel Cavalcante. COVAC, José Roberto. **Compliance como boa prática de gestão de ensino superior privado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. **Compliance, direito penal e lei anticorrupção**. São Paulo, 2015.

SIÉCOLA, Emerson e ROBERTONI, Fabiana. **Violência e Assédio no Mundo do Trabalho: Novas Diretrizes para Prevenção e Combate**. T4 Compliance, 2021. Disponível em: <<https://www.t4compliance.com/violencia-e-assedio-no-mundo-do-trabalho-novas-diretrizes-para-prevencao-e-combate/>>. Acesso em: 23 de out. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Assédio sexual: o que é, quais são os seus direitos e como prevenir?** TST, 2020. Disponível em: <<https://www.tst.jus.br/web/guest/assedio-sexual>>. Acesso em: 24 out. 2021.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Econômico Ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VERISSÍMO, Carla. **Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2017.

VIEIRA, Andréia Costa. **O direito internacional e as relações internacionais moldadas por uma nova estrutura de governança global e relações internacionais**. 2014.

VIEIRA, Renato de Mello Jorge; DINIZ, Eduardo Saad. **Compliance, direito penal e lei anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2015.

WUDARSKI, Saraiana Morandi. **Assédio moral: consequências na relação de trabalho**, 2015. Disponível em: <[As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo](https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-132/assedio-moral-consequencias-na-relacao-de-trabalho/#:~:text=Por%20outro%20lado%2C%20o%20ass%C3%A9dio,consequentemente%20ocorre%20queda%20na%20produtividade.>. Acesso em: 13 out. 2021.</p></div><div data-bbox=)

ANÁLISE MACROERGONÔMICA DO TRABALHO NO SETOR DE COSTURA EM UMA INDÚSTRIA TÊXTIL COM ÊNFASE NA INOVAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 02/09/2021

Cristiane Affonso de Almeida Zerbetto

Universidade Estadual de Londrina
Londrina - PR
<http://lattes.cnpq.br/8719095378430921>

Rodrigo Martins de Oliveira Spinosa

Universidade Estadual de Londrina
Londrina - PR
<https://orcid.org/0000-0002-3804-3239>

RESUMO: A presente pesquisa apresentou como objetivo identificar, mapear e propor, possibilidades de inovação do sistema produtivo, a partir do método da Análise Macroergonômica do Trabalho (AMT). O projeto teve como foco o setor de costura de uma indústria têxtil de vestuário feminino situada na cidade de Londrina-PR, tendo como principal meta a tentativa de proporcionar ganhos quantitativos e qualitativos a esta empresa. Foi possível identificar, de forma participativa com os próprios usuários, quais fatores eram causadores de constrangimentos posturais e organizacionais. Este mapeamento direcionou a escolha dos pontos de intervenção projetual ou modificações ergonômicas que deveriam ser implementadas para melhorias do sistema produtivo e ampliação da segurança, conforto e satisfação de todos os envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Macroergonomia, Sistema Produtivo, Têxtil, Inovação.

MACROERGONOMIC ANALYSIS OF WORK IN THE SEWING SECTOR OF A TEXTILE INDUSTRY WITH EMPHASIS ON INNOVATION IN THE PRODUCTIVE SYSTEM

ABSTRACT: This research aimed to identify, map and propose, possibilities of innovation of the productive system, from the method of Macroergonomic Analysis of Work (AMT). The project focused on the sewing sector of a women's clothing textile industry located in the city of Londrina-PR, having as its main goal the attempt to provide quantitative and qualitative gains to this company. It was possible to identify, in a participative way with the users themselves, which factors were causing postural and organizational constraints. This mapping directed the choice of points of projectual intervention or ergonomic modifications that should be implemented to improve the production system and increase the safety, comfort, and satisfaction of all involved.

KEYWORDS: Macroergonomics, Production System, Textile, Innovation.

1 | INTRODUÇÃO

A empresa investigada nesta pesquisa atua a 11 anos no ramo de confecções do vestuário fitness feminino, possuindo distribuição e reconhecimento dos produtos com abrangência nacional. Apresenta a administração com origem familiar, porém com alta capacidade produtiva e um ciclo dividido basicamente em dez setores: desenvolvimento,

modelagem, corte, costura, acabamento, expedição/almojarifado, loja, administração, depósito e refeitório. A empresa/fábrica está localizada em bairro residencial, onde se encontram todos estes setores.

Apesar desta empresa se preocupar constantemente com o desenvolvimento de suas coleções com tecidos inteligentes, que trazem benefícios funcionais para o usuário, como secagem mais rápida, compressão localizada, acabamento bacteriostático e gerenciamento térmico, existe um público secundário, os funcionários da empresa, o qual não se vê, mas que é o principal participante na execução dos projetos.

Neste sentido, esta ainda pode proporcionar melhorias tanto no sistema produtivo, quanto em soluções particulares a cada setor ao pensar nos benefícios tangíveis e intangíveis direcionados aos funcionários.

1.1 Justificativa

A indústria do vestuário, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil – ABIT (2010), cresce a cada ano no Brasil, e constitui-se principalmente de micro, pequenas e médias empresas, gerando relevante demanda de emprego, principalmente no estado do Paraná, onde tal segmento é considerado como fundamental na economia do estado.

Porém, apesar do expressivo crescimento, o pólo de confecção no Paraná, ainda apresenta muitas dificuldades, principalmente pelo fato de que grande parte das empresas formadoras desse núcleo são de pequeno porte e foram constituídas historicamente por uma administração familiar, o que muitas vezes não possibilitou a implantação de um sistema integrado de gestão capaz de prever, administrar e resolver os diversos tipos de problemas surgidos pelas novas formas de relacionamento do homem com o sistema sócio técnico, onde as questões tecnológicas e de inovação ganham cada vez mais impacto e a qualidade de vida e trabalho do indivíduo/usuário tem caráter central e participativo nas decisões organizacionais.

A Macroergonomia, por meio do método da Análise Macroergonômica do Trabalho (AMT), pode contribuir imensamente para diagnosticar problemas reais da instituição sob a visão dos indivíduos atuantes, podendo inclusive identificar fragilidades setorizadas de sistemas e postos de trabalho durante a execução das tarefas, propor soluções adequadas e ergonômicas cabíveis à realidade da empresa.

Em Barbieri (1997, apud PEREIRA; CUNHA, 1998), na área produtiva, inovação significa o estabelecimento de novidades materializadas por meio dos produtos, processos e serviços, tanto os novos como os modificados. Inovação tecnológica pode ser vista também como um processo realizado por uma empresa para introduzir produtos e sistemas que incorporem novas soluções técnicas, funcionais ou estéticas.

Como caráter experimental, caso seja necessário, a presente proposta de pesquisa poderá gerar intervenções projetuais voltadas ao desenvolvimento de novos produtos ou

interfaces que solucionem ou minimizem as dificuldades e problemas identificados no setor de costura.

1.2 Objetivos

1.2.1 *Objetivo Geral*

Propor possibilidades de inovação do sistema produtivo do setor de costura, a partir do método da Análise Macroergonômica do Trabalho (AMT), em uma indústria têxtil de vestuário feminino, proporcionando ganhos quantitativos e qualitativos a esta empresa.

1.2.2 *Objetivos Específicos*

- Mapear a empresa em relação aos setores produtivos existentes;
- Identificar os principais Itens de Demanda Ergonômica (IDE's) no setor de costura, por meio do método da AMT;
- Utilizar uma abordagem participativa visando compreender as principais dificuldades nos sistemas produtivos deste setor, a partir da percepção dos indivíduos que estão diretamente envolvidos com as atividades;
- Propor melhorias para aperfeiçoar o trabalho almejando o máximo de conforto, segurança e bem estar do trabalhador no ambiente laboral.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

O método adotado nesta pesquisa foi a Análise Macroergonômica do Trabalho (AMT). Este é um método participativo e, portanto, parte do princípio que os funcionários são agentes fundamentais para a identificação de possíveis problemas, tanto organizacionais, quanto estruturais da empresa; e propõe deste modo, o envolvimento dos funcionários em todos os momentos dos estudos e/ou intervenções macroergonômicas (BUGLIANI, 2007).

De acordo com os apontamentos de Lida (2005), essa abordagem participativa parte do pressuposto de que os funcionários possuem conhecimento prático, cujos detalhes podem passar despercebidos pelo (s) pesquisador (es).

Segundo Bugliani (2007), este método abrange as seguintes fases:

- Levantamento ou Apreciação Macroergonômica;
- Análise ou Diagnose Macroergonômica;
- Proposta de Soluções Macroergonômica;
- Avaliação ou Validação Macroergonômica;
- Detalhamento Macroergonômico.

Nesta pesquisa serão aplicadas as três primeiras fases inicialmente.

2.1 Levantamento ou Apreciação Macroergonômica

De acordo com Moraes e Mont'Alvão (2000) a Apreciação Macroergonômica consiste no mapeamento inicial dos problemas na empresa. Para isso, podem ser realizadas observações no local, entrevistas com operadores e supervisores, registros fotográficos e/ou vídeos. O parecer macroergonômico abrangerá a apresentação de alguns problemas e disfunções do sistema homem-tarefa-máquina-organização observados pelos pesquisadores, além da descrição do setor analisado.

2.1.1 Setor de Costura

O setor de costura é composto por 16 funcionárias (100% do sexo feminino), sendo 15 costureiras e a supervisora do setor. Neste, as funcionárias costuram as peças e acrescentam alguns aviamentos como zíperes, etiquetas e botões quando necessário.

As costureiras se encontram em um espaço que não possui divisão física (Figura 1) com as funcionárias de outros setores como corte, acabamento e expedição. Essa ausência de paredes faz com que o barulho das máquinas de corte incomode a todos.



Figura 01: Visão Geral do Setor produtivo

Fonte: dos autores

As cadeiras não são padronizadas. Algumas são fixas, outras com regulagem e os materiais variam entre madeira, plástico e estofado.

A ventilação é feita de forma natural (janelas) e artificial (ventiladores, que no dia da visita não estavam ligados) (Figura 2).



Figura 2: Setor de costura sem ventiladores e com poucas janelas.

Fonte: dos autores

A iluminação é artificial por meio de lâmpadas fluorescentes distribuídas uniformemente pelo espaço, criando um ambiente adequado para as tarefas realizadas. Cada costureira tem sua mesa (medidas 108 x 49,5 x 77,5 cm) com três complementos a sua volta: o carrinho de linhas (Figura 3 e 4), a caixa onde se coloca as peças prontas (Figura 5) e mesa com os recortes de tecido a serem costurados (Figura 6). Apenas a costureira “pilotista” possui um quarto elemento adicional no seu posto, sendo uma mesa de apoio (medidas 108 x 49,5 x 77,5 cm) para manuseio, ajustes e testes no modelo experimental em desenvolvimento.

Os corredores entre as mesas possuem dimensões variáveis, sendo que a menor apresenta 38cm e o espaço maior 148cm. As costureiras não possuem intervalos para alongamento e ginástica laboral, então, passam grande parte do seu tempo sentadas, sem alternância de postura.



Figura 3: Visão geral do posto de trabalho da costureira.

Fonte: dos autores



Figura 4: Carrinho de linhas.

Fonte: dos autores



Figura 5: Caixa onde as peças prontas são depositadas.

Fonte: dos autores



Figura 6: Mesa onde ficam os recortes.

Fonte: dos autores

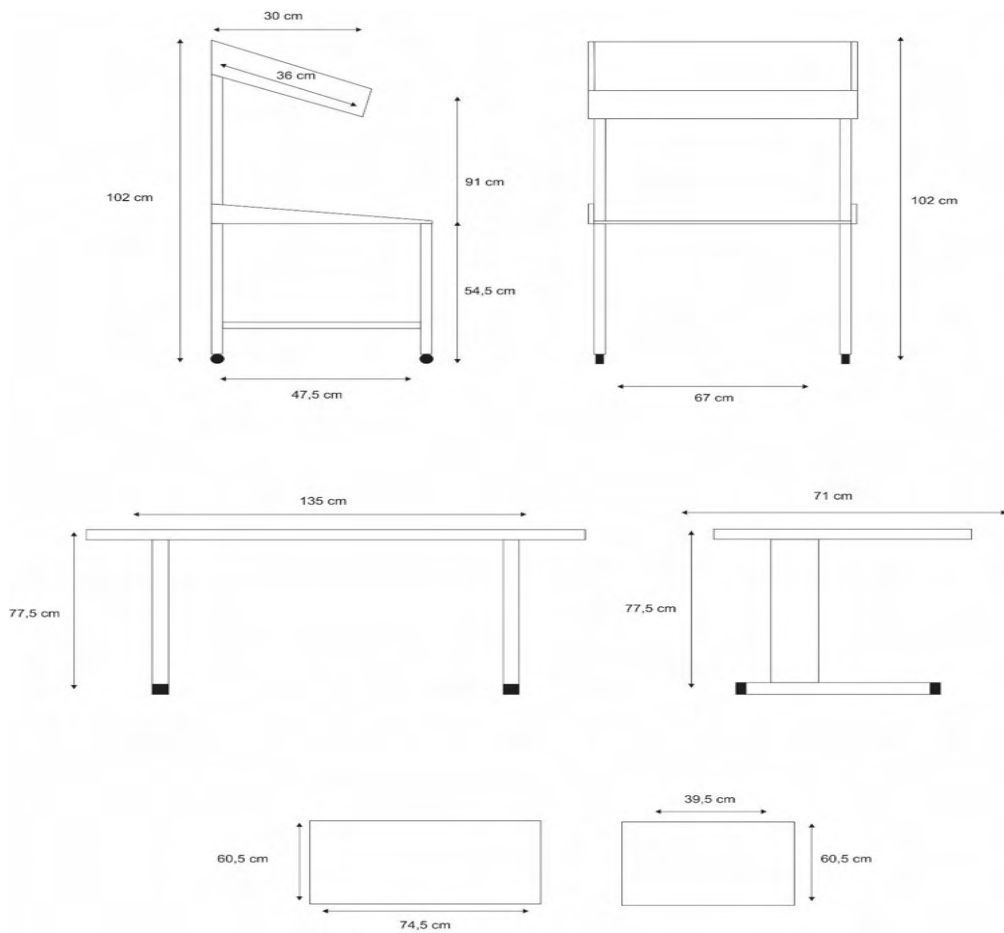


Figura 7: Dimensões das bancadas do setor de costura.

Fonte: dos autores

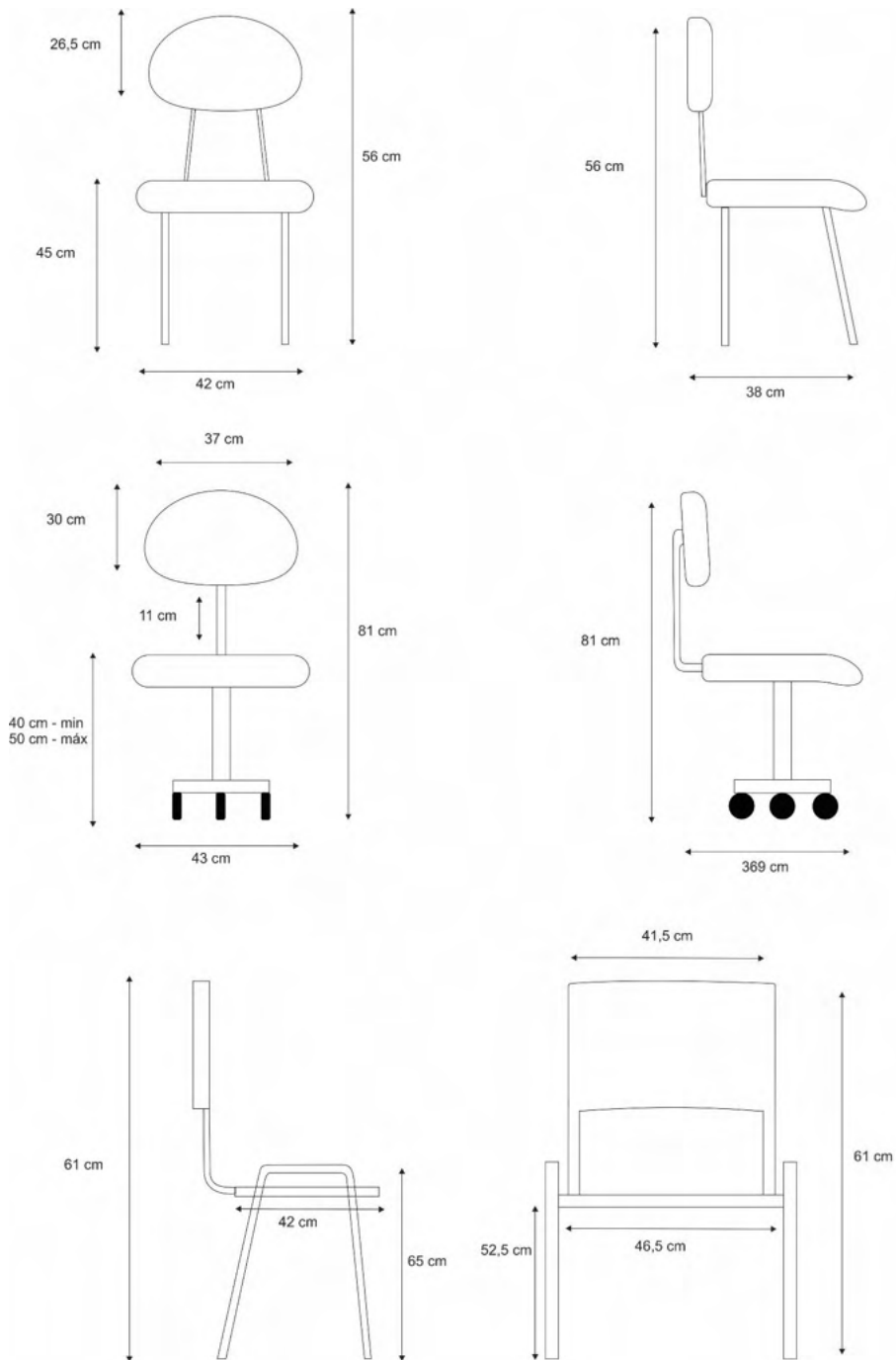


Figura 8: Dimensões dos assentos do setor de costura.

Fonte: dos autores

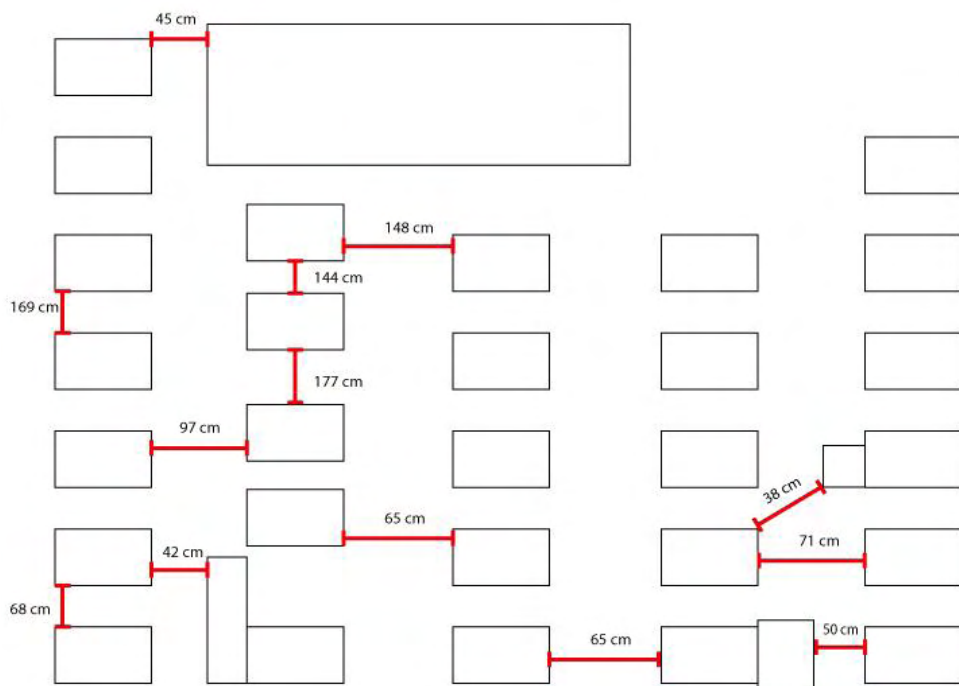


Figura 9: Dimensões layout do setor de costura

Fonte: dos autores

2.2 Diagnóstico Macroergonômico

A Diagnóstico Macroergonômico permite aprofundar os problemas priorizados pelos pesquisadores na fase anterior, ou seja, na Avaliação Macroergonômica.

De acordo com o recorte da pesquisa ou conforme a explicitação da demanda faz-se a análise macroergonômica e/ou a análise da tarefa do (s) sistema (s) homem-tarefa-máquina-organização. É o momento das observações sistemáticas e registros comportamentais das atividades da tarefa em situação real de trabalho.

Podem-se realizar gravações em vídeo, entrevistas estruturadas, verbalizações e aplicação de questionários e escalas de avaliação. Também nesta etapa é possível registrar frequências, sequências e/ou duração de posturas assumidas, comunicações e deslocamentos durante as atividades.

Os níveis, amplitude e profundidade dos levantamentos dependem das prioridades, dos prazos e dos recursos orçamentários disponíveis (MORAES; MONT'ALVÃO, 2000). Para o aprofundamento das hipóteses levantadas na Avaliação Macroergonômica, nesta fase serão realizadas entrevistas, cujos dados darão origem a um questionário.

2.2.1 Entrevista

Para a realização da entrevista foi elaborada a seguinte questão: “Quais os principais problemas encontrados neste setor, seja de ordem organizacional, estrutura física, equipamentos, comunicação interna ou qualquer outra ordem que interfira, desagrada ou prejudica o desempenho da execução de suas tarefas?”.

Participaram das entrevistas 100% das funcionárias do setor envolvido, sendo todas do sexo feminino. Os entrevistados relataram os problemas espontaneamente, não necessitando da intervenção dos pesquisadores para que se pudesse identificar as demandas ergonômicas.

Os Itens de Demanda Ergonômica (IDE's) indicados com maior frequência foram reunidos e organizados pela ordem de citação, estando o peso de importância relacionado a sua menção.

Sendo assim, o primeiro item mencionado recebeu o peso $1/1=1$, o segundo $1/2=0,5$ e o terceiro $1/3=0,33$, e assim por diante. Vale destacar que normalmente se pede para citar até 05 itens. A partir da somatória dos valores das respostas de cada setor foi gerado um ranking de prioridades, o qual deu suporte para a elaboração dos questionários.

Na sequência podem ser observados os resultados das entrevistas realizadas no setor investigado (Tabela 1).

Problema	Setor																Soma
	Costura																
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	
Maneira de falar da encarregada	1	1	1														3
Conversas paralelas	0,5								0,33		0,33	0,33	0,33				1,82
Má distribuição de serviços	0,33										0,5	0,5					1,33
Problema com as máquinas	0,25																0,25
Relação com a chefia	0,2*								0,5								0,7
Salário	0,16																0,16
Erros de modelagem			0,33														0,33
Barulho da máquina de corte		0,5	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	14
Relação com os colegas														0,5		0,33	0,83
Muitas peças para desmanche		0,33					0,33	0,33									0,99
Ventilação				0,5		0,5	0,5	0,5									2



Figura 10 – Gráfico representativo do setor de costura

Fonte: dos autores

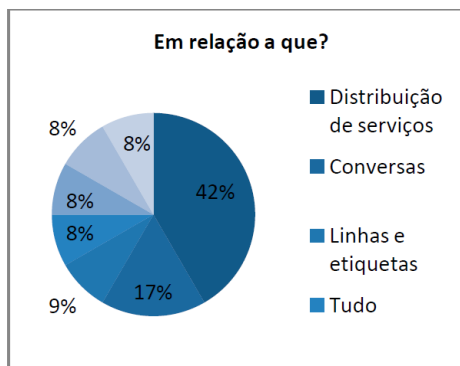
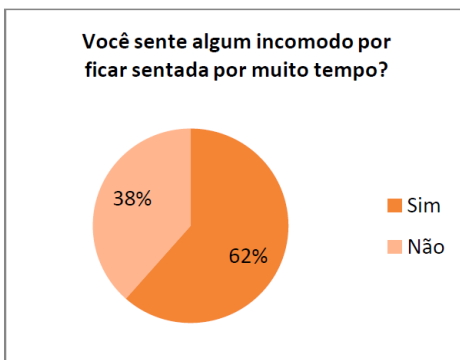
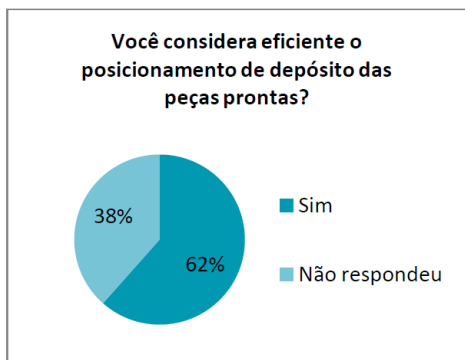
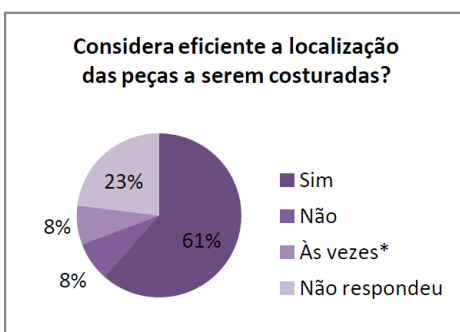
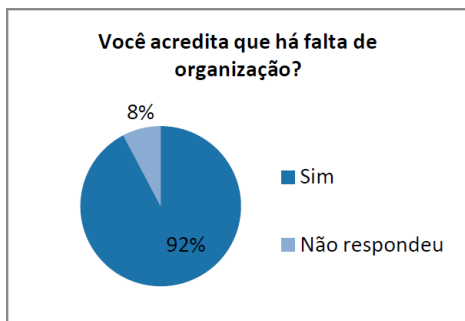


Figura 11 – Gráficos representativos das perguntas diretas para o setor de costura

Fonte: dos autores

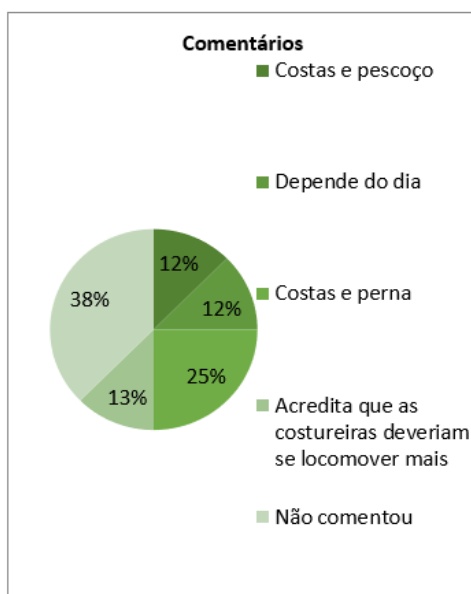
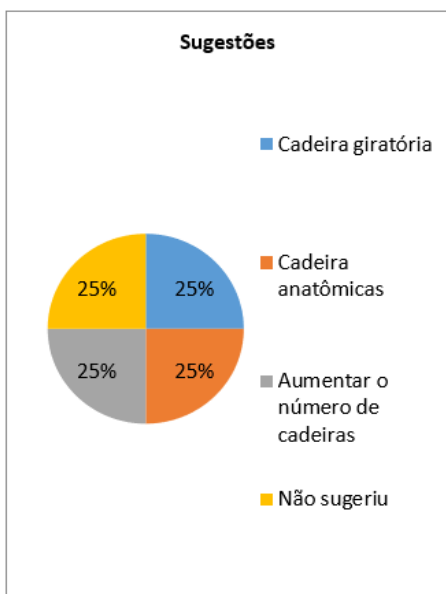
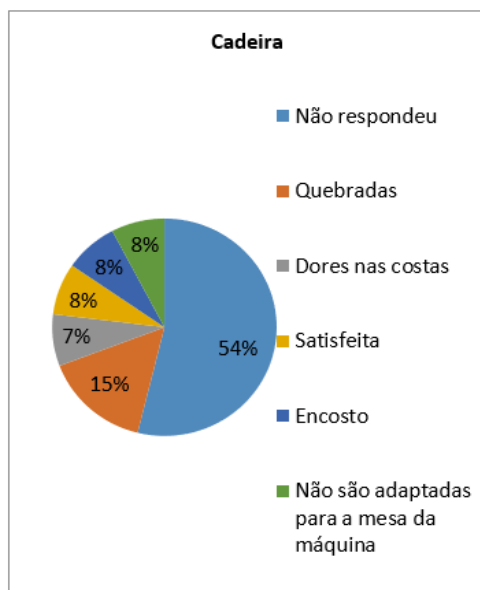
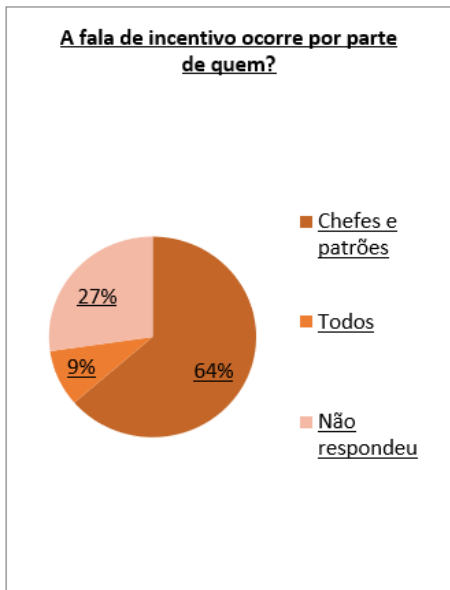


Figura 12 – Gráficos representativos das perguntas diretas para o setor de costura

Fonte: dos autores

2.3 Propostas de Soluções

2.3.1 Salário (1,8)

As colaboradoras apontam uma defasagem do valor salarial em relação ao valor médio regional. Porém, a gestora oferece bonificações por produção que suprem essa diferença equilibrando o valor final. O problema se intensifica quando associado à forma com que a bonificação foi alterada no final do primeiro semestre do ano corrente.

O benefício atualmente é repassado somente com o fechamento total da produção da coleção, quando todas as peças, conforme a ordem de serviço, forem executadas e finalizadas para expedição. Anteriormente as colaboradoras recebiam esta bonificação mesmo sem a conferência oficial do fechamento da ordem de serviço, esta era repassada em um prazo pré-estabelecido para a entrega. Mesmo que estivessem faltando algumas peças a bonificação era atribuída, o que resultava em uma falta de preocupação com o atraso ou reparo de produtos danificados no processo produtivo.

Diversos produtos ficavam perdidos na linha de produção, muitas vezes por meses e até anos, causando possíveis prejuízos para a empresa, devido a estas mercadorias paradas.

Neste sentido o que poderia ser realizado é uma conversa com as representantes dos setores para verificar formas que poderiam agilizar a produção de todas as peças, pois assim o pagamento da bonificação seria mais rápido, trazendo um contentamento às colaboradoras.

De acordo com Chiavenato (2004, apud RAMOS; FERREIRA, 2010) o salário é uma contraprestação pelo trabalho de uma pessoa na organização. Em troca do dinheiro, elemento simbólico e intercambiável, a pessoa empenha parte de si mesma, de seu esforço e de sua vida, comprometendo-se a uma atividade cotidiana e a um padrão de desempenho na organização.

2.3.2 Barulho da máquina de corte (1,9)

Um dos maiores motivos de reclamações por parte das colaboradoras era o barulho gerado pela máquina de corte, segundo Lida (2005) um local onde o ruído ambiente está entre 70 e 90 dB dificultam a conversação e a concentração, e podem provocar erros e redução do desempenho do funcionário, e também de acordo com as normas brasileiras (NR-15) o máximo de ruído tolerável para uma exposição durante 8 horas de jornada diária de trabalho é de 85 dB, caso o ruído ultrapasse esse limite já poderá causar danos ao trabalhador.

Foi proposto, de acordo com Grandjean (1998), o isolamento da fonte ruidosa tanto total (com o uso de cabines de isolamento acústico), quanto parcial (com uma barreira acústica entre a fonte e o receptor). Também foi indicado reduzir a reverberação com o

uso de carpetes e cortinas capazes de absorverem ruídos. Além do uso obrigatório de protetores auriculares em todos os setores.

Outra solução proposta seria a substituição da mesa, segundo Lida (2005) a medida mais eficaz para reduzir o ruído é atuar diretamente na fonte. Tal solução foi sugerida para a máquina de corte, substituindo o componente danificado que provocava vibrações e o conseqüente ruído. A iniciativa partiu das próprias colaboradoras, conseguindo assim reduzir consideravelmente o barulho gerado pelo setor de corte, tornando o ambiente mais adaptado à atividade.

2.3.3 Quantidade de peças para desmanche (3,8)

De acordo com os relatos das colaboradoras, os erros na produção ocorrem, principalmente quando é necessário a utilização de tecidos novos. Uma das soluções propostas seria fazer um catálogo de erros com as informações sobre os tipos de tecido, linhas, problemas e imprevistos, ou seja, um roteiro documental, um manual de testes básicos. De acordo com Almeida e Vidal (2001), é sempre conveniente manter um histórico dos processos, instalações e equipamentos, recomendando ainda organizar toda a documentação e mantê-las acessíveis.

2.3.4 Erros na modelagem (5,3)

De acordo com relatos das costureiras, erros na modelagem ocorrem pois muitas vezes são esquecidos de serem arrumados, chegando errado na produção. A solução proposta para este problema seria usar um marcador para riscar da lista os erros que já foram consertados. As fichas técnicas devem ser atualizadas e reimpressas, incluindo as informações e alterações realizadas durante o processo produtivo para evitar equívocos de interpretação e trabalhos duplicados.

Um espaço específico para anotações de cada setor poderia ser incluído na diagramação da ficha técnica, permitindo ao longo do processo produtivo que as colaboradoras possam gerenciar a inclusão de informações com a sua respectiva data. Conforme afirma Leite e Velloso (2006), uma ficha técnica deve conter toda a memória descritiva do produto, porém a formatação de uma ficha técnica é flexível, não há uma regra geral, recomenda-se que a ficha técnica possua: cabeçalho, desenho técnico do modelo, dados dos materiais utilizados, etiquetas e o beneficiamento. Como já foi inserido o desenho da peça na ficha junto com a ordem da montagem, isto reduziu muito a quantidade de peças que vão para o desmanche.

2.3.5 Conversas paralelas (6,0)

A conversa paralela era um dos problemas do setor, uma das soluções propostas para esse problema seria o diálogo entre as partes envolvidas e quando isso não for

possível (possibilidade de brigas, constrangimento ou falta de vontade de alguma ou de ambas as partes), recomenda-se a intermediação de um profissional superior conduzindo o diálogo entre as partes.

Sugere-se também a contratação de um profissional externo especializado em gestão de pessoas, para que possam ser tomadas medidas eficazes que beneficiem a todos e que acabe com quaisquer problemas de relacionamento dentro da empresa. “O funcionário deve procurar seu autoconhecimento, priorizar seus objetivos e também saber ouvir o outro, estas são ações que contribuem para que o ambiente de trabalho seja saudável” (BRONDANI, 2010, p.18).

2.3.6 Cadeiras (6,1)

Um dos desconfortos relatados pelas colaboradoras desse setor são as cadeiras não padronizadas. De acordo com Lida (2005), para acomodar as diferenças individuais, a altura dos assentos deveria ser regulável, pois segundo a norma NBR 13962 recomenda-se a largura de 40 cm e profundidade útil entre 38 e 44cm para o assento, evitando assim erros de postura e futuros problemas físicos. A solução proposta para esse problema seria padronizar todos os assentos das costureiras, e optar pelas cadeiras giratórias, com altura regulável e sem apoio para os braços.

2.3.7 Cartão de ponto (6,1)

O art. 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT estabelece o seguinte procedimento: “será obrigatória a anotação da hora de entrada e saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso”.

O problema relatado pelas costureiras foi que muitas vezes elas esquecem de bater o cartão, e a solução proposta foi usar um crachá como um cartão em que para entrar ou sair da fábrica teria que passar em uma roleta, assim os horários de entrada e saída ficariam registrados no sistema.

2.3.8 Distribuição de serviços (7,0)

Segundo as colaboradoras do setor o maior problema na distribuição de serviços é a demora para identificar as linhas correspondentes para cada atividade, não havendo o gerenciamento correto da entrega de insumos para as colaboradoras, por não existir nenhum responsável no almoxarifado, ficando este aberto para o acesso das funcionárias.

Uma das soluções propostas foi melhorar a organização das linhas e dar maior liberdade às auxiliares, para aprender como estocar, registrar e retirar os insumos do almoxarifado, auxiliando principalmente na tarefa de localização das linhas e das etiquetas a serem utilizadas. Estas seriam, portanto, responsáveis pela alimentação dos insumos

produtivos. Outra solução proposta seria entregar o conjunto das peças em um Kit/pacote junto com a linha a ser usada, evitando a situação atual, já que o pacote está armazenado em um local e a linha em outro. Porém, a empresa identificando o problema apontado pelo diagnóstico, utilizou-se de outra estratégia, realizando a contratação de um profissional administrativo específico para alimentar o estoque de insumos e entregar os materiais aos setores específicos da produção.

3 | CONCLUSÕES

Após a aplicação das três primeiras fases da Análise Macroergonômica do Trabalho foi possível identificar os itens de demanda ergonômica mais relevantes, principalmente pela contribuição e colaboração das funcionárias do setor. Desta forma, traçou-se prioridades quanto aos problemas do setor de costura, mas também de outros departamentos e elementos do sistema de produção que acabam por influenciar no processo de costura. Por isso a utilização da macroergonomia, como método em que o foco de análise está mais no todo do que apenas em partes específicas, é essencial para termos um panorama geral do sistema produtivo e assim podermos identificar onde tal sistema pode ser aprimorado, fornecendo desta forma maior segurança, soluções, conforto e satisfação a todos os envolvidos.

É importante destacar que este foi um trabalho acadêmico com envolvimento real na situação problema da empresa, porém, as propostas de solução não tinham garantia de implementação em virtude da necessidade de investimentos por parte da indústria. O relatório final da AMT, foi entregue em mãos, tanto de forma impressa como digital para a gestora em uma reunião formal. Nesta ocasião foi exposto todo o processo apresentado a síntese dos resultados.

REFERÊNCIAS

ABIT. **Carta ABIT 2000**. São Paulo: Associação Brasileira da Indústria Têxtil, 2010.

_____. **Departamento de Economia**. Disponível em < www.abit.org.br > Acesso em 25/11/2015.

ALMEIDA, C., VIDAL, M. **Gestão da manutenção predial**. Rio de Janeiro: Gestalent, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13962: Móveis para escritório - Cadeiras - Classificação e características físicas e dimensionais**. Rio de Janeiro, p. 3. 1997.

_____. **NR 15 - Atividade e operações insalubres. Anexo 1. Limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente**. 2019.

BRONDANI, Jera Porto. **O relacionamento interpessoal e o trabalho em equipe: uma análise sobre a influência da qualidade de vida no trabalho**. Porto Alegre, 2010. Monografia [Trabalho de conclusão de curso de graduação]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BUGLIANI, Raquel de Oliveira. **Macroergonomia**: um panorama do cenário brasileiro. 2001. 85 f. Dissertação (Pós graduação) Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Estadual Paulista, Bauru. 2007.

GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia**: adaptando o trabalho ao homem. Porto Alegre: Bookman, 1998.

GUIMARÃES, L. B. de M. **Macroergonomia**: colocando conceitos em práticas. Porto Alegre: UFRGS/FEENG, 2010.

IIDA, I. **Ergonomia**: projeto e produção. São Paulo: E. Blucher, 2005.

ISOLAMENTO acústico. Disponível em: <<http://www.amplitudeacustica.com.br/isolamento-acustico/>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

LEITE, A., VELLOSO, M. **Desenho técnico de roupa feminina**. Rio de Janeiro: Senac, 2006.

MORAES, Anamaria; MONT'ALVÃO, Cláudia. *Ergonomia*: conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: 2AB, 2000.

PEREIRA, Mauricio Fernandes; CUNHA, Myriam Siqueira da. Qualidade ambiental e inovação tecnológica. **Rev. de Ciências da Administração**, p. 61, ago., 1998.

RAMOS, B., FERREIRA, C. O aumento da produtividade através da valorização dos colaboradores: uma estratégia para a conquista de mercado. **Rev. de Engenharia e Tecnologia**. v. 2, n. 2, p. 76, 2010.

SOVIENSKI, F; STIGAR, R. Recursos humanos x gestão de pessoas. **Rev. Gestão**. v. 10, p. 54, 2008.

DESAFIOS DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS PORTUÁRIAS: O CASO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 20/10/2021

Wallison Albino dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro –
UERJ
ORCID: 0000-0002-6776-6030

Fábio Braun

Universidade do Estado do Rio de Janeiro –
UERJ
ORCID: 0000-0002-1011-7929

Marcus Brauer

UERJ / UNIRIO / UNESA
ORCID: 0000-0002-6820-4179

Denílson Queiroz

Universidade do Estado do Rio de Janeiro –
UERJ
ORCID: 0000-0002-6009-8922

Marcela Lobo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro –
UERJ
ORCID: 0000-0002-8385-9990

Celso Pieroni

Universidade do Estado do Rio de Janeiro –
UERJ
<http://lattes.cnpq.br/6825255384442349>

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo principal refletir sobre os principais desafios do aumento da produtividade na movimentação de cargas portuárias. Para tanto, foi utilizado como

referência para esse estudo de caso o porto do Rio de Janeiro. Dessa forma foram apresentadas informações relevantes sobre o porto do Rio de Janeiro, possíveis necessidades de adequação, bem como eventuais restrições operacionais com o intuito de compreender melhor a dinâmica das atividades, assim como os desafios inerentes à produtividade.

PALAVRAS-CHAVE: Desafios, Produtividade, Porto, Rio de Janeiro.

ABSTRACT: The main objective of this work was to reflect on the main challenges of increasing productivity in port cargo handling. In this context, the port of Rio de Janeiro was used as a reference for this case study. Thus, relevant information was presented about the port of Rio de Janeiro, possible adaptation needs, as well as possible operational restrictions in order to better understand the dynamics of activities, as well as the challenges inherent to productivity.

KEYWORDS: Challenges; Productivity; Harbor; Rio de Janeiro.

1 | INTRODUÇÃO

O sistema portuário brasileiro é um dos mais tradicionais segmentos da economia, sendo um modal importante para o transporte de mercadorias entre os países. Pela vasta extensão, pelo tipo de atividades realizadas e estrutura, o setor portuário sempre teve relevantes repercussões econômicas e sociais, pois contribui para o desenvolvimento e a geração de riqueza (CRUZ, 2007).

Nos últimos anos as movimentações de cargas no Porto do Rio declinaram e a perda de mercado do Porto do Rio decorreu de uma série de fatores, de modo que os terminais públicos vêm perdendo participação nas movimentações em razão dos novos terminais privados, em função da facilidade de criação destes terminais com a Lei 12.815 de 2013. Ademais, o Porto também enfrenta problemas de dragagem no canal de acesso aos terminais, o que impede o acesso de navios de grande porte que a partir de 2014 foram sendo mais utilizados para as rotas da América do Sul (FARIELLO; ORBAÑEZ, 2017).

Os problemas do Porto podem ser divididos em quatro fatores: O baixo sistema de acessibilidade terrestre, a crise do setor de petróleo e gás, a frágil segurança do Estado do Rio e problemas de acesso marítimo ao Porto, principalmente em relação à dragagem do canal que impedem grandes navios de atracar.

Este artigo abordará o tema de operações portuárias com o enfoque no desafio do aumento de movimentação de cargas portuárias no Porto do Rio de Janeiro, frente aos principais portos do Brasil. Para tanto, buscará apresentar os desafios enfrentados pela administração do porto e as empresas arrendatárias dos terminais em aumentar a produtividade de movimentações portuárias.

Por meio dos estudos trazidos, pretende-se obter um melhor entendimento dos desafios enfrentados pela administração do Porto do Rio de Janeiro para torná-lo mais competitivo no cenário logístico portuário brasileiro e estimular a reflexão sobre a importância do mesmo para o desenvolvimento e a geração de riqueza nacional.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O Porto do Rio de Janeiro, situado na Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) é um porto marítimo que foi planejado em 1870 e inaugurado em 1910, atendendo as orlas marítimas do Centro e dos bairros da Gamboa, Saúde, São Cristóvão e Caju. Com o passar dos anos o porto passou a atender à movimentação de cargas importadas, à cabotagem e navios de cruzeiro. É administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) possuindo terminais importantes, destacando-se os terminais de contêineres T1 e T2, arrendados pelas empresas, Libra Terminais Rio e Multi-Rio, além de terminais de grãos líquidos, veículos, trigo, produtos siderúrgicos e de passageiros. A Companhia Docas possui o terreno e a infraestrutura dos portos, de modo a administrar os espaços terrestres e marítimos, preservando a atividade portuária e a interação ao movimento econômico, enquanto as empresas arrendatárias dos terminais respondem pela operação portuária e a superestrutura dos terminais (CDRJ, 2016).

De acordo com Firjan (2011), o Porto do Rio tem a importância de ser área de influência a 22 estados brasileiros, em razão da forte participação no comércio exterior desses estados, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MIDC). Em 2010, o porto foi o 4º maior

em movimentações de carga geral, produtos de maior valor agregado, dentre os portos brasileiros, atingindo cerca de US\$ 16,3 bilhões de faturamento e sendo o maior arrecadador de ICMS do Estado do Rio, com R\$ 1,67 bilhão. Em 2013, foi responsável por 5,5% do valor faturado e 1,7% de volume movimentado no país, sendo o 7º mais importante do Brasil e o 9º em volume de comércio exterior.

Dentre os terminais portuários, o que mais se destaca no comércio internacional é o terminal de contêineres, devido à grande padronização do setor portuário em utilizar este formato para transportar cargas no decorrer do século XX, de forma que a padronização do transporte de cargas utilizando contêineres seria um meio de facilitar a conexão intermodal e otimizar a ocupação dos espaços, proporcionando assim o empilhamento e facilidades para deslocá-lo em longas distâncias com custos logísticos reduzidos (BATISTA, 2012).

Além disto, a padronização em volta da utilização dos contêineres propiciou o desenvolvimento de modelos de transporte e máquinas especializadas para lidar com contêineres em variados objetivos, como por exemplo, navios porta-contêineres para o deslocamento marítimo, carretas para a movimentação terrestre, tipos de máquinas para o empilhamento de contêineres nos pátios portuários, entre outros (CHAMMA; MORAES, 2013).

As empresas arrendatárias dos terminais de contêineres do porto do Rio investiram, entre 2011 e 2015, cerca de R\$ 1,2 bilhão, com o objetivo de aumentar o cais de contêineres em 60%, que passaria de 1.258 metros para 1.960 metros, se tornando assim o Porto de maior cais contínuo de contêineres da América do Sul. A capacidade de movimentação passaria de 750 mil toneladas/ano, em 2011, para 2 milhões em 2020 e a adequação de novas áreas para armazenagem. A intenção para o Porto com estes investimentos era de torná-lo o segundo do país em movimentação de contêineres (FIRJAN, 2011).

De acordo com Tovar e Ferreira (2006), diversos estudos buscaram identificar os principais entraves dos portos brasileiros, de maneira que limitações dos acessos rodoviários, ferroviários, bem como a falta de dragagem e manutenção representam algumas dessas restrições operacionais nos portos brasileiros.

Em relação ao acesso rodoviário, 61% dos acessos aos portos são considerados inadequados e conseqüentemente geram dificuldades aos caminhões e carretas para chegarem aos terminais portuários, podendo acarretar atraso da entrega dos produtos além de afetar o nível do serviço. As principais dificuldades envolvem a travessia por área urbana, o engarrafamento de veículos de carga, o acesso rodoviário em precário estado de conservação, a ocorrência de roubo de cargas, assim como a falta de segurança. A respeito dos acessos ferroviários, são comuns problemas como falta de infraestrutura para embarque e desembarque e precário estado de conservação (CNT, 2012).

Para a Firjan (2011), a acessibilidade é o maior desafio para que os projetos de expansão do Porto do Rio sejam bem-sucedidos, destacando-se a revisão da localização e funcionamento dos portões de acesso aos terminais em razão do impacto do tráfego

urbano e a construção da avenida portuária como solução para o acesso rodoviário ao cais.

Os principais problemas nos acessos aquaviários dos portos brasileiros estão relacionados à profundidade do canal e do berço (calado), à limitação de largura dos canais (passagem simultânea), à disponibilidade de berço e as sinalizações marítimas, de modo que estes problemas dificultam o acesso, sobretudo, de navios de grande porte (CNT, 2012).

A falta de dragagem faz com que navios que apresentem maior calado fiquem impossibilitados de atracar nos terminais, assim como não conseguem utilizar sua capacidade de carga total, de modo que os armadores acabam por usar navios menores, ou navios grandes têm que embarcar com volumes inferiores à sua capacidade plena, afetando assim os preços, que tendem a impactar os custos dos fretes marítimos e consequentemente reduzir a competitividade dos produtos nacionais destinados ao exterior (TOVAR; FERREIRA, 2006).

Vale ressaltar que sem a realização das obras de melhoria nos acessos e de construção de novas vias que mitiguem o conflito do tráfego de cargas com o tráfego urbano, o Porto do Rio não atingira sua capacidade ampliada de movimentação como esperado, portanto, resultando em prejuízos para a iniciativa privada e para o setor público, especialmente no âmbito da arrecadação de impostos. (FIRJAN, 2011).

Com efeito, os investimentos em dragagens permitem o aprofundamento dos canais de acesso aos terminais portuários, de modo a capacitá-los a receber navios de maior porte, assim aumentando a competitividade e a capacidade de movimentação de cargas. (CNT, 2012).

Nos últimos anos, o Governo Federal tem realizado esforços para implementar ações destinadas à ampliação da infraestrutura e à melhoria da gestão portuária, como por exemplo, o Programa Nacional de Dragagem, o Porto Sem Papel e o Programa de Modernização da Gestão Portuária. Porém, apesar dos esforços, os players do setor frequentemente descrevem os gargalos que geram ineficiência para o comércio exterior, que além de envolver o terminal portuário em si, englobam também todo o trâmite que acontece nos portos, desde a atracação dos navios até os desembarços completo da carga para importações, e na chegada da carga aos terminais até o embarque em navios para operações de exportação. Portanto tais ineficiências podem resultar no aumento do tempo e custos para os usuários dos portos, no que tange à liberação das cargas (TCU, 2018).

Outro ponto importante é a omissão dos portos, onde navios desviam de rotas, sem a autorização dos interessados das cargas. No Brasil, segundo os transportadores marítimos são problemas de infraestrutura portuária, como a falta de janela (falta de escala no porto, que pode ser decorrente de superlotação dos pátios, congestionamento nos acessos terrestres e outros) e falta de calado (distância vertical entre a superfície da água e a parte mais baixa da quilha do navio). Num estudo realizado entre janeiro e setembro

de 2013, ocorreram 284 casos de omissões, que acarretaram em milhares de contêineres não embarcados ou desembarcados, dando prejuízos aos donos das cargas assim como gerando a perda de credibilidade dos produtos brasileiros no exterior pelo não cumprimento de prazos (CASTRO, 2014).

Uma das medidas administrativas para solucionar este problema de omissão seria o estabelecimento da obrigatoriedade de que todos os casos de omissão de portos sejam comunicados à Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), detalhando o armador/proprietário do navio, nome do navio, capacidade em toneladas, quantidade de contêineres não embarcados ou desembarcados na escala omitida e justificativa para a omissão. (FIRJAN, 2014).

Segundo Brooks (2006), mensurar a eficiência de um porto ou seu desempenho possibilita realizar uma comparação com os demais portos em termos de competitividade. Portanto, entende-se que os portos que apresentam maiores quantidades de cargas movimentadas dispõem de notoriedade na competitividade do setor portuário.

3 | METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter descritiva e exploratória, por meio de estudo de caso de fontes secundárias (pesquisa documental), a partir do levantamento das informações aplicadas ao tema.

O objetivo de estudo é apresentar um panorama do setor portuário brasileiro, seguido de uma breve apresentação do Porto do Rio de Janeiro, e partindo disto, expor as dificuldades do porto em movimentar grandes volumes de cargas, com base no comparativo de volume de cargas movimentadas pelos principais portos do Brasil pelo período entre 2015 e 2018, assim como tratar dos fatores relevantes que impedem a produtividade operacional do porto.

Para tanto, foram analisadas as medidas que a administradora do Porto do Rio de Janeiro, Companhia Docas, junto das empresas arrendatárias dos terminais estão tomando para tornar o porto mais competitivo no mercado. Os dados analisados são provenientes dos relatórios oficiais disponibilizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), bem como outros dados adicionais relacionados ao tema.

4 | RESULTADOS

A seguir são apresentados gráficos de movimentações de cargas portuárias dos anos de 2017 e 2018, de modo a permitir uma melhor percepção das movimentações do Porto do Rio de Janeiro e dos demais portos brasileiros, utilizando como base estatística o Anuário da ANTAQ.

No ano de 2017, foi movimentado um total de 1.087.806.826 bilhões de toneladas. O gráfico seguinte apresenta o ranqueamento dos dez principais portos e terminais em movimentação e a posição do Porto do Rio de Janeiro em 2017.

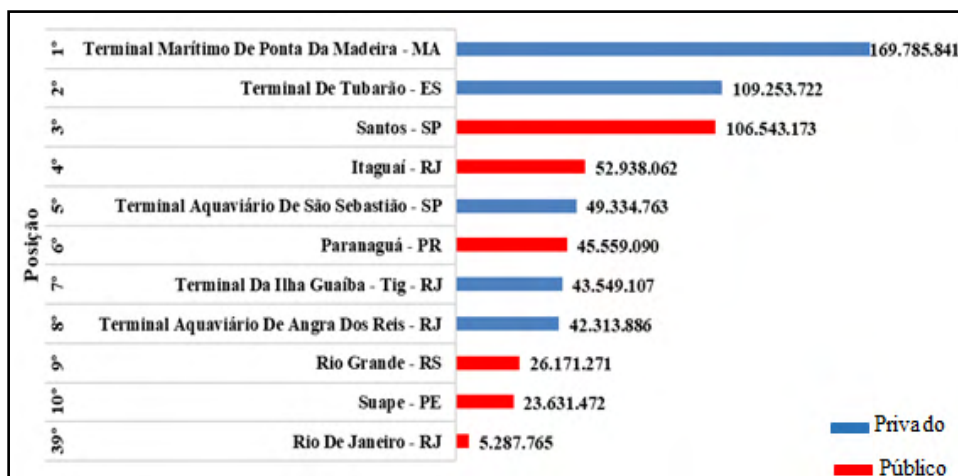


Gráfico 1: Movimentação de Cargas Portuárias 2017

Fonte: Elaboração Própria, adaptado do Anuário ANTAQ (2017).

No ano de 2017, os portos públicos representaram 33,6% desde total movimentado, enquanto os portos privados 66,4%. Ademais, 69,4% das atividades portuárias foram voltadas para operações de embarque de navios e 30,6% para operações de desembarque nos portos nacional. Conforme apresentado no gráfico, o porto do Rio no ano de 2017 ficou na 39ª posição, com uma movimentação total de 5.287.765 milhões de toneladas. Enquanto o porto do Rio movimentou um volume inferior se comparado ao ano de 2016, o Porto de Itaguaí e os terminais da Ilha da Guaíba e de Angra dos Reis, ambos do mesmo estado do Rio de Janeiro, apresentaram em 2017 um crescimento de toneladas movimentadas se comparados aos valores de 2016.

Em 2018, o setor portuário brasileiro registrou um total de 1.121.354.256 bilhões de toneladas de movimentação portuária, que representa o maior volume desde 2015. Os portos privados representaram 66,5% desde total movimentado, enquanto os portos públicos 33,5%. Os principais grupos de mercadorias movimentados neste ano foram minérios, escórias e cinzas representando 36,3% do total movimentado, seguido do grupo de combustíveis minerais e óleos minerais com 21,6% e por seguinte as cargas containerizadas representando 10,1% do total de movimentação portuária em 2018.

De acordo com o Anuário ANTAQ (2018), 69,4% do volume de cargas no ano em questão foram de operações de embarques e 30,6% de operações de desembarques. O gráfico a seguir apresenta o ranqueamento dos dez principais portos e terminais em

movimentação e a posição do Porto do Rio de Janeiro no ano de 2018.

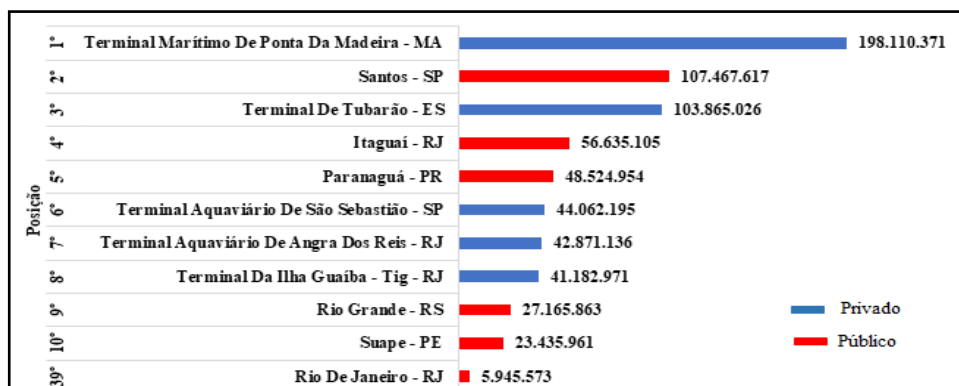


Gráfico 2: Movimentação de Cargas Portuárias 2018

Fonte: Elaboração Própria, adaptado do Anuário ANTAQ (2018).

Conforme apresentado no gráfico, o porto do Rio no ano de 2018 ficou na 39ª posição de movimentação de cargas portuárias, tendo o melhor resultado de movimentações portuárias desde 2015, num volume total de 5.945.573 milhões de toneladas, representando 0,53% do total movimentado em 2018.

Contudo, conforme os gráficos apresentados, podemos perceber que o Porto do Rio de Janeiro, não vem tendo um volume significativo de movimentações portuárias se comparado aos principais portos do país, além de três concorrentes diretos no Estado do Rio, estarem no top dez do ranking de movimentações anual.

Analisando as características estruturais dos três melhores portos ranqueados do Estado do Rio de Janeiro pelos anos de 2015 e 2018, o Terminal da Ilha Guaíba, possui acostagem tipo píer, dois berços para atracção de embarcações, capacidade de armazenagem para 1.371.397 toneladas, o principal produto movimento é o minério de ferro, cuja produtividade é de movimentar 25.300 toneladas por hora. O Terminal Aquaviário de Angra Dos Reis possui acostagem tipo píer, seis berços, capacidade de armazenagem para 1.018.225 metros cúbicos, o principal produto movimento é o petróleo com movimentação de 12.600 metros cúbicos por hora (SNP, 2019).

O Porto de Itaguaí possui acostagem tipo cais, oito berços, os principais produtos movimentados de acordo com seus terminais são carvão, minério de ferro, contêineres, carga geral e granéis sólidos. A capacidade para armazenagem de granéis sólidos é de 15.242 metros quadrados, para o carvão a área compreende 140.800 metros quadrados, o terminal de contêineres possui uma área total de 408.888 metros quadrados e para o minério de ferro são 683.922 metros quadrados para o terminal da CPBS e 710.398 metros quadrados para o terminal da CSN (LABTRANS, 2014).

Vale ressaltar que entre 2015 e 2017, as movimentações do porto do Rio de Janeiro estavam declinando, pois o porto ainda carecia em função da falta de infraestrutura, o que acarretou na perda de competitividade, sobretudo por não ter a capacidade de receber navios de grande porte, por falta de calado (profundidade a que se encontra o ponto mais baixo da quilha de uma embarcação, em relação à linha d'água). Com efeito, somente em 2018, voltou a ter um crescimento de volume movimentado.

A partir das obras de dragagem do canal de acesso aos terminais do Porto do Rio, considerada de suma importância, finalizadas no ano 2017, em agosto do mesmo ano, a Capitania dos Portos autorizou em fase experimental a atracação de navios de grande porte nos terminais, navios estes utilizados com mais frequência para rotas da América do Sul, a partir de 2014.

No ano de 2017, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), aprovou uma parceria entre a empresa Terminal Investment Limites Sàrl (TIL), empresa ligada ao armador MSC, com a empresa Multi-Rio, exploradora do terminal de contêineres T2 do porto do Rio. Onde foi constituída uma sociedade em cota de participação (SCP) entre as duas empresas, no intuito de ofertar serviços portuários de movimentação e armazenagem, que propicia as atividades do armador MSC. De acordo com o presidente da Multi-Rio (2017), a parceria faz parte de uma tendência mundial dos terminais de contêineres em se associarem a grandes operadores portuários internacionais. Em 2011, a Multi-Rio renovou seu contrato de arrendamento até 2048, se comprometendo a investir R\$ 500 milhões para ampliar os terminais de contêineres e de veículos, este arrendado pela empresa Multi-Car (PIRES; GÓES, 2017).

Até o primeiro semestre de 2019, o Porto do Rio movimentou um volume total de 3,5 milhões de tonelada de cargas portuárias, se comparado ao mesmo período de 2018, houve um crescimento de 6,5%. Deste total, 57,6% corresponde a movimentação de contêineres e 29,1% granéis sólidos (ASSCOM CDRJ, 2019).

Em 2018, uma parceria entre a empresa Argonáutica e a Universidade de São Paulo (USP), desenvolveu uma tecnologia, chamada “Sistema Redraft”, que permite uma maior segurança à atracação de navios no Porto do Rio, com sensores instalados em boias fixadas próxima a entrada da baía, que transmitem dados em tempo real a uma central de informações.

Esta tecnologia calcula o calado, ou seja, a profundidade que se encontra o ponto mais baixo da quilha de uma embarcação, em relação à linha d'água, levando em consideração as características dos navios, ventos, correntes marítimas, ondas e até a maré, possibilitando assim uma maior confiabilidade, sem que haja risco do navio bater no fundo da baía no momento de atracação ao porto. Esta parceria para utilização desta tecnologia no Porto do Rio ocorre juntamente pela praticagem e pelos operadores portuários dos terminais. “Acreditamos que quanto mais eficiente é um porto, mais ganha o usuário. O Redraft combina segurança da navegação, eficiência e competitividade”, destacou o

diretor-presidente da USUPPORT-RJ (2018).

No ano de 2019, a Companhia Docas, buscou desenvolver melhorias no controle de acesso de pessoas e veículos dos portos administrados, incluindo o porto do Rio, e diante da necessidade de maior controle das embarcações que passam pelos canais de acesso. De modo que a estrutura do projeto de melhorias visa instalar um sistema de monitoramento com cerca de 150 câmeras, a adoção de um sistema de captura de imagem, assim como um sistema de controle de acesso aos portos e um programa de gerenciamento de agendamentos de veículos de cargas. O projeto também abrangeria um sistema de detecção de imagem por OCR, rádios, cancelas, catracas, radares de segurança perimetral e a implantação de um novo centro de controle operacional, assim buscando o funcionamento adequado e ininterrupto de um moderno sistema de segurança e controle de acesso (PORTOS E NAVIOS, 2019).

Os projetos desenvolvidos foram frutos de sucessivas discussões entre a CDRJ, as empresas arrendatárias dos terminais portuários e parceria com o Sindicato dos Operadores Portuários do Rio de Janeiro. Para o presidente da CDRJ (2019), a implantação do novo sistema de segurança e controle de acesso será integrada aos demais mecanismos de controle do plano de segurança do porto do Rio. Além disto, a CDRJ por meio licitatório adquiriu drones para dar suporte ao controle das atividades de fiscalização na área portuária, aos acessos aquaviário e ao meio ambiente.

Um projeto em fase final de desenvolvimento e implantação, busca por meio de uma plataforma unificar o controle de acesso aquaviário e a gestão das operações portuárias. O chamado “Sistema de Gestão Portuária” (SIGPORT), irar substituir os sistemas independentes utilizados atualmente, como o sistema de recebimento de documentações, emissor de guia de pagamentos, controle de atracação e desatracação dos navios. De modo que o “SIGPORT” busca integrar essas funções que junto ao sistema governamental “Porto sem Papel” tende a proporcionar uma melhor experiência aos usuários (PORTOS E NAVIOS, 2019).

Dessa forma, o Porto do Rio no ano de 2018 teve o melhor volume de movimentações de cargas desde 2015, representando 0,53% do total de movimentação portuária dentre os portos brasileiros públicos e privados, tendo em vista que tanto a administração do Porto, a Companhia Docas do Rio de Janeiro, quanto às empresas arrendatárias dos terminais, tem buscado realizar investimentos estruturais com a finalidade de melhor competir com os outros terminais portuários do país.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor portuário é de suma importância para a economia nacional, pois além de ser um elo para a expansão do comércio exterior, contribui para o desenvolvimento do país, bem como para a geração de riqueza por meio das atividades desempenhadas, sendo

inclusive um setor de alta empregabilidade.

Dessa forma, é possível inferir que os investimentos no porto buscam torná-lo mais produtivo, a partir de ações tanto na esfera pública como na esfera privada, propiciando maior empregabilidade, interesse cultural, assim como uma perspectiva mais otimista na arrecadação de impostos para as respectivas esferas de governo, haja vista que as possíveis melhorias na capacidade e eficiência operacional do porto tendem a aumentar a competitividade, de modo a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico da região.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Silvio Rodrigues. **Avaliação de Desempenho da Área Operacional em Terminal Portuário de Contêineres**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Gestão de Pessoas no Ambiente Portuário) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Santa Cecília, Santos, 2006. Disponível em: <http://sites.mplopes.com.br/dpcnovo/sites/default/files/monografias/avaliacaodesempenhoareaoperacional.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Agência Nacional de Transporte Aquaviário. **Anuário Estatístico Portuário**. Brasília – DF. Disponível em: <http://web.antaq.gov.br/Anuario/>. Acesso em: 12 mai. 2019.

_____. Decreto-Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; Altera as leis 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; Revoga as leis de 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das leis 11.314 de 03 de julho de 2006, e 11.518, de 05 de setembro de 2007, e da outras providências. **Diário Oficial da União** - edição extra, Brasília, 05 jun. 2013.

_____. Ministério da Infraestrutura. **Histórico – Sistema portuário brasileiro**. Brasília – DF, 20 Out. 2015. Disponível em: <http://infraestrutura.gov.br/component/content/article/90-portos-p%C3%A1gina-inicial/5504-hist%C3%B3rico-sistema-portu%C3%A1rio-brasileiro.html>. Acesso em: 27 ago. 2019.

_____. Secretaria Nacional de Portos. **Terminal Aquaviário de Angra dos Reis**. WebPortos. Informações gerais. Data de referência: 25 ago. 2019. Disponível em: <https://webportos.labtrans.ufsc.br/Tup/Index/37>. Acesso em: 01 set. 2019.

_____. **Terminal da Ilha Guaíba**. WebPortos. Informações gerais. Data de referência: 25 ago. 2019. Disponível em: <https://webportos.labtrans.ufsc.br/Tup/Index/47>. Acesso em: 01 set. 2019.

_____. **Trabalhador Portuário**. Brasília, 26 fev. 2014. Disponível em: <https://www.infraestrutura.gov.br/component/content/article/89-portos-menu-lateral/5474-trabalhador-portu%C3%A1rio.html>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. Secretaria de Portos da Presidência da República; Laboratório de Transportes e Logística. **Plano mestre Porto de Itaguaí**. Plano Mestre, Sumário Executivo. Florianópolis: LABTRANS - UFSC, mai. 2014. 4-8 p. Disponível em: https://www.infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/sumario_executivo/se13.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. **Plano mestre Porto do Rio de Janeiro**. Plano Mestre, Análise estratégica. Florianópolis: LABTRANS - UFSC, jun. 2014. Cap.4. 201-208 p. Disponível em: https://www.infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/versao_completa/pm35.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.

_____. Tribunal de Contas da União; Fundação Getúlio Vargas. **Projeto de Apoio à Modernização e o Fortalecimento Institucional do Tribunal de Contas da União – Aperfeiçoamento do Controle Externo da Regulação**. Relatório sobre fiscalização da regulação econômico-financeiro: Setor portuário. Brasília: TCU, 16 jan. 2006. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0AE7182C0880>. Acesso em 23 set. 2019.

_____. **TC 024.768/2017-0**. Relatório de auditoria operacional. Brasília: TCU, 02 out. 2018. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/0A/82/E5/DD/BD4566105D8B1266E18818A8/TC%20024-768-2017-0%20-%20auditoria%20operacional%20nos%20portos.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

BROOKS, Mary R. Issues in measuring port devolution program performance: a managerial perspective. **Research in transportation Economics**, Elsevier, v.17, jan. 2006, 599-629 p.

CASTRO, Osvaldo Agripino Junior. Omissões de portos: O que fazer?. **Portos e Navios**, Rio de Janeiro, 13 mai. 2013. Opinião. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/artigos/artigos-de-opinio/omissoes-de-portos-o-que-fazer636>. Acesso em: 16 set. 2019.

CDRJ investe em tecnologia para aprimorar Segurança Portuária. **Portos e Navios**, Rio de Janeiro, 12 fev. 2019. Portos e Logística. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/cdrj-investe-em-tecnologia-para-aprimorar-seguranca-portuaria>. Acesso em: 17 set. 2019.

CHAMMA, F. C.; MORAES, A. H. R. **Estudo de Viabilidade Econômica e Análise Logística de um Projeto de Expansão do Porto do Rio de Janeiro**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10008243.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. **Pesquisa CNT do transporte marítimo 2012**. Brasília: CNT, 2012. Disponível em: <https://cnt.org.br/pesquisa-transporte-maritimo>. Acesso em: 16 set. 2019.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano de desenvolvimento e zoneamento portuário**. Rio de Janeiro: CDRJ, nov. 2016. Cap. 1, 23 – 24 p. Disponível em: http://infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/pdz/pdz35.pdf. Acesso em: 12 mai. 2019.

CRUZ, R. P. **Análise Comparativa dos Modelos de Gestão Portuária: Brasil, México, Chile e Espanha**. São Paulo, 2007. (Trabalho não publicado).

FARIELLO, D.; ORDOÑEZ, R. Movimento no Porto do Rio cai três vezes mais do que a média nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mar. 2017. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/movimento-no-porto-do-rio-cai-tres-vezes-mais-que-media-nacional-21115030>. Acesso em: 23 mar. 2019.

PIRES, F.; GÓES, F. Til e Multi-Rio fecham parceria pra explorar porto. **Valor Econômico**, São Paulo e Rio de Janeiro, 10 nov. 2017. Empresas. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/11/10/til-e-multirio-fecham-parceria-para-explorar-porto.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Gargalos dos Portos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FIRJAN, fev. 2014. Economia. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/gargalos-dos-portos-do-rio-de-janeiro.htm>. Acesso em: 18 mai. 2019.

_____. **Necessidade de adequação da acessibilidade ao Porto do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FIRJAN, out. 2011. Economia. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/necessidade-de-adequacao-da-acessibilidade-ao-porto-do-rio-de-janeiro.htm>. Acesso em 18 mai. 2019.

TOVAR, A. C. A.; FERREIRA, G. C. M. A Infra-Estrutura Portuária Brasileira: O Modelo. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 13. n.25, 209-230 p., jun. 2006. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/10935/1/RB%2025%20A%20Infra-Estrutura%20Portuária%20Brasileira_O%20Modelo%20Atual%20e%20Perspectivas%20para%20seu%20Desenvolvimento%20Sustentado_P_BD.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019.

A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS

Data de aceite: 01/12/2021

Rosyana Araújo Silva

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paraíso do Tocantins, 2016

RESUMO: Este trabalho apresentará uma demonstração contábil obrigatória no Brasil apenas para as empresas de capital aberto. A publicação da Demonstração do Valor Adicionado está contida no Art. 188, inciso II da Lei nº 6.404 de 15 de novembro de 1976 – Lei das S/A. Trata-se de uma demonstração contábil que evidencia o valor da riqueza gerada por uma empresa em um dado período e como esta foi distribuída aos agentes financeiros envolvidos no processo produtivo como empregados, governo, acionistas e etc. Para atingir o objetivo desse estudo, foi elaborada e analisada a DVA do Supermercado Serve Lar do ano de 2015, com o intuito de mostrar a DVA como instrumento de distribuição de riqueza para uma empresa. Para chegar a estes dados foi necessária a aplicação dos métodos quantitativos com base nas principais obras publicadas sobre o assunto e qualitativos com a análise de do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado, tornando assim possível o desenvolvimento da análise dos indicadores propostos por Dalmácio, Rangel e Nossa (2003), os resultados confirmaram a teoria de que é demonstrada a importância econômica,

financeira e social desta empresa na região.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstração do Valor Adicionado, distribuição de riquezas, tomada de decisão, demonstrações contábeis, análise da DVA.

ABSTRACT: This paper presents a compulsory financial statement in Brazil only to publicly traded companies. The publication of the Value Added Statement is contained in Article 188, subsection II of Law No. 6404 of November 15, 1976 - Law S / A. This is an accounting statement that reflects the value of the wealth generated by a company in a given period and how it was distributed to financial agents involved in the production process as employees, government, shareholders, etc. To achieve the objective of this study was designed and analyzed the DVA Supermarket Serve Home of the year 2015, in order to show the VAD as wealth distribution tool for a company. To reach this data was required the application of quantitative methods based on principal works published on the subject and quality to the analysis of the Balance Sheet and Income Statement, thus making possible the development of the analysis of the indicators proposed by Dalmácio, Rangel and Our (2003), the results confirmed the theory that is demonstrated economic importance, financial and social of this company in the region.

KEYWORDS: Statement of Value Added, distribution of wealth, decision making, financial statements, analysis of DVA.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma demonstração contábil menos

conhecida no meio acadêmico do que as que são obrigatórias para todas as empresas como a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) ou Balanço Patrimonial, por exemplo. Isso pode ser explicado pelo fato de só ser obrigatória a sua apresentação pelas empresas que tem ações na Bolsa de Valores.

Essa demonstração é um documento útil do ponto de vista macroeconômico já que os valores agregados do País representam o seu Produto Interno Bruto (PIB). Inclusive as empresas multinacionais ganham cada vez mais espaços no mundo corporativo já que é uma ferramenta de transparência, que evidencia como essa empresa distribui suas riquezas onde ela está instalada.

Este trabalho pretende demonstrar de forma simples mais uma ferramenta de gestão disponibilizada pela contabilidade para auxiliar na tomada de decisão.

Para quem essa pesquisa sobre a DVA é importante?

Para todos. Para o governo que inclusive tem um sistema de incentivo fiscal em alguns casos para que uma empresa se instale em determinado município. A arrecadação será maior, será necessário mão-de-obra o qual admitirá moradores como funcionários, o comércio local tenderá a vender mais e a sociedade que ganhará de forma direta e indireta com a instalação da nova empresa.

Esse trabalho visa à divulgação desta demonstração pouco utilizada e conhecida por alguns profissionais da área contábil. Didaticamente, é um desafio escrever sobre este tema, pela dificuldade de material disponível que mensure a importância e a forma prática para a produção de uma DVA.

METODOLOGIA APLICADA

Para o desenvolvimento deste trabalho será realizada uma pesquisa com o objetivo de caráter exploratório com a finalidade pura e básica de levantar dados qualitativos e quantitativos sobre a DVA da empresa Rodrigues & Rodrigues Supermercado Serve Lar.

No estudo de caso será feito a análise crítica da Demonstração do Valor Adicionado da empresa Rodrigues & Rodrigues Supermercado Serve Lar, localizado no centro da cidade de Paraíso do Tocantins - TO.

De acordo com Gil (1999, p. 73) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo”.

Os dados para elaboração e análise foram extraídos da Demonstração de Resultado da empresa Rodrigues & Rodrigues Sup. Serve Lar Ltda. do ano de 2015.

Assim, a análise realizada neste trabalho compreende a análise dos percentuais de participação de cada fator de produção com relação ao Valor Adicionado Distribuído. Quanto aos fatores de produção, estes foram definidos no referencial teórico e são empregados, governos, credores e acionistas.

RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Como a ênfase deste trabalho é mostrar a importância da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), esse estudo irá tratar de forma mais abrangente esse tema observando o que diz a legislação no Brasil e sua aplicabilidade.

Nos dias atuais, apenas as empresas de capital aberto, são obrigadas a apresentar anualmente a DVA, mas não quer dizer que as demais empresas são proibidas de fazê-la. Ao contrário, por ser uma demonstração de fácil entendimento, as empresas poderão se valer da mesma até como uma ferramenta de marketing. A população poderá identificar que tal empresa contribui socialmente para o desenvolvimento econômico de onde ela está instalada; e claro o benefício para a comunidade é notável, como na geração de empregos diretos e indiretos, por exemplo.

A CVM assim como o CFC sugeriu que as empresas adotassem o modelo da DVA elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras – Fipecafi.

Para Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.501):

As informações disponibilizadas nessa demonstração permitem a análise do desempenho econômico da empresa, bem como auxiliar no cálculo do Produto Interno Bruto – PIB e de indicadores sociais. Fornecem informações sobre os benefícios (remunerações) obtidos por cada um dos fatores de produção (trabalhadores e financiadores – acionistas ou credores) e governo.

Essa demonstração surgiu em decorrência da DRE mostrar apenas a riqueza de uma empresa em forma de lucro líquido, assim como as demais demonstrações não indicam a riqueza agregada aos produtos ou insumos adquiridos pela empresa.

O objetivo da DVA é descrito no Pronunciamento Técnico **CPC 09**: valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzidos por terceiros e transferidos à entidade (CPC 09).

Enfim, a distribuição de renda apresentada pela DVA evidencia exatamente que uma empresa não está nunca sozinha, e que para ela existir é necessário práticas, processos e pessoas envolvidas diretamente e indiretamente ao longo do seu processo produtivo, e é ao longo desse criterioso processo produtivo que a distribuição de riquezas acontece.

Pensando em outro objetivo da DVA – [...] evidenciar a contribuição social da empresa para o desenvolvimento econômico e social da região onde está instalada. Discrimina o que a empresa agrega de riquezas à economia local e, em seguida, a forma como distribui tal riqueza. (FIEPECAFI, 2000, p. 31 *apud* RICARTE, 2005, p.57).

Algumas empresas com uma importância significativa para o País, além de percorrida as etapas mencionadas anteriormente, ainda tem algum ou vários projetos sociais com a finalidade de investir na responsabilidade social. Seus objetivos vão além da divulgação do nome da empresa, mas principalmente em incentivar de alguma forma um projeto que

possa contribuir socialmente com o crescimento psicossocial de um jovem. Por exemplo, se a empresa patrocina algum esporte em uma escola, ou um time esportivo de algum estado, ela está distribuindo sua renda através do incentivo financeiro em relação a esse esporte, e com certeza estará contribuindo com o governo em relação às políticas sociais.

Dessa forma, as entidades governamentais podem inclusive, após a análise da DVA de dada empresa, decidir ou não pela concessão de algum outro incentivo para a instalação ou expansão de uma empresa em um dado município, por exemplo. Há várias empresas que ao planejarem uma expansão ou a abertura de uma nova filial, buscam antes junto ao poder público incentivos fiscais, comerciais, tributários para poderem decidir o local mais viável para a expansão de seus negócios.

DA ELABORAÇÃO DA DVA

A elaboração da DVA tem que ser baseada no princípio contábil da competência. Na elaboração de uma DVA, deverão ser coletadas da DRE ou/e das outras demonstrações as seguintes informações:

1. Receitas (venda de mercadorias, produtos e serviços), outras receitas, receitas relativas à construção de ativos próprios;
2. Insumos adquiridos de terceiros (custos dos produtos), materiais, energia, serviços de terceiros, perdas;
3. Valor adicionado bruto (diferença entre os itens receitas e insumos);
4. Depreciação, amortização e exaustão;
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade;
6. Valor adicionado recebido em transferência (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras);
7. Valor adicionado total a distribuir (soma dos dois últimos itens);
8. Distribuição do valor adicionado (pessoal, tributos, remuneração de capital de terceiros, juros, alugueis, remuneração de capitais próprios, juros sobre o capital próprio, dividendos, lucros retidos e prejuízos do exercício).

No cálculo da DVA só entra como receita de serviço ou receita financeira o que é considerado como fonte geradora de recurso. As despesas não são contabilizadas nesse campo da mesma forma que não aparecem no campo de distribuição das receitas.

Indicador	Fórmula	Conceito
Grau de retenção do valor adicionado	$GRVA = \frac{LR}{VAT} \times 100$	Indica qual o percentual de retenção do valor adicionado sob a forma de lucros retidos. Poderá, também, indicar qual o percentual de riqueza gerada será agregada ao capital.
Grau de capacidade de produzir riqueza	$GCPR = \frac{VALPE}{VAT} \times 100$	Indica a real capacidade da entidade em produzir riqueza.
Grau de riqueza recebida em transferência	$GRRT = \frac{VART}{VAT} \times 100$	Indica qual o percentual de riqueza recebida em transferência pela entidade.
Grau de contribuição na formação de riqueza de outras entidades	$GCFROE = \frac{IAT+RT}{RC} \times 100$	Indica qual o percentual de contribuição de uma entidade, ou seja, indicará quanto de riqueza gerada pela entidade esta sendo transferida para outras entidades.
Grau de participação dos empregados na riqueza gerada	$GPERG = \frac{VALPPE}{QE} \times 100$	Indica qual a contribuição per capita dos empregados de uma entidade na riqueza gerada.
Grau de contribuição dos ativos na geração de riqueza	$GCAGR = \frac{VAT}{AT} \times 100$	Indica qual o percentual de contribuição dos ativos na geração de riqueza de uma entidade.
Grau de contribuição do patrimônio líquido na geração de riqueza	$GCPLGR = \frac{VAT}{PL} \times 100$	Indica o potencial do capital próprio para geração de riqueza de uma entidade.

Quadro 01 – Indicadores para Análise da DVA

Fonte: adaptado de Dalmácio, Rangel e Nossa (2003).

Legendas:

AT – ativo total

GPERG – grau de participação dos empregados na riqueza gerada

GCAGR – grau de contribuição dos ativos na geração de riqueza

GCPLGR – grau de contribuição do patrimônio líquido na geração de riqueza

IAT – insumo adquirido de terceiros

LR – lucro retido

PL – patrimônio líquido

QE – quantidade de empregados de uma entidade

RC – receitas

RT – retenções

VALPPE – valor adicionado líquido produzido pela entidade

VALPE – valor adicionado líquido produzido pela entidade

VART – valor adicionado recebido em transferência

VAT – valor adicionado total a distribuir

DIFERENÇA ENTRE DVA E DR

Pode-se inclusive, inferir que a DVA funciona como uma prestação de contas dos resultados econômicos gerados pela empresa e serve como base de informações para toda a sociedade.

ITEM/TRATAMENTO	DRE	DVA
Receitas	Brutas	Líquidas de devoluções e abatimentos
Impostos e contribuições sociais	Ora tratados como despesas, ora como deduções da Receita Bruta	Aparecem como distribuição de riqueza para o governo
Encargos financeiros Receitas e Despesas	Compreendem a diferença entre Financeiras. É um dos itens do grupo Despesas Operacionais	Apresentam-se separadamente: as receitas fazem parte do modulo Valor Adicionado Recebido em Transferência; as Despesas, do modulo Distribuição do Valor Adicionado, no item Remuneração do Capital de Terceiros
Pessoal e Encargos	São tratados como Despesas Operacionais	São um dos públicos para distribuição do valor adicionado
Receitas pela participação/ investimento em outras empresas (Método de Custo ou de Equivalência Patrimonial)	Não tem muito destaque. Lançam-se apenas como Outras Receitas/Despesas Operacionais, subgrupo de Despesas Operacionais, apesar de os resultados provenientes desses investimentos terem, muitas vezes, muita expressão no resultado de uma empresa ou de um grupo.	Esse resultado aparece destacado no modulo Valor Adicionado Recebido em Transferência
Dividendos	Não são evidenciados	Figuram como item na distribuição da riqueza gerada

Quadro 2 – Itens comuns na DVA e na DRE e suas distintas interpretações conforme a UNAFISCO

Fonte: Unafisco

ANÁLISE DA DVA NA EMPRESA SUPERMERCADO SERVE LAR LTDA

Neste tópico, será feito uma análise da geração e distribuição de riqueza da empresa Rodrigues & Rodrigues Supermercado Serve Lar Ltda.

CARACTERIZAÇÕES DA EMPRESA

A empresa Rodrigues & Rodrigues Supermercado Serve Lar Ltda. foi fundada em 1972. Seu primeiro nome comercial era Mercearia Rodrigues. No início dos anos 70, uma família que morava na zona rural resolveu mudar-se para a cidade de Paraíso do Tocantins, com o objetivo de colocar os filhos na escola. Nessa época, nesta mesma cidade não existia

energia elétrica, asfalto, telefone, gás de cozinha, água encanada; enfim uma cidade sem oportunidade de negócios.

Essa família sem estudos e sem conhecimento para negócios liderada pela matriarca, resolve colocar um pequeno comércio de secos e molhados, em uma pequena casa que tinha comprado na cidade. Derrubaram uma parede da casa que separava uma pequena sala de um quarto e ali deu início a uma vendinha, como era chamada pelos fregueses e pela vizinhança.

Hoje o Supermercado Serve Lar que passou a ter esse nome a partir de 1987, somando as áreas de depósito, loja e estacionamento, são mais de 4.000 m². Os proprietários têm orgulho de ter começado seu negócio quando Paraíso era uma pequena cidade e terem crescido junto dela. O Supermercado Serve Lar é gerido pelos filhos da Sr^a. Delfina Rodrigues Maranhão. Conta com 127 funcionários diretos. Nos dias atuais na cidade de Paraíso do Tocantins - Tocantins, é o supermercado com o maior número de funcionários diretos.

DVA DA EMPRESA RODRIGUES & RODRIGUES – SUPERMERCADO SERVE LAR

Segue abaixo o Quadro 4 contendo a DVA da Empresa Rodrigues & Rodrigues Supermercado Serve Lar Ltda., onde poderá ser observado a riqueza por ela gerada e sua forma de distribuição no ano de 2015.

DESCRIÇÃO	Ano 2015
1 RECEITA	R\$ 35.285.159,50
1.1 Venda de mercadorias, produtos e serviços	R\$ 35.024.336,68
1.2 Outras receitas	R\$ 260.822,82
1.3 Receitas relativas à construção de ativos próprios	0,00
1.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	0,00
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	R\$ 27.405.757,43
2.1 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos - CMV	R\$ 24.804.417,06
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	R\$ 2.595.622,02
1.3 Perda/ recuperação de valores ativos	R\$ 5.718,35
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	R\$ 7.879.402,07
4 DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	R\$ 132.667,55

5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	R\$ 7.746.734,52
6 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	R\$ 30.455,51
6.1 Resultado de equivalência patrimonial	0,00
6.2 Receitas financeiras	R\$ 30.455,51
7 VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	R\$ 7.777.190,03
8 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R\$ 7.777.190,03
8.1 Pessoal	R\$ 2.626.400,18
8.1.1 Remuneração Pessoal	R\$ 1.892.153,75
8.1.2 Benefícios - INSS	R\$ 536.539,19
8.1.3 FGTS	R\$ 197.707,24
8.2 Impostos, taxas e contribuições	R\$ 3.657.393,84
8.2.1 Federais	R\$ 1.044.637,99
8.2.2 Estaduais	R\$ 2.607.223,35
8.2.3 Municipais	R\$ 5.532,50
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	R\$ 155.945,21
8.3.1 Juros	R\$ 83.945,21
8.3.2 Alugueis	72.000,00
8.3.3 Outras	0,00
8.4 Remuneração de capitais próprios	R\$ 1.337.450,80
8.4.1 Juros sobre o capital próprio	0,00
8.4.2 Dividendos	R\$ 19.788,15
8.4.3 Lucros retidos/prejuízo do exercício	R\$ 1.317.662,65
8.4.4 Participação dos não controladores nos lucros retidos	0,00

Quadro 03 - Demonstração do Valor Adicionado da empresa Rodrigues & Rodrigues Supermercado Serve Lar Ltda.

Fonte: DR e BALANCETE fornecidos pela própria empresa.

Os dados para a elaboração foram extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado da empresa. Assim, o valor adicionado produzido e a distribuir pela empresa no ano de 2015 foi de R\$ 7.777.190,03 (Sete milhões setecentos e setenta e sete mil cento e noventa reais e três centavos).

Observa-se a contribuição per capita dos funcionários em relação a riqueza gerada e distribuída aos fatores de produção do Supermercado Serve Lar; cada funcionário recebeu o valor médio no ano 2015 de R\$ 14.898,85 em relação ao total distribuído para os mesmos. Isso representa 34% (trinta e quatro por cento) do valor distribuído no período.

ANÁLISE DO VALOR ADICIONADO DO SUPERMERCADO SERVE LAR

No quadro abaixo, será demonstrado como foi composta a riqueza agregada total do Supermercado Serve Lar no ano de 2015.

Descrição	Valor (R\$)	Percentual (%)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	7.746.734,52	99,60%
Valor adicionado recebido em transferência	30.455,51	0,40%
Valor adicionado total a distribuir	7.777.190,03	100%

Quadro 4 - Índices do Grau de Produção de Riqueza e do Grau de Riqueza Recebida por Transferência

Fonte: Elaborado pela Autora com base nas informações da empresa.

No que diz respeito ao percentual de riqueza agregada total que foi produzida pela empresa, em todo o período analisado os índices mostram que do valor total a distribuir 99,60% (noventa e nove vírgula sessenta por cento) é produzido pela empresa, sendo que só 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) e recebido em transferência.

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A seguir será demonstrado como foi distribuído o valor adicionado produzido pela empresa no valor de R\$ 7.777.190,03 (Sete milhões setecentos e setenta e sete mil cento e noventa reais e três centavos) no ano de 2015.

Componente	Valor em reais	Contribuição em %
+ Pessoal	R\$ 2.626.400,18	34%
+ Impostos	R\$ 3.657.393,84	47%
+ Rem. Capital Terceiros	R\$ 155.945,21	2%
+ Rem. Capital Próprio	R\$ 1.337.450,80	17%
= Valor Adicionado Líquido	R\$ 7.777.190,03	100%

Quadro 5 – Distribuição do Valor Adicionado – Visão Geral Simplificada

Fonte: Adaptado de Cosenza (2003)

Esse quadro poderá ser utilizado em apresentações ou reuniões de caráter administrativo para demonstrar de forma objetiva e simplificada a DVA da empresa. Foi sugerido inclusive, para a proprietária da empresa Rodrigues & Rodrigues Supermercado Serve Lar que esta demonstração seja apresentada aos sócios para conhecerem a extensão da aplicação do capital aplicado

Os valores apresentados na DVA da empresa Rodrigues & Rodrigues Sup. Serve Lar expostos no quadro 05 seguem aqui em forma de gráfico com a porcentagem atribuída a cada valor apurado.

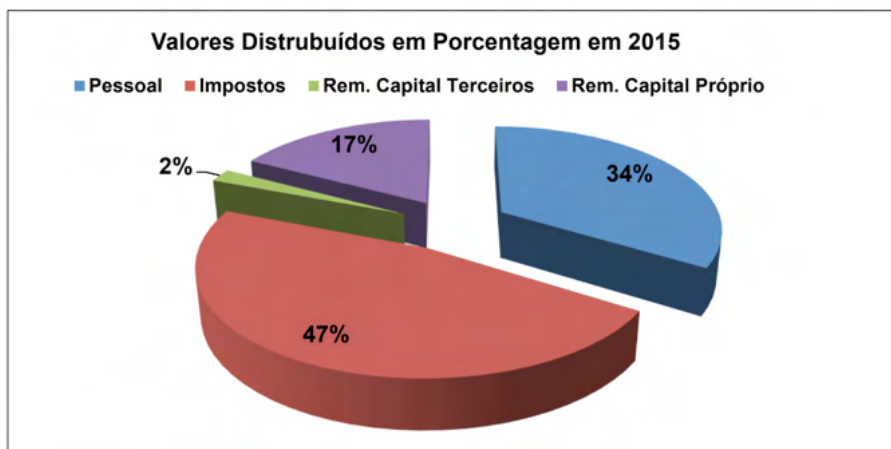


Gráfico 1 – Demonstração do Valor Adicionado

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados da DVA da empresa.

Observa-se que a maior parcela recebida na distribuição da riqueza gerada por esta empresa no ano de 2015, foi do Governo que recebeu R\$ 3.657.393,84 (Três milhões seiscentos e cinquenta e sete mil trezentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos). Representando o equivalente a 47% (quarenta e sete por cento) de todo o montante gerado e distribuído pela empresa.

Os empregados da empresa Rodrigues & Rodrigues Supermercado Serve Lar, foram remunerados com R\$ 2.626.400,18 (Dois milhões seiscentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais e dezoito centavos) no ano de 2015, o que corresponde a 34% (trinta e quatro por cento), da riqueza criada pelas atividades da empresa.

Ainda se tem distribuído de Remuneração do Capital de Terceiros o valor de R\$ 155.945,21 (cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e um centavos). Portanto, de toda a riqueza distribuída pela empresa os credores ficaram com apenas o correspondente a 2% (dois por cento) de tudo que foi distribuído no ano de 2015.

Já a Remuneração de Capital Próprio é representando pelos dividendos e lucros

retidos. A riqueza distribuída aos sócios foi no valor de R\$ 1.337.450,80 (um milhão trezentos e trinta e sete mil e quatrocentos e cinquenta reais e oitenta centavos), o que representa 17% da distribuição do valor adicionado de remuneração de Capital Próprio.

Portanto, mesmo que a empresa seja regida por familiares. Isso é reafirmado analisando o fato da remuneração ser 98% de capital próprio e apenas 2% de capital de terceiros.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO SUPERMERCADO SERVE LAR

Para a análise dos indicadores da DVA do Supermercado Serve Lar, serão utilizados alguns indicadores. Segue:

Indicador 1: Grau de retenção do valor adicionado

$$\text{GRVA} = \frac{\text{LR}}{\text{VAT}} \times 100 = \frac{1.317.662,65}{7.777.190,03} \times 100 = \mathbf{16,94\%}$$

A empresa tem 16,94% (dezesesseis vírgula noventa e quatro por cento) de retenção do valor adicionado, infere-se então que a empresa agregou mais riquezas ao seu próprio capital ao longo do ano de 2015.

Indicador 2: Grau de capacidade de produzir riqueza

$$\text{GCPR} = \frac{\text{VALPE}}{\text{VAT}} \times 100 = \frac{7.746.734,52}{7.777.190,03} \times 100 = \mathbf{99,60\%}$$

A empresa tem 99,6% (noventa e nove vírgula seis por cento) de capacidade de gerar riquezas onde estas serão distribuídas aos seus agentes financeiros.

Indicador 3: Grau de riqueza recebida em transferência

$$\text{GRRT} = \frac{\text{VART}}{\text{VAT}} \times 100 = \frac{30.455,51}{7.777.190,03} \times 100 = \mathbf{0,4\%}$$

Este indicador representa as receitas financeiras da empresa no período; baseia-se basicamente em rendimentos de aplicações financeiras com retorno de 0,4% (zero vírgula quarto por cento) do total das receitas adquiridas.

Indicador 4: Grau de contribuição na formação de riqueza de outras entidades

$$\text{GCFROE} = \frac{\text{IAT} + \text{RT}}{\text{RC}} \times 100 = \frac{27.405.757,43 + 132.667,55}{35.285.159,50} \times 100 = \mathbf{78,04\%}$$

A empresa contribuiu na formação de riqueza de outras entidades em 78,04% (setenta e oito, vírgula zero quatro por cento). Esse valor é representado principalmente por despesa com insumos e retenções de riqueza.

Indicador 5: Grau de participação dos empregados na riqueza gerada

$$\text{GPERG} = \frac{\text{VALPPE}}{\text{QE}} \times 100 = \frac{7.746.734,52}{127} \times 100 = 60.997,90$$

Nesse campo podemos inferir a contribuição per capita dos funcionários individualmente para o valor total da receita distribuída no período. Cada empregado contribuiu com R\$ 60.997,90 (sessenta mil novecentos e noventa e sete reais e noventa centavos).

Indicador 6: Grau de contribuição dos ativos na geração de riqueza

$$\text{GCAGR} = \frac{\text{VAT}}{\text{AT}} \times 100 = \frac{7.777.190,03}{4.967.470,05} \times 100 = 156,56$$

A empresa mostra equilíbrio na aplicação de seus ativos na produção da riqueza gerada e distribuída. A cada R\$ 100,00 de ativo a empresa conseguiu distribuir R\$ 56,56.

Indicador 7: Grau de contribuição do patrimônio líquido na geração de riqueza

$$\text{GCPLGR} = \frac{\text{VAT}}{\text{PL}} \times 100 = \frac{7.777.190,03}{880.211,85} \times 100 = 883,56\%$$

Em relação ao patrimônio líquido, a cada R\$ 100,00 (cem reais) investido do capital próprio, foi obtido um retorno de R\$ 883,56 (oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos) em forma de riqueza no ano de 2015.

CONCLUSÃO

Por ser muito dinâmica e complexa, a contabilidade vem sempre buscando o aprimoramento das informações que é obrigada a publicar. Como foi mostrado neste trabalho, também as pequenas empresas podem utilizar essa demonstração para permitir o entendimento por outras pessoas da sua importância economicamente, contabilmente e socialmente.

As empresas podem ainda fazer um comparativo, inclusive é o mais indicado, tendo como base dois ou mais períodos, ou seja, comparar a DVA de dois ou mais anos para verificar o crescimento ou retrocesso das riquezas criadas e distribuídas aos agentes econômicos envolvidos no seu processo produtivo.

Em relação à empresa Rodrigues & Rodrigues Supermercado Serve Lar esta é a primeira vez que é elaborada a Demonstração do Valor Adicionado.

Com a análise da DVA foi possível perceber que o governo foi quem mais se beneficiou com 47% (quarenta e sete por cento) da riqueza distribuída por esta empresa.

Em seguida vêm os funcionários com 34% (trinta e quatro por cento) do recebimento da riqueza distribuída, e só em terceiro lugar é que aparece o retorno financeiro para os sócios que foram os provedores da geração da riqueza com 17% (dezesete por cento). Os terceiros foram remunerados em 2% (dois por cento).

Portanto, a DVA sem dúvida é uma ferramenta gerencial e conota transparência das contas da empresa, e isso interfere no prestígio real que esta entidade tem frente à sociedade. É uma excelente forma de evidenciar a riqueza produzida e distribuída de uma organização, possibilitando a tomada de decisões a partir de sua análise

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Osmar Reis. **DFC e DVA**: “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e “Demonstração Valor Adicionado”. 1º Ed. São Paulo, 2008.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. Regulação da contabilidade e regulação contábil: teorias e análise da Lei nº 11.638/07. In: **CONGRESSO DE CONTABILIDADE E AUDITORIA**. 2008.

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei de Sociedades Anônimas: lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976, com as modificações das leis nº 9457 de 5 de maio de 1997 e nº 10.303 de 31 de outubro de 2001. **São Paulo: Saraiva**, v. 2, 2003.

COSENZA, José Paulo. **A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado**. Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7-29, out/2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rctf/article/view/34099/36831>>. Acesso em 10 jun. 2016.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

UNAFISCO. **Demonstração do Valor Adicionado**. Sergio Góis. Disponível em <<http://www2.unafisco.org.br/tributacao/41/report03.htm>>. Acessado em: 06 jun/2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas: 1999

IUDÍCIBUS, Sergio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2010.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NEDER, Marcos Vinicius; MARTÍNEZ LÓPEZ, Maria Teresa. Processo administrativo fiscal federal comentado:(de acordo com a **Lei nº 11.941**, de 2009, e o Regimento interno do CARF). 2010.

NEVES, Silverio; VICECONTI, Paulo Eduardo. **Contabilidade Avançada**. 14º ed. São Paulo: Frase, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luíz. **Manual de Contabilidade Básica**. 9ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Comercial Fácil**. 18º ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2013.

RICARTE, César Eduardo Stevans. Demonstração do Valor Adicionado. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v.4, n.10, p.49-69, dez.2004/mar. 2005.

SANTOS, Ariovaldo. **Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2003.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**, São Paulo, Editora Atlas, 2001.

NOS COMPASSOS DO FOLCLORE E DA RELIGIOSIDADE: ASSOCIAÇÃO DO FOLCLORE DE PARINTINS COM PROCESSO RELIGIOSO DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 06/09/2021

Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus – Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/7305750465493497>

Lúcia Cláudia Barbosa Santos

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus – Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/3377313544008037>

Maria Jacqueline Ramos Iwata

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus – Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/0488605469008105>

Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus – Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/9904420994652908>

RESUMO: O Folclore de Parintins é conhecido como a maior manifestação cultural popular da região Norte, encanto turistas. O Festival Folclórico de Parintins acontece no último final de semana do mês de Junho e duas semanas após, ocorre a festa de Nossa Senhora do Carmo, o evento religioso que eleva a devoção à padroeira além de promover as relações entre os participantes. O objetivo deste trabalho é analisar como se associa o folclore de Parintins com o evento de Nossa Senhora do Carmo. A abordagem é qualitativa por fazer uma

análise profunda do objeto de pesquisa, e os objetivos metodológicos consideram-se o estudo exploratório, por se aprofundar no assunto, e descritivo por explicar o porquê dos fenômenos associados. Observou-se nesta pesquisa que os bois Caprichoso e Garantido, protagonistas durante o folclore, homenageiam em devoção e agradecem a padroeira local, e no evento de Nossa Senhora do Carmo faz-se referências aos bois com apresentações de grupos locais. Os líderes dos eventos têm o apoio dos moradores e torcedores dos bois, sendo assim analisou-se a importância que a população tem para os dois acontecimentos. Constatou-se que tanto o festival de Parintins como o evento de Nossa Senhora do Carmo proveem dos populares, predominantemente católicos, valorizantes das tradições religiosas e folclóricas, orgulhosos das raízes indígenas, onde os eventos promovem Parintins ao reconhecimento não só no Norte, mas no Brasil e exterior. Foi observado que os habitantes católicos de Parintins mantém seus compromissos a santa, cumprindo diligentemente seus ritos de agradecimentos afim de não perder a sua proteção, além da presença da santa nas toadas e na arena, com a evolução dos bois. Acredita-se na necessidade de estudar mais sobre o processo religioso e as inclusões sociais ocorrida não só em Parintins como, também nos eventos religiosos que ocorrem em outras localidades da região Amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Folclore; Religião; Nossa Senhora do Carmo; Parintins.

IN THE COMPASSES OF FOLKLORE AND RELIGIOSITY: ASSOCIATION OF THE FOLKLORE OF PARINTINS WITH THE RELIGIOUS PROCESS OF NOSSA SENHORA DO CARMO

ABSTRACT: The Folklore of Parintins is known as the largest popular cultural event in the North region, delighting tourists. The Parintins Folklore Festival takes place on the last weekend of June and two weeks later, there is the feast of Nossa Senhora do Carmo, the religious event that raises the devotion to the patron saint and promotes relationships between the participants. The objective of this work is to analyze how the folklore of Parintins is associated with the event of Nossa Senhora do Carmo. The approach is qualitative because it makes a deep analysis of the research object, and the methodological objectives are considered exploratory study, because it goes deeper into the subject, and descriptive because it explains the reasons for the associated phenomena. It was observed in this research that the Caprichoso and Garantido oxen, protagonists during the folklore, pay homage to and thank the local patron saint, and at the Nossa Senhora do Carmo event, references are made to oxen with presentations by local groups. The leaders of the events have the support of the residents and supporters of the oxen, thus the importance that the population has for the two events was analyzed. It was found that both the festival of Parintins and the Nossa Senhora do Carmo event come from the popular, predominantly Catholics, who value the religious and folkloric traditions, proud of the indigenous roots, where the events promote Parintins' recognition not only in the North, but in the Brazil and abroad. It was observed that the Catholic inhabitants of Parintins maintain their commitments to the saint, diligently fulfilling their rites of thanks in order not to lose their protection, in addition to the presence of the saint in the toadas and in the arena, with the evolution of the oxen. It is believed that there is a need to study more about the religious process and social inclusions that occurred not only in Parintins but also in religious events that take place in other locations in the Amazon region.

KEYWORDS: Folklore; Religion; Our Lady of Mount Carmel; Parintins.

1 | INTRODUÇÃO

O processo desta pesquisa está associado ao procedimento religioso evidenciado no festival folclórico de Parintins pelos bumbás (Caprichoso e Garantido). Sabe-se que o festival de Parintins é o maior festival folclórico da região Norte do país e um dos melhores, pois recebemos turistas de várias localidades do Brasil bem como turistas estrangeiros.

Vale ressaltar que o festival de Parintins acontece no último final de semana do mês de junho na região que era habitada por diversas etnias indígenas, entre eles Tupinambás, que deram origem ao nome da ilha em que se encontra o município, a ilha Tupinabarana. O primeiro nome recebido por Parintins, já na categoria de freguesia, foi Nossa Senhora do Carmo de Tupinabarana, em 1833. O nome da Freguesia só foi alterado em 1880, quando a sede passou a chamar-se Parintins em homenagem aos povos indígenas parintintins, um dos inúmeros que habitavam a região (JORNAL DA ILHA, 2017).

Os bois Garantido (conhecido como boi branco e com coração na testa) e o Caprichoso (conhecido como boi preto e com estrela na testa), foram fundados por volta de

1913. Autora Batalha (2021), afirma que a festa ganhou espaço entre o público, torcedores e brincantes, que foram se dividindo e optando pela adesão entre o Boi Garantido e o Boi Caprichoso, criando, assim, uma rivalidade que ultrapassou os limites da própria brincadeira. Dessa forma, quando os bois se encontravam nas ruas de Parintins ninguém queria sair derrotado, o verso de afronta sempre gerava atritos resultando em brigas entre os brincantes. Cavalcanti (1999) citado por Batalha (2021) enfatizam que os bois brincavam em terreiros e saíam nas ruas onde se confrontavam com desafios e inevitáveis brigas, pois quando se encontravam, nenhum queria deixar o outro passar ou voltar.

Ainda de acordo com Batalha (2021), foi no ano de 1966 que o primeiro Festival Folclórico de Parintins foi realizado. As competições tornaram-se mais intensas e os bumbás ganharam a simpatia, autonomia e popularidade do público e torcedores. Com a construção do bumbódromo, em 1988, os bois passaram a se apresentar no último final de semana de Junho. Nas apresentações do festival é expressado muito a historicidade do lugar, e sendo assim, se faz uma abordagem indígena e tratam muitas vezes através de interpretações musicais a questão religiosa da padroeira da cidade Nossa Senhora do Carmo qual foi o primeiro nome da cidade, por causa da ligação ao catolicismo popular. A população Amazônida é muito ligada aos atos religiosos, o qual se realiza festividades como uma forma de demonstrar gratidão pelas bênçãos alcançadas. Portanto no município de Parintins não seria diferente, pois mesmo no maior evento folclórico do Norte é comum verificar atos religiosos nos compassos do boi levados pelas toadas.

No contexto do festival é tratada a questão religiosa em especial da padroeira da cidade, e sendo assim esta pesquisa terá como problemática de pesquisa: ***De que forma se associa o folclore de Parintins com processo religioso de Nossa Senhora do Carmo?***

Acredita-se que este estudo seja pertinente, pois são duas abordagens (Folclore e Religião) que associadas não é muito debatida no contexto da ciência em especial do turismo que é uma pseudociência. Sendo assim, se entende que seja pertinente entender como o folclore pode evidenciar atos religiosos. Compreende que folclore e religião em especial o catolicismo embalam os sentimentos de satisfação, agradecimento e contemplação ao sagrado. É comum nas festas folclóricas terem alguma referência a santos em especial na região amazônica onde cada município tem um santo padroeiro, e sendo assim o catolicismo amazônico é marcado por uma forte devoção aos santos padroeiros e outros santos de devoção (CAVALCANTE E COSTA, 2019, p.88).

A razão para realização do estudo proveio da necessidade em desvendar as características do folclore associada as questões religiosas. Acredita-se que tanto o processo do folclore como da religiosidade agrega vários sentimentos e demonstração de amorosidade, humanização, segregação, paz entre outros.

A região Norte abriga vários acontecimentos religiosos e folclóricos (festival de Parintins), os quais ambos promovem a interação humanística, exaltando a alegria, leveza espiritual e quando trabalhado juntos conseguem transpor o fortalecimento no criador e na

santidade manifestada no acontecimento. O contexto da pesquisa tem conexão com as lembranças da infância das pesquisadoras, com as manifestações folclóricas e religiosas as quais eram convidadas por familiares para os arraiais, procissões de datas comemorativas entre outros. Sendo assim, este estudo permite fazer viagens a momentos considerados memoráveis associados ao folclore e religiosidade na perspectiva das pesquisadoras.

O objetivo geral visa analisar de que forma se associa o folclore de Parintins com processo religioso de Nossa Senhora do Carmo. Já os objetivos específicos do estudo são: Pesquisar o processo simbólico do festival de Parintins e do evento religioso de Nossa Senhora do Carmo no município de Parintins e Identificar nas encenações e nas toadas a presença religiosa. O artigo encontra-se dividido em: Introdução; Fundamentação teórica; Metodologia; Conclusão e Discussão.

2 | A COMPREENSÃO DO FOLCLORE COM O CATOLICISMO POPULAR

A palavra folclore provem inicialmente folk-lore fora formada a partir das velhas raízes saxônicas em que *folk* significa povo e *lore* saber. Assim, segundo o seu criador, a nova palavra significaria sabedoria do povo. Dentro do processo cultural o folclore está ligado ao processo não material, o qual inclui estudo das festas, culinária e outros.

Entendemos que o folclore são manifestações da cultura popular qual caracteriza a identidade social de um povo, o qual pode ser manifestado tanto de forma coletiva quanto individual e reproduz os costumes e tradições de um povo transmitidos de geração para geração. Sendo assim, todos os elementos que são parte da cultura popular e que estão enraizados na tradição desse povo são parte do folclore. Os autores Araújo e Lima (2005), informam que o folclore varia de cultura para cultura.

Portanto os atos populares em qualquer localidade, estão associados ao folclore da região, pois até costumes religiosos podemos associar, onde o catolicismo popular que inclui festejos representa a cultura não material. Isto porque o folclore está associado as superstições e credences e este ultimo está ligado ao processo religioso (ARAÚJO E LIMA, 2005). Cavalcante e Costa (2019) informam que a riqueza do catolicismo popular é justificada pela fusão de três culturas: a do índio conhecedor da selva e do rio com sua pajelança, os africanos trouxeram um lastro cultural muito rico e variado, cheio de calor humano, que se expressava principalmente em suas danças e músicas ritmadas e dos europeus que se achavam superiores, pois no “caso da Amazônia, o sistema religiosos que se desenvolveu teve seus elementos básicos no catolicismo ibérico” (GALVÃO, 1976 *apud* CAVALCANTE e COSTA, 2019, p.89).

Entende que o catolicismo popular são os atos religiosos reconhecidos católicos por todas as classes sociais, os quais repassam de geração a geração estas manifestações que simbolizam o ato de fé e gratidão as santidades referenciadas. Vale afirmar que os santos são considerados divindades, que tem a função de proteger a comunidade, dando

sentido a vida, essa relação entre as partes é vista como uma forma de contrato que é a promessa, muitas vezes paga adiantada, para que o santo retribua com benefício esperado (CAVALCANTE e COSTA, 2019).

3 | METODOLOGIA

A forma de abordagem do estudo é qualitativa por fazer uma análise profunda do objeto de pesquisa, o qual visa analisar de que forma se associa o folclore de Parintins com processo religioso de Nossa Senhora do Carmo. O autor Rodrigues (2007), declara que a pesquisa qualitativa visa predominantemente analisar, interpretar dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa as suas razões.

Quanto aos objetivos metodológicos considera-se o estudo exploratório, e descritivo. Exploratório por buscar um aprofundamento acerca do assunto, o qual julga ser diferente por trabalhar significância do folclore de Parintins associado ao processo religioso. Gil, (2008) *apud* Gil, (2018), declara que a *Pesquisa Exploratória* por proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. É descritivo em razão de explicar o porquê dos fenômenos associados aos objetivos específicos. Michel (2009), explica que a *pesquisa descritiva* se propõe a verificar e explicar problemas, fatos ou fenômenos da vida real, com a precisão possível, observando e fazendo relações, conexões, à luz da influência que o ambiente exerce sobre eles. Não interfere no ambiente; seu objetivo é explicar os fenômenos, relacionando-os com o ambiente (MICHEL, 2009).

Amostra é não probabilística intencional, pois o problema partiu das pesquisadoras em razão do desejo de conhecer mais sobre o processo folclórico com o religioso no município de Parintins. Portanto a escolha do local se deve ao reconhecimento nacional e internacional do Folclore e as festividades religiosas são de grande reconhecimento no Norte do país. O processo de coletas de dados neste primeiro momento vem da observação indireta, ou seja, utilização de dados secundários. Sendo assim os procedimentos técnicos são bibliográficos.

Classificação quanto à forma de abordagem	Classificação quanto aos objetivos de pesquisa	Classificação quanto à escolha do objeto de estudo	Classificação quanto a coleta de dados	Classificação técnica de análise de dados
- Qualitativa.	- Exploratória; - Descritiva.	- Amostra não probabilística	- Observação indireta;	- Análise de Conteúdo.

Quadro 01: Descrição Metodológica

Fonte: Teixeira, Santos e Iwata

4 | PROCESSO SIMBÓLICO DO FESTIVAL DE PARINTINS E DO EVENTO RELIGIOSO DE NOSSA SENHORA DO CARMO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

A população de Parintins é predominante católica e valoriza a parte folclórica, realizando o maior festival do Norte do país considerado um dos melhores. Portanto o maior processo simbólico do Festival de Parintins são os bois (Garantido e Caprichoso) o qual também fazem homenagens ao maior símbolo religioso do município que é Nossa Senhora do Carmo.

A festa de Nossa Senhora do Carmo ocorre duas semanas após o festival de Parintins, pois neste evento é possível verificar a presença do profano e do sagrado disputando o mesmo espaço, assim enquanto os fiéis rezam, fazendo seus pedidos e agradecimentos, no entorno da igreja ocorre um intenso comércio, variando de venda de comida, bebidas e outros produtos. A festa em honra a padroeira é dividida em dois momentos: o religioso e o social. Esta intensa manifestação de fé é marcada por procissão, romaria, reza do terço, casamentos, batizados, benção dos escapulários, a atividade é acompanhada da programação social momento em que ocorre sorteios e bingos (CAVALCANTE e COSTA, 2019).

Para Cavalcante e Costa (2019), apontam que, nesse caso, ocorre a presença frequente dos sacerdotes que estão ligados a população que constrói um ambiente festivo e de muita fé desenvolvidos por padres missionários providos do Pontifício Instituto das Missões Exteriores no Brasil – PIME como também a criação da Prelazia e depois Diocese que cresceu muito em se tratando de devoção popular como é conhecida na região.

Ferreira e Cruz (2012), esclarecem que o vínculo que une a santa com o povo é profundo e está enraizado na devoção dos habitantes do lugar que se perpetua por décadas, pois os parintinenses vivenciam isso desde crianças. Os eventos da santa padroeira são organizados pelos fiéis, além disso, processo simbólico do festival com o ato religioso são a apresentação os rituais, têm suas características organizadoras da coletividade social, cuja marca principal é repetição gestual e a comunicação através de expressões simbólicas. (TEIXEIRA, 2016).

O ritual da festividade dos bois é quando aparece perante ao público como também, sua morte e ressurreição e outros pontos tais como: participação da Sinhazinha da Fazenda, da Catirina, Pajé, Cunhã Poranga, rainha do Folclore e outros. É interessante que a presença do processo religioso começa no festival de Parintins e termina com os festejos de Nossa Senhora do Carmo. Isto porque segundo Cavalcanti (2000) referenciado por Teixeira (2016), declaram que durante o festival, os bois rivais homenageiam a santa padroeira com toadas e quadros na arena, pedindo sua benção e proteção e após o festival, os bois ornamentam o andor da santa.

4.1 A presença religiosa nas encenações e nas toadas dos bois

Nota-se que em um dos três dias das apresentações dos bois é notório fazer uma apresentação de devoção e agradecimento a Nossa Senhora do Carmo protetora da cidade de Parintins e a característica da apresentação é marcada pela imagem da santa.



Imagem 01: Apresentação do Boi Caprichoso com devoção religiosa

Fonte: Jornal Acrítica, 2015

O Jornal Acrítica (2015), afirma que o boi caprichoso fez uma apresentação de unir o profano e o sagrado em apresentação que evidencia o lado religioso do caboclo amazônico. Um dos pontos marcantes da apresentação do boi caprichoso de 2015 foi quando os marujeiros de Guerra entram na arena fazendo sinais-da-cruz e se ajoelham para cantar o refrão da música da santa. Destaca-se que dentro da alegoria tinha a réplica da catedral de Parintins, e logo depois veio uma réplica gigante de Nossa Senhora do Carmo. Naquele ano, o caprichoso foi campeão do festival.



Imagem 02: Imagem de Nossa Senhora do Carmo na apresentação de 2017

Fonte: Jornal Acrítica, 2017

A última apresentação do Boi Caprichoso no 52º Festival de Parintins foi movida a base da religiosidade, pois a fé do caboclo parintinense marcou os primeiros momentos do azul em cena com apresentação da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo, que surgiu suspensa acima da estrutura do Bumbódromo (JORNAL ACRÍTICA, 2017).

Menciona-se que o Boi Garantido procura pedir benção da padroeira Nossa Senhora do Carmo com a tradicional alvorada, primeira atividade do calendário oficial do boi, que vai com os brincantes pelas ruas do município e depois finalizam na frente da catedral. Portanto, se percebe que toda manifestação folclórica de Parintins está associada a fé.



Imagem 03: Abertura da Alvorada do Boi Garantido

Fonte: Portal de Amazônia, 2017.

O Boi Garantido esteve sempre ligado a religiosidade, pois seu fundador Lindolfo Monteverde idealizou dias antes da apresentação do boi a ladainha a São João, o qual colocaria o Boi na rua exatamente no dia 24 de junho, para agradecer pela cura de uma enfermidade.



Imagem 04: Ladainha de São João

Fonte: Portal do Urubui, 2020

As toadas, como são chamadas as músicas de boi retratam a vida ribeirinha, mostram o processo de fé e celebração dos caboclos como, também, as questões faunísticas, florísticas e as questões indígenas. A seguir serão apresentadas a letra de algumas toadas dos festivais dos bumbas.

Celebração da Fé – Boi Garantido

Crão crão crão
 Ênauenê-nawê
 Hã hã haê... Haê haê haê
 Todo mundo tem o seu momento de celebrar a fé
 As tribos que se reúnem num dabacurí
 Pra celebrar a vida
 Pra celebrar a terra
 O fogo, a água
 A mata e o ar
 Todo mundo tem o seu momento de celebrar a fé
 Celebram o nascimento e a criação
 A iniciação, a fé, a união
 E ao som de tambores, flautas e maracás
 Batem bem forte os pés no chão
 Celebram a dança, o rito, a consagração
 Imensurável é o amor
 Do índio pela natureza!

Issé, ingaricó, hixkariana, tariana
 Taulinpang, juruena, kaiapó, kamaiurá
 Tikuna, ianomami, macuxi, teneterara
 Jarauara, javaé, borôro, matsé
 Nambikuara, parintintin
 Sateré-mawé hei há
 Dabacurí hei há hei há
 Issé, ingaricó, hixkariana, tariana
 Taulinpang, juruena, kaiapó, kamaiurá
 Tikuna, ianomami, macuxi, teneterara
 Jarauara, javaé, borôro, matsé
 Nambikuara, parintintin
 Sateré-mawé hei há
 Dabacurí hei há hei há
 As tribos celebram a vida
 As tribos celebram vida
 A natureza!
 As tribos celebram a vida
 As tribos celebram vida
 A natureza!
 Ao redor da fogueira
 Batendo os pés no chão

Analizamos que a fé e a linguagem indígena são frequentes nesta toada, pois enfatiza a celebração da vida, a terra, o ar e água, dança, do rito, da consagração e do amor. Isto porque todos têm seus momentos de agradecimentos, seja pela vida, pela natureza, pelos povos. Portanto o que importa é agradecer com os povos indígenas seja ao redor da fogueira ou batendo os pés no chão.

Boi do Carmo – Boi Garantido

Minha santa paz e amor	Que protegem teus jardins
Nossa senhora proteção de Parintins	Lá na fazenda a boiada tá gorda
Boi Garantido numa forma de oração	E no terreiro curumins e cunhantãs
pela fé e gratidão	Alegremente correm prá lá e prá cá
Lhe traz rosas e jasmims	Dançando meu boi-bumbá
Salve os caboclos	Na pureza das manhãs
Guerreiros parintintins	E aos domingos após missa na matriz
Valentes tupinambás	O meu povo está feliz
Boi, boi, boi, boi, boi-bumbá	Salve irmãos e salve irmãs
É boi do Carmo de amor e de fé	
Da baixa do São José	

Essa toada faz uma adoração a Nossa Senhora do Carmo associado aos caboclos, guerreiros Parintins e valentes tupinambás e não esquecendo de retratar a vida do interior e as crianças que são denominadas de curumins os meninos e cunhantãs as meninas. Essa toada é famosa para o torcedor garantido, e quando cantada sempre emociona.

Amazônia Catedral Verde – Boi Caprichoso

Ô ô ô ô...	Amazônia... Templários da Amazônia (bis)
Amazônia, solitária catedral (bis)	O curupira fugiu
Onde estão os teus templários?	Jurupari desistiu
Teus guardiões imaginários?	Surucucu se escondeu
Cadê as cuias, teus cálices?	Cobra-grande, cobra-grande
E o rio, teu santo daime?	Na enchente encolheu
Vivas folhas, teus sudários	Avé...Avé... (bis)
Teus castiçais, teus galhos?	Restou o nosso Caprichoso
Amazônia, solitária catedral (bis)	A cor morena do caboclo
Onde está o teu encanto?	O cheiro insenso da cabocla
Teu mistério, batistério?	A partitura da toada
Teu verde sagrado manto	O coro forte da galera
Pra onde foram os cristais?	E a oração da Marujada
Tuas riquezas, teus vidrais	Amém...Catedral
Teus sonhos de imortais?	

Nesta música se faz uma viagem pelas lendas amazônicas e aos objetos como cuias que é uma espécie de cálice e os galhos são os castiçais e as riquezas da florestas são os vitrais, sendo assim esta toada associa a florestas aos itens da catedral que é algo sagrado para quem frequenta assim como a fauna é para quem visita e para quem é visitado e neste espaço alguns itens lendários estão escondidos e desaparecidos como: curupira que fugiu, jurupari desistiu, surucucu se escondeu cobra-grande na enchente encolheu.

Nossa Senhora de Parintins

O Manto todo branco
Leve vento ao véu
Com toda a divindade
Lança o teu amor
O Garantido peregrino
Prometeu ao Deus menino
Carregar o seu andor
Pétalas nas tuas mãos
Nossa senhora flor da proteção
Dá alegria e harmonia
Aos Corações dos que precisam
Estar em Paz nesta oração

As velas que clareiam
O céu do rio-mar
Reluz a emoção
Nos olhos dos fiéis
O Garantido no Carmelo
Esmerou como um castelo
Tua morada e teu jardim
O fervor da tua benção
Anuncia o toque dos clarins
Na tua passagem em procissão
Rende homenagem o Garantido
Campeão de Parintins

Esta toada fala das indumentárias de Nossa Senhora do Carmo como manto e o véu e sua divindade a todos os peregrinos com suas velas reluz a emoção que tratado como fé que brilha a todos os fiéis. Portanto deixa claro a emoção do boi garantido que pede proteção, benção e paz na passagem da santa. Observamos que tanto nas apresentações como nas toadas o processo religioso é forte, pois se prega a celebração da vida, amor entre os povos e adoração ao sagrado.

5 | CONCLUSÃO

O festival de Parintins acontece no Centro Cultural e Esportivo Amazonino Mendes, mas conhecido como Bumbódromo, onde os dois bois fazem suas apresentações demonstrando a vida dos povos da Amazônia com o forte processo religioso observado. Isto porque os povos amazônidas são ligados as manifestações religiosas. Percebe que nas apresentações folclóricas dos bois de Parintins com passagens religiosas remete ao catolicismo popular que é fazer uma viagem pela alma humana, carregada de mistérios, emoções, morte e vida, buscando conhecer o imaginário (CAVALCANTE E COSTA, 2019).

Todo esse processo religioso vem antes do festival, onde foi analisado que essa gratidão à santa proveem do fato que os caboclos religiosos na ilha cumprem fielmente os ritos durante o círio de Nossa Senhora do Carmo. A padroeira de Parintins é algo tão próxima que a chamam de mãezinha, onde agradecem e fazem seus pedidos, de maneira folclórica, sendo associado com a religião. Nota-se que existe uma troca de fé entre visitantes e visitados e principalmente no evento religioso, pois o caboclo acredita na proteção da santa fielmente, com o escapulário, sua imagem e andor. (TEIXEIRA, 2016, p.211).

Portanto, observou-se que existe uma interação coletiva da população em ambos os eventos e que toda manifestação folclórica de Parintins não é isolada, mas está associada à sua fé católica. O evento religioso de Parintins mantém fortalecida a devoção à padroeira além de promover as relações entre os participantes sendo assim, analisou-se a importância que a população tem para os dois acontecimentos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO Denise Felipe Carvalho De; LIMA, Edivania Ferreira. **A Contribuição do Folclore Nas Aulas de Literatura Infantil**. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6630/1/40262062.pdf>. Acesso em: 09 Fev.2021.

BATALHA, Socorro de Souza. **Festival Folclórico de Parintins: um estudo sobre a presença indígena na composição das toadas e a produção do cenário artístico apresentado no bumbódromo (1995-2010)**. Disponível em: <file:///C:/Users/Adriana/Downloads/493-Texto%20do%20artigo-1326-1-10-20130807.pdf>. Acesso em: 02 Fev.2021.

CAVALCANTE, Ronaldo Bentes; COSTA, Renilda Aparecida. Catolicismo Popular em Parintins: Rupturas e Permanências. **Revistas de Estudos Amazônicos**. Ano 19, n.1. 2019. ISSN:15184765.

CORRÊA, Rosimay; TORRES, Iraíldes Caldas. **As cores da fé: a devoção a Virgem do Carmo em Parintins-AM**. 09 nov.2018. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-c1acff2a63ef68d81e21a1016c271d59ece22ca-arquivo.pdf>. Acesso em: 29 Abr.2020.

FERREIRA, Talita Sibebe Melo; CRUZ, Josilene. **Festa de Nossa Senhora do Carmo de Parintins/AM: Celebração da fé e Turismo Cultural**. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. 16 a 17 nov.2012. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/festa_de_nossa_senhora_do_carmo.pdf. Acesso em: 22 de Abr de 2020.

GIL, Antônio Carlos; Robledo Lima. **Tipos de pesquisa**. In: Licenciatura em Ciências Biológicas Disciplina de Pesquisa do Ensino de Ciências e Biologia (Org.). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>. Acesso em: 27 Mar.2018.

JORNAL ACRÍTICA. **Caprichoso faz apresentação marcante em sua segunda noite 50º Festival de Parintins**. 28 Jun, 2015. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/especiais/news/caprichoso-faz-apresentacao-marcante-em-sua-segunda-noite-do-50-festival-de-parintins>. Acesso em: 04 Jan. 2021

JORNAL ACRÍTICA. **Caprichoso encerra o festival de 2017 com tradições, ousadia e resgastes históricos**. 03 Jul.2017. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/parintins-2016/news/caprichoso-fecha-o-festival-sob-as-bencao-de-nossa-senhora-do-carmo>. Acesso em: 04 Jan. 2021

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo:atlas, 2009.

O JORNAL DA ILHA. **História de Parintins**. 15 Out. 2017. Disponível em: <https://ojornaldailha.com/historia-de-parintins/>. Acesso em: 07. Abr, 2020.

PORTAL DE AMAZÔNIA. **Parintins se movimenta para a Alvorada do boi Garantido**. 25 Abr.2017. Disponível em: <https://www.deamazonia.com.br/?q=278-conteudo-52851-parintins-se-movimenta-para-a-alvorada-do-boi-garantido-no-dia-30>. Acesso 04 Jan.2021

PORTAL DO URUBUI. **Garantido realiza Live ‘Boi da Promessa’ no dia de São João**. 24 de junho. 24 Jun.2020. Disponível em: <https://portaldourubui.com/2020/06/24/garantido-realiza-live-boi-da-promessa-no-dia-de-sao-joao-24-de-junho/>. Acesso 04 Jan.2021.

RODRIGUES, Rui Marinho. **Pesquisa acadêmica: Como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspecto do catolicismo popular**. Natal, RN: IFRN, 2013.

TEIXEIRA, Rodrigo Lima. **Círio do Carmo: Rito e Performance e o pensamento cultural simbólico dos promesseiros nos centros urbanos da cidade de Parintins, no Amazonas**. Revista de estudo de religião, v.7, n.1, 2016. ISSN2179.-0019. Disponível em: 05 de Julho de 2016. Acesso em: 10 Fev.2021.

CAPÍTULO 20

UMA VIAGEM DE FÉ AOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PROPAGADORES DO TURISMO RELIGIOSO NO AMAZONAS: PRINCIPAIS ASPECTOS RELIGIOSOS DOS EVENTOS NOSSA SENHORA DO CARMO (PARINTINS); A FESTA DE SANTO ANTÔNIO DE BORBA (BORBA); E NOSSA RAINHA DO ROSÁRIO (ITAPIRANGA)

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 06/09/2021

Maria Adriana Senna Bezerra Teixeira

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus – Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/7305750465493497>

Lúcia Cláudia Barbosa Santos

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus – Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/3377313544008037>

Maria Jacqueline Ramos Iwata

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus – Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/0488605469008105>

Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus – Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/9904420994652908>

RESUMO: Este estudo trata sobre os aspectos religiosos nos municípios propagadores dos principais eventos religiosos no estado do Amazonas. Isto porque, o turista neste contexto religioso é motivado pela fé o qual se percebe que é um dos elementos turísticos que atrai vários visitantes. O objetivo geral do estudo é analisar as principais características do turismo religioso de Nossa Senhora do Carmo (Parintins); A festa de Santo Antônio de Borba (Borba) e Nossa Rainha do Rosário (Itapiranga). Já os objetivos específicos são: Identificar os

elementos religiosos da região amazônica e averiguar os princípios históricos relacionados a religiosidade de cada município como também suas devidas características. Destaca-se que a forma de abordagem é qualitativa e os objetivos metodológicos são exploratórios e descritivos. Os resultados permitiram analisar que o processo religioso está associado ao processo de colonização o que é repassado de pai para filho sobre a concepção do sagrado. Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir com a introdução de novas pesquisas relacionadas a esta área e que pessoas locais entre outras tenham conhecimentos do potencial cultural que as localidades pesquisadas possuem e desta forma resgatar valores culturais e espirituais importantes.

PALAVRAS – CHAVE: Turismo Religioso. Evento. Fé e Estado do Amazonas.

A TRIP OF FAITH TO THE MAIN MUNICIPALITIES PROPAGATING RELIGIOUS TOURISM IN THE AMAZON: MAIN RELIGIOUS ASPECTS OF THE EVENTS NOSSA SENHORA DO CARMO (PARINTINS); THE FESTIVAL OF SANTO ANTÔNIO DE BORBA (BORBA); AND OUR QUEEN OF THE ROSARY (ITAPIRANGA)

ABSTRACT: This study deals with religious aspects in the municipalities that propagate the main religious events in the state of Amazonas. This is because, the tourist in this religious context is motivated by faith which is perceived to be one of the tourist elements that attracts several visitors. The general objective of the study is to analyze the main characteristics of

religious tourism in Nossa Senhora do Carmo (Parintins); The feast of Santo Antônio de Borba (Borba) and Nossa Rainha do Rosário (Itapiranga). The specific objectives are: To identify the religious elements of the Amazon region and to investigate the historical principles related to the religiosity of each municipality as well as their due characteristics. It is noteworthy that the approach is qualitative and the methodological objectives are exploratory and descriptive. The results allowed us to analyze that the religious process is associated with the colonization process, which is passed on from father to son about the concept of the sacred. It is hoped that the results of this study may contribute to the introduction of new research related to this area and that local people, among others, will be aware of the cultural potential that the researched localities have and thus rescue important cultural and spiritual values.

KEYWORDS: Religious Tourism. Event. Faith and State of Amazonas.

1 | INTRODUÇÃO

O turismo religioso envolve os sentimentos de fé como também, trocas entre visitantes e visitados. O processo religioso está envolvido às questões sociais em razão da prática não ser individual e sim em grupo. O turismo religioso visa reconhecer os próprios olhares por meio dos quais se imbrica no processo de transformação no mundo contemporâneo (STEIL e CARNEIRO, 2008, p.02).

Para Andrade (2000) expressado por Ribeiro (2010, p.19), define turismo religioso como um conjunto de atividades que, a partir das visitas a localidades religiosas, utilizando parcial ou totalmente determinados equipamentos, procura expressar sentimentos místicos, como fé, esperança e caridade nos adeptos/simpatizantes de qualquer religião.

O autor Schneider (2013, p.22), explica que a religião está presente desde o surgimento dos primeiros grupos sociais humanos, estando diretamente envolvida com o desenvolvimento da sociedade humana. Assim, a religião possui, ainda hoje, grande importância em muitas sociedades, sendo um tema bastante discutido e relevante na vida de várias pessoas.

Estes lugares considerados sagrados, atrativo para os fiéis, que proporcionam o turismo religioso são conhecidos como lugares santos, o qual cada ser deposita seu anseio a uma entidade representativa e buscam uma aproximação através de adorações, promessas e outros. Diante dos relatos acima se faz a seguinte problemática de pesquisa: ***Quais as principais características do turismo religioso de Nossa Senhora do Carmo (Parintins); A festa de Santo Antônio de Borba (Borba); e Nossa Rainha do Rosário (Itapiranga)?***

Acredita-se que é pertinente o estudo na região amazônica por ser uma região rica em recursos faunísticos e florísticos, e possui uma cultura rica e bem diversificada nas questões tangíveis e intangíveis. Isto porque a mesma possui sua história baseada nas questões europeias a qual propagou o catolicismo e os indígenas as questões de lendas e mitos.

É pertinente estudar o turismo religioso devido identificar as características dos

locais religiosos em razão dos mesmos fazerem parte dos produtos do turismo cultural de uma localidade. O que torna esta pesquisa atraente é pelo fato de perceber que o processo religioso sempre movimentou as pessoas a encontrarem o equilíbrio espiritual. O autor Pinto (2011), ratifica que religião sempre foi motor espiritual de todas as civilizações.

A escolha desse assunto se deve ao fato de diversos municípios da capital amazonense realizarem eventos significativos de adoração a santos, inclusive tendo seus nomes associados a santos. Quanto a escolha destes três municípios para executar esta pesquisa, foi devido os mesmos serem mais conhecidos na região amazônica no segmento de turismo religioso.

A razão para realização do estudo proveio da necessidade em desvendar as características de cada evento religioso citado acima e seus aspectos motivacionais. Acredita-se que o processo da religiosidade agrega vários sentimentos e demonstração de amorosidade, humanização, segregação, paz entre outros. O contexto da pesquisa tem a ver com a relação entre as pesquisadoras, com as manifestações religiosas desde a infância na qual eram levadas para os Arraias e procissões de datas comemorativas como: procissão dos mortos (sexta-feira santa); São Sebastião; Nossa Senhora da Conceição e outros.

Entende-se que, o processo religioso é pertinente para uma pesquisa científica em razão de desvendar se as hipóteses levantadas estão condizentes com a linha de pensamento do pesquisador que estão associadas às informações prévias. No que refere à academia é importante devido à sustentação teórica que a pesquisa traz e também pelo fato de colaborar primeiramente com o primeiro observatório turístico da região amazônica.

Objetivo geral visa analisar as principais características do turismo religioso de Nossa Senhora do Carmo (Parintins); A festa de Santo Antônio de Borba (Borba) e Nossa Rainha do Rosário (Itapiranga). Os objetivos específicos deste estudo são: Identificar os elementos religiosos da região amazônica e averiguar os princípios históricos relacionados a religiosidade de cada município como também suas devidas características. O artigo encontra-se dividido em: Introdução; Fundamentação teórica; Metodologia; Conclusão e Discussão.

2 | TURISMO RELIGIOSO

O turismo religioso é aquele em que as pessoas se deslocam de uma localidade a outra por motivações religiosas. Um tipo de turismo que tem chamado a atenção é o turismo de peregrinação. Considera-se que a peregrinação a um lugar sagrado torna não apenas a chegada, mas toda a jornada em algo à parte no tempo e no espaço; o turista-peregrino embarca em uma busca do sagrado, tendo uma experiência marcadamente simbólica (DIGANCE, 2003 *apud* KOHLER, 2019).

O Ministério de Turismo - MTur mostrou que mais de 340 municípios brasileiros

promovem eventos que envolvem a fé, totalizando 96 eventos religiosos, entre eles pontos de peregrinação de fiéis e celebrações que atraem milhares de visitantes. O turismo religioso representa mais de 3% de toda a movimentação do turismo nacional (AMAZONAS É MAIS, 2016). A noção de turismo religioso se desenvolve a partir da compreensão das motivações turísticas. A diferença entre esta forma de turismo, em comparação com outras, encontra-se na motivação religiosa que é a razão do deslocamento.

Para Mendonça (2011) debatido por Jesus (2019, p.42), destacam que o turista e o peregrino têm mais em comum do que se possa parecer. Um pelo caminho do lazer, outro pela volta do sagrado: é contudo, um impulso antropológico semelhante que os move. O peregrino conserva alguma coisa do turista. Nessa compreensão, entende-se o turismo como algo maior do que as simples fruições consumistas, que tornam a viagem um deslocamento sem um sentido amplo, que contemple aspectos mais nobres do ser humano.

Entende que o turismo religioso tem a intenção de buscar valores espirituais, os quais possam conduzir o ser humano para uma paz consigo e perante ao ser maior “Deus”. Mendonça (2012, p. 102) citado por Jesus (2019, p.49), ressaltam que o ato do peregrinar entre o deslocamento físico ocorrido, e a ação que esse deslocamento realiza no “coração” do indivíduo, tornando a busca do transcendente uma, ou a finalidade da peregrinação. As peregrinações acontecem em lugares sagrados, pois é o encontro dos fiéis com o senhor Deus, e sendo assim propiciam oportunidades experiências denominadas de sagradas.

Jesus (2019), ratifica que o desejo de encontrar um sentido para as próprias crises existenciais, que comumente assolam o ser humano, encontra nesse local de peregrinação e sentido, uma resposta que ao menos tenta dirimir essa busca pelo complemento da própria essência. Portanto, nesse entendimento, um peregrino pode ser considerado um turista religioso, na medida em que este atualiza a prática da peregrinação adaptando sua viagem (total ou parcialmente) às características do processo turístico.

3 I CARACTERÍSTICAS DO TURISMO RELIGIOSO

Souza e Corrêa (2000) debatido por Pinto (2011), relatam que a característica principal deste tipo do Turismo religioso é a ida a locais que possuam conotação fortemente religiosa, designadamente, visitas a Igrejas e Santuários e também peregrinação ou a ida a congressos eucarísticos. O autor explica que o turismo religioso possui cinco características principais: Viagem voluntária, temporária e não remunerada; Visitante é motivado pela religião; Viagem complementada por outras motivações; Destino é um local religioso; Viajar para o destino escolhido não é uma prática religiosa.

4 | METODOLOGIA

A forma de abordagem do estudo é qualitativa por fazer uma análise profunda do objeto de pesquisa, o qual visa analisar as principais características do turismo religioso nos municípios. O autor Rodrigues (2007), declara que a pesquisa qualitativa visa predominantemente analisar, interpretar dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa as suas razões. Quanto aos objetivos metodológicos considera-se o estudo exploratório, e descritivo. Exploratório devido buscar um aprofundamento acerca do assunto, o qual julga ser diferente por trabalhar significância da fé associado ao turismo religioso.

Gil, (2018), declara que a *Pesquisa Exploratória* proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo), pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

É descritivo em razão de explicar o porquê dos fenômenos associados aos objetivos específicos. Michel (2009), explica que a *pesquisa descritiva* se propõe a verificar e explicar problemas, fatos ou fenômenos da vida real, com a precisão possível, observando e fazendo relações, conexões, à luz da influência que o ambiente exerce sobre eles. Não interfere no ambiente; seu objetivo é explicar os fenômenos, relacionando-os com o ambiente (MICHEL, 2009). O processo de coletas de dados neste primeiro momento vem da observação indireta, ou seja, utilização de dados secundários. Sendo assim os procedimentos técnicos são bibliográficos.

Classificação quanto à forma de abordagem	Classificação quanto aos objetivos de pesquisa	Classificação quanto à escolha do objeto de estudo	Classificação quanto a coleta de dados	Classificação técnica de análise de dados
- Qualitativa.	- Exploratória; - Descritiva.	- Amostra não probabilística	- Observação indireta;	- Análise de Conteúdo.

Quadro 01: Descrição Metodológica

5 | RESULTADOS

5.1 Principais elementos religiosos da região amazônica

Todos os municípios, sejam em zonas urbanas ou zonas rurais e comunidades ribeirinhas adotam e festejam um santo padroeiro. O autor menciona que as atividades religiosas estão presentes em quase todas as manifestações humanas (ANGERAMI, 2008 *apud* MARTINS NETTO 2011). No que se refere aos elementos religiosos amazônicos,

o autor Fraxe (2009) debatido por Lira e Chaves (2016), destacam que as comunidades tradicionais apresentam uma rica variedade de mitos, concepções, crenças e práticas, considerando a influência religiosa indígena, africana e portuguesa. Segundo a autora, os santos populares católicos assumem uma importância significativa para a determinação da vida cotidiana nessas comunidades, uma vez que esses santos são aqueles de quem se obtêm os “milagres” e “graças”, por meio de promessas.

Pacheco (2013), declara que os saberes religiosos são passados de uma geração para outra, pois como conhecedor dos códigos e regras da floresta e da vida dos animais o ribeirinho puxador demonstra sintonia com a dinâmica da cultura ribeirinha e compreensão de sua potencialidade para garantir a existência de suas tradições. Pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias. (LIRA e CHAVES, 2016).

De acordo com Morán (1990) citado por Lira e Chaves (2016, p.72), declaram que a cultura cabocla iniciou com a chegada dos portugueses (1500 a 1850), seguida por uma fase de aculturação e uma economia extrativista baseada no extrativismo da borracha (1850 a 1970). O estudo de Morán (1990) evidencia que o caboclo pode ser o ribeirinho, o coletor de seringa ou de castanha, horticultor, canoieiro e pescador, normalmente subsistindo de várias ou algumas dessas atividades.

Chaves (2001) *apud* Lira e Chaves (2016), afirmam que os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia, a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza. O rio influencia inclusive a própria construção das casas do ribeirinho, uma vez que são sempre construídas de frente para o rio, as quais podem ser vistas pelas grandes embarcações que navegam nos rios amazônicos, evidenciando que o rio possui um alto poder simbólico para os ribeirinhos (LIRA e CHAVES, 2016). Os municípios de Parintins, Borba e Itapiranga são os de maior reconhecimento pela população amazonense os quais atribuem o alcance de diversas graças alcançadas.

5.2 Historicidade dos eventos de Nossa Senhora do Carmo (Parintins); a festa de Santo Antônio de Borba (Borba) e Nossa Rainha do Rosário (Itapiranga) e suas devidas características

5.2.1 Nossa Senhora do Carmo (Parintins)



Imagem 01: Evento de Nossa Senhora do Carmo

Fonte: www.google.com/search?q=Artigos+científicos+sobre+a+festa+de+nossa

Destaca-se que a cidade de Parintins está localizada às margens do rio Amazonas, juntamente com algumas vilas rurais, numa área de 7.069 km, na fronteira, ao leste, com o estado do Pará. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010).

Menciona que uma das festas mais conhecida após o Festival de Parintins é o evento religioso de Nossa Senhora do Carmo, o qual acontece no início do mês de julho. Destaca que o evento Nossa Senhora do Carmo atrai muitos visitantes em especial da região amazônica. Esses devotos na maioria ficam da festa do boi para o evento religioso que se inicia no dia 06 de julho e finaliza no dia 16 do mesmo mês. A festa da Santa se inicia com a imagem de Nossa Senhora do Carmo sendo levada no início do mês de junho para a capital do estado, onde peregrina por algumas paróquias (PINTO e AZEVEDO FILHO, 2020).

No período das celebrações ocorre o arraial após missa, destaca-se que é um período de muita fé, já no dia 16 acontece a procissão onde os fieis demonstram verdadeira adoração a santa. As autoras Ferreira e Cruz (2012, p.12), declaram que o ponto alto sem dúvida é o Círio, ele acontece no primeiro dia de festa, saindo da paróquia de São José Operário e passando pelas ruas. Ao passar pelas ruas da cidade a imagem da santa

é reverenciada pelos moradores que ornamentam suas casas com flores e estendem tapetes de folhagem. No último dia acontece a Procissão Solene, que passam pela avenida Amazonas, Rua Rio Branco, Boulevard 14 de Maio, Benjamim da Silva, Praça Eduardo Ribeiro, João Melo e Catedral, em seguida ocorre a Santa Missa marcando o encerramento da festa.

Os autores Corrêa e Torres (2018), falam que as festas religiosas em homenagens aos santos católicos na Amazônia, em especial, na cidade de Parintins-Am, cumprem a dupla finalidade, a saber: manter fortalecida a devoção à Virgem do Carmo e promover as diversas relações entre as pessoas que participam destes festejos (PINTO e AZEVEDO FILHO, 2020).

5.2.2 Evento de Santo Antônio de Borba

A cidade de Borba fica a menos de 200k de distância de Manaus, bem no coração da Amazônia na margem direita do rio Madeira. Situando entre Porto Velho e Manaus, o acesso ocorre por via aérea e o transporte fluvial diário utilizando barcos, iates e expressos (SILVA *et al.*, 2008, p.10).

Relata-se que o município de Borba é bem conhecido pelo evento religioso que é a festa de Santo Antônio de Borba, o qual atrai milhares de fiéis para a localidade. Em 1997 para homenagear o santo “de todas as necessidades” foi construído uma estátua de 13 metros de altura pelo artista Marius Bell (NO AMAZONAS É ASSIM, 2017).



Imagem 02: Imagem de Santo Antônio de Borba

Fonte: <https://www.google.com/search?q=Imagem+de+Santo+Ant%C3%B4nio>

Borba se tornou ponto de orações e de busca por milagres e todo ano em junho, a peregrinação é grande. A catedral que possui relíquias do Santo Antônio é considerada hoje Santuário da Igreja católica (NO AMAZONAS É ASSIM, 2017). Silva *et al* (2008, p.12), fala que no período dos festejos de Santo Antônio de Borba, a cidade praticamente quadruplica sua população, sendo que aproximadamente duas semanas anteriores ao dia treze de junho o tráfego de embarcações intensifica com a chegada de devotos, vindos de outras localidades do Amazonas, Pará, Acre e Rondônia, além de pessoas de outros estados e até do exterior.

Os autores acima destacam ainda que é muito comum no período de festejo religioso encontrar vendedores oriundos de vários municípios do Amazonas. O festejo religioso e a importância no contexto amazônico para o catolicismo fizeram com que o Vaticano elevasse a categoria de Diocese para Basílica, sendo inclusive a 11^a do mundo a receber tal distinção e funciona como uma Embaixada do Apostolado Católico no Brasil, reportando-se diretamente à Santa Sé em Roma (SILVA *et al.* 2008, p.14).

5.2.3 *Evento de Nossa Rainha Do Rosário (ITAPIRANGA)*

Itapiranga é uma cidade de Estado do Amazonas. Os habitantes se chamam itapiranguenses. O município se estende por 4 231,2 km² e contava com 8 211 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 1,9 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de São Sebastião do Uatumã, Silves e Guajará, Itapiranga se situa a 64 km a Norte-Leste de Itacoatiara a maior cidade nos arredores. (CIDADE BRASIL, 2020).

Em 25.11.1663, Pedro da Costa Fevla, chega à foz do Rio Urubu, ali desembarcando parte de sua tropa para a manutenção da ordem. Em 1759, a aldeia de Saracá é elevada a Vila, com a denominação de Silves e como sede do município de mesmo nome, no qual se integrava o território que hoje constitui Itapiranga. O município de Silves é extinto em 1833 e restabelecido em 1852. Em 1922, a sede do município é transferida para Itapiranga, sendo este povoado elevado a Vila e em 1925, a sede do município retorna para Silves. Em 1938, o município passa a ter dois distritos: Itapiranga e Silves. Em 1981, Itapiranga perde parte de seu território em favor do novo município de Presidente Figueiredo. (IBGE, 2020).

O município de Itapiranga é muito conhecido pelo aparecimento de Nossa Senhora, o qual passou a atrair muitos fiéis na cidade. Os fiéis católicos do Amazonas afirmam que Maria, mãe de Jesus, já realizou mais de duas mil aparições em Itapiranga, município situado a 227 km a Leste de Manaus. A quantidade de peregrinos cresce, a cada ano, e são realizadas procissões em honra à Nossa Senhora há 18 anos. Ainda de acordo com os peregrinos, a mãe de Jesus Cristo aparece como uma jovem de aproximadamente 16 anos, com cabelos longos e pretos e ondulados, com a pele morena. Vem vestida com um manto branco que vai até os pés, com uma coroa de 12 estrelas (G1, 2012).



Imagem 04: Procissão de Nossa Senhora no município de Itapiranga

Fonte: G1, 2012.

Percebe-se são fundamentais para fortalecer a dignidade humana através das graças alcançadas. Entende que a religião é a parte integrante da cultura de Itapiranga, pois está associado vivências religiosas que é forte na localidade através dos atos associados a fala, o ato de pensar, as tradições religiosas e outros.

6 | CONCLUSÃO

Percebeu neste estudo que todo processo religioso na região amazônica provém do processo de colonização, ou seja, as missões religiosas tiveram grande importância no processo de ocupação territorial. Visualizou-se que os múltiplos povos amazônidas sejam eles ribeirinhos, caboclos e indígenas têm nos eventos religiosos um grande evento social para localidade, pois nas principais missas a comunidade se encontra e é notório que as pessoas sempre colocam suas principais vestimentas para o encontro com Deus. Observou-se neste estudo que o turismo religioso motiva as pessoas não somente a consumir o equilíbrio da alma como também, a praticarem outras modalidades de turismo dependendo do local que esteja inserido.

Identificou-se que os elementos religiosos da região amazônica é a crença no sagrado, no padroeiro local e no milagre recebido, na fé como força que uni os devotos local e os visitantes vindo de outros municípios como de outros estados. O fator positivo deste estudo é por possibilitar que os discentes de turismo como a população em geral tenham maior conhecimento dos eventos religiosos na região amazônica. Recomenda-se ampliação deste estudo principalmente em relação a cidades com potenciais do turismo religioso, pois no campo do turismo este tipo de pesquisa é considerada uma pseudociência.

Acredita-se que seja relevante entender mais sobre o perfil do turista religioso tais como: sexo, idade, escolaridade, local de residência e outros. Outro fator a questionar é sobre as ofertas turísticas mais utilizadas.

Outro fator para se investigar seria a realização de um estudo de mercado que permita utilizar melhor as estratégias de *marketing* a fim de promover os destinos de turismo religioso. Notou-se que nestes municípios as tradições religiosas mantiveram-se ao longo dos tempos permitindo o turismo religioso e atraindo muitos visitantes nacional e até do exterior. A prática da hospitalidade pelos visitados é um hábito típico da região amazônica.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS É MAIS. Turismo religioso: conheça os principais pontos de peregrinação e celebrações do Brasil. 5 de outubro de 2016 - 11h26. Disponível em: <https://www.amazonasemais.com.br/eventos/turismo-religioso-conheca-os-principais-pontos-de-peregrinacao-e-celebracoes-do-brasil/>. Acesso em: 16 Set.2018. <http://historiante.blogspot.com/2013/11/historia-da-cidade-de-parintins-am.html>

ALMEIDA SILVA, A., Lucileyde Feitosa Sousa, and S. KOZEL. “O turismo em Borba: entrecruzando manifestações turísticas e religiosas na Amazônia ribeirinha.” *Anais do III Festival Internacional de Turismo* (2008): 415-430.

CIDADE BRASIL. **Município de Itapiranga.** Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-itapiranga.html>. Acesso em: 04 Maio de 2020.

CORRÊA, Rosimay; TORRES, Iraíldes Caldas. **As cores da fé: a devoção a Virgem do Carmo em Parintins-AM.** 09 nov.2018. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-c1acff2a63ef68d81e21a1016c271d59ece22ca-arquivo.pdf>. Acesso em: 29 Abr.2020.

FERREIRA, Talita Sibebe Melo; CRUZ, Josilene. **Festa de Nossa Senhora do Carmo de Parintins/AM: Celebração da fé e Turismo Cultural.** Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. 16 a 17 nov.2012. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/festa_de_nossa_senhora_do_carmo.pdf. Acesso em: 22 de Abr de 2020.

G1 NOTÍCIAS. Fiéis afirmam ver Nossa Senhora e fazem procissões há 18 anos, no AM. 01 Maio de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/05/fieis-afirmam-ver-nossa-senhora-e-fazem-procissoes-ha-18-anos-no-am.html>. Acesso em: 01 Maio de 2020.

GIL, Antônio Carlos; Robledo Lima. **Tipos de pesquisa.** In: Licenciatura em Ciências Biológicas Disciplina de Pesquisa do Ensino de Ciências e Biologia (Org.). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>. Acesso em: 27 Mar.2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do município de Itapiranga.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/itapiranga/historico>. Acesso em: 12 Set.2018

JESUS, Eduardo Taborda de. **O TURISMO E A BUSCA DE SENTIDO: A hospitalidade nos bastidores das peregrinações católicas.** 2019. 179f. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) – Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS: UCS, 2019.

KOHLER, André Fontan. **TURISMO CULTURAL: PRINCIPAIS TIPOS SEGUNDO A MOTIVAÇÃO DOS TURISTAS**. *Revista Ateliê do Turismo* Campo Grande, v. 3, n. 1. p.8-30, jan-jul 2019 - ISSN: 2594-8407. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo>. Acesso em: 21 maio. 2020.

O JORNAL DA ILHA. **História de Parintins**. 15 Out. 2017. Disponível em: <https://ojornaldailha.com/historia-de-parintins/>. Acesso em: 07. Abr, 2020.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo:atlas, 2009.

NO AMAZONAS É ASSIM. **Conheça a história do maior monumento da cidade de Borba e as virtudes de Santo Antônio**. 08 maio de 2017. Disponível em: <https://noamazonaseassim.com.br/conheca-a-historia-do-maior-monumento-da-cidade-de-borba-e-as-virtudes-de-santo-antonio/>. Acesso em: 29 Abr. 2020

PINTO, Cátia Sofia de Oliveira de Almeida. **Turismo Religioso – Potencial de Desenvolvimento Turístico da Vila de Arcozelo, Vila Nova de Gaia**. Dissertação (Mestrado em Estratégias de Desenvolvimento Turístico) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2011.

PINTO, Selma Guimarães; AZEVEDO FILHO, João D'anuzio Menezes de. **O TURISMO RELIGIOSO: A FESTA DE NOSSA SENHORA DO CARMO EM PARINTINS-AM**. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/819/1/O%20turismo%20religioso%20-20A%20festa%20de%20Nossa%20Senhora%20do%20Carmo%20em%20>. Acesso em: 22 Abr de 2020.

RODRIGUES, Rui Marinho. **Pesquisa acadêmica: Como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHNEIDER, Mônica. **A hospitalidade, sob a ótica do romeiro, na romaria ao santuário de Nossa Senhora do Caravaggio – Farroupilha/RS e seu corolário no universo conceitual do turismo religioso**. 2013. 198f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul – UCS. Caxias do Sul, RS, 2013.

STEIL, Carlos Alberto; CARNEIRO, Sandra de Sá. Peregrinação, turismo e nova era: Caminhos de Santiago de Compostela no Brasil. **Revista Scielo**, Rio de Janeiro, v.28. n.1, Jul, 2008.

MUSEU E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE IEPÊ-SP

Data de aceite: 01/12/2021

**Fabrcia Dias da Cunha de Moraes
Fernandes**

<http://lattes.cnpq.br/3900647622576777>

Sarah Musa dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/9272502008379792>

RESUMO: Os museus contemporâneos são importantes instrumentos de preservação da memória cultural de uma sociedade e são responsáveis por salvaguardar uma expressiva parcela de seu patrimônio material e imaterial. Como são fonte de recuperação, preservação e disseminação da memória coletiva, os museus atuam como organismos vitais para perpetuação da identidade e riquezas dos diversos grupo que compõem a sociedade brasileira. Para que haja valorização da cultura, em sua mais diversas abordagens, o caráter educativo nos museus se torna essencial. Os processos educativos museais são estruturadores para reflexões que reforçam a construção coletiva e democrática do saber, assim, elas adquirem um papel chave para envolver a comunidade para o reconhecimento, criação e perpetuação de seus bens significativos. O Museu de Arqueologia de Iepê (MAI), situado em Iepê, município de pequeno porte, a oeste do Estado de São Paulo, revela-se como importante catalizador da cultura e da história da cidade e da região, visto manter os vestígios arqueológicos indígenas com cerca de 30 mil peças, extraída dos 15 sítios arqueológicos existente no município e em seu entorno. Todavia,

atualmente, ele se encontra ocioso e subutilizado bem como não envolve diretamente as ações educativas em seu espaço físico. Sendo assim, por meio de revisão bibliográfica e levantamento in loco do seu edifício, a pesquisa visa investigar a situação atual do museu existente na cidade, apresentando sua relevância no contexto regional e a sua relação com projetos educativos, além de vislumbrar possibilidades e diretrizes de atuações.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade educativa patrimonial; sítios arqueológicos; cultura indígena; Iepê-SP; arquitetura museológica.

MUSEUM AND EDUCATION: A STUDY ON THE MUSEUM SPACES OF THE MUSEUM OF ARCHAEOLOGY OF IEPÊ-SP

ABSTRACT: Contemporary museums are important instruments for preserving the cultural memory of a society and are responsible for safeguarding a significant portion of its material and immaterial heritage. As they are a source of recovery, preservation and dissemination of collective memory, museums act as vital organisms for the perpetuation of the identity and wealth of the various groups that make up Brazilian society. In order for culture to be valued, in its most diverse approaches, the educational character of museums becomes essential. The museum's educational processes are structuring for reflections that reinforce the collective and democratic construction of the saber, thus, they acquire a key role to involve the community for the recognition, creation and perpetuation of its acquired goods. The Museum of Archeology

of Iepê (MAI), located in Iepê, a small town in the west of the State of São Paulo, reveals itself as an important catalyst for the culture and history of the city and the region, since it maintains the indigenous archaeological remains with about 30,000 pieces, extracted from 15 archaeological sites in the municipality and its surroundings. However, currently, it is idle and underutilized and does not directly involve educational actions in its physical space. Thus, through a bibliographic review and an on-site survey of its building, the research aims to investigate the current situation of the existing museum in the city, changing its form in the regional context and its relationship with educational projects, in addition to gleaning possibilities and guidelines for actuations.

KEYWORDS: Heritage educational activity; archaeological; indigenous culture; Iepê-SP; museum architecture.

MUSEU NA CONTEMPORANEIDADE: O CARÁTER EDUCATIVO

O museu, em sua missão de coletar, salvaguardar e apresentar os bens de interesse culturais de um determinado grupo, perpetua lembranças, narrativas, mantém a chama da história viva e é capaz de minimizar o apagamento cultural das mais diversas comunidades, desacelerando assim a presente crise do esfacelamento da memória que perpassa a atualidade. A manutenção da memória coletiva faz parte da preocupação da sociedade contemporânea, para o fazer histórico das mesmas (SCHOENARDIE, 2016).

Para abarcar as constantes mudanças que tangem a sociedade, o museu se tornou um organismo que se transforma permanentemente. Está na sua essência o processo de metamorfose, subentendido que essas alterações não traçam uma linha evolutiva, como se transformar fosse uma sequência e sucessão de acúmulos (CURY, 2013). E, cabe ressaltar que hoje em dia, um dos grandes desafios da mutabilidade museal recaí sobre as implementações das ações educativas.

Um dos alicerces basilares do museu é atuar na diversidade e nas diferenças, acolhendo a heterogeneidade dos estratos socioculturais brasileiros. Representam um *locus* vital para perpetuação da memória coletiva e de fortalecimentos da identidade dos grupos. Para tanto, a educação museal se torna o caminho que explora tais possibilidades, promove distintas interações por meio de múltiplas abordagens e estratégias acerca dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Cury (2013) reforçando sobre a relevância de um Programa de Educação nos museus, retrata que ele deve se sustentar em um planejamento consolidado e estruturante, o qual se inclui na Política de Comunicação,

[...] documento que apresenta e discute os princípios comunicacionais do museu, ou seja, como a instituição quer dialogar com a sociedade, como conceitua o seu público e como propõe formas de interação. Define o alcance comunicacional do museu e engloba exposição e educação primordialmente. Essa política propõe uma discussão sobre comunicação, educação e mediação cultural; conceituação de sujeito cultural e cidadania; discussão sobre públicos, diversidade e diferença cultural; construção de identidades e

Vale ressaltar que foi a partir do século XX, que a missão educativa dos museus passou a ser formalmente reconhecida, sendo o seminário intitulado 'O Papel dos Museus na Educação', da Unesco, em 1952, um dos primeiros espaços de discussões no cenário internacional. O evento, tratou temas como: recursos educativos de museus; o curador educador e o professor de museu; museu e escolas; programas educativos e museus como centros comunitários, e abordou assuntos que ainda se mostram totalmente atual e pertinentes para o campo da educação museal (DE CASTRO, 2014).

Nota-se, portanto, que desde meados do século passado, uma das mudanças mais notáveis nas instituições museológicas, encontra-se exatamente no fortalecimento do debate dos aspectos educacionais, refletido, inclusive, na contratação de profissionais específicos para os setores educativos. Os fins da década de 1960 e início da de 1970, no âmbito mundial, foram estimulantes e férteis para a abertura de novos espaços de educação. Começava a tomar corpo outro setor da educação que se deslocava da formalidade da escola, reconhecidamente em crise. Esse movimento tomou a denominação de educação não formal (CAZELLI; VALENTE, 2019).

A educação não formal são basicamente iniciativas educacionais estruturadas que se aplicam fora dos contornos do sistema formal de ensino, veiculadas pelos museus e outras instituições que organizam eventos de várias maneiras como os cursos livres, encontros e outros, com o propósito de ensinar todo o tipo de público. Deste modo, segundo Sibebe Cazelli e Maria Valente (2019, p.5):

[...] aprendizagem não formal desenvolve-se de acordo com os desejos do indivíduo, as atividades de educação não formal, destaca as associações de bairro, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações não governamentais, os espaços culturais e as próprias escolas, ou seja, nos espaços interativos destas com a comunidade educativa.

Porém, o conhecimento produzido sobre o papel educativo dos museus procurou se apoiar na base consolidada da educação como seu referencial, e hoje, novamente revisita-se o aporte teórico e toma-se uma nova identidade, sem abandonar o saber adquirido ao longo de décadas. Atualmente, reflete-se sobre a nova dimensão educativa deste espaço e se aproxima das fontes mais ligadas às ciências sociais que norteiam a museologia. Deve ser considerado a articulação entre educação e patrimônio:

Todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p.20).

A ocupação central do museu no universo cultural exige dele uma nova natureza, bastante complexa. Neste processo, o aspecto educativo em museus incorpora um novo termo, a educação museal. Desta forma, os modelos educativos devem ser readaptados ou mesmo reinventados. Para Cury (2014, p. 60) “nos museus a educação patrimonial é educação museal. Sem perda de raízes conceituais e políticas, atua na particularidade do patrimônio cultural musealizado”.

A pedagogia de museu, mediação, educação integral, entre outros podem ser citados como parte educativa dos museus. A educação em museus que passa a ser definida como um conjunto de valores, conceitos, saberes e práticas que objetivavam o crescimento do visitante. Este crescimento deve ser entendido não só como ganho cognitivo, intelectual, mas acima de tudo como desenvolvimento psicológico que motiva para o aprendizado ao longo da vida (CAZELLI; VALENTE, 2019).

Pesquisadores canadenses, citados no *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 87 apud CAZELLI; VALENTE, 2019, p. 8), destacam que:

[...] a pedagogia de museu é um quadro teórico metodológico que está a serviço da elaboração, implementação e avaliação de atividades educativas em um ambiente de museu, atividades estas que têm como objetivo principal a aprendizagem dos saberes (conhecimentos, habilidades e atitudes) pelo visitante.

Nos museus, a educação mobiliza os diferentes saberes presentes, notadamente, nas narrativas expositivas e atividades educativas elaboradas pelos seus diversos profissionais. Estas ações são compreendidas como elementos mediadores na dinâmica dos processos cognitivos. Se trata de ambientes designados na promoção de momentos socialmente partilhados, em prol de apropriação do conhecimento a partir de leituras, trocas de ideias e vivências de experiências (CAZELLI; VALENTE, 2019).

Diante do exposto, nota-se que a área de educação em museus, por meio de sua prática social e do desenvolvimento de pesquisas, vem formando um corpo de conhecimento cada vez mais consistente. A tentativa de definir de forma mais precisa seus termos e conceitos vem demarcando seu lugar dentro da instituição museológica, constituindo equipes profissionais que substituem o antigo voluntariado (CAZELLI; VALENTE, 2019).

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IEPÊ-SP

O município de Iepê, está localizado no interior do Estado de São Paulo, atualmente ocupa uma área de 594,974 km², sendo 10 km² de perímetro urbano e 618 km² do espaço rural, com uma população estimada, no ano 2017, de 8.103 pessoas e uma densidade demográfica de 12,81 hab/km² (DOMINGUES, 2015 apud MONTARDY; FACCIO, 2019).

Iepê limita-se com os Municípios de Nantes, Alvorada do Sul e Primeiro de Maio, localizando-se a 459 metros acima do nível do mar; situando-se a 85 km do Município de

Presidente Prudente, maior referência de cidade da região. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ, 2014). Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017, situa-se na bacia hidrográfica do Rio Paranapanema, limitado ao sul com o Lago da Hidrelétrica Capivara, a Leste com o afluente Córrego Ribeirão Bonito e a Oeste com o Córrego Jaguaretê.

A história da formação desse município tem suas raízes no ano 1917, quando as terras do atual município de Iepê, localizadas na zona denominada Sertão dos Patos, compreendida pela Comarca de Campos Novos Paulista no Município de Conceição do Monte Alegre, eram povoadas por sete famílias: Antônio de Almeida Prado; Francisco Severiano de Almeida (Chico Maria); José Lino Santana; João Rudino Santana; Anfrísio Rodrigues; João Antônio Rodrigues e Tertuliano Machado Coutinho (DA SILVA, 2006 apud MONTARDY; FACCIO, 2019).

Com o crescimento do povoado, foi necessária uma maior infraestrutura no atendimento médico e outros serviços, solicitando-se a construção de uma escola para dar educação formal às crianças do povoado por Chico Maria - morador do povoado - a quem foi comunicado que as famílias católicas de São Roque da Boa Esperança não permitiriam instalar uma escola - ainda com professores católicos - na qual acudissem protestantes, pois o povoado pertencia à Igreja Católica (DA SILVA, 2006 apud MONTARDY; FACCIO, 2019). Posteriormente, em nome dos moradores protestantes, em 23 de abril de 1923, Chico Maria propôs a ideia de fundar um novo povoado e imediatamente foram doados dez alqueires por parte de Antônio de Almeida Prado, sobrinho de Chico Maria, para essa tarefa (MONTARDY; FACCIO, 2019).

O novo povoado foi nomeado “Liberdade”, pois nele não existiriam barreiras religiosas. No ano seguinte, ocorreu uma tentativa de transformá-lo em Distrito Liberdade, mas não deu certo. Em 29 de dezembro de 1927, a Lei Estadual nº 2.254 transformou o povoado Liberdade no Distrito Iepê, sob a jurisdição do Município de Conceição do Monte Alegre (DA SILVA, 2006 apud MONTARDY; FACCIO, 2019). O novo Distrito não pôde manter seu antigo nome, porque já existia um Distrito Liberdade no Estado de São Paulo; assim foi nomeado “Distrito Iepê” que, pela explicação do morador Caio Simões, Iepê, na tradição linguística Tupi-Guarani, significa liberdade (MONTARDY; FACCIO, 2019).

A DESCOBERTA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE IEPÊ-SP

No município de Iepê, foram encontrados 24 sítios arqueológicos, seis deles cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo eles denominados de Casanova 1, Casanova 2, Casanova 3, Casanova 4, Casanova 5 e Casanova 6, tratando-se de sítios cerâmicos e lito-cerâmicos. Sete sítios encontram-se dentro do Programa de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), são menores e fortemente depredados pela ação humana e

intemperismo.

Nove sítios pesquisados dentro do Projeto Paranapanema (ProjPar), que ainda atua no Município, estão com um bom estado de conservação, o que faça que esses resgates das peças cerâmicas encontradas nos sítios Quati I e Quati II, ainda que estejam em estudo, possibilitem o licenciamento ambiental do empreendimento da Empresa COCAL, que abrange parte do município de Iepê. As pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos últimos onze sítios no contexto do ProjPar e o licenciamento ambiental do empreendimento da COCAL, envolvem a equipe técnica do LAG (Laboratório de Arqueologia Guarani) da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (FCT/UNESP) (MONTARDY; FACCIO, 2019).

Os sítios arqueológicos Quati I e Quati II encontram-se em processo de cadastro no CNSA/IPHAN, mostrando, em seu levantamento arqueológico, a presença de líticos lascados e fragmentos de cerâmica em superfície, sendo que, em ambas as áreas existe o cultivo de monoculturas como a cana-de-açúcar e milho. No Sítio Quati I, observou-se a presença de um importante fragmento de floresta nativa, conhecida como Mata dos Macacos, que serve de refúgio para diversas espécies de animais e contém elementos da flora nativa regional.

Nas pesquisas desenvolvidas no Projeto Paranapanema (ProjPar), oito dos nove sítios arqueológicos estudados encontram-se em bom estado de conservação, pois permanecem submersos no Lago da Hidrelétrica da Capivara quase o ano todo, sendo afetados somente pelo movimento das águas, aflorando parte de suas áreas nos meses de pouca chuva ou durante grandes secas (MONTARDY; FACCIO, 2019).

O município de Iepê localiza-se, segundo a subdivisão do ProjPar, na Bacia Inferior do Paranapanema, na Mesorregião da Capivara (PASSOS, 2013). O ProjPar gerencia a investigação de nove sítios arqueológicos: Roberto Ekman Simões, Lagoa Seca, Aguinha, Terra do Sol Nascente, Pernilongo, Vallone, Ragil, Ragil II e Capisa (MONTARDY; FACCIO, 2019). Os sítios arqueológicos Vallone e Roberto Ekman Simões são, provavelmente, ocupações de um grupo caçador-coletor, enquanto os sítios Lagoa Seca, Aguinha, Terra do Sol Nascente, Pernilongo, Ragil, Ragil II e Capisa são classificados como ocupações Guarani (MONTARDY; FACCIO, 2019).

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE IEPÊ (MAI)

As pesquisas arqueológicas no município de Iepê tiveram seu início na doação, feita no ano 1992, por Roberto Ekman Simões, de três caixas de material cerâmico, proveniente de sua fazenda, à professora Neide Barrocá Faccio da FCT/UNESP. Cita-se o fato de que esse fazendeiro sonhava ver as peças da cultura indígena dessas terras expostas em um museu em Iepê (PASSOS, 2013 apud MONTARDY; FACCIO, 2019). Nas pesquisas realizadas, revelaram-se interessantes questões, como a do Sítio Roberto Ekman Simões

- considerado, hipoteticamente, a ocupação de um grupo caçador-coletor – que é uma área ligada à produção de peças, onde foram encontrados pontas de projétil e raspadores sobre seixos de arenito silicificado. O fogo foi utilizado como técnica auxiliar para facilitar o lascamento da rocha.

O Museu de Arqueologia de Iepê (MAI) representa um dos maiores atrativos turísticos e culturais do município, tendo sido inaugurado no dia 30 de junho de 2000, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a FCT/UNESP e a Universidade de São Paulo-USP, com a coordenação da arqueóloga e professora Neide Barrocá Faccio. O museu conta com um acervo de 30 mil peças, constituídas por vasilhas cerâmicas, fragmentos de vasilhas cerâmicas, pedras lascadas e polidas, que representam um dos mais ricos acervos arqueológicos do Estado de São Paulo (MONTARDY; FACCIO, 2019).

No contexto dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no município de Iepê pelo ProjPar, surgiu a ideia do que, posteriormente, seria o Museu de Arqueologia de Iepê (MAI). A partir das pesquisas realizadas entre os anos 1992 e 2000, passou-se a incentivar a população local a preservar e a divulgar o acervo arqueológico indígena descoberto nessas pesquisas, dentro do próprio município (PASSOS, 2013 apud MONTARDY; FACCIO, 2019).

Em 10 de janeiro de 2000, pela Lei Municipal nº 080/2000, foi criado o “Espaço Cultural Armando Cavichioli e Museu do Índio de Iepê”, inaugurados em 30 de junho de 2000, no antigo prédio onde funcionava o Bar do Armando, morador reconhecido como fornecedor de informações históricas, dado ao seu passatempo de coletar revistas, jornais, fotos e outras peças de valor histórico (GUIA DAS ARTES, 2015).

O MAI, criado pela parceria entre a FCT/UNESP, o ProjPar, o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da USP e a Prefeitura Municipal de Iepê, com o objetivo de preservar a memória local por meio de seu resgate histórico e arqueológico, respondeu à demanda da população local de manter as peças dentro do município, como parte de sua identidade sociocultural (FACCIO, 2016).

O espaço manteve-se nesse prédio até início do ano de 2006, quando o local apresentou problemas em sua estrutura construtiva, que comprometiam a conservação das peças. Decidiu-se, então, resguardar o acervo no prédio do Sr. João Zago até solucionar a questão (PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ, 2010; FACCIO, 2011).

O acervo ficou ali guardado até 24 de junho de 2007, dia da reinauguração do museu que, pela Lei Municipal nº 247/07, de 23 de fevereiro de 2007, foi nominado “Museu de Arqueologia de Iepê”, localizando-se em um novo prédio, propriedade da Prefeitura Municipal, na Rua Minas Gerais nº 458 (MONTARDY; FACCIO, 2019). Com essa reinauguração e a mudança de nome, devido ao fato de seu acervo ser constituído por material arqueológico e não etnográfico, o MAI consolidou-se como instituição mantenedora da história contada por meio de objetos, preservando a memória das populações pretéritas, pelo seu patrimônio material em exposição.

O acervo do museu passou, em grande medida, por técnicas de restauração –

unindo-se os fragmentos de uma mesma peça por meio do restauro – que permitiram expor ao público as formas dos objetos que os índios produziram, sendo sua curadoria dirigida pela arqueóloga Neide Barrocá Faccio e efetivada pelos integrantes do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG, da FCT/UNESP) (PASSOS, 2013 apud MONTARDY; FACCIO, 2019).

Essa curadoria compreendeu a análise de 17 coleções com um total de 30 mil peças da cultura indígena, coletadas no município de Iepê, sendo os relatórios do processo enviados ao IPHAN e encontrando-se, atualmente, na reserva técnica e exposições do MAI (AIALA, 2007 apud MONTARDY; FACCIO, 2019).

O acervo Guarani exposto no MAI é composto por mais de 100 peças, entre vasilhas de cerâmica, pedras lascadas e polidas, vasilhas esculpidas em pedra, mãos de pilão, lâminas de machado, tembetás, boleadeiras, virotes, peças polidas em osso e urnas funerárias, entre as quais se encontra a maior urna funerária indígena Guarani do Brasil, com 1,16 m de diâmetro (FACCIO, 2011). As peças estão expostas em vitrines que evidenciam cada sítio arqueológico do município, acompanhadas de painéis que aludem à sua história.

AÇÕES EDUCATIVAS DO MAI

O MAI, com a assessoria da FCT/UNESP e da USP, envolve-se na realização de diversas atividades sobre a temática indígena em comunidades e escolas estaduais, municipais e particulares de toda a região, sendo sistematicamente ministradas diversas oficinas e cursos a alunos e professores da Rede Pública de Ensino do município e grupos de terceira idade. Essas ações são feitas nos espaços como escolas, municipais, estaduais, e projetos da cidade, como a Casa da Criança e do Adolescente, o Projeto HortoLife.

O museu representa um dos maiores atrativos turísticos e culturais do município, com 573 visitas no ano 2017, sendo um ponto de referência para pesquisadores da Arqueologia Guarani e contribuindo para a manutenção e incorporação da memória dos povos indígenas na cultura popular das populações atuais. (AIALA, 2007 apud MONTARDY; FACCIO, 2019).

Segundo a Prefeitura Municipal de Iepê (2014), o MAI, além de encontrar-se aberto ao público em geral, de segunda a sexta-feira nos horários das 8:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h, com visitas de turistas e pesquisadores vinculados com a arqueologia indígena no Oeste Paulista, recebe visitas programadas de turmas de alunos do município e da região, atendendo alunos e professores das redes pública e privada, além da comunidade local e da região. Normalmente ocorrem visitas por turmas de até 30 pessoas, por conta do pequeno espaço, que restringe o número de visitantes. O museu é um ponto de referência para pesquisadores da Arqueologia Guarani, contribuindo para manter viva a memória dos povos indígenas. (MONTARDY; FACCIO, 2019).

No município de Iepê, desenvolvem-se algumas ações educativas, a partir dos

projetos “Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento” e “A Pré-História contada por meio dos objetos”. (MONTARDY; FACCIO, 2019, p.127). O Projeto “Museu/Universidade: a extroversão do conhecimento” constitui um projeto de extensão universitária, desenvolvido em parceria do LAG com a Prefeitura Municipal de Iepê, fazendeiros e comerciantes da cidade, com olarias do município de Indiana/SP, o MAE/USP e Escolas Estaduais e Municipais do Estado de São Paulo (MONTARDY; FACCIO, 2019).

Montardy e Faccio (2019) demonstram que o projeto foi criado no ano 2000, para atender aos professores e alunos do ensino fundamental e médio e a comunidade em geral com temas relacionados à educação patrimonial, arqueologia brasileira e populações indígenas, com o objetivo de cooperar para o fortalecimento da identidade assim como de cidadania, da sociedade civil, dos estudantes e dos educadores da rede escolar estadual e municipal dentro do Estado de São Paulo, bem como estimular a troca de conhecimento e de proteção aos bens culturais.

Esse projeto tem uma forte incidência na cidade, dada a sensibilidade da população pela temática e o interesse da Prefeitura Municipal e, particularmente, do Departamento Municipal de Cultura, em trabalhar o patrimônio arqueológico e a educação patrimonial nas escolas do município, assim como o MAI, a fim de contar com os materiais e pessoal capacitado para continuar com ações de proteção e divulgação da cultura indígena do município e a região (MONTARDY; FACCIO, 2019). Como pode-se perceber, as ações existem, porém ocorrem fora do espaço físico do museu.

Já o Projeto “A Pré-História contada por meio dos objetos” surgiu no ano 2006, com base na disposição da Prefeitura Municipal de Iepê e do LAG, de trabalhar ao menos uma vez por ano com professores do município, dando cursos de atualização sobre os achados arqueológicos lá coletados e capacitando-os para o adequado ensino desse patrimônio. (MONTARDY; FACCIO 2019).

O projeto surgiu com o objetivo da elaboração de materiais didáticos e a atualização dos professores do ensino fundamental e médio sobre as descobertas arqueológicas da presença indígena naquele território. Embora seu maior impacto seja no município de Iepê, o projeto também atua nos municípios de Presidente Prudente, Pirapozinho, Estrela do Norte e Alfredo Marcondes (FACCIO et al., 2017 apud MONTARDY; FACCIO, 2019). Sendo atividades mais esporádicas e que também se desenvolvem em espaços extras ao do museu.

O LAG, em suas diversas parcerias, desenvolveu no município algumas ações educativas, compreendendo: palestras sobre “O período pré-histórico do Oeste Paulista” com apresentação de multimídia e vídeo; realização de exposições itinerantes de peças arqueológicas e réplicas; oficina de produção de cerâmica Guarani; oficina de pintura Guarani em cerâmica; oficina de arte rupestre; oficina de lascamento em pedra; capacitação dos professores da rede pública de ensino na área de educação patrimonial sobre a presença indígena no Oeste Paulista; elaboração e distribuição de textos e materiais

didáticos sobre a pré-história do Oeste Paulista; campanha de conscientização “Preserve a História e entre na História”; visitas a sítios arqueológicos e realização de perícias em sítios arqueológicos, a pedido da comunidade; montagem de exposições, treinamento de monitoria e monitoramento de visitas ao MAI (FACCIO, 2011).

Todavia, nota-se que a aplicação dos projetos educativos do MAI passa por alguns entraves, em especial por conta de sua estrutura física. Ao contemplar os espaços do museu fica patente ausência de ambientes que permitam o desenvolvimento das propostas educativas. Um museu não deve se restringir às visitas, conforme o aporte anteriormente discutido, precisa-se explorar seu caráter educativo, trazendo vitalidade e suporte às ações e ao MAI.

Infelizmente, por conta de ausência ambientes adequados, as atividades são desenvolvidas em outros recintos, externos ao museu. Como exemplo, as oficinas de pintura Guarani em cerâmicas e oficina de arte rupestre, que foram executadas na Casa da Criança e do Adolescente de Iepê, nos anos de 2008 até mais ou menos 2014.

O MAI E SEU ESPAÇO FÍSICO

Pode-se observar, por meio da planta baixa do piso térreo do MAI (Figura 1), que o museu é composto por duas salas administrativas, um hall, um único banheiro, uma área de exposição, duas reservas técnicas e um depósito de material de limpeza. A área expositiva possui 74 metros quadrados e sua conformação se reduz a um único ambiente expositivo, que detém uma peça de destaque ao centro e enquanto os outros expositores estão ladeando as paredes, formando um quadrado (Figura 1).

Uma das salas encontradas no início da entrada do museu (Figura 1), é perceptível que o espaço não é o ideal para receber grupos maiores, visto possuir 10,35 m², ou seja, uma dimensão reduzida. É possível notar a ausência de áreas como foyer, local de convivência, bebedouro, banheiros bem como de recintos para as exposições temporárias.

A planta do subsolo consta como uma reserva técnica de 15,00 m² e com uma escada de acesso. Nota-se que a circulação vertical não contempla os princípios de acessibilidade previsto pela NBR 9050, que pressupõe as diretrizes normativas de acessibilidade nos espaços e equipamentos urbanos. É possível identificar que as reservas técnicas existentes (Figura 1) são espaços diminutos, lembrando que a quantidade de peças no acervo totaliza mais de 30 mil. Tais peças estão armazenadas em caixas de plástico, dispostas diretamente no piso dos recintos.

Ao analisar a planta é perceptível que ela não possui salas para desenvolvimento das atividades educativas, visto não conter salas de oficinas e palestras, auditório, reserva técnica didática, sala multiuso, nem ambiente para acolher os educadores e mediadores. Cabe acrescentar que o museu, não tem espaço para a curadoria, laboratório para os cuidados necessários para conservar e restaurar e recinto para os funcionários.

O edifício é cercado por janelas no lado esquerdo, conforme pode se visualizar nas Figuras 1 e 3, e é a face que o sol da manhã incide, já o lado direito e posterior são faces que recebe o sol da tarde, e essa insolação intensa acarreta um intenso calor dentro do museu. Faltam aberturas que sejam bem planejadas para a ventilação, visto o edifício se situar na divisa, tendo confronto com uma casa residencial e o estacionamento da Igreja Presbiteriana Independente de Iepê.

O estado de conservação do museu ao lado externo é regular, pois a pintura foi renovada. No interior, embora as paredes sejam cuidadas como ao lado externo, o piso de cimento, que era tratado com a cera para deixar o aspecto brilhante, nos dias de hoje, está com fissuras. Percebe-se que não se tem mais o mesmo tratamento para manter os cuidados. Já as salas de reserva técnica estão abandonadas, pois são tratadas como um depósito de materiais e as peças ficam em caixas fechadas.

A reserva técnica subterrânea é composta por um pé direito muito baixo, causando calor e desconforto para as pessoas que têm acesso, por ser um espaço muito pequeno e de pouca circulação. Nota-se também que o museu não oferece vagas de motos, de veículos particulares e nem de ônibus conseguem estacionar próximo ao equipamento cultural.



Figura 1: Planta baixa do MAI.

Fonte: Autoras (2021).

Diante do exposto, fica patente que o espaço físico do MAI não está condizente com as premissas de uma arquitetura museológica de qualidade, que abrigue o acervo

adequadamente ao mesmo tempo em que compartilhe e interaja com a comunidade. As ações educativas de iniciativa próprias do museu em questão, pela falta de infraestrutura espacial, se desenvolveram sempre em outros locais, conforme apontado ao longo do estudo.

Ter um repertório educativo que ultrapasse as fronteiras do museu é um fator positivo, extrapolar as barreiras físicas é pensar em interfaces catalizadoras do ensino aprendizagem. Todavia, o MAI precisa conter os ambientes físicos específicos para acolher a comunidade, os pesquisadores e até mesmo recintos direcionados para os funcionários do museu exercerem suas funções.

A arquitetura de um museu precisa estar de acordo com os contornos e objetivos do mesmo, visto a arquitetura ser a concretização das suas premissas, intenções e conceitos. O entrelaçamento entre os campos disciplinares da museologia e arquitetura mostra-se relevante para cumprir sua missão e objetivos. Necessita-se de um planejamento espacial bem-intencionado, de acordo com as funções que ele exerce. O programa arquitetônico, deve conter espaços de acervo, áreas expositivas, ambientes educativos e locais para recepcionar o público. A museologia é enfocada como a matriz mediadora, visto estabelecer vínculos constantes com outros campos disciplinares assim como com o envolvimento de profissionais de diversas outras especialidades, desde arquitetos, historiadores, educadores, arqueólogos além do público em geral.

Ainda sobre a arquitetura museológica, entende-se como vital elaborar um estudo de viabilidade, prever as dimensões, setores e fluxos bem como favorecer o trabalho dos funcionários que ali estão diariamente, para então, traçar um equilíbrio entre “conservação, pesquisa, educação e comunicação” (IBRAM, 2020, p.7). Ao vislumbrar a arquitetura para museus é relevante destacar-se que,

A arquitetura (museal) define-se como a arte de conceber, de projetar e de construir um espaço destinado a abrigar as funções específicas de um museu e, mais particularmente, as de uma exposição, da conservação preventiva e ativa, do estudo, da gestão e do acolhimento de visitantes (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 29).

Portanto, o espaço físico do MAI está defasado, mostra-se a ausência de articulações com seus princípios educativos, o que determina a incompatibilidade da relevância e abrangência cultural do museu para cidade de Iepê e região. Para sanar as fragilidades do MAI, necessita-se tangenciar a esfera arquitetônica, sendo inviável pensar que um museu tão expressivo, continue em situação defasada e subutilizado.

Para tanto, seria essencial ocorrer uma ampliação da estrutura física museológica, seja providenciando a compra ou aluguel de edifício anexo que complete o programa faltante ou até mesmo a construção de um novo edifício. Sobre a ampliação da estrutura física pré-existente, um outro possível direcionamento, seria expandir a área de subsolo (Figura 01), visto ela conter somente uma escada de acesso e a reserva técnica, com cerca

de 15 m². Ali ainda pode-se explorar praticamente 144,62 m².

Claro que quando se aborda quesitos de caráter construtivo, pensa-se basicamente por um viés financeiro, de quanto seria o gasto monetário, porém, outras perguntas devem ser inseridas na pauta de discussão, como por exemplo, quanto vale a cultura de uma comunidade? Até quando se deixará nossa história relegada e tantas narrativas silenciadas? Adianta ter em mãos um acervo notório e não salvaguardar e expô-lo da maneira correta? E se expor e não atingir a comunidade, por meio das atividades educativas, para que a sociedade conquiste aprendizagens, reflexões, desenvolvam a autonomia e criticidade, por qual motivo existem os espaços museológicos? Pensar em assuntos, de ordem puramente econômica que envolvem o campo cultural, devem antes perpassar por reflexão e problematização.

É preciso esclarecer que com um bom projeto arquitetônico, torna-se possível uma redução significativa dos gastos financeiros. Trata-se de pensar em investimento para toda comunidade e para as futuras gerações, visto que um museu não é viabilizado pelos bens em si, ele tem como foco as pessoas, o fazer e as criações humanas. Assim, ter um acervo indígena tão expressivo e não permitir que as pessoas o conheça, aprenda, debata e reflita acerca de seu passado e sua história é contribuir para o esfacelamento da memória coletiva e aniquilar a beleza da identidade e riquezas dos diversos estratos que compõem a sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que o museu na atualidade não é um depósito, nem um recinto cujo destino é abrigar obras, e sim um organismo que por meio de sua coleção, torna-se catalisador das conexões humanas, de interações e reflexões entre elas, as ações educativas museológicas se mostram fundamentais e adquirem um novo patamar. Patamar este encarado como uma forma de diálogo entre os diversos profissionais: educadores, museólogos, arqueólogos, historiadores, arquitetos e a comunidade, objetivando, por meio de um processo educativo participativo, havendo discussões a respeito da valorização de ressignificação de patrimônios culturais.

O museu do século XXI, em sua plena metamorfose, tem como um de seus focos estabelecer diálogos, inquietações e provocações com o público e para isso tais espaços culturais dispõem das atividades educativas. A educação patrimonial pode fazer com que as comunidades passem a olhar seu passado e o legado de seus antepassados com outros olhos, façam uma releitura dos saberes, lugares, artefatos e pessoas com as quais convivem em seu cotidiano. Esse transcurso possibilita o reforço da autoestima dos indivíduos, desperta assimilação sobre identidades locais e inclusão social de grupos marginalizados, além da compreensão do patrimônio com viés da pluralidade e diversidade.

O MAI, embora incentive práticas educativas, por ausência de espaço físico, sempre

as viabilizou em outras entidades e escolas, externamente ao museu, pois o mesmo não possui em seu edifício espaços que acolham tais atividades bem como demonstra outras fragilidades espaciais de ordem expositivas, conservativas e receptiva. Lembrando que a educação patrimonial necessita ser dialógica, reflexiva e crítica, para contribuir com construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade de determinada comunidade, o presente estudo ressalta a urgência de inserir o museu efetivamente em sua comunidade e fazê-lo conectar-se com a cidade e região.

Portanto, a ampliação e melhoria de sua estrutura física se mostra como um caminho palpável, atrelando as premissas basais e o conhecimento da arquitetura museológica para cooperar em um estudo de viabilidade da expansão e reabilitação de um novo museu, que abranja as atividades socioeducativas e culturais, além de catalizar as funções museais de expor, salvaguardar e restaurar as 30 mil peças do acervo indígena existente.

REFERÊNCIAS

CAZELLI, Sibeles; VALENTE, Maria Ester. Incursões sobre os termos e conceitos da educação museal. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 18-40, maio/ago. 2019.

CURY, Marília Xavier. Educação em museus: panorama, dilemas e algumas ponderações. *Ensino Em Re-Vista*, Uberlândia, v.20, n.1, p.13-28, jan./jun. 2013.

CURY, Marília Xavier. Museologia e Conhecimento, Conhecimento Museológico – Uma perspectiva dentre muitas. *Museologia e interdisciplinaridade*, Brasília, v. III, n.5, p. 55-73, maio/jun. 2014.

DE CASTRO, Fernanda Santana Rabello. História das políticas públicas de educação museal no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 52, 2014.

DESVALLÉES André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FACCIO, Neide Barroca. *Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema: estudo dos sítios de Iepê*, SP. 2011. Tese de livre docência. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

GUIA DAS ARTES. Museu de Arqueologia de Iepê. 2015. Disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/sao-paulo/museu-de-arqueologia-de-iepe>. Acesso em: 20 mai. 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/iepe/panorama>. Acesso em: 13 jun. 2018.

IBRAM-INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Guia para projetos de arquitetura de museus*. Brasília: Ibram/BR, 2020. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Guia-para-projetos-de-arquitetura-de-museus.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan/BR. 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

MONTARDY, Lisandra Hernández; FACCIO, Neide Barroca. O legado indígena do município Iepê: proteção, divulgação e gestão de seus sítios arqueológicos. *Revista Formação (Online)*, Presidente Prudente, v. 26, n. 48, p. 114-131, maio/ago. 2019.

PASSOS, M. T. *O espaço das práticas mortuárias dos Guarani pré-coloniais do baixo e médio Rio Paranapanema*. 2013. Monografia (Bacharel em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IEPÊ. Página Web Oficial da Prefeitura Municipal de Iepê. 2014. Disponível em: <https://www.iepe.sp.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SCHOENARDIE, Fernanda Wisniewski. Memória em ação: a importância do Museu, da preservação e utilização da memória no espaço escolar. *História Unicap*, Pernambuco, v. 3, n. 6, jul./dez. 2016.

CAPÍTULO 22

ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DAS ZONAS DEGRADADAS, DERIVADAS DA FALTA DE ESTRUTURAÇÃO NO BAIXO VALE DO JEQUITINHONHA EM MINAS GERAIS

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 08/10/2021

Carlos Andrés Hernández Arriagada

Orientador Doutor Arquiteto e Urbanista, Pesquisador e Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie - Laboratório de Estratégias Projetuais (LABSTRATEGY FAUMACK), Pós-Doutorando Núcleo Cidades Globais - IEA USP. São Paulo, Brasil. Professor visitante da Pós-graduação do curso de Arquitetura, Urbanismo e Geografia da Universidade de Concepción, Chile
<http://lattes.cnpq.br/8524575047516193>

Mariana Chaves Moura

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Discente pesquisadora no Laboratório de Estratégias Projetuais (LABSTRATEGY FAUMACK) – www.labstrategy.com
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/8604831181352031>

Raquel Ferraz Zamboni

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Discente pesquisadora no Laboratório de Estratégias Projetuais (LABSTRATEGY FAUMACK) – www.labstrategy.com
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/8123610848283631>

Carlos Murdoch

Ms.c Arq. Urb. Universidade Veiga de Almeida
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3854794136273028>

Paulo Roberto Corrêa

Dr. Arq. Urb. Universidade Presbiteriana Mackenzie
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/8371084638138718>

Edgar Roa

Ms.c Arq. Urb. Universidad La Gran Colombia
Bogotá – Colômbia
<http://lattes.cnpq.br/9966462178470939>

RESUMO: O trabalho versa sobre entender e relacionar os aspectos territoriais e de produtividade local em um âmbito macrorregional do baixo Jequitinhonha, em Minas Gerais, no Brasil, a partir da década de 70. O estudo revela uma análise a partir do desenvolvimento econômico da região através de pesquisadores locais, mapas georreferenciados, dados coletados por instituições como o IBGE, a EMBRAPA e CONAB; os quais apontam os desafios de cultivo na região, principalmente do café, devido a sua alta variação topográfica, pois dificulta a mecanização de determinados produtos, necessitando de uma mão de obra constante. Considerado o vale da “miséria”, o Vale do Jequitinhonha, ficou famoso na década de 70 por seu baixo IDH e atualmente, se mostra cada vez mais importante para a economia do estado. O Vale é dividido em três regiões (alto, médio e baixo), sendo o foco deste trabalho no

baixo Jequitinhonha, uma macrorregião de 179.658 pessoas, onde 9% de sua população depende diretamente da agricultura enquanto 28% dependem indiretamente de acordo com o IBGE (2010). A fim de mitigar as mazelas urbanas geradas pela falta de uma administração local e o baixo desenvolvimento humano, foram estudadas estratégias para fomentar o progresso a partir de um modelo de solução para microterritórios agrícolas.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, infraestrutura urbana, agricultura.

MITIGATION STRATEGIES OF DEGRADED AREAS, DERIVED FROM THE LACK OF STRUCTURING IN THE LOWER JEQUITINHONHA VALLEY IN MINAS GERAIS

ABSTRACT: The work deals with understanding and relating territorial aspects and local productivity in a macro-regional scope of the lower Jequitinhonha, in Minas Gerais, Brazil, from the 1970s on. The study reveals an analysis from the economic development of the region through local researchers, georeferenced maps, data collected by institutions such as IBGE, EMBRAPA and CONAB; which point out the challenges of cultivation in the region, especially coffee, due to its high topographic variation, because it hinders the mechanization of certain products, requiring a constant labor. Considered the valley of “misery”, the Jequitinhonha Valley, became famous in the 70’s for its low HDI and today, it is increasingly important for the state economy. The Valley is divided into three regions (high, medium and low), and the focus of this work in the lower Jequitinhonha, a macro-region of 179,658 people, where 9% of its population depends directly on agriculture while 28% depend indirectly according to IBGE (2010). In order to mitigate the urban ills generated by the lack of local administration and low human development, strategies were studied to foster progress from a solution model for agricultural microterritories.

KEYWORDS: Sustainability, urban infrastructure, agriculture.

RESUMEN: El trabajo se ocupa de comprender y relacionar aspectos territoriales y productividad local en un ámbito macroregional de la baja Jequitinhonha, en Minas Gerais, Brasil, a partir de la década de 1970. El estudio revela un análisis del desarrollo económico de la región a través de investigadores locales, mapas georreferenciados, datos recopilados por instituciones como IBGE, EMBRAPA y CONAB; que señalan los desafíos del cultivo en la región, especialmente el café, debido a su alta variación topográfica, porque dificulta la mecanización de ciertos productos, requiriendo un trabajo constante. Considerado el valle de la “miseria”, el Valle de Jequitinhonha, se hizo famoso en los años 70 por su bajo IDH y hoy en día, es cada vez más importante para la economía estatal. El Valle se divide en tres regiones (alta, media y baja), y el foco de este trabajo en la baja Jequitinhonha, una macrorregión de 179.658 personas, donde el 9% de su población depende directamente de la agricultura, mientras que el 28% depende indirectamente según IBGE (2010). Con el fin de mitigar los males urbanos generados por la falta de administración local y el bajo desarrollo humano, se estudiaron estrategias para fomentar el progreso de un modelo de solución para los microterritorios agrícolas.

PALABRAS CLAVE: Sostenibilidad, infraestructura urbana, agricultura.

1 | INTRODUÇÃO

A modernidade¹ é composta da permanência do transitório e da incerteza diante do progresso linear, é a realidade social e cultural produzida pela transitoriedade do atual e do novo. (MARTINS, 1938). Portanto, a modernidade se dá a partir da participação social e da necessidade das quais os órgãos públicos devem cumprir como condutores dela, a fim de equalizar o estado atual e a globalização imposta pelas novas tecnologias. Em cidades menores no interior do país, a tecnologia e o desenvolvimento econômico tendem a ter um atraso diretamente proporcional ao seu tamanho e inversamente proporcional à sua distância das grandes cidades, leva-se em consideração a falta de investimentos externos e uma precarização do crescimento da cidade.

Esses fatores aliados à incerteza de um futuro melhor, trazem à população um receio sobre o local onde vivem, fazendo-os migrar para cidades mais populosas em busca de melhores oportunidades e infraestrutura adequada. Estas pequenas cidades com até 50 mil habitantes, classificadas segundo o IBGE, com aspecto rural e caracterizada pela presença de atividades primárias. Principalmente as agropecuárias que têm uma tendência a um crescimento menor, devido às falhas na continuidade das políticas públicas e a dificuldade na exequibilidade de projetos para alavancar suas economias. Fatores que tem por consequência: a falta de uma estrutura administrativa, do conhecimento insuficiente de problemas urbanos e dos marcos regulatórios que visam organizar a cidade.

Segundo Martins:

A modernidade, porém, não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça de trabalho, de sonho, de alegria. (MARTINS, 1938, p. 18-19).

Neste enredo, Martins (1938) discute a importância de entender o que é a modernidade, a qual necessita ser sustentável ainda que aconteça diante dos conflitos gerados pelas inconstâncias da sociedade, não somente pelo conceito de globalização. Percebe-se a necessidade de compreender os conflitos gerados na sociabilidade do homem, desde o indivíduo mais pobre até o mais rico, e na transformação do desenvolvimento econômico para uma compreensão das transformações locais.

De acordo com Belil, Benner, Borja e Castells (2003), as relações entre os locais rurais e urbanos tendem a mudar conforme os avanços da globalização. As áreas rurais

¹ Segundo o filósofo e sociólogo alemão, Jürgen Habermas diz "O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal e, à secularização de valores e normas.". (SANTOS, 2017)

serão englobadas em um sistema que aliado às novas tecnologias independem do espaço físico e das distâncias. Desta forma, podem lucrar, produzir e contribuir com a economia sem grandes deslocamentos tornando-as, também, centros urbanos como as grandes cidades a partir de uma organização tecnológica e econômica.

A importância estratégica do local como centro de gestão para o global no novo sistema técnico-econômico pode ser vista em três campos principais: produtividade econômica e competitividade, integração sociocultural e política, representatividade e gestão. Do ponto de vista econômico, o contexto territorial é, por mais paradoxal que possa parecer, um elemento decisivo gerando competitividade em unidades econômicas de um ambiente globalizado economicamente[...] A segunda esfera que é significativa para as instituições locais é a integração cultural de sociedades cada vez mais diversas. Em um mundo em que a comunicação está se globalizando, é essencial manter identidades culturais distintas, a fim de estimular o sentimento de pertencimento no dia a dia a uma sociedade específica. (BELIL, BENNER, BORJA, CASTELLS; 2003; p 22-24; tradução nossa)

O Vale do Jequitinhonha, é uma mesorregião² em Minas Gerais no Brasil, que progrediu em torno do Rio Jequitinhonha, cujo possui uma extensão territorial de 1.080km², com seu início no litoral sul da Bahia até o município de Diamantina, em Minas Gerais, no alto do Vale do Jequitinhonha. Desta forma, de acordo com o IBGE, o território se fragmenta em três microrregiões, sendo elas:

- A. O Alto Jequitinhonha, que abriga os municípios de Capelinha e Diamantina, atualmente responsáveis por grandes projetos de melhorias na agropecuária³ e atividades de mineração⁴;
- B. O Médio Jequitinhonha, que possui uma topografia mais acidentada e serras mais íngremes⁵;
- C. O Baixo Jequitinhonha que possui topografias mais amenas e está próximo com o estado da Bahia (mapa 2)⁶ e possui as mais baixas densidades da região, sendo então a área de foco do estudo.

2 Áreas territoriais que abordam as mesmas características físicas, econômico-sociais e humanas de uma determinada extensão territorial. Fonte: Oxford Language.

3 Segundo o SEBRAE (2019) e a CONAB(2018), a região da Chapada de Minas é responsável por aproximadamente 560 mil sacas de café com 5.800 famílias cafeicultoras. Junto ao SEBRAE e ao Instituto do Café da Chapada de Minas, os agricultores criaram uma marca (Café da Chapada de Minas) que possui um selo para engajar o café desenvolvido na região, além de propiciar um contato maior entre pequenos produtores e compradores. Disponível em: <<http://www.mg.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MG/sebrae-minas-lanca-marca-do-cafe-chapada-de-minas-em-capelinha,e-b5ae6528fe7e610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>

4 Inicialmente a atividade econômica da região foi derivada das bandeiras paulistas com a mineração de ouro e diamantes. E atualmente a região do Alto do Jequitinhonha que possui alguns pontos de mineração devido a característica de chapada. Vale do Jequitinhonha: Formação histórica, populações e movimentos. SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone

5 De acordo com o IBGE (2010), a variação nessa região é bem acidentada variando de 180m em Itaobim até 1200m na Serra Quebra Rabicho em Novo Cruzeiro.

6 Nas matas as terras possuem fertilidade bastante uniforme e, embora também formadas por vales e serras, apresentam diferenças pouco acentuadas de uso dos solos entre terras altas e baixas. Vales largos, cobertos por florestas, chapadas extensas e férteis, grandes áreas planas formando horizontes abertos marcam o Baixo Jequitinhonha. (RI-BEIRO, 2004, p.05)

A pesquisa propõe o estudo no Baixo do Jequitinhonha⁷, situado na região nordeste de Minas Gerais, é uma microrregião brasileira, integrante do Vale do Jequitinhonha, que por muitos anos foi considerada um vale da pobreza devido aos baixos índices de desenvolvimento humano⁸. Em 2000 a média do índice era de 0,454, já em 2010 alcançou o valor de 0,598; pois houve uma migração da população rural para a cidade a fim de uma melhoria da qualidade de vida, fato conhecido como êxodo rural. A cidade de Palmópolis (Localizada ao sudoeste do Baixo Jequitinhonha e na divisa com o estado do Espírito Santo) conforme observado no Mapa 02, por exemplo, teve uma redução de 1.968 pessoas na zona rural durante o período de 2000 e 2021, em virtude da busca de melhoria de trabalho, renda, educação e saúde conforme os dados do IBGE.



Mapa 1 - Classificação do Vale do Jequitinhonha

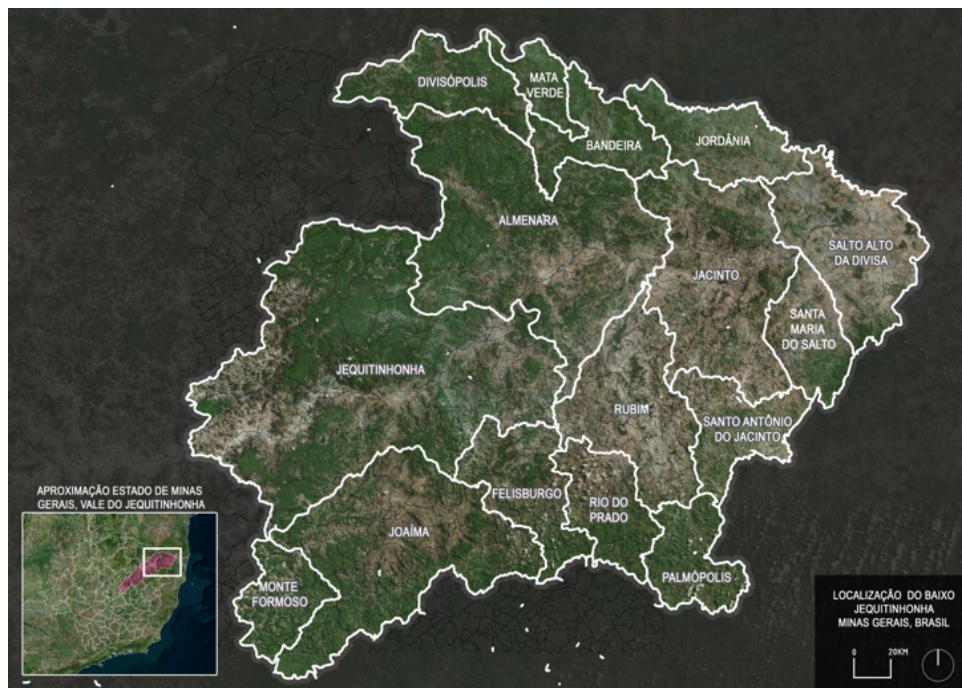
Fonte: Adaptado pelos autores. IBGE, 2021.

O Baixo Jequitinhonha, é uma área que equivale a 15.439,22km² com 16 municípios, sendo eles: Almenara, Bandeira, Divisópolis, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Mata Verde, Monte Formoso, Palmópolis, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto e Santo Antônio do Jacinto. Sendo que a menor e a maior cidades

⁷ O Vale do Jequitinhonha é considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como uma das 12 mesorregiões do estado. Isso significa que essa área tem similaridades econômicas e sociais que a diferencia de outras. Particularmente, esse território representa 14% do estado. Fonte: Polo Jequitinhonha, 2015.

⁸ O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano que se baseia nos parâmetros de saúde, educação e renda para avaliar o desenvolvimento de um território. Fonte: IBGE.

são, respectivamente, Mata Verde e Jequitinhonha, conforme o IBGE.



Mapa 2 - Aproximação Baixo Vale do Jequitinhonha

Fonte: Adaptado pelos autores. IBGE, 2021.

21 OBJETIVO

A pesquisa tem como objetivo a investigação dos aspectos geográficos e socioeconômicos, buscando entender quais seriam as melhorias das relações socioeconômicas⁹ para pequenos municípios do Vale do Jequitinhonha e se debruça em entender quais as políticas nacionais que estão em funcionamento atualmente e que possam dar melhorias aos seus moradores.

Desta maneira se estabelece:

- a. Compreensão da área do baixo Jequitinhonha;
- b. Análise dos dados socioeconômicos e principais atividades agrícolas em relação ao café na região do Vale;
- c. Propor estratégias de mitigação das mazelas urbanas derivadas da baixa infraestrutura dos municípios.

Portanto, para nortear as questões as quais foram propostas, tomou-se como

⁹ Relações socioeconômicas são relações responsáveis por mudanças geográficas, físicas, econômicas e sociais que criam espaços favoráveis para um espaço sustentável. Fonte: Universidade Federal de São Carlos.

pergunta norteadora, já citada inicialmente:

Como possibilitar a mitigação em uma zona de baixo desenvolvimento urbano e econômico que impactam determinados aspectos das sociedades produtoras de café nas zonas do Vale do Jequitinhonha?

3 | METODOLOGIA

A metodologia proposta consiste em cinco principais etapas de investigação para a estruturação da análise e dos resultados previstos:

1. Análise sobre os dados de pesquisadores locais com foco no desenvolvimento econômico, que possibilitam um olhar aproximado da questão, por meio de revisão bibliográfica;
2. Mapas georreferenciados, sendo uma visão local e espacial do Vale do Jequitinhonha;
3. Revisão de dados coletados por instituições, tais como: IBGE, EMBRAPA e CONAB que avaliam economicamente e socialmente a região proposta;
4. Visita “in loco” do município de Mata Verde, na qual é explorada como área recorte de análise do Vale do Jequitinhonha, com o objetivo de avaliar suas características morfológicas e físicas;
5. Entrevistas com a população local, apresentando como objetivo uma aproximação com os cafeicultores para o reconhecimento territorial e as dificuldades que eles possuem no cotidiano em relação ao café.

A partir da análise territorial, identificando e entendendo a funcionalidade do território e as áreas de produção socioeconômicas, é possível estabelecer estratégias, induzindo novos elementos para o setor estudando por meio da aplicabilidade de estratégias no âmbito econômico e sustentável.

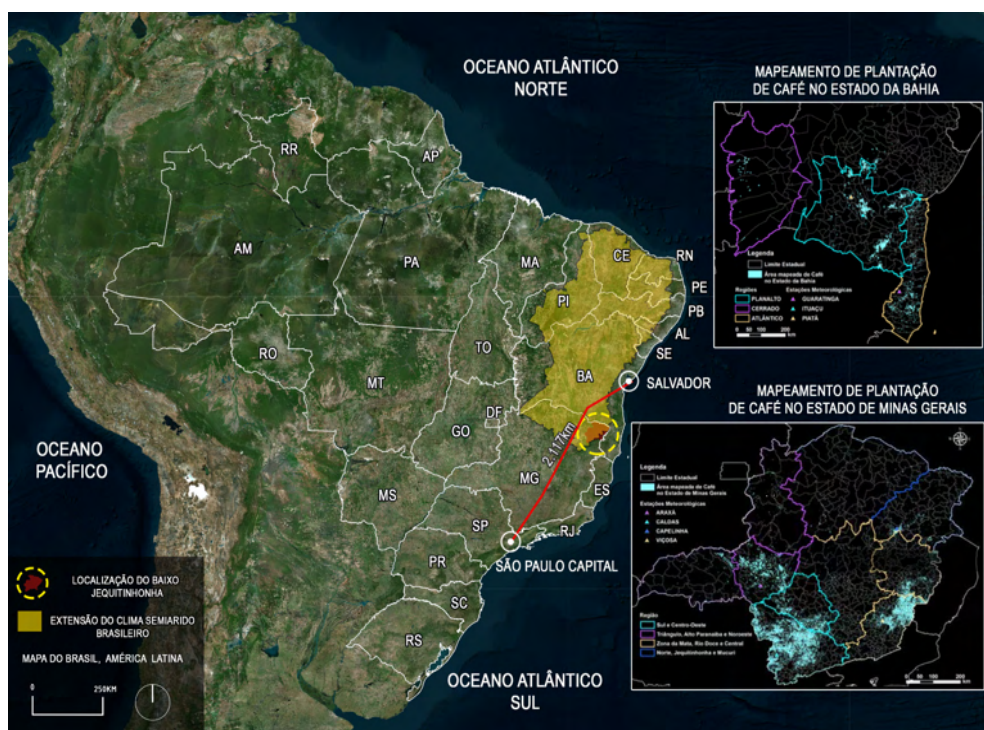
4 | EMBASAMENTO TERRITORIAL

A importância destas análises consiste em propiciar soluções por meio da indicação de estratégias¹⁰ viáveis para amenizar o baixo índice de desenvolvimento da região, fomentando a possibilidade de agregar novos elementos para a gestão pública dos municípios. Baseando-se neste processo metodológico será apresentada soluções pontuais para o município de Mata Verde, no qual poderá ter suas estratégias replicadas nos demais municípios que compõem o Vale do Jequitinhonha, servindo como modelo para estruturação das demais regiões.

¹⁰ A estratégia é uma lógica, uma tática ou critério. A estratégia se refere a uma logística global capaz de dirigir operações; táticas e conjuntos de regras e relações, necessário para facilitar a evolução local; a estratégia é uma aplicação contingente. (McCollough, Collier; Cesar, Barcelona; Planeta, 2000). Dicionário Metápolis de Arquitetura;

4.1 O contexto do Baixo Jequitinhonha

A partir dos dados do perfil do Baixo Jequitinhonha, apontado pelo IBGE, a região é reconhecida pelos baixos índices de desenvolvimento humano, chegando ao índice de 0,365 em Monte Formoso no ano de 2000, aspecto que se deu devido à característica territorial rural, e ao clima semiárido, o qual prejudica o plantio devido aos períodos de estiagem. O Vale do Jequitinhonha tem influência de três climas, sendo eles: semiárido, tropical e tropical de altitude, entretanto na região em questão destaca-se o semiárido como é possível visualizar no mapa 3.



Mapa 3 – Extensão do clima semiárido brasileiro

Fonte: Adaptado pelos autores. Agência Nacional de Águas (ANA)/ Ministério da Integração (MI), 2021.

“No norte de Minas e no baixo Jequitinhonha, a atividade principal foi a pecuária, que atingiu o território mineiro através do vale do São Francisco, o “rio dos currais”. (SOUZA, 2003)

Por muito tempo, a pecuária foi a principal atividade feita pelos pequenos agricultores do vale. Entretanto, a partir da década de 70, após a grande seca de 1950¹¹ que devastou

¹¹ Em 1950 houve uma seca severa no Vale do Jequitinhonha que devastou as plantações e a pecuária da região, levando a uma decadência da população que dependia desses produtos. Edvaldo Rodrigues Martins; Laurindo Mékic Pereira;

a pecuária existente. E a implantação de novas políticas no território com o Presidente Juscelino Kubitschek¹² (1956), que nasceu em Diamantina no Alto Jequitinhonha, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – CODEVALE¹³, aprovada durante o programa da Reforma de Base do governo João Goulart¹⁴ (1961).

“A Codevale esteve longe de atingir os objetivos a que se propôs. Dos recursos que seriam destinados para o órgão, apenas 20% foram garantidos. O debate acerca da reforma agrária como alternativa para o combate à pobreza e à produção do desenvolvimento econômico havia silenciado e nenhuma mudança estrutural aconteceu. Os poucos recursos da companhia foram investidos na produção de relatórios que prestaram a divulgar a pobreza e o atraso.” (MARTINS; PEREIRA, 2018. pg.861)

Após muitas tentativas de recuperação econômica, o cultivo do eucalipto¹⁵ é implantado para desenvolvimento da região, entretanto algumas áreas devido ao solo fértil e ao alto relevo, conseguiram desenvolver boas safras de café gerando altos lucros.

Atualmente, a região é responsável por 34% do cultivo do café juntamente com a região do médio Jequitinhonha, Rio Doce, Zona Central e Norte, Zona da Mata e Mucuri, segundo a CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento.

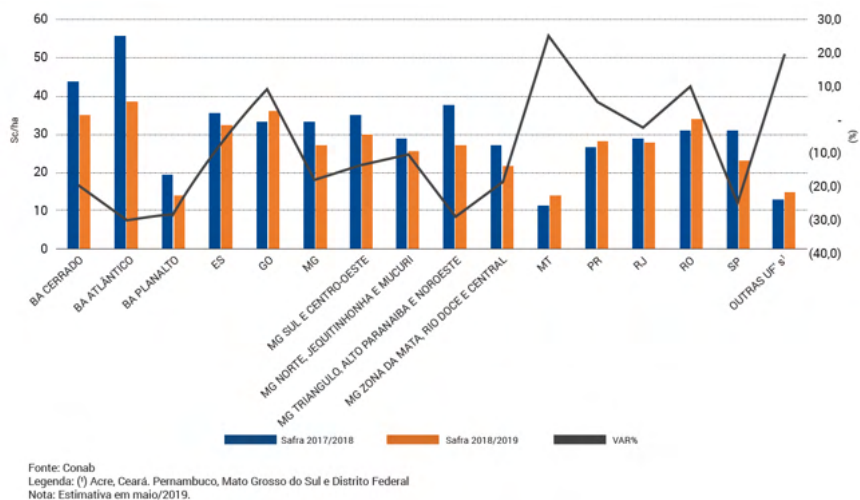


Gráfico 1 – Produção do café arábico e Conilon, Safra de 2018 e 2019

Fonte: CONAB (2020)

12 Juscelino Kubitschek, foi o 21º presidente do Brasil com um mandato entre 1956 e 1961. Foi o principal responsável pela construção de Brasília. Fonte: CPDOC, FGV.

13 A CODEVALE foi uma instituição autárquica do governo de Minas Gerais, criada em 1964, prevendo o desenvolvimento da região Norte e Nordeste do estado considerando as dificuldades que elas enfrentavam na época. Ela foi extinta em 2002 e foi substituída pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). Pós-graduação da Universidade Federal dos vales do Jequitinhonha e Mucuri; Alêr Carlos Alves Santos; A CODEVALE E O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA DO ESTADO NO VALE DO JEQUITINHONHA ENTRE 1960 A 1980.

14 João Goulart, conhecido também como Jango, João Goulart foi o 24º presidente do Brasil entre 1961 e 1964. Fonte: CPDOC, FGV.

15 As plantações de Eucalipto foram uma estratégia do governo federal desde meados da década de 1970, quando o utilizou programas de estímulo à monocultura no local, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a extinta Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (Ruralminas).

Segundo MIRANDA (2013), a produção de café no Vale do Jequitinhonha se consolidou a partir de 1995, quando Minas Gerais passou a liderar a produção nacional em toda sua região sudeste e sudoeste. O crescimento econômico do café acabou por atingir a região nordeste devido às condições topográficas e climáticas que se mostraram favoráveis a implantação dos cafezais.

O autor também enfatiza que este crescimento inicial se consolidou principalmente na região de Capelinha, no alto Jequitinhonha devido a sua altitude. E não obteve grandes avanços no médio, mas principalmente no baixo Jequitinhonha que poucas cidades aderiram ao plantio. Todavia destaca os municípios de Divisópolis e Mata Verde que fazem fronteira com o estado da Bahia.

Considerando as três microrregiões do Vale do Jequitinhonha, o Baixo Jequitinhonha é a que apresenta os municípios com menor participação relativa de área ocupada com café. As exceções ficam por conta dos municípios de Divisópolis e Mata Verde, localizados na divisa com a Bahia, que desfrutam de clima mais úmido e solos de melhor qualidade, oriundos de extinta cobertura florestal. A proximidade com a rodovia BR-116¹⁶(Rio-Bahia) garante a esses municípios o acesso aos principais mercados baianos. (MIRANDA; 2013. Pg 68).

4.2 Cenário atual

O baixo Vale do Jequitinhonha consiste em 16 municípios, entre eles parte expressiva da população ainda reside na zona rural e dependem diretamente da agricultura e da pecuária, totalizando 51,430 pessoas segundo o IBGE (2010), seja como produtor ou em serviços extras que surgem durante as épocas de adubação e colheita.

É importante entender que a questão da reforma agrária acontece de forma lenta e gradual, excluindo as pequenas cidades, favorecendo diretamente aos grandes latifundiários que além de possuírem a maior produção acabam se beneficiando dos pequenos e médios produtores. No Brasil, a distribuição de terras concentra-se em poucos proprietários, enquanto muitos não possuem acesso. Portanto, a reforma agrária trata-se de um conjunto de medidas para reorganização das terras produtivas para que cumprisse sua função social de produção, além de equalizar de forma justa as terras. Foi implantada no Estatuto da Terra por João Goulart em 1964, de acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Faculdade Getúlio Vargas.

Segundo o Atlas do Agronegócio, o Brasil é um dos cinco países com a maior concentração de terras do mundo. Fato que se originou desde a colonização já que a Lei de Terras, promulgada em 1850 no Segundo Reinado brasileiro definiu que a única forma de se adquirir terras seria a compra direta e privilegiou grandes comerciantes do período. Atualmente, ainda há essa concentração e poucas iniciativas para contornar a situação.

16 A BR-116 é a maior rodovia do Brasil, com 4.660km de extensão pavimentada e atravessa o país desde Fortaleza, no Ceará, até Jaguarão, Rio Grande do Sul. Fonte: CNT, Confederação Nacional do Transporte.

Município	Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária	Número de Projetos - Reforma Agrária	Área Reformada - Reforma Agrária (em hectares)
Almenara	16	1	925.00
Bandeira	0	0	0.00
Divisópolis	0	0	0.00
Felisburgo	0	0	0.00
Jacinto	0	0	0.00
Jequitinhonha	216	5	24,145.00
Joáima	58	2	3,219.00
Jordânia	0	0	0.00
Mata Verde	0	0	0.00
Monte Formoso	0	0	0.00
Palmópolis	0	0	0.00
Rio do Prado	39	1	1,908.00
Rubim	37	1	1,944.00
Salto da Divisa	0	0	0.00
Santa Maria do Salto	0	0	0.00
Santo Antônio do Jacinto	0	0	0.00
Total	366	10	32,141.00

Tabela 1 – Reforma agrária no Baixo Jequitinhonha

Fonte: DEA/INCRA (jan/2015)

De acordo com a Tabela 1 do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, poucas cidades aderiram a projetos de redistribuição das terras, sendo o destaque para Almenara que em 2010 conseguiu assentar 216 famílias com 5 projetos de reforma agrária.

Aliado à baixa rotatividade dos lucros pela colheita, há uma falta de investimento em infraestrutura urbana e social na região, o custo de instituições públicas acabam sendo um grande desafio para pequenas cidades. Principalmente pelo fato de estarem próximas ao meio rural e não possuírem organizações que possam trazer investimentos externos para benefício dos moradores conforme cita o SEBRAE (2015) sobre Mata Verde; não possuem uma boa infraestrutura viária e nem administrativa.

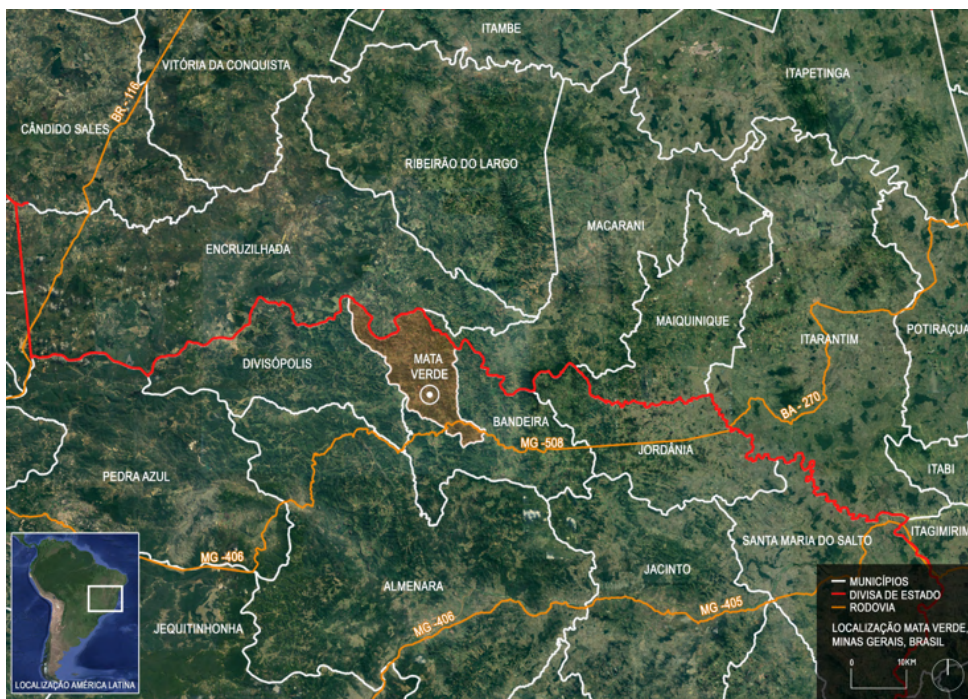
4.3 O caso de mata verde

De acordo com o historiador e professor Neomésio Caires Ferraz, a cidade de Mata Verde inicialmente era um povoado pertencente ao município de Almenara, em Minas Gerais. Fundada em 1943 por José Caires de Lima e José Ferreira da Rocha, grandes fazendeiros da região no período, e com auxílio do prefeito de Almenara, Acúrcio de Lucena, que liberou o alvará para a fundação do arraial¹⁷ de Bom Jesus de Mata Verde¹⁸.

¹⁷ Arraial trata-se de uma pequena aldeia ou lugarejo de acordo com o Oxford Languages

¹⁸ O nome foi dado ao arraial por um padre que celebrou a primeira missa do lugar, em 1943 ainda havia forte influência da igreja católica na região e por ser próximo de quilombolas e aldeias indígenas, havia uma ampla campanha de catequização e valorização da igreja na região, afirma o morador da cidade Antônio Caires. O nome não permaneceu devido à proximidade com Bom Jesus da Lapa na Bahia e para facilitar a emancipação da cidade.

O historiador em seu vídeo¹⁹ homenageia a cidade, também cita que foi construída com forte participação dos próprios moradores, os terrenos para as instituições públicas foram doados pelos grandes fazendeiros da região, como o terreno da Escola Municipal de Mata Verde e o terreno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima. Segundo o professor, a cidade sobrevivia da agricultura de subsistência. Entre todo esse período de progresso apenas em 1981, a CEMIG, Companhia Energética de Minas Gerais S.A.²⁰, chegou ao local trazendo energia elétrica de boa qualidade para o local.



Mapa 4 – Localização Mata Verde, Minas Gerais, Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 1991, uma comissão emancipacionista formada por: Jovelino Amaral, Alcebíades Pereira Neto, José Marinho, Sebastião Neiva, Alziro Silva Santos, Darcy Martins, Dovair Ernécio do Amaral, Joel de Oliveira, Josafá Lopes Silva, José Milton e Nestor Ferreira; finalmente conquistaram a emancipação tornando-se uma cidade do estado de Minas Gerais pela Lei Estadual nº 10704. Atualmente a cidade se desenvolve em uma conurbação com a cidade de Encruzilhada, na Bahia, tendo parte da sua população habitando ambos os municípios.

19 Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NmbWFjMp0PA&t=4s>;

20 A importância da chegada da energia no arraial acontece, pois antes era feita através de bombas de energia e das chamas de vela e do fôgão a lenha.



Figura 1 – Rua Tavarés, Mata Verde, Minas Gerais

Fonte: Acervo próprio.

O café chegou no município, assim como no Vale do Jequitinhonha, em meados da década 1970 para ser testado. E com os bons resultados, devido a sua umidade e topografia, passou a ser o principal cultivo da cidade desde este período, trazendo estradas e conectando a cidade com o entorno. Atualmente, há cerca de 120 cafeicultores médios e pequenos que produzem em torno de 100 mil sacas anuais segundo a EMATER, Empresa de Assistência Técnica de Minas Gerais, de acordo com o SEBRAE (2015).

Um dos principais problemas enfrentados pelos cafeicultores é a necessidade do deslocamento para a cidade de Vitória da Conquista, na Bahia (Mapa 4), para alcançar compradores para os grãos que são produzidos. O café, é um fruto de característica bienal, portanto sua safra significativa ocorre a cada dois anos. Na cidade, a colheita do café ocorre entre os meses de abril a julho, podendo se estender dependendo das variações climáticas que atingem a região, conforme afirmam os fazendeiros da região, como Antônio Chaves.

Outra característica, citada pelo SEBRAE (2015), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, é a falta de estratégias associativas para o cultivo e a produção. Portanto, a cidade não possui um espaço de concentração dos produtores para discussão dos problemas e suas possíveis resoluções, em muitos casos há apenas a junção dos fazendeiros e suas famílias produtoras para esses diálogos. Este fato dificulta transações e acaba tornando um custo maior a produção.

Em entrevistas in loco realizadas em janeiro de 2021, foram constatados que os menores produtores também apontam a dificuldade com a falta de uma infraestrutura que comporte as safras em período de colheita, pois após a retirada das sacas o café necessita passar por um período de secagem. Em muitos dos casos, o produtor acaba por pagar para que a safra seja levada para terreiros localizados na cidade de Encruzilhada, na Bahia. Fato que acontece, pois o custo com a produção é alto e não tão rentável. Além disso, o custo das estufas é elevado e seria necessário o espaço, que muitas vezes é utilizado para

o plantio.

A cidade possui apenas uma fábrica de moagem e torrefação²¹, o Café Brasil Colonial, que atualmente faz a moagem e torrefação do café para outras marcas da cidade também. Portanto, a maior parte das safras são beneficiadas e vendidas para compradores²² de Vitória da Conquista, na Bahia, que vendem os melhores grãos para exportação, e os de menor qualidade para o mercado interno.



Figura 2 – Fazenda de café com mudas novas, Mata Verde, Brasil

Fonte: Acervo próprio.

5 | RESULTADOS

Por consequência das análises verificadas neste trabalho, interpreta-se a macrozona identificada como um ponto de reestruturação econômica, possibilitando atividades integradoras para o desenvolvimento territorial através de instrumentos que designam as estratégias aplicadas no território, este fator é desencadeado através das premissas que fomentem a reestruturação de cidades rurais em busca de melhor estrutura administrativa, marcos regulatórios eficazes e conhecimento coerente do território que instiguem em ações de mitigação que enfrentam a consequência da mazela rural e do desenvolvimento urbano desordenado.

Portanto, as estratégias escolhidas foram ponderadas em uma macro escala da região, para que pudessem ser inseridas em todo o baixo do Vale do Jequitinhonha, desta forma a cidade de Mata Verde se mostra como um modelo de reestruturação econômico e sustentável para o nordeste mineiro. O recorte sobre a pequena cidade, mostra a

21 As fábricas de moagem e torrefação são responsáveis pelos pós beneficiamento do café, quando o café passa pelo despulpamento e seca para virar grão. A torrefação é a torra do grão, responsável por retirar a umidade a partir da torra em elevadas temperaturas e pelo sabor que o café terá, é necessário ter uma técnica, pois há diversas receitas e formas de fermentação do café. Enquanto a moagem trata-se da quebra dos grãos, é importante pois a infusão do café é a responsável pelo sabor final e cada tipo de café possui uma moagem específica. A qualidade desses grãos é atestada pela ABIC (Associação Brasileira da Indústria do Café).

22 Os compradores são responsáveis por fazer a testagem da qualidade do café e pela compra dele, sendo eles que avaliam e fazem os repasses para as fábricas nacionais ou para exportação.

importância da valorização do seu espaço economicamente e a necessidade de uma base de desenvolvimento sustentável para que haja um equilíbrio entre a cidade e o meio rural.

A partir deste recorte, definimos um ponto norteador que responde o questionamento inicial de como possibilitar a mitigação em zonas de baixo desenvolvimento urbano e econômico que impactam nos aspectos da sociedade produtora de café, portanto a pesquisa passou a debruçar-se em definir horizontes temporais a partir da aplicabilidade de estratégias (Figura 05), que servem como suporte para manutenção futura do território em prol de ações econômicas e modelos sustentáveis de políticas públicas, com base no modelo governamental já existente. As estratégias são aplicadas em uma periodicidade de quatro em quatro anos. Conseqüentemente, identificamos o seguinte faseamento estratégico subdividido em estratégias econômicas: **a.** Otimização e integração dos espaços, **b.** Geração de empregos, **c.** Rede de inovações, **d.** Integração econômica mútua e **e.** Macrowikinomics²³. Estratégias sustentáveis: **a.** Preservação do patrimônio, **b.** Valorização do verde, **c.** Redução do impacto da má gestão da terra e do cultivo. e **d.** Desenvolvimento econômico e sustentável.

1ª Fase de 2021 - 2024: a. Estratégias Econômicas: a1. Revalorização do comércio local; **b1.** Convênio com ensino público-privado (PPP); **c1.** Áreas de formação educacional e reestruturação comercial; **d1.** Reconexão de áreas através de atividades comerciais, habitacionais e institucionais; **e1.** Investimentos na educação público/privada; **b. Estratégias Sustentáveis: a1.** Valorização do patrimônio urbano.

2ª Fase de 2025 - 2029: a. Estratégias Econômicas: a2. Melhorar sistema de logística; **a4.** Melhorar o acesso por transporte público para a região; **b2.** Investimentos no comércio local e em edifícios de serviço e comércio existentes; **c2.** Soluções de conectividade sustentável para infraestrutura; **d2.** Parcerias público/privadas para investimentos locais; **e2.** Polos de incentivo à pesquisa direcionadas para a criação e inovação; **b. Estratégias Sustentáveis: b1.** Revitalização de áreas verdes através da proposição de espaços aprazíveis; **c1.** Melhoria do meio ambiente entre a interface cidade e parque.

3ª Fase de 2030 - 2033: a. Estratégias Econômicas: a3. Plano de incentivo para empresas e comércio; **b3.** Áreas de geração e inovação tecnológica; **c3.** Infraestrutura para moradores; **d3.** Tecnopolo de desenvolvimento econômico, tecnológico e biotecnológico; **d4.** Incentivo ao turismo e ao comércio; **e3.** Empresas focadas na criação e produção local para o mercado local; **b. Estratégias Sustentáveis: d1.** Promover a ligação entre os parques da cidade criando um grande eixo que interliga um lado a outro da cidade; **d2.** Utilização de novas tecnologias em prol da cidade a favor de um melhor aproveitamento dos recursos naturais

23 De acordo com DON TAPSCOTT e ANTHONY D. WILLIAMS, A wikinomia é uma ciência cooperativa, uma nova arte e que garante profundas mudanças na estrutura e no funcionamento da empresa e da economia a partir de princípios novos e competitivos tais como abertura, peerproauction (peering), compartilhamento e ação global. Fonte: Wikinomics, como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio. Pag.11.



Mapa 5 – Mapa de estratégias econômicas e sustentáveis.

Fonte: Acervo próprio.

De acordo com as estratégias propostas, as medidas de mitigação se adaptam aos cenários preexistentes a partir de suas principais necessidades, essa articulação das medidas administrativas fortalece o direcionamento e remodelação pontual das problemáticas investigadas.

6 | CONCLUSÃO

A pesquisa retrata o estudo do Baixo do Jequitinhonha, com foco no município de Mata Verde, território no qual destacou-se em seu desenvolvimento regional; Sendo assim, a revisão das pesquisas e entrevistas in loco permitiram a possibilidade de propor estratégias com aplicabilidade da tomada de medidas de mitigação articuladas no território, reforçando o ciclo econômico sustentável que embasa a nova reformulação do município e apresenta potencial de replicabilidade nos demais territórios que constituem o Baixo do Jequitinhonha.

A cidade de Mata Verde atualmente sofre interferências do clima semiárido da região que está no seu entorno, fator que pode vir a prejudicar seu cultivo futuro. Segundo a Clima Gerais (2018), uma plataforma de monitoramento de alterações climáticas do estado de Minas Gerais, a cidade tem uma alta vulnerabilidade sobre o clima e por consequência pode

afetar as plantações futuramente devido as grandes estiagens que acontecem anualmente.

A partir da análise das macroestratégias aplicadas no território de Mata Verde, interpretamos o trabalho de forma a aclarar a macrozona identificada a partir da reestruturação econômica e sustentável na região. Desta forma propor uma interligação entre as regiões, melhorando a conectividade e a produção local.

Retratando o crescimento econômico em prol da sociedade a partir do emprego pleno, a reformulação da indústria tornando-a inclusiva e sustentável, embasada no fomento da inovação e da infraestrutura resiliente tornando a cidade mais égide, assegurando padrões de produção e consumo sustentáveis, com o intuito de conciliar a zona urbana com a zona rural, revertendo sinais de degradação da biodiversidade e das mazelas territoriais.

Portanto, desta estrutura foi possível estabelecer uma estratégia de cunho econômico, subdividida em 5 subtemas e 17 estratégias aplicáveis e uma estratégia de caráter sustentável, subdividido em 4 subtemas e 5 estratégias funcionais.

Sendo assim, o uso das estratégias possibilita a mitigação em uma zona de baixo desenvolvimento urbano e econômico, pois revela um cuidado de fasear as etapas e preparar a sociedade que habita esses pequenos centros urbanos em zonas rurais para receber novas tecnologias, para poder aplicá-las em seu cotidiano. Esta atitude provoca um favorecimento da população em diversos aspectos, pois amplia a economia local e gera um desenvolvimento sustentável para a população.

REFERÊNCIAS

BENNER, Chris; BELIL, Mireia; BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local and Global: Management of Cities in the Information Age**. Editora EarthScan, 2003.

Companhia Nacional de Abastecimento. Indicadores da Agropecuária / Companhia Nacional de Abastecimento. **Indicadores de Agropecuária 2019**. Disponível em: < <https://www.conab.gov.br/indicadores-da-agropecuaria>> Acesso em 19 abr 2021.

FERNÁNDEZ GÜEL, JOSÉ MIGUEL. **Planificación Estratégica de Ciudades : nuevos instrumentos y procesos**. Editora Reverté. Barcelona, 2006.

Governo de Minas Gerais. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado**. Disponível em: < <https://www.mg.gov.br/sites/default/files/transicao-governamental/Cat%C3%A1logo%20PMDI%20Volume%203.pdf>> Acesso em 20 de abr 2021.

LEITE, Carlos; MARQUES Awad, C. Juliana. **Cidades Sustentáveis / Cidades Inteligentes. Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano**. Editora Bookman. Porto Alegre, 2012.

MARTINS, Edvaldo Rodrigues; PEREIRA, Laurindo Mékie. **VI Congresso de Desenvolvimento Social: O lugar da pobreza e do atraso na construção social do Vale do Jequitinhonha**. Disponível em: <https://congressods.com.br/sexta/anais_sexta/ARTIGOS_GT05/O%20LUGAR%20DA%20POBREZA%20E%20DO%20ATRASSO%20NA%20CONSTRUCAO%20SOCIAL%20DO%20VALE%20DO%20JEQUITINHONHA.pdf> Acesso em 19 abr 2021.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples. Cotidiano e História na modernidade anômala**: Editora Contexto, 1935.

NASCIMENTO, Elaine Cordeiro de. **Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural**. Disponível em: <<https://www.revistacontemporaneos.com.br/n4/pdf/jequititi.pdf>> Acesso em 19 abr, 2021.

Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais (PEMC). **Vulnerabilidade Territorial dos municípios de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://clima-gerais.meioambiente.mg.gov.br/vulnerabilidade-territorial>> Acesso em 24 out. 2021.

Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG). **O vale do Jequitinhonha**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/o-vale/sobre-o-vale-do-jequitinhonha/>>. Acesso em 19 abr. 2021

SANTOS, Albér Carlos Alves. **A CODEVALE e o discurso desenvolvimentista do Estado no Vale do Jequitinhonha entre 1960 a 1980**. Disponível em: < <http://site.ufvjm.edu.br/mpich/files/2020/07/SANTOS-Alb%C3%A9r-DISSERTA%C3%87%C3%83O-MPICH-Vers%C3%A3o-Final-revisada.pdf>> Acesso em 19 abr 2021.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a “divisão” pela pobreza e sua resignificação pela identificação regional**. Disponível em: < <http://observatoriageograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/27.pdf> > Acesso em 19 abr, 2021.

SILVA, Flávio José da Rocha. **O ainda desconhecido Semiárido brasileiro**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/592171-o-ainda-desconhecido-semiarido-brasileiro>> Acesso em 19 abr 2021.

SOUZA, João Valdir Alves de. **Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha**. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2513/2554>> Acesso em 19 abr 2021.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde na modalidade de extensão universitária, desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS nas seguintes temáticas. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Pandemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agências reguladoras nacionais 110, 111

Análise macroergonômica do trabalho 174, 175, 176, 192

Área produtiva 175

Assédio 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

B

Barreras físicas 64, 65, 68, 71, 72

C

Cargas portuárias 194, 195, 198, 199, 200, 201

Cinema 114, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Compliance 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Comunicação 11, 30, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 108, 109, 117, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 162, 163, 184, 193, 225, 238, 246, 256, 263

D

Demanda ergonômica 176, 184, 185, 192

Democracia 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 104, 105, 107, 108, 109

Demonstração do fluxo de caixa 207

Demonstração do valor adicionado 206, 207, 208, 213, 215, 216, 217, 218, 219

Distribuição de riqueza 206, 211

E

Educación superior 74, 75, 76, 77, 78, 80

Envelhecimento 33, 34, 35, 36, 37, 39, 43, 46, 51, 52

Espacio urbano 64, 65, 67, 72

Exclusión 54, 55, 56, 59, 61

Expectativa de vida 35, 46

F

Fé 223, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 236, 237, 239, 242, 243

Festival 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 239, 243

Folclore 220, 222, 223, 224, 225, 231

Fome 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 262

Formación docente 74, 75, 76, 78, 79, 80

G

Gênero 14, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 39

Globalização 156, 157, 164, 262

I

Idosos 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53

Inovação 157, 169, 174, 175, 176, 193, 274, 276

Institutos de longa permanência para idosos 37

J

Juri 147, 150

L

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 152, 153, 160

M

Meios de comunicação 97, 143, 149

México 12, 55, 56, 62, 63, 64, 74, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 90, 165, 204

Mídia 92, 96, 97, 108, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150

Migrantes 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 56

Miséria 2, 3, 6, 9, 11, 157, 260, 262

Modernidade 108, 262, 277

Museu 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259

P

Política de saúde 16, 17, 20, 22, 23, 29, 52, 278

Políticas públicas 16, 22, 23, 25, 27, 28, 31, 32, 54, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 66, 84, 98, 152, 156, 157, 160, 161, 164, 258, 262, 274

Políticas sociais 16, 17, 18, 21, 23, 152, 153, 155, 209, 278

Porto 38, 43, 142, 161, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 240, 276

Processo democrático 91, 95, 98, 107, 108, 109

Processo migratório 26, 27

Processo penal 143, 144, 145, 149, 150

R

Reforma psiquiátrica 14, 15, 16, 17, 18, 23

Regulação setorial 110, 111, 118, 122, 124

S

Serviço social 6, 14, 21, 22, 23, 24, 160, 278

Sistema de planeación estratégica democrática 66

Sistema Único de Saúde 25, 28, 31, 278

T

Tipografia 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Transdisciplinariedad 65, 66, 72, 73

Transtorno mental 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24

Turismo religioso 233, 234, 235, 236, 237, 242, 243, 244

Turismo sexual 85, 86, 90

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

